

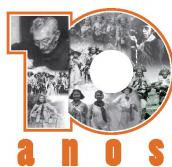
INSTITUTO CULTURAL DO CARIRI - ICC

Fundado em 04 de outubro 1953

# Itaytera

Nº 48

2019







**REVISTA ITAYTERA 2019, Nº 48**  
**INSTITUTO CULTURAL DO CARIRI**  
Criado em 4 de outubro de 1953



PRIMEIRO PRESIDENTE  
**Irineu Nogueira Pinheiro**



ATUAL PRESIDENTE  
**Heitor Feitosa Macêdo**  
(heitorfeitosa82@hotmail.com)

- **ENDEREÇO/SEDE:** Av. Maildes Siqueira, s/nº (em frente à Expocrato), Centro, Crato/CE, C. Postal 74, CEP: 63100-970
- **REGISTRO CARTORIAL:** Associação civil sem fins lucrativos, registrada no Cartório do 4º Ofício, de Títulos e Documentos, da cidade do Crato/CE, sob o nº 6, fl. 417 do Livro A-1, em 30.09.1954, e publicado no DOEC, edição de 20.10.1954. **RECONHECIDO DE UTILIDADE PÚBLICA** pela Lei Municipal nº 453 (de 22.09.1958) e pela Lei Estadual nº 10.125 (de 27.10.1977), publicada no DOEC da mesma data.
- **VALOR DA ANUIDADE 2019:** R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais)
- **DADOS BANCÁRIOS:** Caixa Econômica Federal, Agência: 0684, operação nº 03, Conta Corrente: 3219-5, Beneficiário: Instituto Cultural do Cariri (ICC)
- **CNPJ:** nº 05.357.355/0001-56
- **CONTATOS:** telefone: (88) 999514600 (watts); email: faleconoscoicc@gmail.com; site: <http://institutoculturaldocariri.com.br/>



**DIRETORIA ELEITA EM 04 DE OUTUBRO DE 2017,  
PARA A ADMINISTRAÇÃO 2018/2019**

---

**Presidente:**  
**Heitor Feitosa Macêdo**

**Primeiro Tesoureiro:**  
**Roberto Jamacaru de Aquino**

**Vice-Presidente:**  
**José Flávio Pinheiro Vieira**

**Segundo Tesoureiro:**  
**Antonia Cileide Araújo**

**Primeiro Secretário:**  
**Maria Fabiana Gomes Vieira**

**Cerimonialista:**  
**Francisco Huberto Esmeraldo Cabral**

**Segundo Secretário:**  
**Verioní Ribeiro Bastos**

**Diretor Social:**  
**Maria Laice Almeida Lacerda**

---

**CONSELHO FISCAL**

**CONSELHO SUPERIOR:**

**TITULARES:**  
Claude Bloc Boris, Jorge Emicles  
Pinheiro Paes Barreto e João Tavares  
Calixto Júnior

Napoleão Tavares Neves  
José Huberto Tavares de Oliveira  
Olival Honor de Brito  
José Emerson Monteiro Lacerda

**SUPLENTE:**  
Raimundo Tadeu de Alencar e José  
Yarley de Brito Gonçalves

---

**EXPEDIENTE**

**Editor**  
**Emerson Monteiro**

**Capa e Diagramação**  
**Claudio Henrique M. Peixoto**

**Revisão**  
**Claude Bloc Boris**  
**Maria Fabiana Gomes Vieira**  
**Heitor Feitosa Macêdo**

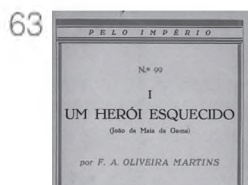
# SUMÁRIO

9 - DEZ ANOS DO CARIRI  
CANGAÇO - MANOEL  
SEVERO GURGEL BARBOSA

17 - O CARIRI NOS ESTUDOS  
SOBRE A ETIMOLOGIA  
DA PALAVRA CANGAÇO -  
HEITOR FEITOSA MACÊDO

49 - SUBSÍDIOS PARA A  
HISTÓRIA DE BREJO  
SANTO/CE: VIDA E  
MORTE DO CANGACEIRO  
RAIMUNDO MAXIMIANO  
DE MORAIS, VULGO  
MUNDINHO - BRUNO  
YACUB SAMPAIO CABRAL

59 - CEM ANOS DE SERTÃO:  
ENTREVISTA COM  
HOSANA FERNANDES  
DE MOURA - HÉRLON  
FERNANDES GOMES



- ALGUMAS ORIGENS DO  
CANGAÇO NO CARIRI  
CEARENSE: "GUERRA  
ENTRE MONTES E  
FEITOSAS" - HEITOR  
FEITOSA MACÊDO

113 - NOS RASTROS DO  
CANGAÇO - GABRIEL  
PEREIRA XENOFONTE

117 - OLIGARQUIAS,  
CANGAÇO,  
RELIGIOSIDADE: O  
CONTEXTO HISTÓRICO  
DA CONSTITUIÇÃO DO  
MUNICÍPIO DE MAURITI  
E A REVOLUÇÃO DA  
AGRICULTURA FAMILIAR  
LOCAL - EVA MARIA  
CAMPOS PEREIRA E  
EVANILDO SIMÃO DA SILVA

135 - "SUA BENÇA MEU  
PADIM": A FORÇA DO  
MILAGRE PELA CURA DO  
PECADO DA VONTADE DE  
MATAR - JOÃO LEANDRO  
NETO E TAYRONNE DE  
ALMEIDA RODRIGUES

143



- REI DO CANGAÇO NA  
LITERATURA: ENTREVISTA  
COM FREDERICO  
PERNAMBUCANO DE  
MELLO - FRANCISCO JOSÉ  
DE BRITO (CHICO JOSÉ)

151 - A SUPOSTA AMIZADE DE  
LAMPIÃO E PADRE CÍCERO  
- DANIEL WALKER

157 - FLORO BARTOLOMEU  
DA COSTA - ANCHIETA  
MARTINEZ DE  
MONT'ALVERNE

177 - MARÇO DE 1926 -  
WELLINGTON BRINGEL

181 13- O CONCEITO DE  
CABRA NO CARIRI  
CEARENSE NOS SÉCULOS  
XVIII, XIX E XX - CLARISSA  
MIRANDA NORÕES E  
HEITOR FEITOSA MACÊDO

205 - GUSTAVO AUGUSTO  
LIMA E OS CABRAS DE  
LAVRAS DA MANGABEIRA/  
CE - JORGE EMICLES  
PINHEIRO PAES BARRETO

219 - O CARIRI CANGAÇO  
E A UNIFICAÇÃO DO  
UNIVERSO HISTÓRICO-  
CULTURAL - RANGEL ALVES  
DA COSTA

223 - FLORO BARTOLOMEU  
E PADRE CÍCERO: UMA  
SIMBIOSE QUASE PERFEITA  
- ANGELO OSMIRO  
BARRETO

227 - O FOGO DA PIÇARRA -  
MANOEL SEVERO BARBOSA

235 - DE REPENTE DEZ ANOS -  
JULIANA PEREIRA

239 - O SERTÃO DE MARICA  
LESSA - BRUNO PAULINO

243 - DEZ ANOS DE CARIRI  
CANGAÇO - PROF. MSC  
HONÓRIO DE MEDEIROS

249 - CARIRI CANGAÇO:  
O BRASIL DE ALMA  
NORDESTINA - JOÃO DE  
SOUSA LIMA

253 - O PODEROSO CORONEL  
SANTANA DA SERRA DO  
MATO - JOÃO BOSCO  
ANDRÉ

257 - O CANGAÇO QUE  
TROUXE TANTA DOR NO  
PASSADO, HOJE, TRAZ  
INTEGRAÇÃO COM O  
CARIRI CANGAÇO -  
ARCHIMEDES MARQUES

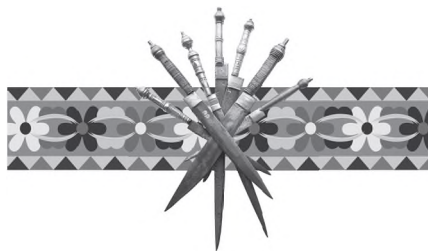
263 - A CUTELARIA  
TRADICIONAL  
CARIRIENSE NAS FACAS  
JARDINEIRAS - MANOEL  
DEISSON XENOFONTE  
ARAUJO

277 - O FOGO DO RASO DA  
CATARINA OU O DIA  
EM QUE O BRIGADEIRO  
MACEDO BRIGOU COM  
LAMPÃO - CÍCERO  
MAGERBIO RODRIGUES DE  
LUCENA E MONTE

281 - CANGAÇOLOGIA NO  
CARIRI: HILÁRIO LUCETTI  
(\*1927 - + 2007) - ANDRÉA  
LUCETTI

286 - INFORMATIVO DO ICC





# DEZ ANOS DO CARIRI CANGAÇO



**Manoel Severo  
Gurgel Barbosa**  
(idealizador e curador  
do Cariri Cangaço)

O Cariri Cangaço é o resultado de um grande sonho. Desde menino encantava-me com as histórias dos cangaceiros, suas sagas, aventuras, e notadamente o bando de Lampião; sem dúvidas o de maior destaque e de maior longevidade dentre todos. A motivação pelo fascínio daquele menino, ainda com seus oito anos de idade, pelo universo do cangaço, talvez se confunda com o fascínio que até hoje o cangaço desperta em todos os amantes e curiosos da temática. Em um primeiro momento, ainda nos tempos de menino; a valentia, aventuras, sagacidade, enfim. Com o tempo, outras percepções: senso de adaptação, criatividade, a extensa rede de interesses, a estética, a medicina, o vigor em ambiente tão hostil, a compreensão da importância da imagem, o primeiro “marqueteiro das caatingas”, enfim. Virgulino Ferreira da Silva, apesar dos muitos senões, acabava por se tornar um mito.

Já homem feito, vi-me reaproximar da literatura do cangaço e acabei por me apaixonar verdadeiramente pelo tema, daí me dedicando sempre a buscar novas fontes; participar dos primeiros seminários seria inevitável, e assim aconteceu. A cada novo evento

um novo companheiro, um compartilhador de aventuras e sonhos, homens e mulheres que dedicaram e dedicam boa parte de suas vidas a seguir as pegadas desse que viria a ser intitulado o “rei do cangaço” ou o “governador do sertão”, Virgulino Ferreira da Silva, vulgo Lampião.

Em março de 2009, quando retornávamos da primeira edição do Seminário de Maria Bonita em Paulo Afonso, aflorou em minha cabeça a ideia de tentar realizar em nosso estado do Ceará, mais precisamente na região do Cariri, um seminário onde pudéssemos resgatar um pouco da historiografia cangaceira na região, tão pouco conhecida pela grande maioria das pessoas. Num primeiro momento ouvia muitas indagações e provocações: “Cangaço no cariri?” “Está ficando louco?” “Como realizar um negócio desses aqui, sem nenhuma tradição com o tema?” “Evento para endeusar bandido?”... Foi aí que alguns ingredientes acabaram se somando e o sonho acabou se tornando realidade: determinação, perseverança, dedicação, muito trabalho e amigos; muitos amigos, inúmeros amigos, de todos os lados e lugares, alguns antigos e outros novos, todos juntos começaram a acreditar que poderíamos fazer...E fizemos.

Mas não poderíamos continuar nossa conversa sem fazer o devido e responsável esclarecimento; explico: apesar do fascínio que o cangaço exercia no pequeno garoto e exerce até hoje no homem, o Cariri Cangaço, não nasceu com o sentimento de fazer apologia ao cangaço, aos cangaceiros, à violência, enfim, não “mitifica” e nem procura elementos para “endeusar” Virgulino Lampião nem nenhum outro personagem dessa saga sertaneja tão penosa e cheia de dor. O verdadeiro sentimento que moveu todos nós foi o de proporcionar um ambiente ainda mais propício ao debate e ao aprofundamento dessa temática que é tão marcante em nossa terra e em nossa gente. O incrível acontece; Lampião e o Cangaço que tanto sofrimento trouxeram para o ordeiro povo do sertão, hoje promovem o encontro, a união e a harmonia na direção dessa busca da verdade histórica.

No início tínhamos o desafio de estabelecer o formato do evento, a data, os conferencistas, tudo por tudo. Minha primeira preo-

cupação foi fortalecer o conceito verdadeiro do evento. Era nosso desejo criar um Seminário, mesmo que pequeno, onde pudéssemos, de forma responsável, lúcida e competente, trazer para nossos convidados e anfitriões, o resgate deste recorte da história do cangaço que poucos conheciam. O Cariri cearense era, sim, um cenário privilegiado do cangaço, notadamente de Virgulino Ferreira. Como desconhecer a ação e episódios como a visita de Lampião a Juazeiro em 1926, sua patente de capitão, sua suposta ligação com Padre Cícero; o fogo da Piçarra, a morte de Sabino, a amizade com Seu Toim da Piçarra; como esquecer os marcantes momentos de Lampião em Aurora, Izaías Arruda, a traição, o fogo; e as personagens como Major Zé Inácio, Sinhô Pereira, Chico Chicote, Irmãos Marcelinos, Coronel Santana. O Cariri tinha, sim, muito a contar e a ser contado. O Cariri Cangaço nasceu com esse sentimento; lúcido e responsável; de trazer para o sul do Ceará um fórum qualificado que pudesse de forma clara, não fazendo apologia ao banditismo ou endeusando cangaceiros, num primeiro momento discutir esse fenômeno tão rico e intrigante que foi o cangaço, e que também se tornasse um ambiente plural e cheio de capilaridade para discutir outras temáticas ligadas ao nosso Nordeste, às nossas raízes, à nossa história e memória. Aí, então, vamos encontrar o cordel, a música, a estética, os beatos, o messianismo, os coronéis, a culinária, a medicina.

Primeiramente os municípios de Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha e Missão Velha, assumiram o desafio; a elas se somaram a URCA - Universidade Regional do Cariri, o ICC - Instituto Cultural do Cariri, o ICVC - Instituto Cultural do Vale Caririense, o Centro Pró Memória e ainda a Academia de Cordelistas do Crato, o Sebrae, o CCBNB e o apoio vital da Expresso Guanabara. Pronto! Tínhamos o respaldo de nossa casa para promover e receber nossos convidados.

Agora era partir para o combate; o bom combate! Na noite de 22 de setembro de 2009, estávamos realizando a abertura do 1º Cariri Cangaço, na cidade de Crato, com mais de 70 pesquisadores convidados e um público de 376 pessoas. Ao final: 19 conferências, lançamentos de livros e filmes, exposições, debates e 22 visitas técnicas. Em seus seis dias de realização reunimos mais de 1.500 pessoas no

total, começava ali uma grande caminhada. Assim nasceu o Cariri Cangaço, um evento construído para todos aqueles que acreditam que nosso futuro tem estreitas ligações com nosso passado, nossas tradições e nossa história...

O Cariri Cangaço se tornou uma “Marca Registrada” do Instituto Cariri do Brasil; instituição privada sem fins lucrativos, de personalidade jurídica com sede e foro na cidade de Fortaleza no estado do Ceará. Possui uma Diretoria Executiva, um Conselho Fiscal e, de acordo com seus estatutos, um Conselho Consultivo com a possibilidade de até 50 componentes definidos estatutariamente através de voto direto e secreto pelos atuais conselheiros ou indicados pela Diretoria Executiva, tendo como patrono o escritor Alcino Alves Costa, da cidade de Poço Redondo em Sergipe, um dos mais destacados e festejados escritores da temática cangaço, do Brasil e primeiro Conselheiro do Cariri Cangaço. Consolida-se também e de forma efetiva como um evento de cunho turístico-cultural e histórico-científico, visto que reúne alguns dos mais destacados pesquisadores e historiadores das temáticas nordestinas, configurando-se em seu décimo ano de realização, como o maior e mais respeitado evento do gênero no país.

Personagens e personalidades marcantes da história de nosso Nordeste como o próprio Virgulino Ferreira da Silva; vulgo Lampião; Maria Bonita, Corisco, Sinhô Pereira, Padre Cícero, Beato José Lourenço, Antônio Conselheiro, Padre Ibiapina, Coronel Santana, Floro Bartolomeu, Coronel José Pereira de Princesa, Dona Fideralina, Bárbara de Alencar, Coronel Izaías Arruda, Delmiro Gouveia, João Pessoa, Luiz Gonzaga e tantos outros fazem parte do panteão contemplado pela vasta agenda do Cariri Cangaço ao longo desses 10 anos. Com um formato específico e de caráter itinerante, com uma programação plural e dinâmica, conferencistas locais, regionais e nacionais; do universo da pesquisa e do estudo das temáticas ligadas ao cangaço, tradições e histórias do Nordeste, em conferências e debates, visitas técnicas e acadêmicas; mostras de cinema, vídeo e documentários, exposições de arte, latada do livro, com lançamentos e feiras literárias fazem do Cariri Cangaço uma das mais exito-

sas e ousadas iniciativas do gênero, um evento único no Brasil e no mundo.

Hoje, às vésperas de completarmos dez anos de existência e registrando esse momento importante na prestigiada Revista Itaytera, nos cabe dizer que rompemos as barreiras do nosso Cariri, de nosso Ceará e o Cariri Cangaço se consolida como o mais respeitado e qualificado fórum sobre a temática. Presente em seis Estados da Federação: Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, já realizou 109 Conferências, reuniu mais de 700 pesquisadores e mais de 50 mil pessoas em todas as suas edições; possui 21 sedes oficiais em Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Missão Velha, Aurora, Porteiras, Barro, Lavras da Mangabeira, Quixeramobim, Piranhas, Água Branca, Poço Redondo, Sousa, Nazarezinho, Lastro, Princesa Isabel, São José de Princesa, Floresta, Exu, Serrita e Pedro Alexandre numa das mais autênticas Festas da Alma Verdadeiramente Nordestina.

### **Inovação...**

No ano de 2013, o Cariri Cangaço rompeu as barreiras do Ceará e começou sua expansão e descentralização e estabeleceu-se inicialmente em mais dois Estados da Federação, inaugurando mais um empreendimento vitorioso com a marca Cariri Cangaço nas cidades de Souza, Nazarezinho e Lastro, na Paraíba e Piranhas em Alagoas. Já em 2015 novamente mais dois municípios da Paraíba; as tradicionais Princesa Isabel e São José de Princesa e, em seguida, o Estado de Sergipe viria somar à Família Cariri Cangaço o município de Poço Redondo. Em 2016 o Cariri Cangaço chegava ao quinto estado: Pernambuco com o município de Floresta, em maio, e em julho foi a vez de Água Branca também em Alagoas. Em 2017 foi a vez de Exu, terra do Rei do Baião e Serrita da Missa do Vaqueiro; ambos em Pernambuco; entrarem para o rol de sedes do evento. Em 2018, aconteceram as ousadas e inéditas iniciativas com a primeira capital: Fortaleza e a chegada ao sexto Estado a Bahia com o município de Pedro Alexandre, a Serra Negra, e mais uma iniciativa em Pernambuco, desta vez o município de São José de Belmonte, a Terra

da Pedra do Reino, consolidando o Cariri Cangaço como o maior e mais respeitado evento do gênero no Brasil.

### **Sedes...**

Atualmente já existem sedes oficiais do Cariri Cangaço em 22 municípios, sendo: no Ceará: Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Missão Velha, Aurora, Barro, Porteiras e Lavras da Mangabeira; na Paraíba: Sousa, Nazarezinho e Lastro, Princesa Isabel e São José de Princesa; em Alagoas: Piranhas e Água Branca; em Sergipe: Poço Redondo; Floresta, Exu, Serrita e São José de Belmonte, no Estado de Pernambuco; e Pedro Alexandre, na Bahia.

### **Futuro...**

No Ceará, as cidade de Brejo Santo, Mauriti, Jati e Jardim se unem à região dos Inhamuns e a Quixeramobim de Antonio Conseqeheiro para fortalecerem o elenco de cidades cearenses que deverão inaugurar suas participações nos próximos Cariri Cangaço. Os estados do Rio Grande do Norte com Natal, Mossoró, Marcelino Vieira e Patu, se configuram como um enorme e encantador desafio; Pernambuco vem com força total com os cenários espetaculares de Triunfo, Calumbi, Flores e Serra Talhada e o ousado Projeto de Petrolina; já a Paraíba com Catolé do Rocha, Cajazeirinha e Pombal, se fortalecem dentro da Família Cariri Cangaço para os próximos anos. A Bahia chega forte mais uma vez com Paulo Afonso e Belo Monte e sua enigmática Canudos; Sergipe traz Propriá e Glória para se unir a Poço Redondo, na mais autêntica demonstração da integração da alma nordestina.

### **Capitais...**

Outro ousado projeto com a Marca Cariri Cangaço é a chegada do empreendimento às capitais nordestinas. Primeiro veio Fortaleza em abril de 2018. Nos próximos anos teremos Natal, João Pessoa,

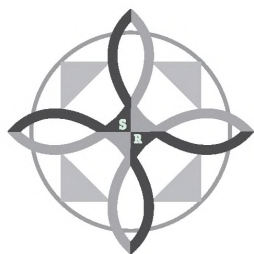
Recife e Salvador sob uma nova formatação; própria para o ambiente e o público das capitais e mais na frente: Teresina, Aracaju e Maceió. Comissões já foram definidas em cada uma dessas capitais para o trabalho a ser desenvolvido.

### **Além Mar...**

A mais surpreendente de todas as iniciativas Cariri Cangaço, sem dúvida guarda também sua estréia para os anos de 2019 ou 2020. O Projeto do Cariri Cangaço “Além Mar”, espetacular empreendimento de levar o Cariri Cangaço para a Europa, principalmente para a Península Ibérica: Portugal e Espanha e posteriormente para os Países de Língua Portuguesa num esforço de fortalecer a integração cultural lusofônica. As tratativas já se iniciaram ainda em 2016 em visitas a Lisboa e Toledo; com perspectivas positivas seguindo com o planejamento em 2017 e 2018 em reuniões no Brasil e Portugal; teremos assim a primeira experiência internacional do Cariri Cangaço.

O tempo não para e são muitos os desafios do Cariri Cangaço, iniciativas ousadas e que possuem um único objetivo: Fomentar a perpetuação da Memória de nosso sertão. Nosso legado é estabelecer, de forma concreta, o Cariri Cangaço como indutor forte do fortalecimento de nossa memória e história. Hoje o Cariri Cangaço se traduz como a mais surpreendente e vitoriosa iniciativa do gênero, integrando todo o território nordestino em torno do tema central: Cangaço e Nordeste.

Cariri Cangaço uma construção de muitas mãos, e muita emoção...



CLÍNICA  
**São Rafael**  
SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS

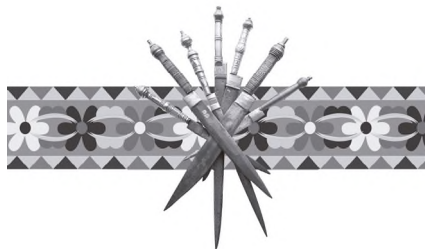
**Dr. George A. G. Lucetti**

Médico da Família | Ginecologia-obstetrícia  
CREMEC 2.651

**Louise Tavares Lucetti**

Ginecologia-obstetrícia

Rua José Matias Sampaio, 630, Centro, Brejo Santo - CE  
(88) 99904 9344



# O CARIRI NOS ESTUDOS SOBRE A ETIMOLOGIA DA PALAVRA CANGAÇO



**Heitor Feitosa**

**Macêdo**

(advogado e  
pesquisador)

A discussão acerca da origem da palavra “cangaço” parece ter arrefecido diante das opiniões de escritores consagrados, como a de um dos imortais da Academia Brasileira de Letras (ABL), Gustavo Barroso, o qual adota “canga de aço” como sendo a razão etimológica do termo cangaço. Ocorre que, até o presente, a maioria dos estudiosos tem se apoiado nessa hipótese para explicar a formação deste vocábulo, fato que merece ser reavaliado diante de novas fontes de informação.

## Diferentes Significados de Cangaço e Cangaceiro

Ao contrário do que se pensa, a palavra cangaço não define apenas a forma de banditismo rural ocorrida nos sertões do Nordeste em épocas passadas, possuindo também outros significados.

Afora o modo de vida adotado pelos indivíduos cangaceiros, ou

seja, o cangaceirismo, Aurélio Buarque de Holanda também registra que cangaço pode referir-se ao engaçó de uvas depois de pisadas e de extraído o vinho; ou ao conjunto de armas dos cangaceiros e; ainda, pode reportar-se aos objetos de uso de uma casa pobre; bem como ao pedúnculo e à espada do coqueiro, que se desprendem da árvore quando secos<sup>1</sup>.

O historiador e folclorista Câmara Cascudo não se afasta muito da definição dada anteriormente, contudo, complementa que, no sertão (interior do continente), cangaço igualmente alude aos utensílios do cangaceiro, como o preparo, carregó, aviamento, e além das armas, também diz respeito às munições, bornais, bisaco com suprimentos, balas, alimentos secos, meizinhas tradicionais, roupa, etc. No mais, acrescenta ele que os termos “tomar o cangaço”, “viver no cangaço”, “andar no cangaço” e “debaixo do cangaço” são sinônimos do bandoleiro, assaltador profissional, ladrão de mão armada, bandido<sup>2</sup>.

Antonio Geraldo da Cunha afirma em sua obra que cangaço teria registro desde 1813, fazendo menção ao engaçó das uvas depois de pisadas, ademais, opina que o termo se relaciona ao modo de vida dos cangaceiros e ao conjunto de suas armas<sup>3</sup>. Igualmente, no trabalho de Francisco Fernandes veem-se as mesmas definições, como engaçó, bagaçó, cango, canganho, tarecos, vida de cangaceiro, banditismo ou bandoleirismo<sup>4</sup>.

O Dicionário da Enciclopédia Britânica faz iguais digressões, no entanto, aponta uma informação extra, asseverando que cangaço também pode significar animal magro<sup>5</sup>. Esta ideia é reforçada por Abelardo F. Montenegro, o qual, baseado no Dicionário da Gíria

---

1 FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 5ª Ed. Curitiba: Editora Positivo, 2010, p. 411.

2 CASCUDO, Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1972, p. 234 e 235.

3 CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 2ª Ed./17ª Impressão. Rio de Janeiro/RJ: Editora Nova Fronteira, 2005, p. 147.

4 FERNANDES, Francisco. *Dicionário de Sinônimos e Antônimos da Língua Portuguesa*. 43ª Ed. São Paulo: Editora Globo, 2005, p. 184.

5 Diz o referido dicionário que: “Cangaço, s. m. 1. Engaçó. 2. Resíduo das uvas depois de pisadas e extraído o líquido. 3. V. *cangaraço*. 4. Utensílios de casa pobre. 5. Conjunto de armas de cangaceiro. 6.

Brasileira, de Manuel Viotti, aponta que cangaço é também acepção de animal magro ou de destroços<sup>6</sup>.

Estudando o vocabulário popular cearense, Raimundo Girão fala que cangaço poderia significar o *modus vivendi* (modo de viver) e o *modus operandi* (modo de agir) de certos bandidos, ou os cacarecos e trastes pertencentes aos pobres, ou, ainda, o esqueleto do animal devorado por aves de rapina, a carcaça:

Cangaço - s.m. Gênero de vida dos bandoleiros que até recentemente infestaram, com os seus crimes e pavores, o Nordeste. Cangaceiro é o que vive dêsse modo, atacando e matando. Bandido, salteador = Os cacarecos ou trastes de gente pobre: 'Fulano abandonou a casa e levou todo o seu cangaço'. Esqueleto devorado por aves de rapina. Carcaça<sup>7</sup>.

Já Pedro Baptista assegura que, no início do século XX, em certos recantos do sertão, cangaço referia-se à ossada, esqueleto de qualquer animal doméstico ou selvagem. No mais, observa que o vocábulo "nem sempre designa o homem armado, o mal fazejo, na linguagem simples", mas, por vezes, é utilizado para distinguir o guarda-costas (ou cabra) do "cabeça do bando"<sup>8</sup>.

O membro da Academia Brasileira de Letras, Gustavo Barroso, também apresenta uma definição múltipla e bastante abrangente para o cangaço (fenômeno social) e para as pessoas nele envolvidas (os cangaceiros):

---

MONTENEGRO, Abelardo F. *Fanáticos e Cangaceiros*. Fortaleza/CE: Editora Henriqueta Galeno, 1973, p. 185.

<sup>6</sup> Quadrilha de cangaceiros. 7. Vida ou ação de cangaceiro; cangaceiragem. 8. Animal magro" (DICIONÁRIO BRASILEIRO DA LÍNGUA PORTUGUESA. 2ª Ed. São Paulo/SP: Mirador Internacional, 1976, p. 347).

<sup>7</sup> GIRÃO, Raimundo. *Vocabulário Popular Cearense*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1967, p. 76.

<sup>8</sup> Segundo Pedro Batista: "Cangaço designava antigamente, e ainda hoje, em certos recessos do sertão, ossada, esqueleto de animal qualquer, doméstico ou selvagem (...). Cabe aqui uma reflexão: o vocábulo nem sempre designa o homem armado, o mal fazejo, na linguagem simples, e sim faz distinção entre o cabra, o guarda-costas e o cabeça do bando" (BAPTISTA, Pedro. *Cangaceiros do Nordeste*. Edição Fac-similar da de 1929. Natal/RN: Sebo Vermelho Edições, 2011, p. 278).

O cangaceiro do Norte é selvático e feroz, sofrendo de um descalabro nervoso – produto da ancestralidade e do cruzamento étnico. Cangaceiro é o homem que vive “debaixo do cangaço”. O cangaço não é somente, na linguagem sertaneja, o armamento do bandoleiro; é, também, o seu modo de vida nômade, desregrado e sanguinário. O termo cangaceiro estende-se a todas as modalidades do criminoso nos sertões; é o salteador, o sequeiro de atrabiliário e cruel dono de fazenda, de ignorante e perverso chefe político; um criminoso perseguido pela justiça, muitas vezes vítima da exarcebação de ódios políticos, que vive pelos matos às ocultas, exercendo vinganças, cometendo desatinos, matando inimigos descuidados nas largas estradas solitárias; ou ainda os criminosos degenerados, tarados pelo atavismo, com nevroses de todas as espécies.<sup>9</sup>

Na interpretação de Barroso, o cangaço era uma forma de vida que se espalhava por todas as classes sertanejas do Nordeste, do rico ao pobre, do chefe político ao agricultor, todos estavam envolvidos na cangaceiragem:

O bandido, o salteador, o degenerado torvo, de faculdades deprimidas, o chefe político vingativo e mau, o criminoso romântico, misto de generosidade e selvageria, crueldade e nobreza, o chefe de família pundonorosa, susceptível, bárbara, o foragido, todos são cangaceiros, todos têm a mesma paixão pela luta, a mesma inclinação para essa vida incerta, vagabunda, com o perigo de uma emboscada em cada moita, de uma cilada em cada risonha hospedagem: o mesmo espírito ardiloso e premunido, a mesma selvaticidade de sentimentos, idênticos instintos de tigre, inclinações iguais, quase iguais psicopatias, tamanha ferocidade.<sup>10</sup>

Ressalta o referido autor que, neste modo de vida cangaceiro, viviam grupos importantes do sertão, famílias afidalgadas, a elite agrária dos sertões nordestinos de outrora, a exemplo dos Barroso

---

9 BARROSO, Gustavo. *Terra de Sol*. 8ª Ed. Rio – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2006, p. 83.

10 *Ibidem*, p. 107.

do Curu, os Cunhas do Boqueirão e outras:

Há famílias de cangaceiros. A herança do crime perpetua-se de geração em geração; e essa gente vive nas suas fazendas sempre cercada de bandoleiros, aureolada pela fama dos feitos. Tem grande influência na sua zona, intervindo em todas as questões, quer políticas, quer particulares, tudo podendo e ousando tudo. Assim são, por exemplo, os Barroso do Curu, os Cunhas do Boqueirão, os Paulos do Trapiá, os Dantas do Teixeira e os Feitosas dos Inhamuns.<sup>11</sup>

Com base neste relato e em outros escritos, Abelardo F. Montenegro classifica o cangaço em dois sentidos, o primeiro, na “acepção lata” e, o segundo, na “acepção estrita”, da seguinte forma:

Na acepção lata, cangaceiro “é o salteador, o sequeiro de atrabiliário e cruel dono de fazenda, de ignorante e perverso chefe político; o criminoso perseguido pela Justiça, muitas vezes vítima da exarcebado de ódios políticos, que vive pelos matos às ocultas, exercendo vinganças, cometendo desatinos, matando inimigos descuidados nas largas estradas solitárias; ou ainda os criminosos degenerados”.

Na acepção estrita, “cangaceiro é aquele indivíduo que, tendo sido ultrajado por outrem, em sua pessoa ou em algum membro de sua família, com o seu lar descitado, violentado, desonrado, enfim se vinga do autor dos respectivos atos praticados, fugindo do lugar em que acaba de praticar o crime, de pura represália, para escapar à ação da justiça local, que reputa falha, exceto se é afilhado ou correligionário do chefe político da zona”.<sup>12</sup>

Com base nisto, entende-se que o cangaço, em sentido amplo (“acepção lata”), abrangeu todo o arranjo social vigente na geografia interiorana do Nordeste, tanto o Poder oficial (o judiciário, a política, a força militar e policial, os coronéis, fazendeiros, etc.) quanto o Poder não oficial (os cabras, jagunços, capangas, pistoleiros, can-

---

<sup>11</sup> *Ib.*, p. 98.

<sup>12</sup> MONTENEGRO, Abelardo F. *História do Cangaceirismo no Ceará*. Fortaleza – Ceará: Tipografia Minerva, 1955, p. 09.

gaceiros, etc.), isto é, todo o sistema vivia debaixo do cangaço. Por mais que pareça ser paradoxal, boa parte da elite nordestina mantinha relações simbióticas com os cangaceiros, eram duas forças que se completavam, uma existindo em função da outra.

Segundo Barroso, em publicação do início do século XX: “o cangaceiro existe em função do coronel e o coronel domina em função do cangaceiro, Combate-se o coronelismo e se estará trabalhando para a extinção do cangaceirismo”<sup>13</sup>.

No que diz respeito ao cangaço em sentido amplo (“acepção estrita”), subentende-se que este fenômeno social é caracterizado pela presença de indivíduos que empreendiam constante fuga depois de se vingarem de alguma ofensa e/ou por não ter encontrado justiça perante as autoridades competentes.

Há também classificações diversas sobre os cangaceiros. Gustavo Barroso os classifica em românticos, psicopatas<sup>14</sup>, evadidos ou acoitados e em valentões<sup>15</sup>. Já Aberlado Montenegro, além de citar a diferenciação entre bandido e cangaceiro, afirma que este último pode ser classificado em profissional e amador ou, ainda, segundo o jornal “A Tribuna”, de 7-4-1922, em particulares, políticos e profissionais<sup>16</sup>.

Em trabalho mais recente, Frederico Pernambucano de Mello tece algumas diferenças entre alguns termos como cabra, jagunço, capanga:

A segunda figura a ser estudada é a do cabra ou jagunço, ainda que entre os três tipos haja diferenças que não devem ser ignoradas. Cabra é o homem de armas que possui patrão ou chefe, desempenhando mandados tanto de ordem ofensiva quanto defensiva. Se na sua atuação há uma predominância do aspecto defensivo, do chamado guarda-costas, nos trabalhos de cobertura pessoal ao chefe, passa a receber, via de regra, a denominação de capanga, tipo mais discreto e confi-

---

13 BARROSO, Gustavo. *Almas de Lama e de Aço: Lampião e outros cangaceiros*. Rio - São Paulo - Fortaleza: ABC Editora, 2012, p. 28.

14 BARROSO, Gustavo. *Terra de Sol*. Op. cit., p. 83 e 84.

15 Ibidem, p. 104 e 105.

16 MONTENEGRO, Abelardo F. *História do Cangaceirismo no Ceará*. Op. cit., p. 10.

ável, que convive com o chefe em estreita intimidade, tendo adquirido, desde muito cedo e mais do qualquer outro tipo aqui analisado, larga expressão urbana (...). Para José Américo de Almeida, por outro lado, “o cangaceiro originou-se da instituição do guarda-costa, como uma necessidade de defesa das fazendas ameaçadas pelo gentio”.<sup>17</sup>

Além disso, o mesmo autor também diferencia “cangaceiro bravo” do “cangaceiro manso”:

Nada mais sintomático dessa tendência que o fato de dar-se na zona rural do Nordeste ao cabra, à sua forma variante mais íntima que é o capanga, e mesmo ao jagunço, a designação de cangaceiro manso, expressão que traduz exatamente a ideia de comporem estas figuras uma linha auxiliar do fenômeno maior, espécie de sementeira de vocações não despertadas de todo porque entregues ao exercício de um aventureirismo guerreiro ainda relativamente brando, mas que a um leve estímulo poderiam facilmente resvalar no cangaço integral (...) não nos parecendo correta, portanto, a ideia de que o cangaceiro brabo seja filho, na ordem histórico-evolutiva, de um cangaceiro manso cujo potencial guerreiro foi tornado ocioso pelo desfrute pela sociedade sertaneja de um clima de paz relativamente satisfatório, gerador de desemprego tanto para cabra quanto para capanga ou jagunço que, nessa apertura, “organizava ou procurava um bando”.<sup>18</sup>

No que diz respeito aos pistoleiros, nos sertões nordestinos, Frederico aponta que suas origens estão nos “tocaieiros” ou “matadores de pé-de-pau”, os quais, além de reduzirem a limite mínimo o seu próprio risco de morte, agiam geralmente sozinhos e matavam para obter ganho pecuniário:

O pistoleiro mata para obter um ganho, seja em dinheiro, terras, gados, joias ou outros valores. Difere do cabra e do capanga não apenas por agir normalmente sozinho, mas pela circunstância de não se relacionar diretamente com o man-

---

17 MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do Sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil*. 5ª Ed. São Paulo: A Girafa, 2011, p. 68 e 69.

18 Ibidem, p. 70.

dante do crime, recebendo instruções e prestando contas a um intermediário, o chamado empreiteiro, também conhecido como cruzeteiro na região do sertão de baixo e do agreste meridional, com centro na cidade de Garanhuns, no Estado de Pernambuco.<sup>19</sup>

Mas o grande *insight* deste pesquisador acerca do assunto foi identificar a principal característica do cangaceiro, que o distinguiria do jagunço, do cabra, capanga e pistoleiro. Tal característica seria a ausência de vínculo de subordinação exclusiva com o contratante dos serviços de cangaceiragem, ou melhor, o cangaceiro não possuiria patrão:

Deve restar bem claro que o relacionamento não produzia vínculo de subordinação exclusiva para qualquer das partes. A característica principal do cangaceiro, vale dizer, o traço que o faz único em meio aos demais tipos aqui já analisados, é a ausência de patrão. Mesmo quando ligados a fazendeiros, por força de alianças celebradas, o chefe de grupo não assumia compromissos que pudessem tolher-lhe a liberdade. A convivência entre eles fazia-se de igual para igual, agindo o cangaceiro como um fazendeiro sem terras, cioso das prerrogativas que lhe eram conferidas por poder das armas, sem dúvida o mais indiscutível dos poderes.<sup>20</sup>

Junto a isso, o referido estudioso classifica o cangaço em três tipos, quais sejam, o cangaço-meio de vida, o cangaço de vingança e o cangaço refúgio. Segundo ele, o primeiro tipo, cangaço-meio de vida, é o banditismo de profissão, tendo como representantes Lampião e Antônio Silvino. O segundo tipo, cangaço de vingança, possui um entendimento literal, encontrando suas razões na autotutela, na vingança privada, chamado pelo autor de “cangaço nobre” e tendo como alguns de seus representantes Sinhô Pereira e Jesuíno Brilhante. O terceiro tipo, cangaço refúgio, seria uma alternativa para pessoas perseguidas, que, no “asilo nômande das caatingas”,

---

19 *Ib.*, p. 76 e 77.

20 *Ib.*, p. 88.

encontravam proteção <sup>21</sup>.

Estribado nessa mesma ideia, Pernambucano de Mello afasta a aplicação generalista da teoria marxista para explicar a formação do cangaço, que, segundo ele, não se resumia apenas a uma luta de classes, travada entre o coronel e o cangaceiro, mas possuindo raízes histórico-culturais mais complexas, ligadas ao choque étnico, ao tempo dos primeiros contatos ocorridos no Brasil “recém-descoberto” ou invadido, quando numerosos grupos humanos se mantiveram, reciprocamente, insurretos aos regramentos alheios aos seus códigos culturais. A esta teoria de insubordinação constante, projetada ao longo do tempo, o autor deu o nome de “irredentismo”:

Vincando tão expressivamente uma Europa calejada de crenças, o seu tanto blindada a novidades, um continente distante enfim, a sedução da existência do homem em estado de natureza, traduzida, no plano da atitude – e desde que fincadas as primeiras estacas da organização colonial – por um irredentismo orgulhoso, uma sobrançeria forrada da ilusão de cada um ser rei de si mesmo, não poderia deixar de ter as marcas mais profundas plantadas senão no Brasil, a terra berço de maior evidência, quanto a esse sentimento libertário – ou anárquico, a outros olhos – naquele período. O irredentismo – cumpre que se complemente como preâmbulo ao seu entendimento – antes de se empinar em rebeldia, nasce apenas repúdio. Bem-comportado repúdio à ideia de ser redimido de suposta selvageria mediante a adoção de valores estranhos aos seus. Mais que estranhos, estrangeiros. Europeus. A rebeldia surgirá com a coação. A ministração a pulso em lugar do convencimento. E temos o caldo de cultura para o conflito.<sup>22</sup>

Partindo de todas essas informações, é necessário examinar mais a fundo em que época, mais ou menos, o fenômeno social do “cangaceirismo” aparece nas crônicas históricas e se o uso da terminologia “cangaço” é, semanticamente, coetânea ao referido banditismo.

---

21 *Ib.*, p. 89 e 140.

22 MELLO, Frederico Pernambucano de. *Estrelas de Couro: A Estética do Cangaço*. São Paulo: Escrituras Editora, 2012, p. 29.

## Comportamentos Cangaceiros e suas Antigas Definições

No vocabulário dos europeus que haviam chegado ao Nordeste do Brasil, nos primeiros tempos do período colonial, encontram-se diversas terminologias usadas para identificar pessoas ou grupos que não se alinhavam com as regras sócio-jurídicas do Velho Mundo, a exemplo de termos criminosos, delinquentes, canalha, gentilha, vadios, assassinos, vagabundos e, até mesmo, frases como “sem lei, fé e rei”.

Por óbvio, essa visão/dicção promanava do choque cultural ocorrido a partir do intenso contato entre as diferentes etnias que convergiram para o referido espaço, principalmente na zona litorânea, onde as embarcações, vindas de Além-mar, atracavam.

Não bastasse a diversidade já existente entre franceses, holandeses, espanhóis, portugueses, africanos e outros, o contato destes com o índio americano provocou grande impacto nas regras jurídicas e morais dos monoteístas europeus. Andar nú, comer carne humana, não ter escrita, viver sem acumular “riquezas”, praticar a liberdade sexual, não possuir residência fixa, etc., tudo isso abalou profundamente os rígidos conceitos do Velho Continente. Tanto é que o modo de vida indígena chegou a influenciar diversos pensadores da Europa, inclusive filósofos da renascença e, até mesmo, iluministas:

E a Europa vai-se enchendo de índios, em grande parte brasileiros, tupinambás, tabajaras, caetés, tamoios, que dançam para reis, devassam clausuras de freiras curiosas e avistam com filósofos, a exemplo de Montaigne, por volta de 1562, motivando a escrita de um dos *Ensaio*s mais altos, sumário pungente do pensamento humanista da Renascença. Sem o saber, os nossos índios iam desatando, na cabeça dos pensadores mais ilustres do tempo, os laços constrangedores manejados pela realeza e pelo papado, na subjugação política e psicológica do homem dito civilizado. Mesmo que o imponente retrato do índio americano divulgado na Europa apresentasse retoques místicos não difíceis de flagrar, o certo é que o século XVII, ao entrar em sua segunda metade, já não tinha nessa figura *flamboyante* apenas uma curiosidade mas um modelo. E

sobre este irão fundar-se correntes filosóficas e jurídicas, quintessenciadas em doutrinas políticas que explodem com o individualismo revolucionário do século XVIII. Com Rousseau. Com a Revolução Francesa. Com o “bom selvagem”.<sup>23</sup>

Desde o primeiro contato, o branco utilizou palavras para descrever esses povos primitivos do continente americano, referindo-se a eles pelos termos: índio, bugre, gentio, bárbaro, negro brasil, brasis, brasileiro, brasilíndio, ameríndio, íncola, ameríncola, povo pré-colombiano, homem americano, autóctone, aborígene, nativo, silvícola, silva, selvagem, alarve, caboclo, tupi, tapuia, etc. Ocorre que, com a chegada dos caucasianos, parte destes povos indígenas resistiu de diversas formas à invasão do interior do continente, passando a serem vistos como inimigos do Estado *made in* Europa.

Frederico Pernambucano de Melo afirma que o cangaço é um fenômeno social resultante da mistura étnica, do caldeamento cultural surgido no litoral e, posteriormente, disseminado para o interior do continente, o sertão, entre a civilização do couro:

O cangaço, em sua raiz de insurgência nômade, grupal e autônoma – é dizer, de chefia situada dentro do próprio bando – mostra-se tão velho quanto a própria colonização brasileira, as suas desordens remontando ao período das capitanias, fenômeno de origem litorânea que é, sem que dispusesse, nesses primórdios junto ao mar, do nome por que ficaria conhecido e que só viria a receber no sertão, quando para ali vai sendo enxotado pelo sucesso da colonização na faixa verde.<sup>24</sup>

Segundo o mesmo autor, é na zona geográfica do sertão que a forma de banditismo já praticada no litoral recebe o nome de cangaço. Sob este ponto de vista, o fenômeno social pre-existente no litoral só ganhará nome próprio no interior do continente brasileiro, no sertão.

Segundo Gustavo Barroso, no Ceará, os cangaceiros, antes de

---

<sup>23</sup> Ibidem, p. 28 e 29.

<sup>24</sup> Ib., p. 44. Ib., p. 44.

possuírem tal denominação, eram chamados de “cacheados”. No final do século XVIII, quando a então capitania cearense era governada pelo capitão-mor João Batista de Azevedo Coutinho de Montauray (de 1782 a 1789) <sup>25</sup>, havia um estereótipo bastante conhecido e malquisto pelas autoridades, o qual era caracterizado, sobretudo, pelo comprimento dos cabelos, com carapinhas felpudas, escondidas debaixo de seus chapéus, feitos com casco de peba ou couro. Sobre isso, explica Barroso:

Os antigos cangaceiros do Nordeste tinham o hábito, que se prolongou até bem pouco tempo, de usar como distintivo profissional, sinal de valentia e fereza, uma longa melena sobre a testa, que, frisada naturalmente pela mestiçagem, se enrolava, formando uma trunfa ou topete. E daí talvez venham as expressões *ter topete e ser topetudo*, indicadoras de audácia. Quando o possuidor da mexa estava de chapéu à cabeça, ninguém a via; porém, logo que o tirava ou o derramava para traz, ela aparecia. E nenhuma pessoa se atrevia a tirar o menor *paluxio para as bandas* dum tipo desses. Nesse tempo, não se chamavam jagunços nem cangaceiro os cabras famanazes e os bandidos: eram os cacheados.<sup>26</sup>

De acordo com o autor, nesse tempo, tais indivíduos, mestiços indetificados pelas compridas melenas, não eram apelidados de “cangaceiros”, nem de “jagunços”, mas de “cacheados”.

Nas andanças do referido capitão-mor (governador) pelas vilas de Aquiraz ou Fortaleza, bastava que algum homem de cor e cabelo deixasse o chapéu cair para trás da nuca, descobrindo o cacho sobre a testa, para que Montauray mandasse efetuar a sua captura. Em seguida, o dito governador determinava sumariamente o corte da indesejada madeixa, tomado pelo anseio de eliminar os bandidos e vadios que infestavam o Ceará.

Mesmo sendo uma medida ineficaz, Montauray, convicto de sua missão, chegou a ordenar a todos os homens de cor que, quando

---

25 JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota (Organizador). *Catálogo de Manuscritos Avulsos da Capitania do Ceará (1618 - 1832)*. Fortaleza - Brasília: Edições Fundação Demócrito Rocha, 1999, p. 344.

26 BARROSO, Gustavo. *Almas de Lama e de Aço: Lampião e outros cangaceiros*. Op. cit., p. 39.

passassem pelo paço do governo, colocassem à mostra o tope de suas cabeças, com a finalidade de decepar a golpe de terçado as gaforinhas “cangaceiras”. Apoiado na tradição oral, Barroso narra como ocorriam esses cortes compulsórios de cabelo:

Na tal residência da rua de Baixo, debruçava-se pela manhã no muro que dava para a via pública e punha-se a observar a gente que ia para a antiga Praça do Conselho, depois, da Sé. Mal dava com um *cabra* de chapéu descido para a nuca e cacho bamboleando no meio da testa, gritava aos soldados da guarda: - Pega! Quatro ou cinco milicianos seguravam o valentão e traziam-no à presença terrível do déspota. Com um safanão, o cabo da esquadra atirava-lhe o chapéu de couro ou de casco de peba ao chão. O cacho flutuava livre. E o capitão-mor ordenava: - Sargento, corte a trunfa deste não sei que diga! O inferior arrancava o amolado chilfarote da bainha e decepava o atributo capilar do famanaz. Os soldados desarmavam-no e soltavam-no. Montaury bradava: - Vá embora, cabra! E, cuidado, não deixe crescer outra trunfa!<sup>27</sup>

Continuando a busca pelos mais antigos registros sobre o termo cangaço ou cangaceiro, observa-se que, em um dicionário publicado no ano de 1832, na cidade de Ouro Preto/MG, da autoria do goiano Luiz Maria da Silva Pinto, cangaço era “s.m. o mesmo que Bagaça, e Bagaço”<sup>28</sup>.

Já no jornal pernambucano “Diário Novo”, na edição de 03 de agosto de 1843, sob o título “Comunicado”, há uma matéria sobre a força e o terror usado pelo Governo no período eleitoral. Nesta, é citada a palavra “cangaço” dentro do seguinte contexto: “No meio porem de todo este cangaço do governo o que tem feito a oposição?”<sup>29</sup>. Pelo contexto em que está inserida a terminologia, entende-se que cangaço foi usado no sentido de uso da força, em desrespeito à lega-

---

27 Ibidem, p. 40 a 42.

28 PINTO, Luiz Maria da Silva (natural da província de Goiás). *Dicionário da Língua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832, p. 28.

29 Diário O Novo, quinta-feira, 03 de março de 1843, Ano II, Nº 166, p. 02, Biblioteca Nacional Digital, Brasil. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&pesq=canga%C3%A7o> Acesso no dia 17/06/2014.

lidade do processo eleitoral.

Noutro jornal pernambucano, “A Carranca”, na edição do dia 22 de dezembro de 1845, no título “Que Mania”, também aparece a palavra cangaço:

*Ex operibus eorum cognocetis eos* (Sete Setembro, n. 30) Com effeito! até o Evangelho, esse monumento soncto, e invulneravel, he invertido, e adulterado pelo *carunxo mór, pelo plagiário em chefe*, Miguel do Sacramento Lopes Gama! *Ex fructibus eorum cognoscetis eos* (diz o Evangelho) mas o fradixo, que he filho primogenito da inversão, e da desordem, e encanecido no pessimo habito de furtar, de parodiar, e de torcer a seu geito as passagens de todos os autores, que lhe caem nas garras, sai-se com o – *ex operibus eorum &c.*! Forte mania! Impingir obras por fructos! Bem sabemos, que faz mesmo sentido, mas que precisão tinha o frade de substituir huma palavra com outra? Em fim este *cangaço de petas* nasceo no mesmo dia, em que nasceo o diabo (...).<sup>30</sup>

Mesmo analisando o contexto, fica difícil entender o que o autor pretendeu dizer ao citar o termo “cangaço de petas”. Apesar disso, vale ressaltar a relativa antiguidade do uso da palavra dentro de uma linguagem de jornal, isto é, dentro de uma escrita oficial.

Em um dicionário do final do século XIX, publicado no Rio de Janeiro, no ano de 1889, pelo Visconde de Beaurepaire-Rhoan, natural de Niterói, há três diferentes sentidos para “cangaço”. Diz o autor que a palavra é de origem portuguesa e nas províncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará significava:

**Cangaço (1º)**, *s.m.* (*Pern., Par. do N., R. Gr. N., Ceará*) pedunculo e espatha do coqueiro, os quaes se desprendem da arvore, quando estão seccos. // Etym. E' vocabulo portuguez que se applica ao pedúnculo dos cachos da uva, e mais, com a significação de bagaço, á parte grosseira que fica dos productos expremidos (Aulete). // Em Alagôas dizem Cangaraço (B. de

---

30 A Carranca, Recife, 22 de dezembro de 1845, Nº 54, p. 01. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=717495&pesq=canga%C3%A7o>> Acesso em 17/08/2014.

Maceió).

**Cangaço (2º)**, *s.m. (mesmas provs. acima citadas)* objetos de uso de uma casa pobre. Neste sentido usa-se no plural, e vem a ser o mesmo que Cangacaes.

**Cangaço (3º)**, *s.m. (mesmas provs.)* conjunto de armas que costumam conduzir os valentões: - Fulano vive debaixo do *Cangaço*, isto é, carregado de armas (Meira).<sup>31</sup>

Ainda, Beaurepaire-Rhoan traz em seu dicionário o significado do termo “cangaceiro”, que, segundo ele, no Ceará, era o nome dado ao homem que carrega “Cangaço”, isto é, “armas em excesso, affectando valentia”<sup>32</sup>.

Mas é no corpo de um antigo diário de viagem, escrito entre os anos de 1859 a 1861, que vamos encontrar a mais antiga definição para o termo “cangaceiro”, dada pelo médico carioca Francisco Freire Alemão, cientista enviado por D. Pedro II para a província do Ceará, na qualidade de chefe da Seção Botânica da Comissão Científica de Exploração.

Quando Alemão esteve na região do Cariri cearense, mais especificamente, na cidade do Crato, tomou nota sobre o assunto, dizendo que: “De viagem os figurões, ou os que querem passar por tais, andavam sempre com certo número de homens armados, chamados cangaceiros”<sup>33</sup>.



Francisco Freire Alemão

31 BEAUREPAIRE-RHOAN, Visconde de. *Diccionario de Vocabulos Brasileiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. 31.

32 Idem.

33 ALEMÃO, Francisco Freire. *Os Manuscritos do Botânico Freire Alemão: Catálogo e Transcrição*. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, 1964, p. 303.

## **Duas Hipóteses sobre a Origem da Palavra Cangaço**

### **Primeira Hipótese: Origem Portuguesa (Cangaço ou Canga de Aço)**

O imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL) Gustavo Barroso parece ter sido responsável pela primeira afirmativa escrita sobre a origem da palavra cangaço, a qual, segundo ele, é oriunda da língua portuguesa.

Gustavo Barroso, um dos maiores estudiosos sobre o cangaceirismo, foi responsável por construir a hipótese mais aceita, atualmente, para explicar a origem da palavra cangaço. Segundo o referido autor, a terminologia “cangaço” surgiu do hábito de os antigos bandoleiros se sobrecarregarem de armas, trazendo o bacamarte passado sobre os ombros, à feição de uma canga, por isso dizer que estes indivíduos andavam debaixo do cangaço, isto é, de uma canga de aço <sup>34</sup>.

A obviedade e a lei do menor esforço consignam essa hipótese como verdadeira e acima de qualquer suspeita, no entanto, tal afirmativa é, no mínimo, uma visão simplista e insuficiente para explicar a origem do termo cangaço, pois alguns questionamentos colocam em dúvida tal hipótese.

Em primeiro lugar, é sabido que os cangaceiros andavam em bando. Então, em meio ao séquito, o indivíduo que portasse sua arma sobre as espáduas, possivelmente, teria o cano desta apontado para algum companheiro que se posicionasse em um dos seus flancos, havendo, assim, grande risco de disparo acidental ao longo das estreitas veredas e dos ínvios caminhos das caatingas, irregulares, pedregosos e repletos de garranchos.

Em segundo lugar, partindo do princípio de que as armas eram relativamente pesadas, é óbvio que portar sobre os ombros um bacamarte boca de sino, mosquete, trabuco, rifle, fuzil ou qualquer outra ferramenta do mesmo peso e natureza, composta de ferro e madei-

---

34 Em nota de rodapé, disse Gustavo Barroso: “Armamento; de canga, porque o bandoleiro antigo sobrecarregava-se de armas, trazendo o bacamarte passado sobre os ombros como uma canga. Andava debaixo do cangaço” (BARROSO, Gustavo. *Heróis e Bandidos: Os cangaceiros do Nordeste*. Rio - São Paulo - Fortaleza: Editora ABC, 2012, p. 31).

ra, poderia causar grandes incômodos ao longo de horas de caminhada. Além disso, há antigos informes documentais sobre o uso da “bandoleira”, isto é, uma correia que permitia o transporte das armas longas, a tiracolo, sem sobrecarregar os ombros e os braços.

No que tange a este assunto, Frederico Pernambucano de Mello, em entrevista ao ex-cangaceiro Medalha (Miguel Feitosa Bizarria Lima), apurou que, em regra, não era comum os cangaceiros do bando de Lampião portarem suas armas sobre os ombros:

O processo era comum à bandoleira, correia forte de couro destinada a sustentar a espingarda no ombro, de ordinário em linha vertical paralela ao tronco. E, aqui, mais um ponto a desvelar a ambiguidade das atitudes de misticismo naquele meio, mesmo na relativa homogeneidade do bando de Lampião: para alguns cangaceiros, nada era mais inadmissível que pendurar a espingarda nas costas em diagonal com o tórax, a correia indo do ombro esquerdo para a ilhargia direita, ou vice-versa. Seria “botar nas costas o pau da Cruz e chamar a morte”, por ser de madeira a base da estrutura da arma. Assim nos relatou Medalha, grave, e ficamos na crença.<sup>35</sup>

A forma como eram portadas as armas por homens ligados ao cangaço ou pré-cangaço já é citada em documentos escritos no início do século XVIII, a exemplo de uma narrativa sobre a prisão do segundo ouvidor-geral (juiz) da então capitania do Ceará, o bacharel Antonio Loureiro de Medeiros, a qual foi efetuada no começo da década de 1730, nos seguintes termos: “e entrando nela **[Fortaleza]** o capitão da infantaria, querendo prender a Antônio de Loureiro, este puxou por uma faca de ponta que trazia, e duas pistolas no sinto, e uma carabina de tiracolo”<sup>36</sup>.

Ao usar a expressão “carabina de tiracolo”, significa dizer que as armas longas de fogo já eram transportadas por meio das bandoleiras, isto é, com correias (geralmente, feitas com couro) afixadas

---

35 MELLO, Frederico Pernambucano de. *Estrelas de Couro: A Estética do Cangaço*. Op. cit., p. 92.

36 MEMÓRIA COLONIAL DO CEARÁ, 1731-1736. Tomo 1. Kapa Editorial, 2011, p. 194.

próximas às extremidades das armas de fogo, para, assim, serem sustidas em um dos ombros de quem as portava.

Portanto, em nossa opinião, a etimologia aventada por Gustavo Barroso não deve prevalecer por não possuir uma justificativa histórica mais robusta.

## Segunda Hipótese: Origem Indígena

### Língua Tupi

Contrariando a pretensa origem lusa do étimo em apreço, Tomé Cabral afirma que o substantivo masculino “cangaço”, na segunda acepção apontada em seu dicionário, possui sentido de esqueleto<sup>37</sup>, pois, segundo ele: “parece, a princípio provir do tupi canguera (osada, osso sem carne)”. Completa o autor, citando a opinião de Batista Caetano, que cangaço tem origem no “abanenga” (língua geral), sendo derivado de “kang” (osso) ou “akang” (crânio ou cabeça).

No entanto, Tomé Cabral admite haver dúvida em torno da exata origem do termo cangaço, ponderando que o assunto: “Merece entretanto, um estudo mais aprofundado a respeito de sua origem, tendo-se em vista a semelhança gráfica e a quase homofonia entre cangaço e cangalho e sobretudo ao sentido mais ou menos equivalente”:

Cangaço - sm. - 1) - O modo de vida do cangaceiro. O banditismo. ‘...prometendo retirar-se do cangaço’ (LCF 27). ‘...quis sanear o cangaço o Estado da Paraíba’ (XOB 99). ‘...afivelando a cartucheira e se perdendo no cangaço’ (LMN 59). CAIR (ou ENTRAR) NO CANGAÇO - Ingressar na vida de cangaceiro. ‘Era muito melhor caírem logo no cangaço’ (FMM 227) VIDA DE CANGAÇO - ‘Vida de cangaceiro, de saltador habituado ao cangaço’. ‘Tomar o cangaço, viver no cangaço, andar no cangaço, debaixo do cangaço, são sinônimos do bandolei-

---

37 Tomé Cabral registra o termo “cangaço” por duas vezes em seu dicionário. Na primeira, alude ao modo de vida do cangaceiro, o banditismo (CABRAL, Tomé. *Dicionário de Termos e Expressões Populares*. Fortaleza/CE: Imprensa Universitária, 1973, p. 192).

ro, assaltante profissional” (LCF 183)”. Na segunda vez que Tomé Cabral menciona a palavra cangaço, é com significado anatômico, referindo-se a esqueleto, pessoa ou animal esquelético: “3) - O corpo, em sentido figurado ou burlesco. ‘...o dia em que alguém pisar em cima de meu cangaço’ (cit. NML 151). 4) - Traste, objeto quase imprestável; resto de móvel ou de certos utensílios.<sup>38</sup>

Já o estudioso Leon Clerot registra em seu dicionário a palavra tupi “cangaça” como sendo um nome geográfico no Estado de Pernambuco e com o significado de travessia da cabeceira (“acanga-açá-ba” = cabeça) ou travessia de caminho (“acanga” = cabeça + “acaba-aapeaçá-ba”). No entanto, apesar da semelhança fonética, existe uma diferença de gênero e de sentido, o que não impede que tais vocábulos (cangaço e cangaça) possuam alguma ligação etimológica.

### **Língua Tapuia: Cariri (Kiriri)**

Pedro Baptista, no ano de 1929, suscitou a possibilidade de a palavra cangaço ter origem na língua dos chamados “tapuias” (isto é, índios que não falavam tupi), mas, mais particularmente, na língua dos índios Cariris, e isto com base na antiga obra do Padre Luiz Vincencio Mamiani, autor do “Catecismo Kiriri”, publicado em 1698, no qual está registrado o termo “canghi”, que quer dizer “bom”. Argumenta Pedro Baptista que esta adjetivação estaria relacionada à “compassiva tradição sertaneja” em se lembrar dos seus heróis “sempre aureolados de bondade e nobreza d’alma”<sup>39</sup>.

Além desse catecismo, o termo em comento também é encontrado numa antiga gramática da língua dos índios Cariris, publicada em 1699 pelo mesmo padre (“Arte de Grammatica da Lingua Brazilica da Nação Kiriri”), na qual há o registro do vocábulo “canghi-

---

38 Ibidem, p. 193.

39 De acordo com Pedro Batista: “Na língua Kiriri, apanhada pelo Pe. Mamiani, encontra-se CANGHI - bom. Agora, note-se como coincidência, o julgamento compassivo da tradição sertaneja rememorando os seus heroes sempre aureolados de bondade e nobreza d’alma” (Op. cit., p. 279).

tê", o qual, quando traduzido para o português, possui o sentido de "obra boa" <sup>40</sup>.

Em publicação recente, Luis Bernardo Pericás sugere que cangaço poderia ter se originado da palavra "Cayacu" (Kâyacu), pertencente à língua dos índios Cariris, tendo como significado "lua". O autor, partindo do princípio que tal astro está diretamente ligado à noite, e, conseqüentemente, aos animais de hábito noturno, compara-os aos salteadores: "quase invisíveis, que surgiriam desavisadamente no meio da noite para realizar os seus ataques". Todavia, o próprio Pericás dá pouco crédito a esta hipótese pela inviabilidade da corruptela, nos seguintes termos: "É difícil ligar a palavra a uma corruptela do cariri Cayacu (Kaâyacu), ou 'lua', em português, conectando, de alguma forma, os salteadores a criaturas 'noturnas', quase invisíveis, que surgiriam desavidamente no meio da noite para realizar seus ataques" <sup>41</sup>.

### **Relação da Palavra Cangaço com as Línguas Indígenas**

A "língua brasileira" não pode ser confundida com a língua portuguesa, herdada do continente Europeu, pois o intercuro étnico, promovido desde o período colonial, com a interação de povos de diferentes origens, propiciou a formação de um vernáculo propriamente brasileiro, com forte influência indígena.

No Brasil, o mais remoto registro da palavra cangaço está estampado no antigo "Dicionário da Língua Portuguesa", publicado por Moraes Silva, no ano de 1789. Neste trabalho, "cangáço" é apresentado como sinônimo de "engaço" ou "bagaço" <sup>42</sup>, conforme também registram os dicionários modernos.

No entanto, deve ser destacado que Moraes Silva era brasileiro,

---

40 MAMIANI, P. Luiz Vincencio. *Arte de Gramática da Língua Brasileira da Nação Kiriri*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Typ. Centrel de Brown & Evaristo, 1877, p. 14.

41 PERICÁS, Luiz. *Os Cangaceiros: ensaio de interpretação histórica*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010, p. 16.

42 SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Língua Portuguesa*. Tomo Primeiro A=K. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p. 336. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00299210#page/1/mode/1up> Acesso em: 17 de ag. de 2014.

natural do Rio de Janeiro, e sua obra teve por base um dos mais antigos dicionários portugueses, “Vocabulário Portuguez e Latino”, escrito pelo padre Dom Rafael Bluteau, no início do século XVIII<sup>43</sup>, no qual não se encontra o registro da palavra “cangaço”, podendo-se deduzir que este substantivo inexistia no vocabulário português, sendo fruto de uma língua diversa, com a qual Moraes Silva teve contato. Aparentemente, é a partir da publicação deste último que o termo “cangaço” sai da mera dicção (oralidade) e passa a ter registro escrito.

Então, se “cangaço” não tem origem no vernáculo português, mas está presente na língua brasileira, qual a melhor explicação para este fato?

Além dos diversos topônimos indígenas, outros termos dessa mesma origem estão presentes na língua brasileira, a exemplo do nome “acanguçu” ou “canguçu” (“acang-uçu” = a cabeça grande; a cabeçuda), para fazer referência ao felino Jaguareté, ou seja, uma espécie de onça pintada um pouco menor, de malhas mais finas e numerosas, possuindo uma cabeça maior do que a espécie tipo<sup>44</sup>.

Em uma publicação do ano de 1887, o linguagista Paulino Nogueira expõe inúmeras palavras de origem indígena usadas pelos moradores da Província do Ceará, dentre elas, canguçu, sobre a qual diz ser:

onça de pintas ou malhas grandes, que dizem ser filha da pintada com a sussuarána; é o leopardo do Brasil. Pompêo, Ens. Est. cit., T. 1º, P. 211, Nota 4 - Do cruzamento desta com o tigre dizem que sae a preta manchada - Ety.: - *acanga* cabeça, e uçu grande. B Caetano, *Vocab. cit.*, P. 20, e B. Rodrigues, *Rev. do Inst. cit.*, P.61, Tem realmente a cabeça grande. Pelas malhas também lhe veio o nome de

---

43 O Padre Bluteau escreveu sua obra em oito volumes. O primeiro (A-AZU) foi publicado no ano de 1712, e, o último, (T-ZO) no ano de 1721, todos sob o título de “Vocabulário Portuguez, e Latino”. Esta obra pode ser consultada virtualmente na Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <http://purl.pt/13969/4/> Acesso em: 17 de ag. de 2014, às 12:00hs.

44 CLEROT, Loen F. *Glossário Etimológico Tupi/Guarani*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2011, p. 25. No Jornal do Recife, datado de 13 de fevereiro de 1887, encontra-se menção à matança de duas onças “canguçu” (In: Biblioteca Nacional Digital, Brasil. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705110&pesq=cangu%C3%A7u> Acesso em: 18 de ag. de 2014).

jaguaripe, de jaguar onça e igapé nodôa, mancha. Malta cit., P. 249.<sup>45</sup>

Através de contrato com o Governo do Ceará, Thomaz Pompeo de Sousa Brasil, entre os anos de 1855 e 1862, realizou um amplo estudo sobre esta província, tendo como objeto de estudo sua Topografia, Hidrografia, Orografia, Reino Mineral, Reino Animal, Reino Vegetal, etc. Assim, incumbido desta tarefa, escreveu sobre a onça, do gênero *Felix*, constatando a presença de várias espécies: a preta, também chamada de tigre; a pintada ou jaguar; a ruiva ou sussuarana, também conhecida por cagoar; e, além destas, as “cangaçús”, que eram “umas de pintas ou malhas grandes, que dizem ser filhas das pintadas com sussuaranas”<sup>46</sup>. Como se percebe, Pompeo redige “cangaçús” (obviamente, plural de “cangaçú”), evidenciando a semelhança com o termo “cangaço”.

A terminologia indígena “canguçu” (“acanga” = cabeça + “uçú” ou “açú” = grande) também é usada para nomear regiões de diferentes Estados, como em Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Além disso, este mesmo vocábulo, igualmente, serve para denominar um peixe marinho (*Scomberomorus regalis*)<sup>47</sup>.

O etnógrafo e poeta Gonçalves Dias, em seu “Dicionário da Língua Tupi”, publicado em 1858, registra o termo indígena “acंगा” e suas variações. Esta palavra, usada de forma isolada, tem o sentido de “cabeça”, no entanto, conforme a aglutinação dos sufixos, pode ganhar diferentes significados. Assim, os termos tupicos “acंगा-acy” quer dizer doer a cabeça; “acंगा-ayba”, tresvariar; “acंगा-

---

45 NOGUEIRA, Paulino. *Vocabulário Indígena em uso na Província do Ceará*. Revista do Instituto do Ceará, ANO I, 1887, p. 247.

46 BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. Tomo I. Fac-símile da Ed. de 1863. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997, p. 211. É oportuno afiançar que nos tempos atuais ainda existe entre os sertanejos cearenses a crença de que a onça pintada cruza com um dos tipos da onça vermelha, a maçaroca, conforme as palavras do ancião José Francisco Valadão, em entrevista cedida no dia 11/10/2010, no Sertão dos Inhamuns. A gravação audiovisual desta entrevista faz parte do nosso arquivo pessoal.

47 Segundo Leon Clerot: “Canguçu - Geogr.: Nome geográfico no E. do Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Zool.: *Scomberomorus regalis*, peixe marinho da fam. Scomberidae. Nome também do *jaguarete*, variedade da *Felix onza* L., mamífero varnífero da fam. Felidae, de cabeça maior do que a espécie tipo. Etim.: Acang-uçú - cabeça grande; de acanga - cabeça, + açú - grande ou maior” (Op. cit., p. 127).

-aybã-nungára”, adoidado; “acânga-cangoera”, crânio; “acânga-catu”, habilidade, juízo, retentiva; “acânga-etic”, acenar com a cabeça; e, por fim, “acânga-açu”, da união de “acanga” (cabeça) com o aumentativo da língua tupi “açu” (grande), que, no entendimento da língua indígena, possui a conotação de “habilidoso”<sup>48</sup>.

O Padre Bluteau, em dicionário do início do século XVIII, menciona a palavra “cangoera”, que, segundo ele, é pertencente à língua do “gentio do Brasil” e fazia referência aos ossos dos mortos com que os índios fabricavam seus instrumentos musicais<sup>49</sup>. O tupinólogo Leon F. R. Clerot aponta para o mesmo significado, ou seja, reforça que “cangoera” (acang-uéra) refere-se aos ossos, à ossada, “podendo-se traduzir somente: a caveira”<sup>50</sup>. Já Eduardo de Almeida Navarro acresce que a “kangûera” fazia menção à magreza, semântica que, ainda hoje, subsiste nos sertões do nordeste:

**Kangûera**<sup>1</sup> (etm. – *ossos que foram*) (s.) – esqueleto (Catilho, *Nomes*, 31); ossada; espinha: *pirá-kangûera* – espinhas de peixe; *mba’e-kangûera* – ossada (de animal) (VLB, II, 59); (adj.: **kangûer**) – esquelético, muito magro, descarnado, posto nos ossos: *Xe kangûer*. – Eu estou esquelético. (VLB, II, 28).

**Kangûera**<sup>2</sup> (etim. – *osso que foi*) (s.) – instrumento para fumo; espécie de cigarro grande; “*canudo que se faz de uma folha de palma seca e tem três ou quatro folhas secas de erva-santa, que os índios chamam petume*” (Sousa, *Trat. Descr.*, 317).

**Kangûera**<sup>3</sup> (etm. – *osso que foi*) (s.) – **CANGOEIRA, CANGUEIRA**, instrumento musical feito de ossos de pessoas mortas (Vasconcelos, *Crônica* (Not.), §143, 107).<sup>51</sup>

Cite-se que nos Estados do Pará e Ceará é encontrado o topônimo Jacarécanga (“yacaré-canga”, a ossada de jacaré, ou “yacari-canga”,

---

48 Gonçalves Dias foi um grande estudioso dos povos indígenas, tendo viajado por várias províncias brasileiras à cata dessa gente (DIAS, Gonçalves. *Dicionário da Língua Tupi: chamada Língua Geral dos Indígenas do Brasil*. LIPSIA: F.A. BROCKHAUS/ Livreiro de Sua Majestade o Imperador do Brasil, 1858, p. 09).

49 BLUTEAU, Padre D. Rafael. *Vocabulario Portugez e Latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712, p. 102.

50 Esta também é a opinião de Teodoro Sampaio (Ver: CLEROT. Op. cit., p. 127)

51 NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Tupi Antigo: A língua indígena Clássica do Brasil*. São Paulo: Global Editora, 2013, p. 216.

a cabeça do jacaré)<sup>52</sup>. No território cearense também existe o topônimo “cangati” (acanga-atí, cabeça pontuda, saliente)<sup>53</sup>. Destaque-se que, no tupi, a palavra “kanga” é bastante usual:

**Kanga**<sup>1</sup> (s.) – segura; (adj.: **Kang**) – seco, enxuto, que perdeu toda a água (VLB, I, 120). Nota – Daí, no P.B., **SACANGA**, galho seco de árvore; graveto.

**Kanga**<sup>2</sup> (s.) – 1) osso (Castilho, *Nomes*, 31): ... *I kanga iepotasaba pe'abo o iosuí*. – As juntas de seus ossos afastando umas das outras. (Ar., Cat., 62v); ... *Asé i kangüeri - tiruã momba'etêü, o aïuri serekôbo...* – Até mesmo seus ossinhos a gente cultua, tendo-os no pescoço. (Ar., Cat., 12v); 2) espinha (de peixe) • **Kanga putu'uma** – tutano dos ossos (VLB, II, 138; D'Evreux, *Viagem*, 159); **kanguêra** – osso fora do corpo, osso descarnado; espinha já fora do peixe (VLB, I, 126). Nota Daí, no P.B. (pop.), **CANGUIÇO**, pessoa muito magra. Daí, também, os nomes geográficos **CANGUEIRA** (PR), **CANGUERA** (SP) (v. Rel. Top. e Antrop. no final).

**Kanga**<sup>3</sup> (s.) – armação (p.ex., de navio, de casa etc.); qualquer peça de tal armação: *ô-kanga* – armação de casa; *ô-kanguâma* – madeira o armação para futura casa (VLB, I, 41).<sup>54</sup>

No início do século XIX, durante os movimentos de influência iluminista (simpáticos à Independência do Brasil e à proclamação da República), diversos brasileiros, tocados pelo sentimento nativista, adotaram como sobrenome palavras indígenas. Durante um desses movimentos liberais, a Confederação do Equador, de 1824, também deflagrada na então província do Ceará, um de seus integrantes, João Nepomuceno da Silva, adotou o nome de Canguçú ou Cangus-

---

52 CLEROT. Op. cit., p. 276.

53 Ibidem, p. 127. Renato Braga cita a palavra cangati por treze vezes, nas quais aparece nomeando seis riachos, uma serra, uma lagoa, um rio, um povoado, dois distritos e o antigo nome do município de Caio Prado, todos no território cearense. Divergindo um pouco do entendimento de Clerot, Renato Braga aponta outra acepção para “cangati”, pois, segundo ele, a palavra deve ser interpretada como “acanga”, cabeça, e “catu”, boa, remetendo ao sabor da cabeça do peixe deste nome, parecido com o bagre, abundante nos cursos d’água do Ceará, do qual há quatro espécies (BRAGA, Renato. *Dicionário Geográfico e Histórico do Ceará (B-C)*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1967, p. 234 e 235).

54 NAVARRO. Op. cit., p. 216.

sú, conforme aparece em um documento datado de 15 de julho do dito ano:

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Snr.<sup>or</sup>. Pela participação que acabo de expedir ao **Sargento Mor graduado Joao Nepomoceno e Silva CanguSsu**, Comandante do Batalhão de 1<sup>a</sup> Linha desta Província, sobre a baixa do Cabo de Esquadra do mesmo Batalhão Alexandre Francisco Roiz, para reverter á Praça [**documento mutilado**] de Simples Soldado, por ser comprehend...? [**documento mutilado**] em furto, e indigno por iSso da Praça, que tinha, fica cumprido o Officio de V...? [**documento mutilado**] da data de hoje, pela parte que me to...? [**documento mutilado**] Deos Guarde a V. Ex.<sup>ia</sup> Q.<sup>tel</sup> do Gov.<sup>o</sup> das Armas na Cid.<sup>e</sup> do Ceará 15 de Julho de 1824; 3<sup>o</sup> da Independ.ia, e Liberdade do Brazil. Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>r</sup> Presidente Tristao - Gonsalves d'Alencar Araripe. Joze Pereyra Filgueiraz.<sup>55</sup>

Frente ao exposto, é razoável pensar que a palavra cangaço possa ter origem na expressão indígena “cangussu” ou “canguçu” (*cang* = osso + *açu* = grande) para fazer menção aos índios que se retiravam para as matas, diante da invasão branca, com o objetivo de fugir e resistir, levando consigo, nessa vida nômade, seus utensílios, como vasilhas, redes, machadinhas, alimentos e armas. Também é possível que, nessas retiradas abruptas, a depender da época do ano, tais indivíduos ficassem expostos à sede e à fome, principalmente no tempo das estiagens. Dessa maneira, é presumível que, nesse contexto, tenha se formado um cenário composto por índios de corpos magros, cabelos compridos, carregados de objetos, resistindo ferozmente no meio das matas e caatingas, conforme relatou Frei Vital de Frescarolo, no ano de 1802, nas imediações da Chapada do Araripe:

(...) foi servido encarregar-me da importante diligencia de pacifical-os, instruil-os, baptizal-os e aldeal os, até pôl-os no caminho do céu, e ao serviço do rei (...). Aos 7 de Julho sahi de Pernambuco, e aos 31 do dito cheguei na capela de Jeri-

---

55 Paleografia realizada por Heitor Feitosa Macêdo dos manuscritos que se encontram no Instituto Cultural do Cariri (ICC). CRATO/CE, 25/08/2014.

M. e Ex. Sr.

Pela participação que acabo de  
 expor ao Augusto Sr. graduado Sr.  
 Nepomuceno da Silva Canguçu, Com  
 mandante do Batalhão del. Sr. Simão  
 desta Província, sobre a compra do Ex.  
 de Esquadra do mesmo Batalhão del.  
 Sr. Francisco Silva para revestir o Pra  
 de Impulso del. Sr. por ser competente  
 em guerra, e insignia por esse motivo, q  
 tenha sido cumprido o Offício del.  
 na data de hoje, pela parte que me to  
 do. Guarde M. Ex. Sr. del. Sr. de  
 Oremas na Sid. de Sena 15 de Julho  
 del. 24, B. da Indígena, e Liberdade  
 do Brasil.

M. e Ex. Sr. Nepomuceno da Silva  
 General del. Sr. de Sena

João Nepomuceno da Silva Canguçu

CS Scanned with CamScanner

Documento datado de 15 de julho de 1824, onde aparece o nome de João Nepomuceno da Silva Canguçu

tacó, ribeira do Moxotó, e no primeiro de Agosto, que era o dia de Sant'Anna, depois de ter celebrado a santa missa, lá vierão dous dos ditos gentios a ter fala comigo, porque já estavam notificados pelos moradores da dita ribeira; com muito agrado os recebi, e perguntando eu por toda a sua gente, responderão, que estavam todos juntos no mato, esperando por mim, mas que não sahião n'essa ribeira por medo da muita gente que lá havia, e que só indo eu ao lugar chamado Jacaré, por ser este lugar muito retirado, sem falta todos lá sahirião; e por eu saber que esta é uma gente muito desconfiada, e só com paciência, prudência e caridade se vence, lhe fiz a vontade, e com todo rigor da seca e da fome, do melhor modo que pude, aos 12 de Agosto, ao sol posto, cheguei n'este lugar Jacaré, sem achar gentio nenhum; e aos 13, ás 5 horas da tarde, é que aparecerão 4 correios dos ditos gentios, e um d'elles era o seu capataz; e chegando, como sinal de respeito e de entrega, logo encostarão seus arcos e frexas ao meu pobre ranxo. Com agrado e alegria os recebi, e perguntando eu aonde estava a sua gente, respondeu o lingua e capataz, que a gente vinha muito devagar em razão da fome, dos velhos e dos meninos, mas que amanha, até depois, sem falta estavam todos n'este lugar. Com efeito aos 15, dia da gloriozissima Assumpção de Maria Santissima ao céu, ás 4 horas da tarde, é que tive o inexplicável contentamento de ver-me cercado, e ter na minha presença 114 gentios brabos, que é o numero total d'elles, entre maxos e fêmeas, grandes e pequenos. Uns tantos d'elles mostravão no semblante que nenhum medo tinhão; mas uns tremião de modo que não posso explicar, e principalmente as mulheres; porém assim mesmo uns tantos encostarão os arcos ao meu ranxo, e outros m'os derão para guardar (...) e por fim lhes dei a benção com o Santo Cristo, e os mandei arranxar no mato. No dia seguinte os chamei todos á minha presença, e por meio de 10 linguas, que tem todo este ranxo de vermelhos, principiei a explicar-lhes qual era a cauza da minha vinda a estas brenhas: que era mandado de Deus, do rei e do governo para elles se aldearem, baptizar, instruir na fé católica, servir ao rei e nunca mais viver como bixo no mato, mas sim como christãos em aldeia para se salvarem. A isto responderão todos que este sempre foi o seu dezejo, mas que tinhão medo dos brancos, e que esta não fosse falsidade minha, como já foi aquella do riixo do Navio, do Brejo do Gama e outras,

que dice a V. Ex. Revma o anno passado, quando aldeei os indios brabos do Olho d'agua da Gameleira, na freguezia do Cabrobó, que debaixo da capa de paz e da santa missa fizerão d'estes miseraveis tão horrenda carnagem de prender, atirar, xumbar, acutillar, espancar, matar e picar, como si não fossem gente da mesma especie como nós.<sup>56</sup>

Acrescente-se a isto o fato de os proprietários de terras, nessas mesmas regiões, terem o costume de fazer guerra aos índios no período da estiagem, pois, nessa época, a caatinga perde sua folhagem, facilitando a visualização dos "tapuias" dentro das matas.

O médico francês Pedro Théberge, residente na vila do Icó/CE desde a primeira metade do século XIX, relatou como ocorria o caça aos índios nos sertões próximos à Chapada do Araripe, nos seguintes termos:

No interior da província [do Ceará], para os confins da freguezia do Jardim, e extrêmas d'esta com as provincias da Parahyba e de Pernambuco, existiam ainda algumas tribus, que viviam no estado selvagem, errando pelas florestas pouco frequentadas, que cobrem as serranias que dividem as vertentes d'essas tres provincias; eram essas tribus os Chocós, os Quipipans e os Humans; as quaes, achando-se por esse tempo em difficuldades para se poderem sustentar do simples producto da caça, iam furtando o gado das fazendas circumvisinhas, cujos donos, sendo prejudicados por esses furtos continuados, empregavam todos os meios para perseguil-os ou destruil-os. N'esse intento, convidavam as autoridades das tres provincias contiguas á cercarem os bosques, quando o verão os despia das fôlhas, e assim tentavam prender os cabôclos que achassem; mas, como era isto tarefa difficil e perigosa, por causa da agilidade e valentia d'estes filhos da natureza, de preferencia matavam-n'os á tiros como fêras. Alguns fazendeiros haviam que, sem recorrerem as autoridades, levavam a ferocidade ao ponto de ir caça-los com seus aggregados, como se caçam as onças; e os matavam sem fôrma alguma de legalidade!<sup>57</sup>

---

56 FRESCAROLO, Frei Vital de. *Informações sobre Os índios Bárbaros dos Sertões de Pernambuco*, In Revista do Instituto do Ceará, Ano XXVII, 1913, p. 207, 208 e 209.

57 THÉBERGE, Dr. Pedro. *Esboço Histórico sobre a Província do Ceará*. Fac-símile da ed. de 1869. Tomo III. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001, p. 195 e 196.

Seguindo essa linha de raciocínio, acreditamos que o substantivo “cangaceiro” seja derivado da palavra “cangaço”, porém, de maneira híbrida, isto é, da junção de elementos de vernáculos diversos, posto que “cang + açú” é oriundo da língua indígena e “eiro” é um sufixo proveniente do latim. Este processo de formação das palavras dentro da língua brasileira é evidenciado por diversos termos, como, por exemplo, juazeiro (do tupi, “juá” = o fruto de espinho + eiro), pequizeiro (do tupi, “piqui” = casca àspera + eiro), cajueiro (do tupi, “caju” = o pomo amarelo + eiro), etc.

Portanto, com base nas informações aqui mencionadas, concluímos que a hipótese de Gustavo Barroso, a qual afirma que a palavra “cangaço” teria surgido da aglutinação de canga de aço, não parece ser a mais acertada. Por outro lado, acreditamos ser mais provável que o termo “cangaço” tenha origem nas línguas indígenas, em “cang” + “açú”, pois há antigos registros escritos apontando a existência desta expressão no Tupi e no Kariri, cuja semântica se adequa melhor ao contexto histórico do período colonial no sertão do Nordeste do Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALEMÃO, Francisco Freire. *Os Manuscritos do Botânico Freire Alemão: Catálogo e Transcrição*. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, 1964.

BAPTISTA, Pedro. *Cangaceiros do Nordeste*. Edição Fac-similar da de 1929. Natal/RN: Sebo Vermelho Edições, 2011.

BARROSO, Gustavo. *Almas de Lama e de Aço: Lampião e outros cangaceiros*. Rio - São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2012.

\_\_\_\_\_. *Heróis e Bandidos: Os cangaceiros do Nordeste*. Rio - São Paulo - Fortaleza: Editora ABC, 2012.

\_\_\_\_\_. *Terra de Sol*. 8ª Ed. Rio – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2006.

BEAUREPAIRE-RHOAN, Visconde de. *Diccionario de Vocabulos Brasileiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

BLUTEAU, Padre D. Rafael. *Vocabulario Portugez e Latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

BRAGA, Renato. *Dicionário Geográfico e Histórico do Ceará (B-C)*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1967.

BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. Tomo I. Fac-símile da Ed. de 1863. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

CABRAL, Tomé. *Dicionário de Termos e Expressões Populares*. Fortaleza/CE: Imprensa Universitária, 1973.

CASCUDO, Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 3º Ed. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1972.

CLEROT, Loen F. *Glossário Etimológico Tupi/Guarani*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2011.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 2º Ed./17ª Impressão. Rio de Janeiro/RJ: Editora Nova Fronteira, 2005.

DIAS, Gonçalves. *Dicionário da Língua Tupi: chamada Língua Geral dos Índigenas do Brasil*. LIPSIA: F.A. BROCKHAUS/ Livreiro de Sua Majestade o Imperador do Brasil, 1858.

DICIONÁRIO BRASILEIRO DA LÍNGUA PORTUGUESA. 2ª Ed. São Paulo/SP: Mirador Internacional, 1976.

FERNANDES, Francisco. *Dicionário de Sinônimos e Antônimos da Língua Portuguesa*. 43ª Ed. São Paulo: Editora Globo, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 5ª Ed. Curitiba: Editora Positivo, 2010.

FRESCAROLO, Frei Vital de. *Informações sobre Os índios Bárbaros dos Sertões de Pernambuco*, In Revista do Instituto do Ceará, Ano XXVII, 1913.

GIRÃO, Raimundo. *Vocabulário Popular Cearense*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1967.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota (Organizador). *Catálogo de Manuscritos Avulsos da Capitania do Ceará (1618 - 1832)*. Fortaleza - Brasília: Edições Fundação Demócrito Rocha, 1999.

MAMIANI, P. Luiz Vincencio. *Arte de Gramática da Língua Brazilica da Nação Kiriri*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Typ. Centrel de Brown & Evaristo, 1877.

MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do Sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil*. 5ª Ed. São Paulo: A Girafa, 2011

\_\_\_\_\_. *Estrelas de Couro: A Estética do Cangaço*. São Paulo: Escrituras Editora, 2012.

MONTENEGRO, Abelardo F. *Fanáticos e Cangaceiros*. Fortaleza/CE: Editora

Henriqueta Galeno, 1973.

\_\_\_\_\_. *História do Cangaceirismo no Ceará*. Fortaleza – Ceará: Tipografia Minerva, 1955.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Tupi Antigo: A língua indígena Clássica do Brasil*. São Paulo: Global Editora, 2013.

NOGUEIRA, Paulino. *Vocabulário Indígena em uso na Província do Ceará*. Revista do Instituto do Ceará, ANO I, 1887.

PERICÁS, Luiz. *Os Cangaceiros: ensaio de interpretação histórica*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

PINTO, Luiz Maria da Silva (natural da província de Goiás). *Dicionário da Língua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Tomo Primeiro A=K. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00299210#page/1/mode/1up>  
Acesso em: 17/08/2014.

### **PERIÓDICOS:**

DIÁRIO O NOVO, quinta-feira, 03 de março de 1843, Ano II, N° 166, p. 02, Biblioteca Nacional Digital, Brasil. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&pesq=canga%C3%A7o>  
A7o Acesso no dia 17/06/2014.

A CARRANCA, Recife, 22 de dezembro de 1845, N° 54, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=717495&pesq=canga%C3%A7o>  
A7o Acesso em 17/08/2014.

JORNAL DO RECIFE, 13 de fevereiro de 1887, Biblioteca Nacional Digital, Brasil. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705110&pesq=cangu%C3%A7u>  
Acesso em: 18/08/2014.

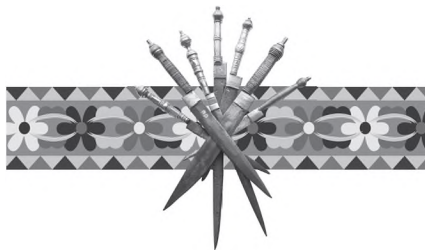
### **DOCUMENTOS:**

Paleografia realizada por Heitor Feitosa Macêdo dos manuscritos que se encontram no Instituto Cultural do Cariri (ICC). CRATO/CE, 25/08/2014.

### **ENTREVISTADOS:**

José Francisco Valadão, entrevista cedida no dia 11/10/2010, no Sertão dos Inhamuns.





# SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DE BREJO SANTO/CE: VIDA E MORTE DO CANGACEIRO RAIMUNDO MAXIMIANO DE MORAIS, VULGO MUNDINHO



**Bruno Yacub  
Sampaio Cabral**  
(pesquisador)

Em agosto de 1928, entre os cangaceiros que se encontravam na cadeia pública da capital cearense, presos pela polícia, depois que Mozart Catunda Gondim assumiu a direção da Secretaria da Polícia e Segurança Pública, figurava Raimundo Maximiano de Moraes, vulgo Mundinho, que contava 28 anos de idade, de cor morena, baixo, natural de Brejo dos Santos (atual Brejo Santo, Ceará). Gabava-se Mundinho de ter vivido doze anos na espingarda, no meio dos mais temíveis e importantes companheiros de luta, a exemplo de Sinhô Pereira (Sebastião

Pereira da Silva), Luiz Padre ou Lulu Padre (Luiz Pereira da Silva Jacobina), Lampião e seus irmãos, Antônio e Livino Ferreira e de ter relação com importantes figurões da política cearense, paraibana e pernambucana, como o major Zé Inácio do Barro (José Inácio de Sousa), de Milagres; o coronel Zé Pereira de Princesa (José Pereira de Lima), de Princesa Isabel; Yoyô Maroto (Crispim Pereira de

Araújo), de São José do Belmonte; dentre outros.

Viveu em Brejo dos Santos até 1914, em companhia de seu pai, José Maximiano de Moraes, a quem ajudava numa loja de que o mesmo era proprietário. No fim daquele ano, quando contava apenas 14 anos de idade, abandonou a casa do seu pai a fim de ganhar a vida sozinho, passando a trabalhar para o coronel Chico Chicote (Francisco Pereira de Lucena) homem influente, que poucos dias depois o convidou a tomar parte do assalto armado a Porteiras, Ceará.

Em janeiro de 1915, coligavam-se contra o coronel Raimundos Cardoso dos Santos, de Porteiras, Mousinho Cardoso (Pedro Aristides Cardoso dos Santos, que em 1926 viria a se tornar tenente-coronel do Batalhão Patriótico do Juazeiro e um dos braços-direito do general de brigada do Exército Brasileiro e Deputado Federal, Floro Bartolomeu da Costa), Chico Chicote e o major Zé Inácio do Barro, chefes influentes de Brejo dos Santos e de Milagres. Os coligados mandaram assaltar, à mão armada, a propriedade de Raimundo Cardoso e, a seguir, expediram telegramas à imprensa de Fortaleza e do Rio de Janeiro e ao Presidente da República, clamando por providências, já que não confiavam no Governo do Estado do Ceará.

Tomadas essas medidas preliminares, finalmente, no dia 13 de junho de 1915, os coligados à frente de cerca de 300 homens, atacavam a vila de Porteiras, defendida pelo tenente Artur Inácio, com uma



Raimundo Maximiano de Moraes, Mundinho

força estadual composta de 40 praças e 02 oficiais. Após 11 horas de fogo, seu último reduto foi o cemitério de onde se retraiu com o chefe deposto. Esgotadas as munições, a força estadual abandonava a Vila, que ficava entregue à sanha dos vencedores.

Com extraordinária satisfação, Mundinho aceitou o convite e se-

guiu no meio de numeroso grupo para o ataque àquela Vila, que caiu em poder dos colegiados. Durante a luta, Mundinho portou-se com tal valentia, que passou a ser alvo de elogios do chefe do bando e dos seus companheiros, o que encheu de orgulho e o animou a prosseguir na vida do cangaço.

Pouco depois dessa façanha, quando se encontrava no sítio Guaribas (em Porteiras), de propriedade do coronel Chico Chicote, tomou, por duas vezes, parte na defesa daquela propriedade, atacada por forças do governo.

Serenadas as coisas em Guaribas, foram dispensados os serviços de todos os cabras, tendo Mundinho seguido com diversos deles com destino a Brejo dos Santos, onde foram cercados por uma numerosa força policial, que conseguiu capturar um dos bandoleiros. Mundinho conseguiu não ser apanhado e fugiu para a vila de São José de Piranhas, Paraíba, onde, não sendo conhecido, pôde empregar-se como lavrador no sítio Picadas, de propriedade do major Andrade. Passou seis meses trabalhando naquele sítio, mas tinha saudade da vida do cangaço, e, por isso, voltou a Brejo dos Santos, sendo, logo após a sua chegada ali, cercado por uma força policial. Graças ao auxílio que lhe prestou um irmão seu, pôde fugir, indo ter ao sítio Barro, de propriedade do major Zé Inácio, homem rico, de Milagres, ao qual, certo dia, lhe entregou um rifle e farta munição para, em companhia de outros “rapazes”, ir fazer um serviço.

Tratava-se nada mais, nada menos, de liquidar João Flandeiro (João Jericó Boaventura), inimigo do major Zé Inácio do Barro. O grupo era composto pelo próprio major Zé Inácio, Sinhô Pereira, Tiburtino Inácio de Sousa, (vulgo Gavião, filho do major Zé Inácio), José Nogueira Deodato (vulgo Rouxinol), Raimundo Agostinho, Raimundo Tabaqueiro, Raimundo Patrício, Patrício de tal (filho de João Raimundo), Cornélio (vulgo João Caixão), Sátiro (vulgo Meu Primo), Manuel Vaqueiro, Manuel Santana, Firmino Miranda, Manuel Benedito, Antônio Dino (vulgo Pilão), José de Genoveva, Ulisses Liberato, Ponto Fino, José Pedro e o próprio Mundinho. Por volta das 5 horas da manhã, o grupo cercou e atacou o sítio Pitombeiras, distante uns três quilômetros do pequeno povoado de Barro,

propriedade e residência de João Flandeiro, aonde também se encontravam sua esposa, dona Maria Luiz e cinco filhas. Após muitas horas de violento tiroteio, a família do atacado, obteve permissão para sair de casa.

O combate continuou por mais algum tempo e os atacantes atearam fogo em um paiol de milho, se estendendo também para a casa, forçando a saída de João Flandeiro para o terraço que, mesmo sem munição, não se intimidou e partiu para cima de seus algozes de punhal em punho, onde enfrentou a artilharia dos “rapazes” do “Senhor do Barro”.

Dois meses mais tarde, fazendo parte de um grupo de 12 homens, em que figuravam Luiz Padre, Sinhô Pereira, Mourão, Gitirana, José Dedé (vulgo Baliza), João Dedé (vulgo Criança), Vicente Marinho, José Marinho e Cambirimba, dirigiu-se Mundinho para a região do Pajeú, em Pernambuco, onde morava uma filha do major Zé Inácio do Barro. Ali, no povoado Queixadas (atual Mirandiba), mataram, depois de sangrenta luta, Antônio da Umburana, que havia assassinado Manoel Pereira da Silva Filho (Né Dadú ou Né Pereira), irmão de Sinhô Pereira. Cometido esse crime e sendo perseguido pela polícia pernambucana, o grupo voltou para o sítio Barro, fazendo, em caminho, vários saques.

Depois de alguns meses de repouso, em janeiro de 1922, Mundinho entrou num grupo de 45 homens, organizado pelo major Zé Inácio do Barro e do qual fazia parte Lampião e seus irmãos, para atacar o padre José Furtado de Lacerda, no lugar Coité (hoje distrito de Mauriti), a seis quilômetros do lugar citado e cinco léguas de Milagres.

Este singular episódio da história do cangaço obteve pela primeira vez o envolvimento da figura de um sacerdote católico, o qual, para defender a própria vida, teve de trocar o breviário pelo “44” e lutar com a mesma combatividade de qualquer leigo do sertão.

Pelas 9 horas da manhã de 20 de janeiro de 1922, o numeroso bando, que se encontrava bem armado e municiado, atacou o Coité, ocupando, no primeiro embate, três casas. Ao ser atacado, o Sacerdote estava acompanhado apenas de Luís Lacerda. Pouco depois, Pe-

dro Sampaio de Lacerda, Manoel Lacerda (Neco) e o vaqueiro Mané Gato romperam o cerco e, sob um chuva de balas, entraram na casa e passaram a resistir ao lado do valente clérigo, que durou seis horas. Pedro Augusto de Lacerda, subdelegado de Mauriti e sobrinho do padre Lacerda, ao ter conhecimento do assalto dos bandidos, partiu imediatamente com dez praças e alguns paisanos em socorro do tio. Esse fato foi decisivo para o recuo dos assaltantes, indo até a fazenda Araticum, do coronel André Brasileiro do Couto Cartaxo, também em Mauriti, o qual, sabendo da insegurança na região, tinha se transferido dias antes da fazenda Araticum para Mauriti, fixando-se numa de suas casas no centro da localidade. A cabroeira de Sinhô Pereira passou três dias na mencionada fazenda, destruindo móveis e objetos de estimação, abatendo animais domésticos e violando paióis. E mais: em sua fúria criminosa, os cangaceiros chegaram até a rasgar retratos e degolar imagens, sacrilégio de que foi autor o cabra Pitombeira. E não ocorreram maiores depredações, inclusive o abate de uma novilha, devido à interferência de Gavião, junto ao chefe do bando.

De acordo com as recomendações de Zé Inácio, o grupo, ao retirar-se de Coité, deveria atacar Milagres, mas achando-se essa localidade bem guarnecida, Lampião tentou atrair a atenção da força policial para fora daquele Município, para o que fingiu atacar a fazenda Queimadas, próximo a Mauriti.

O grupo de cangaceiros passou distante de Mauriti cerca de um quilometro, no local Apanha-Peixe, e foi estacionar em casa do coronel Antônio Martins, nas Queimadas, distante meia-légua da Vila.

No momento em que efetuava o assalto a Queimadas, o bando foi surpreendido por uma força de 15 praças, vinda de Milagres. O sargento Antônio Pereira Lima, vulgo Antônio Gouveia, com bravura e destemor, escolheu vinte homens do pequeno destacamento para ir atacar os bandidos. No momento da partida, cinco soldados esmoreceram e não tiveram coragem de marchar para a luta.

No decorrer do combate, os cangaceiros, mais numerosos e sagazes, estavam quase a envolver a polícia. Advertido do perigo, o sargento Gouveia envia uma mensagem a seu colega sargento Jonas,

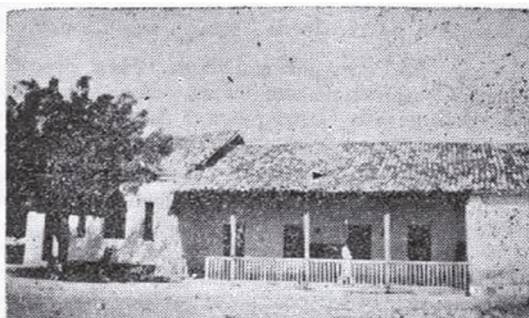
em Mauriti, solicitando socorro. O pedido foi lealmente atendido. A retaguarda do sargento Jonas forçou os bandoleiros a recuarem para a casa da fazenda.

No último ataque do sargento Gouveia, a força policial bate em retirada para Mauriti, com três soldados feridos e a perda de nove fuzis, levados pelos cangaceiros. O grupo decidiu retirar-se em direção à vila de Conceição, Paraíba. Durante a luta, morreram dois soldados, um deles apelidado de Papagaio e os cangaceiros perderam o temido cabra Pitombeira. Acentue-se que o grupo do qual fazia parte Lampião, teve ainda um cabra gravemente baleado, chamado Lavandeira, que foi levado de rede pelos seus companheiros para a casa do velho Batista dos Valões, tio de Sinhô Pereira e de Luiz Padre. O cangaceiro Pitombeira foi sepultado em cima da serra da Canabrava.

De Conceição, os bandoleiros dirigiram-se para o povoado Cristovão, município de São José do Belmonte, em Pernambuco, onde foram homiziados por Yoyô Maroto, que lhes forneceu munição.

Como é sabido, antes do Fogo do Coité, o major Zé Inácio do Barro havia patrocinado tanto o assalto ao sítio Nazaré, em Milagres, propriedade de dona Praxedes (Maria Furtado de Lacerda), viúva do chefe político e ex-prefeito de Milagres, coronel Domingos Leite Furtado, que por volta das 07 horas da manhã do dia 20 de janeiro de 1919, foi invadida pelo grupo formado por Sinhô Pereira, Mundinho, Gavião, Rouxinol, Baliza, Criança, Raimundo Patrício, Antônio Bandeira, Antônio Carneiro e Luiz Padre como também, pouco tempo depois, no mesmo ano de 1919, o assalto de Luiz Padre ao sítio Nascimento, em Brejo dos Santos, de propriedade do tenente-coronel da Guarda Nacional Basílio Gomes da Silva, e que distava quinhentos metros da sede da Vila, onde estacionava uma força de 100 praças sob o comando do capitão José dos Santos Carneiro. A força policial só chegou ao teatro dos acontecimentos duas horas depois, não sendo avisados no momento em que agiam os bandidos. Os cangaceiros passaram a noite anterior comendo, bebendo e jogando na localidade Batoque, a 12 quilômetros do referido agrupamento militar.

No ato do ataque ao casarão do então ex-chefe político e ex-prefeito de Brejo dos Santos, coronel Basílio Gomes, os saqueadores carregaram até a farda da guarda nacional do Coronel, como também destruíram a Carta Patente de Tenente-Coronel,



Casarão de Basílio Gomes, no Sítio Nascimento

assinada pelo próprio Presidente da República, Floriano Peixoto. Essa ação de Luiz Padre foi a última aqui no Nordeste. Em seguida, o cangaceiro foi chamado a Juazeiro do Norte pelo Padre Cícero, ato contínuo fugiu para a região central do País.

Após esses acontecimentos, voltaram todos ao Barro, de Zé Inácio, que mostrou a Mundinho um telegrama que lhe fora enviado pelo deputado federal Floro Bartolomeu, aconselhando-o a abandonar a vida de cangaço, visto como pretendia fazê-lo Deputado Estadual. Em virtude deste conselho, José Inácio resolveu dispensar o grupo, mandando-o para o Pajeú das Flores (atual Flores, Pernambuco).

Os bandoleiros não quiseram ir para aquela localidade pernambucana, e rumaram para a fazenda Patos (em Princesa Isabel, Paraíba) e dali a Vila Bela (atual Serra Talhada, Pernambuco), onde se acoitaram no sítio Abóboras, de propriedade do coronel Marçal Diniz. Numa dessas viagens, o grupo dividiu-se e seis homens dirigiram-se a localidade Olho D'água, tendo um encontro com a força cearense comandada pelo capitão José de Santos Carneiro. Os seis cangaceiros perderam as montarias e refugiaram-se na fazenda Patos, onde se encontrava Lampião.

Desse encontro nasceu o receio de que a força cearense atacasse a fazenda Patos, razão porque Marcolino Diniz, que protegia os bandoleiros, pediu auxílio do coronel Zé Pereira, de Princesa Isabel. Este lhe remeteu mais de 100 homens armados. Enquanto enviava

esse reforço de cabras, o coronel Zé Pereira de Princesa foi ao encontro da força cearense, avistando-se com a mesma nas proximidades da fazenda Patos. O coronel Zé Pereira procurou convencer ao capitão Carneiro que não havia cangaceiros naquele Município, mas o aludido oficial, com cerca de 80 praças, foi até a fazenda Patos, não encontrando, ali, nenhum bandoleiro, pois, de acordo com os planos do coronel Zé Pereira, foram escondidos todos os “rapazes”. Isso foi uma felicidade para a força cearense, porquanto estava combinado que, se tentasse a mesma efetuar qualquer prisão, seria repelida pelos cangaceiros, em número, então, superior a 200. No dia imediato, o capitão Carneiro retirou-se da fazenda Patos. Lampião, à frente de 30 homens, dirigiu-se para o Pajeú das Flores, não sendo acompanhado de Mundinho que, com dois bandoleiros, voltou ao Ceará.

Durante dois anos, Mundinho viveu como bodegueiro, mas, vez por outra, realizava, “expedições” de cangaço por conta própria. Numa dessas “expedições”, chefiou um grupo composto de Antônio Padeiro, Lavandeira e dos Mateus, com os quais atacou José Amaro, no município de Aurora, saqueando totalmente a casa deste. Esta façanha custou-lhe nova perseguição da polícia, o que determinou sua fuga para o Pajeú, onde encontrou a proteção de Yoyô Maroto. Este, poucos meses depois, recebia Lampião em sua fazenda, passando Mundinho a “agir”, juntamente com o temível chefe bandoleiro.

Retirando-se Lampião, Mundinho não o quis seguir, e, com Lavandeira, passou a roubar entre as regiões de Cristóvão, em São José do Belmonte e Poço do Pau, em Brejo dos Santos. Depois de várias peripécias, Mundinho foi acusado da morte de Vicente Quilarino, pelo que teve de fugir, vindo para a localidade Gameleira, região da Serra do Mato, em Missão Velha, onde foi contratado para, em companhia do bando dos cangaceiros Marcelinos, perseguirem Horácio Novaes ou Horácio Grande (Horácio Cavalcanti de Albuquerque), que, mesmo envolvido em crimes na região de Floresta, Pernambuco, veio se esconder na fazenda Agrestim, e foi nomeado, em 1919, Delegado do município de Porteiras, com a ajuda dos irmãos Afonso Gomes Novaes e Urias Novaes Filho, filhos de José Gomes de Novaes (Zé Panta) e de Umbelina Gomes de Sá, ricos fazendeiros e

comerciantes de prestígio do lugar. Em pouco tempo tornou-se inimigo de pessoas influentes da região, como os coronéis Chico Chicote e Franco Pinheiro (Franklin Tavares Pinheiro), este último, então, Prefeito de Porteiras, além



Brejo dos Santos, anos 30

do coronel Antônio Joaquim de Santana, de Missão Velha. Por volta de 1926, Horácio Novaes requisitou 04 cabras de Lampião e cercou, certamente para tentar roubar, a casa grande do sítio Saco, do coronel Né Rosendo (Manuel Tavares Rosendo), em Porteiras, mas não obteve êxito.

Mundinho demorou em Gameleira, mas, ali, se viu perseguido pelo proprietário da localidade, Júlio Pereira (alfaiate em Juazeiro, casado com uma sobrinha do coronel Antônio Joaquim de Santana e notório fornecedor de munição ao bando de Lampião), por não querer trabalhar com ele em furtos de gado. Júlio Pereira, com diversos homens, o atacou no dia 12 de maio de 1926, mas não conseguiu matá-lo.

Mundinho foi para a localidade Olho D'água dos Santos, em Brejo dos Santos, onde pediu a proteção do coronel Joaquim Inácio de Lucena, conhecido por coronel Quinco Chicote, prefeito municipal, que prometeu acoitá-lo, dando-lhe uma casa. Depois de poucos dias, em maio de 1926, o mesmo coronel Quinco Chicote mandou mata-lo por um grupo de 12 civis, que faziam parte João Chicote (João Gomes de Lucena), sobrinho de Quinco Chicote e do coronel Manoel Inácio de Lucena (coronel Manoel Chicote), então prefeito de Milagres, Antônio e Pedro Gomes Granjeiro, Manoel Salgueiro e Ferrugem. Mundinho entrincheirou-se em casa e resistiu ao ataque desde 10 horas da noite até 08 e meia da manhã seguinte, quando recebeu duas balas na perna direita.

Além desses ferimentos, a sua munição acabou-se, não podendo mais resistir. O primeiro a entrar em sua casa foi o Manoel Salgueiro,

a quem Mundinho comunicou que estava ferido.

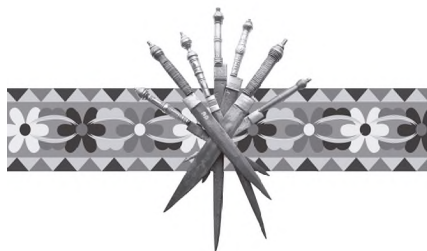
Minutos depois, penetravam na casa mais três homens que queriam matar Mundinho. Este apelou para Manoel Salgueiro, mostrando que era covardia assassinar um homem ferido e sem armas. Manoel Salgueiro ficou ao lado de Mundinho, não consentido que lhe tirassem a vida. Ferrugem e os outros insistiram em dar cabo do ferido, mas Manoel Salgueiro botou bala na agulha do rifle e tomou posição, disposto a defender a vida do homem, que tinha ido matar. Ferrugem e os outros homens não quiseram entrar em luta com Manoel Salgueiro, retirando-se da casa resmungando.

Conduzido à cidade, onde foi alvo da curiosidade dos antigos companheiros de infância, o bandoleiro submeteu-se a uma dura operação efetuada pelo médico Caminha, que lhe amputou a perna com facas e serrote de açougue. Após aquele martírio, Mundinho solicitou um confessor. Padre Raimundo Nonato Pita ouviu-o por mais de uma hora. Passados alguns meses, Mundinho foi posto em liberdade, seguindo para Missão Velha, onde encontrou a proteção do coronel Isaias Arruda, que lhe deu cama e mesa. Passou a viver tranquilamente em Missão Velha, mas, em agosto de 1928, quando menos esperava, foi preso e removido para a Capital.

Já na Capital, ao conceder uma entrevista ao jornal “O Ceará” Mundinho fez um pedido, afirmando ter muitos inimigos na Paraíba que desejavam sua remoção para aquele Estado, a fim de assassiná-lo, e por esse motivo queria uma intercessão junto ao Secretário da Polícia e Segurança Pública a fim de conservá-lo preso no Ceará, onde teria de responder por diversos crimes, inclusive a morte de João Flandeiro, em Milagres, a mandado do major Zé Inácio do Barro, e a morte de dois soldados da polícia cearense.

Antes de morrer, Mundinho concordou em narrar episódios de sua vida pregressa. Em dado momento, quando se referia ao seu batismo de fogo no grupo de Sinhô Pereira (combate da Carnaúba, no Pajeú) o então ex-cangaceiro expandiu-se num pranto convulsivo sem mais poder pronunciar uma só palavra.

De resto, sozinho e alcoólatra inveterado, Mundinho, veio a falecer na mais negra miséria em 1955, em seu torrão natal.



# CEM ANOS DE SERTÃO: ENTREVISTA COM HOSANA FERNANDES DE MOURA



**Hérlon Fernandes  
Gomes**

(técnico judiciário  
do TJ/RO, poeta e  
pesquisador)

“Meu nome é Hosana Fernandes de Moura. Sou uma mulher de um século, nasci em 13 de Julho de 1918, tenho muito tempo de vida. Tenho vivido muito, mas a impressão que tenho é que tudo passou rápido demais.

Nasci no sertão do Cariri, na Vila de Brejo dos Santos, em um pedaço de chão conhecido por Barreiro Preto. Desde muito cedo tive de aprender a lidar com as coisas da terra. Minha mãe enviuvou muito nova, de modo que pouco conheci do meu pai, um homem doce e trabalhador.

Em 1927, eu tinha nove anos quando Lampião e seu bando de cangaceiros facínoras fizeram posto em frente da nossa casa. Mamãe se pegou com Nossa Senhora da Conceição. Eu e minhas quatro irmãs mais novas disputávamos as frestas da janela em busca de guardar os detalhes daquela temida trupe.

Por sorte, o Rei do Cangaço, aconselhado por Sr. Antônio Piçarra, um dos seus fiéis coiteiros, advertiu o cangaceiro Sabino e os

demais que passassem sem perturbar a casa da viúva e suas cinco meninas. Permanecemos todo o dia com as portas e janelas fechadas: mamãe debulhando seu rosário e nós, na curiosidade de criança, guardávamos os detalhes dos famosos malfeitores, que limpavam armas, manuseavam alforjes debaixo de um frondoso juazeiro, generoso em sua sombra.



**Dona Hozana**

Em 1932, uma seca devastadora assolou o Nordeste. A fome veio a galope. Logo chegaram notícias de que as tropas do Governo montaram um campo de concentração no Crato, a fim de dar guarida aos retirantes desamparados. Eu tinha quatorze anos. Tivemos de deixar para trás nossa casa e rumamos a pé em busca daquele socorro. Foram meses de incertezas. Naquele cenário de guerra, onde tanta gente sofria e morria de fome, continuávamos a alimentar as esperanças de poder regressar. Durante uma madrugada, resolvemos deixar para trás aquele lugar. Fugimos e voltamos para casa, à espera da graça de Deus, que nos libertasse com chuva e fartura.

Anos mais tarde, na festa de coroação de Nossa Senhora da Conceição, em Porteiras, reconheci um rapaz esperto que vira no campo de concentração. Chamava-se Zé Milagres. Ele me reconheceu; reconhecemo-nos e foi amor à primeira vista.

Casamo-nos em 1937 e passamos a viver do que a terra nos dava. “Neguim”, como carinhosamente apelidava-o, era um plantador e produtor de fumo. Logo sua fama se espalhou. Tornou-se vendedor famoso e os negócios prosperavam pouco a pouco. Para ajudar nas despesas, aprendi a costurar para fora. Não havia vestido ou roupa que eu não soubesse reproduzir em minha cabeça e minha máquina. Depois, quando nos mudamos para Brejo Santo, montei um Café ao lado do seu comércio. Nessa lida de sol a sol, criamos onze filhos.

No velho rádio, ouvíamos notícias de que o mundo estava em

guerra e que poderia se acabar. Falavam de bombas que destruíam cidades inteiras; amedrontavam-nos com a possibilidade de uma arma maior capaz de destruir o mundo!... Mas não nos faltavam esperanças. Esquecíamos dessas notícias ruins quando o Rei do Baião cantava nossas alegrias ou quando os seresteiros invadiam as ruas com suas violas enlauradas.

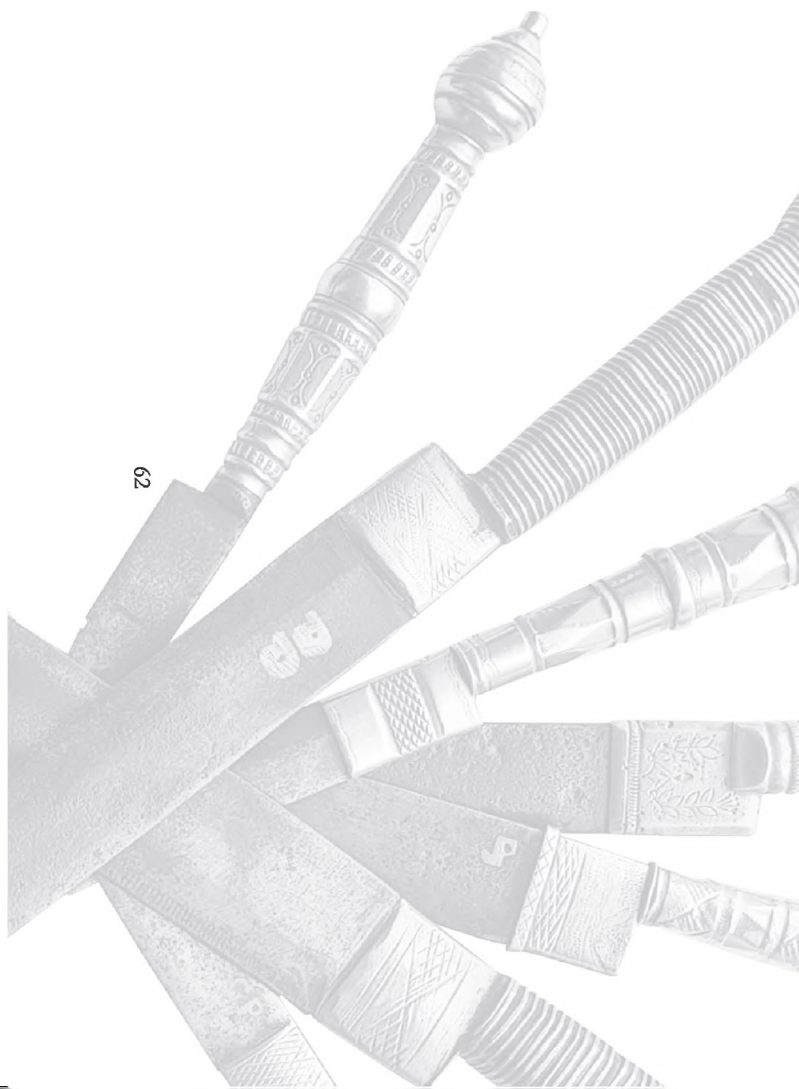
Muito tempo se passou... Vieram dezenas de netos, bisnetos, tataranetos... Guardo em um baú inúmeros convites de formatura, dos meus amáveis doutores, que me enchem de orgulho! Muitos também se foram: Zé Milagres, Alice, Áurea, Maria... e tantos outros que se encontram hoje nas contas do coração e de Deus...

A velhice vem e traz, inevitavelmente, solidão, saudade e sabedoria. Se a vida, nesta fase, às vezes é triste, ela traz a certeza de que o todo é maior, melhor e mais feliz.

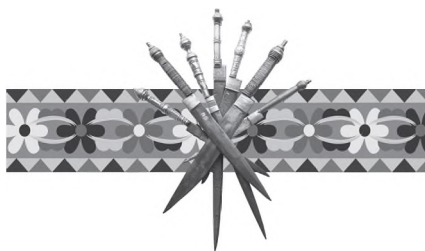
Sou uma mulher de fé. Alcancei muitas graças. Visto branco durante todo o mês de Maio em agradecimento a Nossa Senhora; preto, para o Padim Ciço Romão Batista; marrom, para São Francisco. A fé é a maior armadura que o homem possui.

Sou emotiva, gosto de sentir saudades, de revisitá-las. De vez em quando estou perdida em lembranças; velhas fotografias; canções que me fizeram feliz em tempos longínquos e que cismo sempre em repeti-las... Nessas viagens eu encontro a certeza de que tudo valeu à pena, que a vida se multiplicou a partir de mim e que o sucesso vivido pelos meus é uma alegria que certamente me pertence.

Se me perguntam se quero viver mais, é claro que quero! Viver é uma graça; é certamente o maior presente de Deus” **(Texto escrito por Hérion Fernandes Gomes, neto da centenária sertaneja. Dona Hozana ainda vive e é muito lúcida. Tem sempre muitas histórias para contar desses tempos).**







# ALGUMAS ORIGENS DO CANGAÇO NO CARIRI CEARENSE: “GUERRA ENTRE MONTES E FEITOSAS”



**Heitor Feitosa  
Macêdo**

(advogado e  
pesquisador)

Até o presente, muito tem sido escrito sobre o cangaço, como memórias, ensaios, matérias jornalísticas, publicações sensacionalistas, trabalhos científicos, etc. No entanto, várias perguntas básicas, relacionadas ao tema, continuam sem respostas definitivas, a exemplo da etimologia “cangaço”. Ademais, quando e onde surgiu este fenômeno social? Quando teve fim? Qual o conceito mais exato? E, no Cariri cearense, como e quando este fenômeno ocorreu?

Talvez, nunca alcancemos este grau de conhecimento acerca do assunto. Todavia, por meio de grandes esforços e pequenos passos, parte da história do cangaço e do Cariri vai se descortinando, a partir da aparição de novos documentos, a exemplo de um conflito armado, cujo ápice se deu no ano de 1724, e que entrou para a História com o nome de “Guerra entre Montes e Feitosas”.

Esta “guerra” varou as fronteiras dos sertões, espalhando-se por quase todo o Ceará e, também, por algumas capitanias vizinhas. O

Sertão dos Cariris Novos (ou Cariris de Dentro, hoje, Cariri Cearense, ao sul do Estado do Ceará), teve certas localidades batizadas por essas lutas, pois, às margens do Rio Salgado, onde se deram diversos confrontos, surgiram os nomes dos sítios Batalha<sup>1</sup>, Ossos<sup>2</sup>, Emboscadas, Tropas, Arraial e Pendência:

Assim provocado e ameaçado o Ouvidor, que não tinha meios de resistir e se defender contra tão brutal e poderoso inimigo alcançou a proteção dos Feitosas que o protegeram e defenderam contra os ataques de seu perseguidor. Acompanharam-no com numeroso séquito na sua ida ao Cariri. Nada sofreram nela; mas Geraldo de Monte intentou surpreendê-los na volta, armando-lhes uma emboscada num passo escabroso situado na estrada, pouca distância abaixo da Missão-Velha, lugar este que tomou e ainda hoje conserva a denominação de Emboscadas. Aí pôs-se de espreita com um numeroso partido de parentes, amigos e agregados de sua parcialidade, e caiu de improviso sobre a comitiva do Ouvidor. Lourenço Alves organizou a toda pressa com os cavalos, malas, e mais utensílios de seu comboio uma espécie de trincheira, por detrás da qual se defendeu do melhor modo que pôde, e conseguiu salvar a si e a seu protegido, depois de uma renhida peleja em que morreu muita gente de parte a parte (...). Na ribeira do Salgado, além do sítio das Emboscadas existem os das Tropas, do Arraial, da Pendência; no Jaguaribe notam-se os das Almas, dos Defuntos, dos Ossos, das Trincheiras, do Bom-Sucesso, a Várzea da Perdição, o Saco das Balas e outros inumeráveis celebrizados por algum incidente sinistro.<sup>3</sup>

---

1 BRÍGIDO, João. *Apostamentos para a História do Cariri*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2007, p. 37.

2 Este sítio mantém o mesmo nome, no município de Missão Velha. A origem deste topônimo foi registrada ainda no século XIX pelo médico carioca Francisco Freire Alemão: “Este sítio que tem um engenho (moendas de pau) do tamanho dos nossos e cujas terras são propriedade do Sr. Bernardino trazidas em dote por sua mulher, que é da família antiga dos Arnauts, tem o nome de Ossos, porque diz o Sr. Bernardino [que] aqui se deu uma peleja entre os Feitosas e Montes, permanecendo por tempo sobre a terra os ossos dos mortos” (ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão*. Fortaleza - CE: Fundação Waldemar Alcântara, 2011, p. 158).

3 THÉBERGE, Dr. Pedro. *Esboço Histórico sobre A Província do Ceará*. 2ª Ed. Fortaleza/CE: Editora Henriqueta Galeno, 1973, p. 144



Casa-forte, de pedra e cal, edificada no Sítio Emboscadas,  
zona rural de Missão Velha/CE

O sítio Emboscadas, por exemplo, ainda possui o mesmo nome e fica próximo à Cachoeira de Missão Velha/CE, sendo parte integrante do território do Geopark Araripe. Em tal sítio são encontradas antigas edificações, como um extenso muro e uma casa-forte, de pedra e cal <sup>4</sup>. Outros locais relacionados aos combates de 1724 também conservam seus nomes primitivos, por como do Sítio Ossos e outros.

O Cariri, no início do século XVIII, foi palco dessas beligerâncias, as quais contribuíram para a consolidação do cangaço na região, em sentido amplo.

---

4 O Sítio Emboscadas, já no século XIX, foi utilizado para fazer ciladas. No ano de 1824, por exemplo, durante a Confederação do Equador, houve confronto entre imperialistas e republicanos (THÉBERGE, Pedro. *Esboço Histórico sobre a Província do Ceará*. Fac-símile da ed. de 1869. Tomo II. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001, p. 139). Na mesma localidade, no ano de 1832, em decorrência da chamada Revolta de Joaquim Pinto Madeira, este tentou emboscar seus adversários (THÉBERGE, Pedro. *Esboço Histórico sobre a Província do Ceará*. Fac-símile da ed. de 1869. Tomo III. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001, p. 93). Isto tem levado alguns pesquisadores a afirmarem que o nome “Emboscadas” se deu em razão destes conflitos dos idos de 1800, no entanto, o topônimo está relacionado, na verdade, aos embates ocorridos no ano de 1724.

## A Guerra entre as Famílias Montes e Feitosa

A chamada “Guerra entre Montes e Feitosas” entrou para crônica cearense à feição de uma mera luta de famílias à moda medievalesca, onde a honra era expurgada com sangue e o assassinato de um parente exigia vingança, prevalecendo o brocardo “sangue se lava com sangue”. Essa história chegou a inspirar até mesmo as telas do cinema, com o filme “Abril Despedaçado”, do diretor Walter Salles<sup>5</sup>.

No entanto, os verdadeiros motivos iam além do orgulho clânico!

Diversos autores tentaram explicar esse episódio, tendo como fontes a tradição oral e algumas dezenas de manuscritos da época dos embates.

No entanto, o esforço e o acurado senso de todos esses estudiosos não foram suficientes para desvendar por completo o assunto, não alcançando o cerne dessas contendas, nem mesmo eliminando os hiatos que ainda embaralham tais fatos.

Dessa forma, levando-se em conta as limitações impostas, sobretudo, pela escassez documental, os historiadores puderam simplesmente arranhar o tema, isto é, somente analisaram a superfície desse objeto de estudo.

Atualmente, com a empreitada do Projeto Barão do Rio Branco ou Projeto Resgate, que visa repatriar documentos espalhados por outros países, relativos ao Brasil Colonial (do ano de 1500 até 1822), possibilitou-se a reconstrução desses fatos históricos, a partir de uma nova narrativa.



Filme “Abril Despedaçado”, de Walter Salles

5 BENEVIDES, Fernando Vasconcelos. “Abril Despedaçado” confirma a maturidade de Walter Salles. Disponível em: <<http://www.clubecinema.com.br/abril-despedacado-confirma-a-maturidade-de-walter-salles/>>. Acesso em 14 de maio de 2019, às 09h09min.

A descoberta dessas fontes revela que a Guerra entre os Montes e os Feitosa é um prolongamento dos eventos acontecidos durante a invasão branca da capitania do Ceará, mais especificamente, da parte Sul. Com base em tais fontes, esse conflito pode ser dividido, pelo menos, em três momentos. O primeiro vai, aproximadamente, de 1716 até 1719. O segundo, começando desta última data até o ano de 1724-1725. E, finalmente, o terceiro momento, quando os embates armados arrefeceram, no início da década de 1730.

Quanto aos envolvidos nesses desentendimentos, não se pode restringi-los apenas às famílias Montes e Feitosa, mas a um número maior de pessoas e grupos aliados aos referidos clãs, como os Gonçalves de Souza, os Fonseca Ferreira, os Mendes Lobato, os Sousa Gularte, os Cruz Neves, os Correia Vieira, os Araújo Chaves, os Martins Chaves, os índios tupis, os índios tapuias (Cariris, Jucás, Inhamuns, Jenipapos, Cariús, Calabaças, etc.), os negros e os mestiços.

No que tange aos motivos específicos, desencadeadores da guerra, sabe-se que a propriedade da terra exerceu grande influência, porém, os territórios disputados não foram elencados pela historiografia com a devida exatidão, posto que uma parte dos pesquisadores afirma que as animosidades entre Montes e Feitosa haviam surgido, primeiro, por conta de honra e, depois, por disputa de terras localizadas na Bacia do Jucá, isto é, no Rio do Jucá, cujas águas nascem no atual município de Parambú/CE e deságuam no Rio Jaguaribe, logo abaixo da cidade de Arneiroz/CE, no Sertão dos Inhamuns. Sobre isso, ainda no século XIX, escreveu João Brígido:

Um irmão de Lourenço, o coronel Francisco Alves Feitosa contraiu casamento com uma viúva, irmã de Monte, e por motivos de honra achava-se dissaboreado com este, quando, conduzido pelos chefes dos índios da nação Jucá, penetrou na bacia do rio deste nome, e reconheceu os vastos sertões, que eles, até então, tinham dominado. Monte, tendo noticia desta descoberta, adiantou-se em solicitar uma sesmaria e obteve-a do governo a despeito de seu cunhado. Todavia, deixou de apossar-se desses terrenos, fazendo-os situar, e d'ahi resultou que, passados seis annos, Francisco Feitosa conseguisse annullar a sua doação, por caduca e não confirmada, e obtivesse

para si o senhorio desse território. Seguiu-se uma longa questão entre os dous poderosos rivaes, os quaes se turbavam, com mão armada, não consentindo um que o outro fizesse medir as terras, e a seu turno fazendo este a mesma cousa.<sup>6</sup>

O médico francês Pedro Théberge, residente na vila do Icó desde a primeira metade do século XIX, também registrou uma versão semelhante a de João Brígido, apontando que a dissensão entre Montes e Feitosa se deu por motivos de “honra de família” e, posteriormente, pela posse de terras no dito Rio de Jucá:

Francisco Alves Feitosa casou com uma viúva irmã do Capitão-mór Geraldo de Monte, e com pouco os dous cunhados malquistaram-se por causa de negocio de honra de familia, de que era culpado Francisco Alves Feitosa. Receioso este da cholera de seu cunhado retirou-se para uma fazenda que possuia na ribeira dos Bastiões, e durante a sua estada n’aquelle sitio travou relações com um chefe da Tribu dos Indios Jucás, que o levou para o lugar onde assistiam na ribeira do riacho Jucá, um dos affluentes do Jaguaribe, que se lança n’elle abaixo de Arneiroz. Os Feitosas, informados por este seu irmão da grande conveniência d’esta ribeira para a criação de gado, resolveram tiral-a por sesmaria; mas não guardaram bastante segredo; e Geraldo de Monte informado das descobertas feitas pelos Feitosas, seus inimigos figadaes, de então em vante prevenio-os n’esta pretensão, e solicitou a posse dos terrenos do Jucá que alcançou do governo; mas como deixasse de fazer a medição e de situar-os de gado no prazo legal, ou por descuido, ou antes pela opposição que lhe fizeram os Feitosas, excitando contra o seu competidor a ira dos Tapuias Jucás, em cujas boas graças se tinham ensinuado, cahio esta posse em comisso; e Francisco Alves, conseguindo anular esta posse, obteve para si este territorio do qual fôra o descobridor; e intentou logo mandal-o medir e situar, seis annos depois da primeira sesmaria á favor de Montes.<sup>7</sup>

---

6 BRÍGIDO, João. *Apontamentos para a História do Cariri*. Op. cit., p. 35 e 36.

7 THÉBERGE, Pedro. *Esboço Histórico sobre a Província do Ceará*. Fac-símile da ed. de 1869. Tomo I. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001, p. 129.

Sobre essa questão envolvendo honra de família, Antonio Gomes de Freitas assevera que “Walter Pompeu e outros historiadores descobriram romântica aventura do colono Francisco Alves Feitosa com uma cunhada”<sup>8</sup>.

Paralelamente, encontramos um informe que se encaixa a esta última versão, tendo sido escrito pelo nonagenário Eufrásio Moreira Feitosa. Este autor é oriundo do município de Porto da Folha, no Estado de Sergipe, próximo ao Rio de São Francisco, onde os Feitosa e os Mendes Lobato (primos dos Montes) possuem remotas origens. Ocorre que Eufrásio Moreira, com base na antiga tradição oral portofolhense, relata que, no início do século XVIII, uma criança dos Feitosa, filha do padrasto com uma enteada, foi enviada do Ceará para Porto da Folha:

Antes, porém, vou contar um episódio ocorrido no Ceará, que faz parte da nossa história e das famílias de Porto da Folha e de Sergipe. Mais ou menos no tempo em que Francisco Cardoso e Isabel de Barros casaram-se na região da praia, por volta de 1710, onde viviam e criavam seus filhos, uma viúva no Ceará também se casava pela segunda vez. Ela tinha uma filha moça que pouco tempo depois apareceu grávida do padrasto (...). Para esconder o escândalo, aquela família resolveu retirar às escondidas, fugindo para um lugar bem longe, onde não se soubesse nada sobre ela e que ninguém do seu lugar tivesse notícias suas. Seguiu na direção Sul, atravessou o inóspito sertão pernambucano e veio parar no sertão de Alagoas, para as bandas do rio de São Francissco. Nesse local, a família fez amizade com um senhor chamado Melo, e permaneceu no lugar até que a jovem desse a luz. Completando-se o tempo, nasceu um filho varão, que foi dado ao senhor Melo, que o batizou como seu filho e deu-lhe o nome de Damásio de Melo Feitosa: Damásio, o pré-nome escolhido, Melo, o nome de família do seu pai adotivo e, Feitosa, o nome da família de origem, isto é, do Ceará. A família voltou para sua terra e Damásio de Melo tornou-se um moço simpático, vindo a casar com uma filha de Nicácio do Dionelo e tornou-se comerciante de gado. Por ser um homem muito corajoso, decidiu transportar boiadas para o Ceará.<sup>9</sup>

8 FREITAS, Antonio Gomes de. *Inhamuns: Terra e Homens*. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1972, p. 161 e 162.

9 FEITOSA, Eufrásio Moreira. *Histórias e Memórias, Porto da Folha e sua Gente*. Porto da Folha: [s.n.], 2009, p. 63 e 64.

Essa narrativa, apesar de ser baseada na tradição oral, pode guardar alguma relação com o romance proibido do coronel Francisco Alves Feitosa e sua cunhada ou enteada. Todavia, a confirmação disto, por enquanto, fica à mercê da realização de pesquisas mais aprofundadas.

Ainda, na opinião de Antonio Gomes de Freitas, a rivalidade entre os Montes e Feitosa havia se originado ao tempo em que tais famílias residiam às margens do Rio de São Francisco, isto é, antes de elas terem migrado para a capitania do Ceará <sup>10</sup>. De fato, existe um documento datado do dia 20 de abril de 1738, no qual, o desembargador Antonio Marques Cardoso, encarregado de apurar os fatos ocorridos no ano de 1724, aponta que os ascendentes dos Montes e dos Feitosa haviam se rivalizado quando ainda residiam às margens do Rio de São Francisco:

E para se evitarem as inquietações, que pela experiência do passado, se podem recluir, me parece representar, que se mandem privar de quaisquer postos da Ordenança maiores; ou menores todos os parentes das ditas famílias de Montes, e Feitosas, porque estes em qualquer tempo, tem também a experiência mostrado, hão de tomar vingança de quem presumirem culpou aos seus das mesmas famílias, e assim o chegarão a fazer estes todos, que de presente se acham culpados [fl. 04] culpados, **lembrados das competências; que seus ascendentes entre si tiveram no Rio de São Francisco; donde os ditos vieram para esta Capitania**, e que da devassa, que tirei das sublevações da dita Ribeira do Jaguaribe, assim consta, e a seu tempo se fará presente [fl. 05].<sup>11</sup>

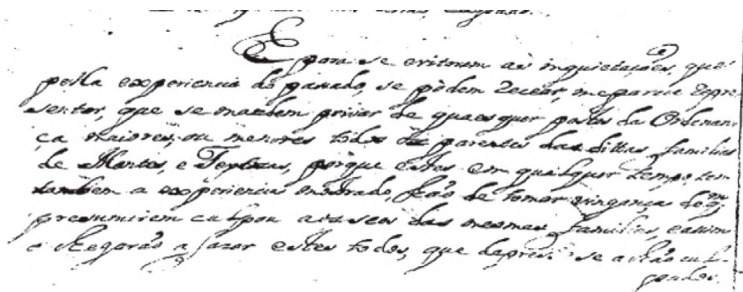
Quando o desembargador fala “lembrados das competências; que seus ascendentes entre si tiveram no Rio de São Francisco; donde os ditos vieram para esta Capitania”, utiliza o termo “compe-

---

10 Idem.

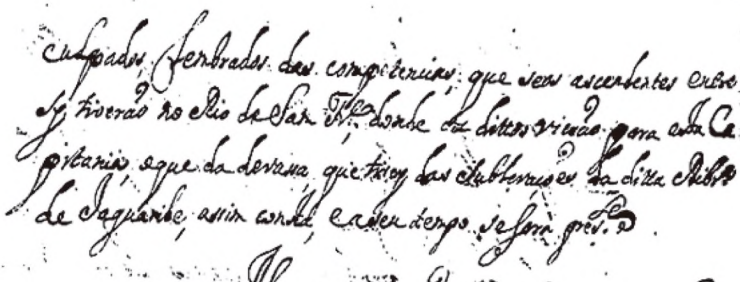
11 ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, CONSELHO ULTRAMARINO, BRASIL – CEARÁ. 1738, abril, 20, Fortaleza: CARTA do desembargador Antonio Marques Cardozo, ao rei [D. João V], dando conta das sindicâncias feitas no Ceará e recomendando a prisão dos culpados das famílias dos Feitosas e dos Montes, apontados como causadores das inquietações surgidas e que causara danos aos moradores. Caixa 03, Doc. n° 190. fls. 04 e 05.

tência" no sentido de competir, de se opor, de lutar. Infelizmente, essa informação não revela o porquê destas intrigas, supostamente, nascidas na ribeira sanfranciscana.



Espon se crimonar as inquietudes, que  
pella experiencia do genado, se podem decair, megarre depre-  
sente, que se mantem prout da quacquer gado da Ordenan-  
ca de 1713, ou meiores tolos da guerra das ditas familias  
de Santos e Tordens, porque estes com quacquer tempo tem  
tambem a experiencia indubde, eão de tomar quacquer de  
preconhem catpon a se sen das mesmas familias catpon  
e deagrad a fazer estes tolos, que se prout se a vltas cat-  
pon.

AHU, 20 de abril de 1738, fl. 04



culpados, ferbrados das complicitades, que se sen ascerbentes entre  
se tiverao no Rio de San Ilha, donde se litem viciado, para com Ca-  
pitano, e que da devida, que tem as claberas de San Ilha de  
de Sagrante, assim como, e sen dego se son prout.

AHU, 20 de abril de 1738, fl. 05

Os pesquisadores divergem entre todos esses possíveis motivos que, supostamente, desencadearam a referida guerra. Uns acreditam que foi por terra; outros, que foi por honra; e, alguns, que a briga teria origem no Rio de São Francisco.

No que diz respeito à motivação ligada à posse da terra, nem todos os autores são unânimes em aceitar que o pomo da discórdia tenha sido a área correspondente à ribeira do Jucá. Cruz Filho<sup>12</sup> e

12 FILHO, Cruz. *História do Ceará: Resumo Didactico*. 2ª Ed. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1987, p. 64.

o Padre Neri Feitosa<sup>13</sup>, por exemplo, afirmam que a posse pela área da Lagoa do Iguatu, localizada no município cearense de mesmo nome, teria sido a razão desencadeadora dessas contendas.

Na documentação sesmarial também são encontrados possíveis indícios do surgimento dessas brigas entre as citadas famílias, posto que Lourenço Alves Feitosa (alferes e, depois, comissário-geral), irmão de Francisco, obteve quatro datas de sesmarias em lugares que, explicitamente, ameaçavam a posse e propriedade dos Montes.

A primeira destas quatro sesmarias foi doada a Lourenço Alves Feitosa no dia 15 de julho de 1719, no Riacho Trussú ou Trussû (nos territórios dos atuais municípios cearenses de Iguatu e Jucás), ao lado das terras do capitão do Terço dos Paulistas, João de Montes Bocarro. A segunda sesmaria, obtida no dia 6 de fevereiro de 1720, estava localizada no “Trussú de Baixo” e na “Telha” (nas imediações do município de Iguatu), formando “terras prescritas”, isto é, que haviam sido peticionadas anteriormente pelo referido capitão João de Montes Bocarro, mas que não teriam sido “povoadas” por este último no prazo legal <sup>14</sup>.

A terceira sesmaria foi concedida no dia 6 de junho de 1720, na Lagoa do Aguatû ou Iguatu e em seu córrego, entre o sítio Quixahuhã (também no Iguatu), em terras que, antes, haviam sido requeridas pelo coronel Francisco de Montes Silva (filho do capitão João de Montes Bocarro), as quais também eram terras prescritas. A quarta sesmaria, localizada no Riacho Jorgemendes (atual distrito José de Alencar, no município do Iguatu) foi concedida a Lourenço Alves Feitosa e ao seu filho, Lourenço Alves Penedo e Rocha, no dia 9 de junho de 1720, na fronteira das terras do dito coronel Francisco de Montes Silva <sup>15</sup>.

Particularmente, não discordamos que todos esses indícios apontados tenham servido de comburente para os movimentos armados

---

13 FEITOSA, Padre Neri. Feitosas e Montes: *Arquivo da Família Feitosa*. Canindé: Gráfica Canindé, [1998], p. 07.

14 MACÊDO, Heitor Feitosa. *Sertões do Nordeste: Inhamuns e Cariris Novos, Volume I*. Crato – CE: A Província, 2015, p. 149 a 151.

15 Idem.

na capitania do Ceará, no início do século XVIII. Contudo, em tempo recente, encontramos parte perdida de um diário escrito por João da Maia da Gama, entre os anos de 1728 e 1730, no qual são narrados episódios referentes ao conflito conhecido por “Guerra entre Montes e Feitosas”. Tal documento revela fatos inéditos, entre estes a causa principal das disputas, qual seja, o território sul cearense; ao passo que também descortina como se deu a ocupação/invasão branca do Cariri bem como a ocorrência de algumas práticas cangaiceiras usadas nesses embates.

### **O Diário de João da Maia da Gama, de 1728 a 1730**

A narrativa mais antiga e completa que se possui, hoje, sobre o conflito entre os Montes e os Feitosa, partiu do esforço do capitão João da Maia da Gama, que, saindo do Maranhão em direção à Pernambuco, esteve no Ceará, no ano de 1729, onde procurou entrevistar as testemunhas dos embates referentes à “Guerra entre Montes e Feitosas”.

João da Maia da Gama era português, nascido no ano de 1673, em Aveiro, filho de Pedro de Oliveira e de Dona Luísa da Gama. Era ele um homem alto e entroncado, de rosto moreno e comprido, de olhos pretos e nariz grosso, tendo por sinal particular uma marca de bexigas no meio da testa.

João da Maia estudou na Universidade de Coimbra, onde cursou filosofia. Porém, veio a abandonar os estudos para seguir a carreira militar, aos vinte anos de idade, quando foi socorrer o Império Português da Índia <sup>16</sup>.

No Oriente, João da Maia realizou



16 MARTINS, F. A. Oliveira. *Um Herói Esquecido: João da Maia da Gama*. Volume I. Lisboa: Coleção pelo Império, 1944, p. 11

grandes feitos, guerreando tanto no mar quanto em terra. Nesses embates, mais de uma vez, saiu ferido sem muita gravidade, inclusive quando recebeu dois tiros. Além disso, sua saúde, durante as expedições pelo Oriente, experimentou a “febre de linha”<sup>17</sup>, o “mau de Luanda” (escorbuto)<sup>18</sup> e outros achaques.

Porém, em uma ocasião, um projétil o feriu gravemente, quando uma bala de “caitoca”<sup>19</sup> atravessou-lhe o corpo, atingindo ossos e rins<sup>20</sup>, ficando ele acamado por três meses. A partir disso, formaram-se três feridas nos tecidos alvejados, por onde eram expelidas esquirolas, de tempos em tempos, em virtude do esfacelamento do “osso ciático”<sup>21</sup> (do quadril). Em razão disso, João da Maia teve que despendar grande soma em dinheiro com cirurgias.

Mesmo sofrendo com essas chagas, Maia pelejou em diversos confrontos com os mouros, árabes, holandeses e ingleses, somente deixando os campos de batalha por repetidas recomendações dos médicos, bem como pelas ponderações de seus superiores hierárquicos.

Por conseguinte, Maia retornou a Portugal no dia 30 de agosto de 1701<sup>22</sup>, de onde, depois de restabelecer sua saúde, seguiu para o Brasil, indo assumir o governo da capitania da Paraíba, do qual se ocupou por nove anos<sup>23</sup>. Logo em seguida, tomou posse no governo do Grão-Pará (área que compreendia os atuais estados do Pará e do Maranhão), em julho de 1722, como governador e capitão-general<sup>24</sup>.

Nesta última capitania, teve que enfrentar o ódio de gente contrária à Companhia de Jesus, pois, João da Maia havia simpatizado

---

17 Ibidem, p. 12 e 87.

18 Ib., p.13.

19 Caitoca é um mosquete raiado, comprido e com vareta de ferro, usados pelos maratas (povo da Índia meridional) das novas conquistas. Possui anéis no cano indicando o número de homens ou animais ferozes mortos, patenteando a bravura de seu portador (DALGADO, Sebastião Rodolfo. *Glossário Luso-Asiático*. Hamburg: Reimpressão da Ed. Original de Coimbra, 1919 - 1982, p. 174).

20 Martins. Volume I. Op. cit., p. 26 e 36.

21 Ib., p. 40.

22 Ib., p. 31.

23 Ib., p. 43.

24 Ib., p. 47.

com o trabalho dos jesuítas, apoiando-os na doutrinação dos índios, fato que desagradou alguns funcionários e vassalos da Coroa Portuguesa, os quais pretendiam por fim à tutela dos padres sobre os aborígenes.

Por defender a causa dos ditos missionários, João da Maia fora tachado por seus inimigos de “venal e encobridor”<sup>25</sup>. Observando-se que por trás dessas acusações estava o ex-governador do Maranhão, Bernardo Pereira de Berredo e Castro.

Depois de muitos desdouros, João da Maia deixou o governo do Pará e Maranhão no dia 14 de abril de 1728<sup>26</sup>, e, no dia 4 de setembro do mesmo ano<sup>27</sup>, partiu em direção à capitania de Pernambuco, onde embarcaria de volta a Portugal.

Por ensejo dessa viagem, Maia recebeu ordens para colher notícias sobre as barras (confluências) dos rios do Norte (termo que, ao tempo, englobava a Região Nordeste do Brasil) e sobre a administração das capitanias do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

Durante o percurso, João da Maia narrou minudências históricas que permaneceram pouco exploradas pelos estudiosos, a exemplo dos conflitos armados ocorridos na capitania do Ceará Grande, que também são descritos em seu diário de forma detalhada.

Entretanto, esses relatos ficaram desconhecidos por mais de 200 anos, sendo que esse obscurantismo em relação aos seus escritos não ocorrera por acaso, mas pelo motivo de João da Maia ter se colocado ao lado dos Jesuítas, rebatendo as acusações atribuídas aos ditos padres, na mesma época que, em Portugal, uma conspiração era arquitetada contra a Companhia de Jesus<sup>28</sup>.

A política do Marquês de Pombal expendeu grande esforço para apagar a memória da dita Companhia e tudo que se ligasse a ela, abrangendo os escritos de João da Maia da Gama, o qual, terminou sendo condenado ao silêncio. Segundo Martins: “As atitudes

---

25 *Ib.*, p. 50.

26 *Ib.*, p. 54.

27 *Ib.*, p. 59.

28 *Ib.*, p. 75.

de Maia da Gama perante o magno conflito entre os jesuítas e os moradores valeu-lhe o esquecimento”<sup>29</sup>.

João da Maia retornou a Portugal relativamente velho e cansado, vindo a falecer no dia 11 de novembro de 1731, sendo enterrado no convento dos Eremitas de São Paulo. A partir daí, seu diário de viagem pelo Brasil foi parar nas mãos de um sobrinho, Luiz da Gama Ribeiro de Rangel<sup>30</sup>.

Somente no ano de 1944 seus escritos foram publicados e, até hoje, pouco foi explorado no que concerne à luta entre os Montes e os Feitosa, sendo praticamente inédito nesse sentido. A explicação para isso pode estar no desgaste do documento manuscrito (provavelmente, mutilado), pelo menos a cópia utilizada pelo professor Oliveira Martins, o qual publicou apenas a parte final da narrativa feita por João da Maia sobre a guerra entre tais famílias.

Felizmente, na Torre do Tombo, em Lisboa/Portugal, foi descoberta uma cópia desta parte faltante do diário em perfeito estado, sendo microfilmadas pelo Projeto Barão do Rio Branco. Mesmo assim, até o presente momento, os historiadores/pesquisadores não exploraram o conteúdo do alfarrábio em comento, não contextualizando historicamente os fatos contidos nesse velho manuscrito.

A partir desse momento, faremos a análise do conteúdo inédito dos escritos do capitão João da Maia da Gama, oriundos do Arquivo Histórico Ultramarino, e, ao final deste trabalho, publicaremos a transcrição paleográfica do referido documento.

### **Aspectos da Narrativa de João da Maia da Gama**

Durante a penosa viagem, João da Maia da Gama deu notícia das coisas mais notáveis em seu percurso. Falou de intrigas, do precário estado dos índios, dos abusos cometidos pelos mais poderosos, da divisão de terras entre os sesmeiros, do conflito entre as famílias

---

29 Ib., p. 83.

30 Ib., p. 07.

Montes e Feitosa e de outros inúmeros fatos.

Suas anotações possuíam um destino, o de informar ao Rei de Portugal sobre a realidade vivida do outro lado do oceano Atlântico. Com esse intento, relatou algumas minúcias acerca do Norte do Brasil, onde esteve exercendo seu múnus público. Analogamente, mais de uma vez, sugeriu ao Rei soluções para os problemas apresentados, mesmo arriscando perder a cabeça, o cargo ou o prestígio perante Sua Alteza Real.

Em seu diário, João da Maia indica o *modus vivendi* dos moradores e a relação destes com as instituições e coisas. Neste aspecto, destacam-se os apontamentos que fez sobre as elites agrárias, mais especificamente, sobre a família d'Ávila, baianos donos da famosa Casa da Torre, a mais rica gente da época em todo o Brasil <sup>31</sup>, que também foi proprietária de todo o território do Cariri cearense<sup>32</sup>. Denunciou a formação do latifúndio improdutivo bem como o meio ilegal e ilegítimo que usavam os senhores da Casa da Torre para obter terras.

A Casa da Torre foi um dos temas mais destacados por João da Maia, dizendo ele que os abusos cometidos por seus integrantes consistiam em tomar a terra por meio da força, desalojando os povoadores ou os coagindo a contratar arrendamento das terras que já pertenciam a estes últimos, o que veio a ensejar um clamor geral na

---

31 O Padre Martinho de Nantes esteve às margens do Rio de São Francisco, dirigindo missões indígenas, no final do século XVII, testemunhando muitos fatos da época. O referido padre teve contato direto com o senhor da Casa da Torre, Francisco Dias d'Ávila (o segundo deste nome), o qual julgou ser "o homem mais rico do Brasil e o melhor aparentado" (NANTES, Pe. Martinho. *Relação de uma Missão no Rio São Francisco*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. 61).

32 Há tempo, os pesquisadores se dividem sobre o fato de a família d'Ávila, titulares do Morgado da Casa da Torre, localizada na Bahia, ter sido a primeira entre os vassalos "brancos" a pedir em data de sesmaria a Chapada do Araripe e toda a área do seu entorno, incluindo as porções dos atuais estados do PE, PB, PI e, também, CE. Com base em nove documentos inéditos, chegamos à conclusão de que essa petição é verídica, contudo, tal família não conseguiu se estabelecer em toda a área do Cariri cearense, tanto por conta da resistência dos índios, no primeiro momento, como pela invasão de outros "brancos" ao local, em momento posterior (MACÊDO, Heitor Feitosa. A participação dos d'Ávila e da Casa da Torre na Invasão a Capitania do Ceará. *Revista Itaytera*, Nº 47. Crato/CE: Instituto Cultural do Cariri/BSG, 2018, p. 132).

capitania do Piauí<sup>33</sup>.

Igualmente, descreveu a situação dos povos que estavam sendo esbulhados das suas propriedades, especialmente os índios, aos quais os sesmeiros chegaram ao cúmulo de proibir-lhes a pesca, seu principal sustento, exceto pelo arrendamento das praias, das quais, ilegalmente, julgavam-se donos<sup>34</sup>.

Mesmo estando a serviço da Coroa, João da Maia diz ter custeado sua própria viagem, comprando, inicialmente, 32 cavalos<sup>35</sup>, excetuando-se as aquisições supervenientes que fez devido à perda de algumas alimárias no trajeto, mortas pelo cansaço, por picaduras de cobra, atoladas nos lamaçais ou afogadas nas travessias dos rios. E, quando suas reservas financeiras diminuíram, mandou vender uma parte dos seus cavalos na Bahia, em decorrência dos altos preços alcançados nas minas<sup>36</sup>.

Durante o longo caminho, diz ter evitado dormir nas casas dos moradores, levando um toldo para se abrigar, debaixo do qual se acolhia com a sua comitiva<sup>37</sup>. Segundo ele, isso evitava qualquer brecha para a corrupção, não havendo o dever de retribuir as gentilezas, sobremaneira as realizadas com algum escuso interesse.

Na sua caminhada pelo litoral, entre o Piauí e o Ceará, teve en-

sobre o Menistro disporão os do Cons.<sup>a</sup> de V. Mag.<sup>m</sup> e para a total quietação daquelles Povos se dis lá que tirando daquella cap.<sup>m</sup> os dōes feitasas, ou algum delles que são Lourenco Alves feitasa e Fran.<sup>m</sup> Alves feitasa cabescas desta parsialidade e da dos Montes Antonio Mendes Lobato que tudo ficaria quieto e se for necessazio mais tem o Coronel Fran.<sup>m</sup> de Montes por ter morrido desta parte dos montes Domingos Ribt.<sup>a</sup> que dizem era o mais culpado.

Conformandome tão bem com o parecer do G.<sup>m</sup> de Perm.<sup>m</sup> me parece escusado a hida do Menistro da B.<sup>a</sup> por evitar a total destruição daquelles miseraveis Povos porque se achão todos pobres, miseraveis.

As lagoinhas fomos dormir ahonde chamão o Trapiã no meio do rio do Ciarã Merim que estava seco, e nos aquartellamos nas suas areias.

Hê este rio todo ariado, e está seco todo o verão sô com alguns possos de agoa sallobra e se marcha tres dias por elle asima, ou atravessando o que se atravessa 47 vezes, e alguns, segurso que se paça mais de 56 vezes, e não tem outro caminho pello q. se fas entratavel, e impossivel a marcha ou sahida por fora delle estando cheio.

Pello que apresamos a viagem e a 22 partimos e paçamos o dito Ciarã Merim doze vezes que estava seco, e paçamos o sitio chamado o *Taipá*, e o Carurú, e fomos a fazenda chamada a pedra da boa agoa e assim como chegamos que seria meyo dia começou húa Trevoada com húa chuva grosca e continuada que durou todo o resto do dia, e toda a noute de sorte que amanheceu o rio cheyo.

89

Diário incompleto de João  
da Maia da Gama

33 MARTINS, F. A. Oliveira. *Um Herói Esquecido: João da Maia da Gama*. Volume II. Lisboa: Coleção pelo Império, 1944, p. 27.

34 Ibidem, p. 103 e 104.

35 Ib., p. 10.

36 Ib., p. 36, 37 e 53.

37 Ib., p. 33.

contro com os índios Tremembés, relatando alguns hábitos desse povo, como o comércio de dentes de tubarões (realizado com outros índios, inclusive, com os Guaranis<sup>38</sup>) e suas camas feitas na areia<sup>39</sup>. Ele também destacou a pesca das tartarugas e a coleta de seus ovos, utilizados no fabrico de manteiga no “Rio das Amazonas”. Às mulheres desses mesmos tapuias, por andarem nuas, Maia lhes deu uma relevante quantia de 120 mil réis, para que comprassem panos a fim de se vestirem. O autor do diário também salienta a existência do escambo entre os índios, que trocavam cascos de tartaruga e âmbar por arpões, anzóis e facas<sup>40</sup>.

Em seus escritos, João da Maia denunciou o esbulho das terras feito aos índios Tremembés, os quais, pouco antes, haviam sido senhores absolutos daquelas costas, possuindo de 50 a 70 léguas. Terras que iam da Barra do Maranhão e Ponta do Mirim até as Barras do Parnaíba<sup>41</sup>.

Como se percebe, o diário de João da Maia da Gama trata de assuntos diversos, contudo, conforme dissemos acima, o material compilado pelo professor F.A. Oliveira Martins, que trata da “Guerra entre Montes e Feitosas”, não estava completo. Vale repetir que nós encontramos a parte faltante dessas anotações no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), que narra com detalhes a referida guerra, chamada por João da Maia de “Conflito do Jaguaribe” ou “Levante do Jaguaribe”.

### **A Guerra das Famílias Montes e Feitosa, segundo João da Maia da Gama**

As desordens ocorridas na chamada Ribeira do Jaguaribe (termo que englobava várias das atuais divisões territoriais, incluindo os sertões dos Inhamuns e Cariris Novos, nas cabeceiras do referido rio) haviam fugido ao controle das autoridades da capitania cearen-

---

38 *Ib.*, p. 49.

39 *Ib.*, p. 52 e 53.

40 *Ib.*, p. 68.

41 *Ib.*, p. 49.

se, chegando notícias sobre estes distúrbios aos ouvidos do Rei de Portugal, o qual, por muitos anos, tentou por fim ao levante.

O Rei havia encarregado alguns de seus empregados para diminuir os conflitos da capitania do Ceará, ordenando que para lá fosse um desembargador. O primeiro “ministro” (magistrado) escolhido foi Pedro de Freitas Tavares Pinto, contudo, este alegou impedimento, por estar doente, vindo a anexar às suas justificativas um laudo médico, atestando possuir graves moléstias, dentre elas, hemorroida.

Outros motivos que impossibilitavam o cumprimento imediato da ordem régia relacionavam-se à distância que separava os locais do embate dos grandes centros urbanos; à falta de estradas; à insuficiência de verbas para o custeio das viagens; ao receio da violência em que se encontrava aquela gente, etc.

Nesse contexto, João da Maia da Gama, de pronto, executou as ordens que lhe foram dadas, no sentido de informar ao Rei sobre os ditos conflitos. Todavia, ele estava despedido da função judicial, isto é, de prender e processar os envolvidos, pois, no caso, não era sua obrigação fazer diligências, abrir correições e tirar devassas.

Percorrendo seu trajeto, no dia 29 de outubro de 1728, em direção à vila de Nossa Senhora da Vitória da Mocha (hoje, Oeiras/PI), João da Maia teve o primeiro encontro com os “fogidos de Jaguaribe”. Estes eram Francisco Alves Feitosa, o capitão-mor Simão Regis<sup>42</sup> e outros parentes, que estavam arranchados na Fazenda Tigre, onde haviam plantado uma roça e também estavam alguns dos seus escravos. Ficava esta localidade ao lado da Fazenda “Varge” do Mel, pertencente a José de Araújo Rocha, residente na Bahia<sup>43</sup>.

Ao tomar conhecimento da presença de João da Maia, Francisco e seus companheiros se retiraram com receio de serem presos. Ao saber disto, Maia enviou-lhes um recado por um negro de Simão Roiz (Rodrigues), dizendo que havia mandado recado para que não temessem; que não tivessem perturbação alguma, pois ele os queria “compor”; e que, se pudessem, fossem conversar com ele, quando

---

42 Aparentemente, Simão Regis é o mesmo Simão Roiz, talvez tenha havido um engano, ou do autor ou de quem transcreveu os manuscritos.

43 MARTINS. Volume II. Op. cit., p. 17.

se dirigisse ao Ceará (ribeira) ou ao Jaguaribe (ribeira):

A 29. sahimos deste sitio e paçamos a fazenda chamada da varge do mel que hê do coronel Joseph de Arajo Rocha morador na Bahia e nos fomos aquartellar em huas baixas junto da fazenda que chamão o Tigre no qual lugar se tinham aranchado os fogidos de Jaguaribe com Fran.<sup>co</sup> Alves feitosa, e o cap.<sup>m</sup> mor Simão Regis e outros parentes, e ahinda alli tinham ou.<sup>tra</sup> Rossa plantada, e algũs escravos e dizem muitos que elles fogirão e se retirarão dalli com a noticia da minha vinda e receio de os prender ainda que os negros de Simão Rois q. me conhecião me certificarão que elles forão chamados dos seus parentes e pello negro lhe mandei recado que não temessem que não tivessem perturbação algũa que eu os queria compor e que se pudessem me falassem, ou quando eu paçasse para o Ceará ou Jaguaribe.<sup>44</sup>

Na Vila da Mocha, João da Maia encontrou o então ouvidor-geral Antonio Marques Cardoso, o qual, futuramente, seria responsável por apurar os fatos ocorridos na Ribeira do Jaguaribe. Cabe ressaltar que, sobre esse ouvidor, teve ele boa impressão, considerando-o reto e “limpo de mãos”<sup>45</sup>.

Outros envolvidos nas questões do Jaguaribe, com quem Maia teve contato, foram os índios Jenipapos, que haviam sido enviados para o Maranhão e arranchados junto do Arraial do mestre de campo Bernardo Carvalho de Aguiar. Segundo o autor do diário: “Aqui duas legoas junto do arayal estão situados o resto que ficou dos índios Ginipapos que vierão do Ciarã e os mais se retirarão e tão bem estão”<sup>46</sup>.

Naquele momento, Maia considerou aquela localidade adequada para os índios, por estarem seguros da vingança dos Montes e dos Mendes Lobato. Entretanto, uma parte dos Jenipapos retrocedeu a marcha para o Maranhão e voltou ao Ceará, indo se alocar no sertão

---

44 *Ib.*, p. 18.

45 *Ib.*, p. 20 e 22.

46 João da Maia disse que o “rancho” citado ficava a duas léguas do Arraial do mestre-de-campo Bernardo Carvalho de Aguiar e que lá estava “resto dos que ficou dos Ginipapos” (*Ib.*, p. 39).

dos Inhamuns:

Tão bem se deve passar ordem ao G.<sup>or</sup> de Pern.<sup>co</sup> para que todo o rancho da nação Ginipapo que contra as ordens do G.<sup>or</sup> de Pern.<sup>co</sup> e requerimento dos homens do Ciarâ retrosederão a marcha que fazião para as terras do Mar.<sup>m</sup> e conquista, e se vierão agregar câ para os Inhamûs, a hum genrro de Fran.<sup>co</sup> Alves feitoza cabesca de huã das parcialidades de Jaguaribe a q.<sup>m</sup> ja tinhão acompanhado nos levantes e forão os que derão as cargas, e matarão a mayor parte da gente naquella diabollica ocasião das contendadas por cuja causa hê aborrecida aquella nação por cuja causa foi mandada p.<sup>a</sup> o Mar.<sup>m</sup> e se me reque-reo que a não deixasse voltar, porem hum frade das Merçes com diabollico espirito, e o mais de que dei conta a V.Mag.<sup>de</sup> com certidões de tudo os induzio para não paçarem ao Mar.<sup>m</sup> e por todas estas rezões me parece justa e conveniente a dita ordem, e que se vão situar com o resto que ficou no Mar.<sup>m</sup> com o coronel João da Affonseca e ficarão aranchados no dito lugar asima junto do arayal de M. de Campo Bernardo de Carvalho a quem se devem subordinar por serem resollutos, volluntarios e vingativos e necessitarem de poder authority e forssa q.<sup>e</sup> os reprima e se deve recomendar assim ao M. de Campo para os trazer na conquista por serem vallerosos, e serâ m.<sup>to</sup> util vellar a sua asistencia, e fica o Ciarâ com sosego e elles tão bem seguros, e livres de os hirem matando os queixosos, e parentes daquelles que elles matarão e aquella parcialidade dos feitasas sem estes crueis Menistros da sua vingança, e do seu odio.<sup>47</sup>

No dia 10 de janeiro de 1729, João Maia da Gama adentrou o território cearense, através do litoral do Piauí, seguindo pela Serra da Ibiapaba. Já neste trajeto, teve contato com algumas pessoas que estavam ligadas aos levantes ocorridos na Ribeira do Jaguaribe, como os padres Francisco de Lira, João Guedes e Francisco Pedroso.

Durante sua caminhada, João da Maia foi auxiliado por alguns indivíduos que figuraram como testemunhas nos “autos processuais” relativos aos distúrbios no Jaguaribe, a exemplo de Francisco da

---

47 lb., p. 41 e 42.

Rocha Franco. Além disso, necessitando de ajuda para seguir viagem, João da Maia também obteve assistência de outros envolvidos nos conflitos do sul do Ceará de 1724, como do comissário-geral Clemente de Azevedo, que fez a gentileza de abrir uma picada de duas léguas, no meio do mato, para dar passagem ao comboio de João da Maia da Gama<sup>48</sup>.

Porém, naquelas paragens, parece que toda ajuda era válida, pois, na época das chuvas, os caminhos eram quase intransitáveis em decorrência dos atoleiros, da mata fechada e das cheias dos rios. Conta João da Maia que, numa ocasião, ao dormir em um alto, próximo às margens do Rio Ceará Mirim, perdeu dois cavalos afogados, e só não teve o mesmo destino por ter escalado uma árvore<sup>49</sup>. Não bastasse, o autor acrescenta ter atravessado 47 ou 56 vezes este curso d'água<sup>50</sup>. Para evitar as penosas travessias, o comissário-geral Clemente de Azevedo subia nas árvores para poder visualizar as curvas do rio, até que, assim, João da Maia perpassasse o “negregado e excomungado” Ceará Mirim<sup>51</sup>.

Numa carta assinada por João da Maia da Gama, datada de 15 de abril de 1730, escrita em “Lisboa Ocidental”, o autor informa sobre o cumprimento da ordem régia do dia 20 de maio de 1727, pela qual o Rei de Portugal lhe incumbira de apurar as desordens ocorridas na Ribeira do Jaguaribe.

Vale repetir que Maia, ao apurar os fatos ocorridos em 1724, não exercia a função de juiz, mas de simples informante, em vista do que se restringiu a colher depoimentos das testemunhas do conflito, preocupando-se apenas em identificar as causas e origens das perturbações ocorridas no sul da capitania do Ceará. Destaque-se que o autor do diário não foi visitar os lugares onde ocorreram as batalhas, limitando-se ao litoral, onde se encontravam pessoas que conheciam detalhes sobre o dito conflito, inclusive, algumas que haviam tomado parte nas lutas armadas.

---

48 lb., p. 91.

49 lb., p. 92.

50 lb., p. 89.

51 lb., p. 94.

Nos dias 25, 27 e 28 de fevereiro bem como nos primeiros dias de março de 1729, Maia interrogou os moradores da vila de Fortaleza, apurando os fatos ocorridos na Ribeira do Jaguaribe por meio dos depoimentos de algumas testemunhas, segundo ele: “desinteressadas, desapaixonadas e neutrais”.

A narrativa de João da Maia sobre a guerra entre as famílias Montes e Feitosa é o que, até bem pouco tempo, chamava-se de fonte primária, tendo em vista que ele se baseou nos depoimentos de testemunhas oculares. Por esse motivo, o referido documento pode ser considerado, até o presente momento, a mais antiga e completa narrativa sobre o assunto.

### **Disputas por Terras no Cariri**

Informaram as testemunhas do conflito a João da Maia da Gama que um baiano pobre, chamado Antonio de Brito, havia pedido uma data de sesmaria com a dimensão de três léguas, numa área que compreendia três sítios, o da Cachoeira (hoje, município de Missão Velha/CE<sup>52</sup>), Arraial do Meio (anteriormente, chamado Arraial de São Luiz, também no município de Missão Velha, confinando com o Juazeiro do Norte/CE<sup>53</sup>) e a Lagoa do Ariosa (antes, Lagoa do Carité, ou Lagoa do Cariri, e, atualmente, Sítio São José, no município do Crato/CE<sup>54</sup>).

Sabendo disso, o capitão<sup>55</sup> Manuel Rodrigues Ariosa<sup>56</sup> pactuou

---

52 BEZERRA, Antonio. *Algumas Origens do Ceará*. Fortaleza – CE: Fundação Waldemar Alcântara, 2009, p. 149 e 180.

53 *Ib.*, p. 164 e 165.

54 *Ib.*, p. 109 e 126.

55 Manoel Rodrigues Ariosa aparece nos documentos sesmarias sendo tratado pela patente de “capitão” (Ver: *Datas de Sesmarias*. Volume 2. nº 79. Fortaleza – CE: Eugênio Gadelha & Filhos, 1921, p. 13 e 14). Antonio Bezerra (Op. cit., p. 108 e 126) trata-o por “capitão-mor”, o que é repetido por Irineu Pinheiro, porém, não há fundamentação sobre essa afirmativa (PINHEIRO, Irineu. *O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes*. Fortaleza – CE: Fundação Waldemar Alcântara, 2009, p. 12).

56 Antonio Bezerra registra o nome “Manuel Rodrigues Ariosa do Vale” (BEZERRA. Op. cit., p. 64). Com base numa carta de concessão de sesmaria feita ao capitão Manoel Rodrigues “Arioso”, no dia 11 de outubro de 1707, presumem alguns pesquisadores que este seja natural do Rio Grande do Norte, pois, segundo o documento: “... se for da prova que deu oSuplicante

com Antonio de Brito para ajudá-lo a povoar a referida área, desde que este último lhe desse um dos sítios. Nesses termos, ajustaram o negócio e foram “povoar” a terra, ficando Antonio de Brito domiciliado com seus gados no sítio da Cachoeira, enquanto que o Ariosa se estabeleceu na Lagoa do Ariosa, antiga Lagoa do Cariri.

Entretanto, Antonio de Brito veio a ser assassinado por um “negro” da fazenda de Ariosa, sendo que a culpa por esse homicídio recaiu, injustamente, sobre os índios Calabaças, fato que promoveu o atrofiamiento desse primeiro núcleo de povoamento na Cachoeira.

Depois de alguns anos, Ariosa e o capitão-mor Manoel Carneiro da Cunha pediram as terras de Antonio de Brito como devolutas e desaproveitadas. Dessa feita, os dois novos peticionários logo trataram de “povoar” as terras, mas não o fizeram pessoalmente, e, sim, por meio de um procurador, o capitão Duarte Lopes, que, para realizar tal atividade, possuía “poder de armas e gente”.

Outros dois moradores da Ribeira do Jaguaribe, Lourenço Alves Feitosa e Antonio Mendes Lobato (que era um dos Montes), cientes do ocorrido, uniram-se para se apoderar das ditas sesmarias, já peticionadas por Ariosa e Cunha, o quais, conforme foi dito, no ato da petição, alegaram que as glebas não possuíam dono. Porém, Maia acrescenta que Antonio de Brito não havia perdido o direito, o senhorio e a posse sobre as mesmas, já que ele havia erguido casa e curral, estabelecendo-se com seus gados e, sobretudo, por ter ficado enterrado nas ditas terras, as quais, por esse argumento, não deveriam ser consideradas devolutas.

Lourenço Alves Feitosa (cabeça da parcialidade dos Feitosa) e Antonio Mendes Lobato (cabeça da parcialidade dos Montes) “fizeram liga entre si” para entrar na posse das terras doadas ao falecido Antonio de Brito, contudo, o capitão Duarte Lopes os impediu, dizendo que ambos somente povoariam a área se fosse por meio de contrato de arrendamento.

---

[Ariosa] na Capitania do Rio grande perante o desembargador...eporq pera elle suplicante retifiCar asua prova lhe he empoSível por ter as mais destes testemunhas naCapitania do Rio grande destansia que Se Conta epor mais de sinCoenta Legoas pera adita Ribeira de Jaguaribe...” (Datas de Sesmarias. Volume 5. n.º 262. Fortaleza – CE: Tipografia Gadelha, 1925, p. 43).

Atendendo as tais condições, Lourenço Alves Feitosa, combinado com seu sócio Antonio Mendes Lobato, arrendou o sítio em questão. Todavia, estes dois indivíduos, apesar da celebração deste negócio jurídico, arquitetaram adquirir as ditas fazendas, por meio de nova petição sesmarial, depois da morte dos arrendadores (Ariosa e Cunha).

Desse modo, com o falecimento do capitão-mor Manoel Carneiro da Cunha e de Manuel Ariosa (este último, antes do dia 30 de setembro de 1716<sup>57</sup>), Antonio Mendes Lobato procurou seu sócio, Lourenço, para que fizessem a partilha da terra que havia sido arrendada, conforme haviam combinado previamente. No entanto, Lourenço se recusou a ceder a cota devida a Antonio Lobato, o qual, sentindo-se enganado, buscou adquirir as terras por outros meios, indo comprá-las a um irmão e herdeiro de Antonio de Brito chamado Pascoal de Brito Siqueira<sup>58</sup>.

Então, de um lado estava Lourenço Alves Feitosa, querendo permanecer na posse da terra, tomada em arrendamento, e, do outro, Antonio Mendes Lobato, desejando possuir a propriedade que adquiriu por meio de compra. Cada qual com seu título aquisitivo, cuja legitimidade exigia a intervenção do estado-juiz. Em virtude desse impasse, Lourenço e Antonio Lobato levantaram armas um contra o outro, seguidos de suas parcialidades, é o que assegura João da Maia da Gama, acrescentando que esse evento foi o princípio das desordens entre as duas famílias.

Para apaziguar as duas citadas facções, o ouvidor-geral da capitania da Paraíba, Francisco Pereira, foi até a Ribeira do Jaguaribe,

---

57 A data do falecimento de Manuel Rodrigues Ariosa é evidenciada numa concessão de sesmaria feita em favor de José Gomes de Moura, Baltazar da Silva Vieira e Germano da Silva Saraiva, no dia 30 de setembro de 1716, na Ribeira dos Carás, nos seguintes termos: "... confrontando com o brejo seco entestadas de terras do 'defunto' Manoel Roiz Arioza..." (Datas de Sesmaria. Volume 10. nº 41, Fortaleza – CE: Tipografia Gadelha, 1926, p. 75 e 76).

58 Os pesquisadores, por desconhecerem esses eventos, acreditavam que Pascoal de Brito Siqueira havia adquirido as terras da Cachoeira – Missão Velha/CE - através de compra ao capitão-mor Manoel Carneiro da Cunha e aos seus herdeiros. No entanto, fica claro que Pascoal de Brito Siqueira era irmão Antonio do Brito, e, por isso, seu herdeiro (BEZERRA. Op. cit., p. 150 e 156). Ver também: BRÍGIDO, João. *Ceará: Terra e Homens*. Fortaleza - CE: Edições Demócrito Rocha, 2001, p. 418.

no ano de 1719<sup>59</sup>, onde reuniu os contendores e os obrigou a fazer as pazes por meio de um termo, assinado por ambas as partes<sup>60</sup>. Tal acordo previa penalidades aos que descumprissem o tratado de paz. As cláusulas estipulavam que entre eles não haveria mais dúvidas e aquele que primeiro voltasse a pegar em armas contra o outro pagaria de sua fazenda quatro mil cruzados, além de perder todo o direito e “pertençaõ” (pretensão)<sup>61</sup> que tivesse sobre as referidas terras.

Por alguns anos, esses indivíduos interromperam as agressões mútuas, porém, outros fatores vieram a contribuir para a retomada dos embates, os quais se tornaram cada vez mais intensos e violentos.

### Os Índios Jenipapos e o Coronel João da Fonseca Ferreira

Os índios Jenipapos, considerados tapuias (ou seja, que não pertenciam ao tronco lingüístico tupi), estavam sofrendo grande perseguição, e, para não serem mortos, fugiram das várzeas<sup>62</sup> do Jaguaribe, indo buscar a proteção do coronel Francisco de Montes Silva. Este os enviou para os Cariris Novos, onde a natureza era sobeja de

---

59 O nome completo do ouvidor-geral da Paraíba era Francisco Pereira Alves. Sobre este assunto, ver: Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil - Paraíba, 25 de janeiro de 1714: AUTO (treslado) do escrivão da Ouvidoria-geral da Paraíba, Manuel Rodrigues da Fonseca, sobre a residência de Francisco Pereira Alves, ouvidor-geral que serviu na Paraíba. AHU-Paraíba, cx. 6, doc. AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 5, D. 340.

60 Um dos membros da Comissão Científica de Exploração, Francisco Freire Alemão, esteve no Cariri/CE no ano de 1859, onde conversou com o professor Bernardino Gomes de Araújo, sendo informado por este último sobre alguns episódios envolvendo os Montes e Feitosa. Segundo Francisco Freire Alemão, Bernardino disse que: “Sabe coisas de sua terra, contando certas coisas de Feitosa e Montes; disse-me que há, creio que perto de Missão Velha, um lugar chamado Tabuleiro dos Pares, porque aí estando eles, por intervenção não sabe de quem, se acomodaram” (ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão*. Fortaleza - CE: Fundação Waldemar Alcântara, 2011, p. 167). Esse registro parece complementar a narrativa de João da Maia da Gama, indicando o lugar onde o acordo fora celebrado por imposição do ouvidor-geral da Paraíba.

61 A palavra “pertençaõ” ou “pretenção” é a forma arcaica de “pretensão”, cujo significado, no século XVIII, era “direito bem, ou mal fundado, que alguém imagina ter sobre alguma coisa” (BLUTEAU, Padre D. Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino*, O-PYT. Lisboa - Portugal: Officina de Pascoal da Sylva, MDCCXX, p. 724).

62 O texto original fala em “varges”, sendo equivalente a “várzea” (BLUTEAU, Padre D. Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino*, T-ZO. Lisboa Occidental: Officina de Pascoal da Sylva, MDCCXXI, p. 364).

caças e com rica vegetação, suficientes para o sustento dos tapuias<sup>63</sup>.

Para doutriná-los na fé cristã, o coronel Francisco de Montes encarregou o padre José Mendes Lobato, o qual logo tratou de aplicar os dogmas católicos aos Jenipapos, inclusive, fazendo severas advertências, o que não agradou aos índios, razão pela qual começaram a fugir em direção à casa de um tio desse sacerdote, o coronel João da Fonseca Ferreira, por quem foram, prontamente, acolhidos.

Tentando reverter a situação, o padre José Lobato requereu ao seu parente que não mais apoiasse os índios fugitivos e que o deixasse reconduzi-los até sua Missão. Porém, o coronel João da Fonseca Ferreira não atendeu ao pedido do sobrinho, dizendo que tinha um “serviço de Vossa Majestade” a ser cumprido com os tapuios e, antes de finalizar a sua obrigação real com os ditos índios, não os devolveria.

A maior parte dos Jenipapos já havia abandonado a Missão no Cariri e se concentrado sob a proteção do coronel João da Fonseca. Em face disso, o padre Lobato, evitando o confronto com o tio, abandonou os índios, entretanto, foi à capitania de Pernambuco fazer queixa do ocorrido perante a justiça. Nesse ínterim, o restante dos índios se evadiu da Missão e da Igreja do padre Lobato, tomando o mesmo rumo dos demais, ou seja, a casa do coronel João da Fonseca.

Estabelecida a intriga pela guarda dos índios Jenipapos, o coronel João da Fonseca, temendo uma possível represália por parte dos seus sobrinhos (o coronel Francisco de Montes Silva e o comissário-geral Antonio Mendes Lobato), procurou o apoio dos Feitosa, pedindo socorro de gente e de armas, ao passo que oferecia aos seus novos aliados ajuda para retomar a posse das terras disputadas pe-

---

63 Em uma carta dirigida ao governador da capitania de Pernambuco D. Manuel Rolim de Moura, datada de 16 de outubro de 1722, o Rei de Portugal, D. João V, trata da “guerra injusta” feita aos “Tapuias Genipapos-açus”, na vila de Jaguaribe, no ano de 1720 e 1721. A perseguição aos Jenipapos teria partido do capitão-mor do Ceará, Salvador Alves da Silva, o qual havia nomeado como condutores da dita guerra o capitão Luís Pereira, o comissário Clemente de Azevedo e o coronel Manuel de Castro Caldas. Esses índios foram atacados no lugar chamado Boqueirão, onde foram capturadas algumas mulheres e, os que conseguiram fugir, foram para a Igreja de São João, onde estava o seu missionário, o padre Antonio de Caldas Loubato, do hábito de São Pedro (THÉBERGE, Dr. Pedro. *Esboço Histórico sobre A Província do Ceará*. 2ª Ed. Fortaleza/CE: Editora Henriqueta Galeno, 1973, p. 130).

las duas parcialidades, no Cariri.

Aceitando a aliança, Francisco Alves Feitosa e Lourenço Alves Feitosa enviaram seus filhos homônimos (Francisco Alves Feitosa e o coronel Lourenço Alves Penedo e Rocha, respectivamente) na companhia de um sobrinho (o capitão João Dantas) em auxílio ao coronel João da Fonseca, levando com eles muita gente e “força de armas”. Foi nesse instante que os Feitosa desrespeitaram os termos que tinham assinado perante o ouvidor-geral da Paraíba, Francisco Pereira.

Na ocasião, depois de reunidos, marcharam em direção a uma fazenda do comissário-geral Antonio Mendes Lobato. Em lá chegando, mataram três pessoas, sem dano, causa ou resistência, depredando o lugar. Afora isso, encontraram numa fazenda o juiz ordinário da vila de Aquiraz, o comissário-geral Clemente de Azevedo, ao qual não tiveram respeito e temor, vindo este juiz a se retirar do ambiente para que também não fosse morto.

### **O Ouvidor-Geral José Mendes Machado**

No mesmo período em que o conflito renascia e se acirrava, tomou posse na comarca única do Ceará o seu primeiro ouvidor-geral (equivalente ao atual juiz de direito), José Mendes Machado, o qual havia sido enviado pelo próprio João da Maia da Gama, na época em que este ainda era governador da capitania da Paraíba.

Observa-se pela leitura do documento que o informantes de João da Maia divergiram quanto à data em que foram praticadas as violências citadas e quanto à data da chegada de José Mendes Machado, pois, enquanto uns disseram que este ouvidor chegou na capitania do Ceará após o cometimento das violências descritas, outros afirmaram que estas perturbações ocorreram quando o dito magistrado já estava residindo na comarca cearense.

Ocorre que os cabeças da parcialidade dos Feitosa foram os primeiros a procurar o novo ouvidor, argumentando que não haviam participado das mortes e roubos cometidos contra os Montes, e isto sob o pretexto de não terem ido pessoalmente ao lugar onde foram

cometidas tais violências, posto que apenas seus filhos e um sobrinho haviam estado no local.

Posteriormente, depois de os Feitosa terem se agregado com o referido magistrado, os Montes também foram ao encontro deste último, segundo o depoimento de algumas testemunhas, para lhe oferecer obediência e tirar “cartas de seguro” (espécie de *habeas corpus* preventivo)<sup>64</sup>, a fim de assegurarem suas liberdades por crimes que estavam sendo acusados.

Maia ouviu das testemunhas que o Bacharel José Mendes Machado, assim que tomou posse no cargo de ouvidor da capitania cearense, começou a “fazer justiça”, praticando atos que lhe eram próprios, como abrir correição e despachar, falando de forma soberba e sem prudência. Segundo as mesmas testemunhas, o ouvidor teria dito que “aquele que possuísse cem mil réis, quando ele acabasse suas atividades, desse graças a Deus se ficasse com a metade ou com apenas vinte vinte mil réis”.

Segundo Maia, não bastasse a imprudência, orgulho e inquietação, o dito ouvidor também trazia consigo oficiais ambiciosos, malignos e desatentos em palavras e ações, além de descomedidos, o que é ilustrado pelo episódio em que José Mendes Machado mandou prender alguns homens, ensejando a fuga do coronel Teodósio Nogueira de Lima. Todavia, para a satisfação das custas judiciais, os oficiais e meirinhos descompuseram a esposa deste coronel, arrancando-lhe as abotoaduras de ouro afixadas na camisa, as argolas das orelhas (brincos) e os botões das “maneiras” (aberturas das saias<sup>65</sup>). Por conta desse comportamento desmedido, tanto o marido da mulher descomposta quanto o irmão dela (o coronel Antonio Gonçalves de Souza) ficaram “picados” (irritados) e bastante ofendidos.

---

64 A “carta de seguro” era uma espécie de *habeas corpus* e não se confundia com a “fiança”. O instituto da carta de seguro tratava da liberdade de locomoção dos indivíduos, sendo admitida, no século XVIII, por qualquer pessoa e para quase todos os crimes. As cartas de seguro eram divididas em três tipos: afirmativas ou confessativas, negativas e coartadas (AZEVEDO, Luiz Carlos de. *Introdução à História do Direito*. 2ª Ed. São Paulo – SP: Editora Revista dos Tribunais, 2007, p. 151 e 154).

65 Diz o Padre Bluteau que “maneira” é a abertura da saia, loba, e outras semelhantes vestiduras, por onde se mete a mão na algibeira (BLUTEAU, Padre D. Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino*. K-NYS).

Ademais, as testemunhas confidenciaram a João da Maia que, a partir desse momento, houve alteração daqueles povos da Ribeira do Jaguaribe contra o ouvidor-geral da comarca única do Ceará, José Mendes Machado.

### **A Organização do Levante e a Tropa do Povo**

O ouvidor prosseguiu com as correições por toda a Ribeira do “Acaracû” (Acarauá) até à Serra da Ibiapaba, contudo, seus oficiais mantinham o mesmo procedimento inadequado. Nesse particular, informaram a João da Maia que, durante essas correições, só o badalo do sino ficava por culpar e que todos eram descompostos, ao menos, de ladrões de gados, uns dos outros.

Com base nos depoimentos, o ouvidor estava mais parcial dos Feitosa, deixando-se dominar mais por eles, aos quais havia encarregado a execução de algumas prisões. Assim, cumprindo ordens do dito magistrado, quando Francisco Alves Feitosa conduzia alguns presos para a ribeira do Ceará (divisão administrativa que englobava as vilas de Aquiraz e Fortaleza) foi interceptado pelo coronel Antonio Gonçalves de Souza, o qual estava acompanhado de vários homens, entre eles, Teodósio Nogueira.

Alguns relataram a João da Maia que os coronéis Antonio Gonçalves e Teodósio Nogueira pretendiam pôr em liberdade os detentos e, também, levar o coronel Francisco Feitosa, coercitivamente, ao “levante do povo”. Entretanto, outras testemunhas disseram que os três coronéis haviam, entre si, ajustado o levante e que, por este motivo, Francisco Feitosa entregou seu próprio filho, também chamado Francisco Alves Feitosa, para que este marchasse com a Tropa do Povo. Nas palavras de João da Maia: “foi este filho do dito Feitosa um dos mais empenhados, e que mais trabalhou para levantar o povo, como por sua confissão mostrarei adiante em seu lugar”.

Logo depois, Francisco Feitosa seguiu na condução dos presos para a vila da Fortaleza, mas providenciando que seu irmão, Lourenço Feitosa, o qual se encontrava na companhia do ouvidor, fosse comunicado sobre o levante que estava sendo arquitetado. Ao tomar conhe-

cimento sobre tais perturbações, Lourenço deu parte ao ouvidor. Na referida ocasião, Domingos Ribeiro e seus parentes, os Montes, também delataram a formação do levante, pois haviam ido ao encontro do ouvidor, supostamente, requerer as mencionadas cartas de seguro.

A notícia da rebelião inquietou o magistrado, momento em que os Montes se ofereceram a acompanhá-lo, defendê-lo, guardá-lo e acomodar a “perturbação do Jaguaribe e do Povo”, ao que também se ofereceram os Feitosa. Mas a escolha do ouvidor recaiu sobre estes últimos, não sabendo as testemunhas se tal opção ocorreu por conveniência, por afeição ou por ele confiar mais nos Feitosa. Assim, o ouvidor, os Feitosa, o coronel João da Fonseca e os índios Jenipapos seguiram marcha em direção “à vizinhança do Jaguaribe” (ribeira).

Por ensejo das notícias sobre o levante, os Montes vieram a ser desarmados pelo fato de José Mendes Machado não confiar neles. Mesmo assim, os Montes insistiram para que suas armas fossem devolvidas, a fim de que pudessem fazer a defesa do ouvidor e, também, para que se protegessem contra uma possível traição dos Feitosa, ou que, pelo menos, o ouvidor os “assegurasse”<sup>66</sup>. Apesar de esses pedidos terem sido indeferidos, os Montes seguiram na companhia de José Mendes Machado nas correições e devassas que estavam sendo tiradas nas três divisões administrativas da capitania, isto é, nas ribeiras do Ceará, Acaraú e Jaguaribe.

Chegando ao Cariri, no atual território de Missão Velha<sup>67</sup>, arranjaram-se todos eles em um alto, junto de um riacho, em umas casas fortificadas, dentro de uma grande estacada “à roda” (ao redor), na fazenda Caiçara<sup>68</sup>, na qual ficaram instalados o ouvidor e toda a parcialidade dos Feitosa. Contudo, o ouvidor-geral José Mendes Machado mandou por fora dessa estacada toda a parcialidade dos Montes,

---

66 Registra o Padre Bluteau que “segurar alguém” é o mesmo que “livrar de todo o gênero de medo” (Op. cit., p. 554). Em nossa opinião, o termo “assegurar” possui o sentido de conceder a referida carta de seguro.

67 João da Maia da Gama usa a palavra “ultimamente”, que, no dicionário do Padre Bluteau, significa “em último lugar” (BLUTEAU, Padre D. Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino*, Q-SYS. Lisboa – Portugal: Oficina de Pascoal da Sylva, MDCCXX, p. 543).

68 Os documentos apontam que este lugar era a Fazenda Caiçara (no atual município de Missão Velha/CE) e que o citado riacho é o mesmo Rio Salgado.

a qual deveriam ficar na parte externa, mas ao lado da cerca.

Dessa maneira, os Montes, estando desarmados e pelo lado de fora da cerca, fizeram ou repetiram o seu requerimento ao ouvidor, sobre as referidas cartas de seguro, o que terminou resultando em um conflito sangrento.

### **A Batalha entre a Tropa do Povo e a Tropa do Ouvidor-Geral**

Logo em seguida, chegou o “Povo” desarmado, abaixo do alto, onde se aquartelou em paz e quietação. Entretanto, o filho do coronel Francisco Alves Feitosa convidou e induziu pessoas que vinham na Tropa do Povo para irem fazer uma “escaramuça” (desordem, briga). E assim foram se chegando próximo à estacada.

Também contaram a João da Maia que o ouvidor encarregou o capitão João Nunes para ir saber o que o Povo queria e, na volta, informou que este desejava que o ouvidor não tirasse correição e que não procedesse, judicialmente, contra os culpados nas devassas em que alguns dos integrantes do Povo eram parte, isto é, réus. Outras testemunhas acrescentaram que, antes de ocorrer a batalha, houve mais pedidos e que o portador sequer havia chegado com a resposta do ouvidor ao requerimento do Povo.

Na opinião de João da Maia, “o que é certo e sem contradição” é que os integrantes da Tropa do Povo se achavam aquartelados, quietos e pacíficos e que apenas os mais jovens foram na companhia do filho do Feitosa em direção à estacada. Diante da situação, assim que o “ministro” (ouvidor) soube da aproximação dos integrantes da Tropa do Povo, houve ordem para atirar. Todavia, em razão das contradições dos depoimentos testemunhais, João da Maia confessa que não foi possível identificar, ao certo, quem ordenou o ataque.

Dessa maneira, chegando o grupo mais jovem da Tropa do Povo perto da estacada, o filho do coronel Francisco Alves Feitosa, o mesmo que o pai havia entregado a Antonio Gonçalves de Souza para ir levantar o Povo, “metera pernas ao cavalo”, penetrando na casa-forte. Nesse instante, segundo as testemunhas, um homem conhecido por Estevão Duro ordenou o ataque (ou foi quem deu o primeiro

disparo), momento em que houve uma carga geral aos indivíduos que estavam do lado de fora da caçara.

Em seguida, saíram os tapuias Jenipapos, que estavam em várias escoltas, juntamente com pessoas da tropa do ouvidor para atacar os integrantes da Tropa do Povo. Foi nesse instante que os aliados do ouvidor foram para dar combate aos que vieram desmontados com o filho do coronel Francisco Feitosa e aos que estavam “aquartelados, quietos e despidos”.

Durante a peleja, a Tropa do Ouvidor matou diversos homens, sendo que muitos dos que conseguiram fugir, descalços e despidos, foram perseguidos e assassinados, pois, alguns que haviam saído vivos da batalha na Caçara, foram encontrados já a certa distância, despindo-se e lavando-se, quando deram sobre eles os índios Jenipapos, os quais, na ocasião, mataram, de uma só vez, nove pessoas que estavam se limpando na água, afora outros indivíduos que os mesmos índios também alcançaram e assassinaram.

### Os Despojos da Batalha

Segundo Maia, depois de se recolherem as tropas e as escoltas ligadas ao ouvidor, também se recolheu a “presa” (espólio) e os despojos da guerra, que era tudo quanto aqueles homens tinham e levavam consigo.

Ainda, disse ele que o ornato e grandeza daqueles indivíduos eram, além do seu vestido, algum dinheiro que traziam com a sua roupa, em uma ou duas canastras<sup>69</sup>, e umas esporas de prata, uma



Coco de prata que pertenceu ao tataraneto (tetraneto) do coronel Francisco Alves Feitosa, o capitão Pedro Alves Feitosa do Cococá. É possível que se trate do mesmo coco de prata citado por João da Maia da Gama. Fonte: Museu do Tauá/CE. Foto: Heitor Feitosa

<sup>69</sup> O antigo dicionário de Antonio Moraes Silva, publicado no ano de 1789, registra que canastra é “Especie de caixa tecida de varetas, e apáras de um pau flexível com tampa do mesmo chata. Destas algumas são encoiradas de pelle de cabrito” (SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Tomo Primeiro A=K. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p. 224).

caldeirinha ou um coco de prata, somando-se a isso suas armas chapadas e guarnecidas também de prata.

Não só se tomou toda a bagagem dos homens do Povo, como, também, a bagagem dos Montes que estava na posse do ouvidor, dentro da estacada. No furor do combate, os Montes, vendo-se ameaçados, fugiram como estavam, isto é, sem os seus objetos, sendo que todos eles transportavam dinheiro, segundo informaram a João da Maia. Só Antonio Mendes Lobato levava mais de seiscentos mil réis em sua canastra, quantia que trouxe para a casa da estacada onde estava o ouvidor, a qual consistia numa “torre” (casa-forte<sup>70</sup>), para onde foram levados todos os despojos, exceto os bens que furtaram e esconderam os índios e mais gente das Tropas. Maia também ressaltou que nos despojos de guerra constavam 80 cavalos, afora os que foram escondidos e furtados.

João da Maia perguntou às “pessoas desinteressadas e desapaixoadas”, que, no momento da dita refrega, se achavam com o ouvidor na dita estacada, se havia sido feito inventário desses bens e a quem eles haviam sido entregues. Responderam-lhe que nem inventário, nem depósito viram, nem mesmo souberam se o fizeram, nem que caminho levou e que todos os bens ficaram na casa-forte.

Em seguida, Maia perguntou se estes cavalos haviam sido entregues em depósito. As testemunhas disseram que isto não ocorreu, pois por ali mesmo “repartiram, deram ou tomaram” as alimárias e que, no dia posterior ao combate da Caiçara, viram Lourenço Alves Feitosa montado em um “fermozo” cavalo fouveiro, portando na cinta uma espada com guarnições de prata, ambos pertencentes a Antonio Lobato, o qual havia estado na companhia do ouvidor até o dia do referido combate.

### **As Batalhas Subsequentes: Retaliação da Tropa do Povo e dos Montes**

Ao continuar no campo de batalha, o ouvidor-geral José Mendes

---

70 BLUTEAU, Padre D. Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino*. T-ZO. Lisboa Occidental: Officina de Pascoal da Sylva, MDCCXXI, p. 215.

Machado passou a ter “grande cuidado e temor”, pois o resto dos membros da Tropa do Povo e os Montes que tinha se evadido, estariam se reunindo para fazer retaliação.

Quando a tropa do ouvidor se preparava para enfrentar a revanche, o filho do coronel Francisco Alves Feitosa disse a José Mendes Machado que havia se juntado à Tropa do Povo por ordem do seu próprio pai e que dela se apartou junto da estacada, para, assim, adentrar a fortificação. O filho do mesmo coronel também confessou ao ministro, publicamente: “Vossa Mercê Senhor Doutor não tem que temer, nem que recear que não hão de vir cá, porque se eu lá não fosse não havia de vir cá nenhum”.

Com o objetivo de apurar os fatos ocorridos em 1724, João da Maia chamou o comissário-geral Clemente de Azevedo (o qual, à época, era juiz e também se achava com o ouvidor no dia do embate) e o escrivão dos órfãos (encarregado do cartório). Estes, depois de inquiridos sobre a frase prolatada pelo filho do coronel Francisco Feitosa, asseguraram que era tudo verídico. A partir daí, João da Maia julgou que esse filho do Feitosa era “um principal cabeça e motor” do levante do povo.

Estando satisfeitos com a vitória, porém, com “muito medo”, o ouvidor José Mendes, o coronel João da Fonseca Ferreira e o comissário-geral Lourenço Alves Feitosa expediram duas tropas para dar combate aos homens do Povo, indo estes últimos ao Ceará (vila da Fortaleza) para se valer do governador Manoel Francês (capitão-mor).

José Mendes Machado e seus aliados enviaram uma das suas tropas sob o comando de Estevão Duro, ao qual o ouvidor-geral recomendou que: “vá só Capitão, e eu só quero que me traga a língua de Domingos Ribeiro”, que era um dos Montes e também havia estado com o ouvidor na ocasião das “cargas” (do tiroteio) na Caiçara. Resaltou João da Maia que esta recomendação do magistrado foi feita publicamente, conforme esboçaram as “testemunhas neutras e de fé”.

Essa primeira tropa enviada pelo ouvidor partiu à procura dos integrantes da Tropa do Povo e da família Montes. Depois de mar-

char por, mais ou menos, 40 léguas, tiveram encontro com os inimigos. No momento, travaram combate e morreram algumas pessoas, de parte a parte, entre estas o cabo Estevão Duro, cuja morte fez com que esta Tropa do Ouvidor e dos Feitosa recuasse.

Outra tropa foi expedida pelo doutor José Mendes Machado e por seus aliados, da qual eram cabos Francisco Lopes e um filho bastardo do coronel João da Fonseca, “que conduzia os tapuias Jenipapos, principais executores de tanta morte”. Esta segunda tropa, em procura dos Montes, pôs em cerco a casa-forte do Padre Frei Luis, religioso da Ordem do Carmo, onde mataram dois homens.

Nesse intervalo, a Tropa do Povo já havia se restabelecido, em virtude do que saiu em perseguição aos dois cabos da segunda Tropa do Ouvidor (Francisco Lopes e o filho bastardo do coronel João da Fonseca), a qual, encontrando-se em desvantagem, logo se retirou. Em seguida, o Povo teve encontro com uma terceira tropa, chefiada pelo coronel Francisco Alves Feitosa, ocasião em que foram mortos o capitão João Dantas (sobrinho do coronel Francisco Feitosa), Francisco de Souza e Gregório Martins. Além disso, também feriram o filho do coronel Francisco, ao qual era atribuída a culpa pelo levantamento do Povo. Os sobreviventes fugiram junto com o coronel Francisco Alves Feitosa para se juntarem à quarta tropa ligada ao ouvidor, dirigida pelo coronel João da Fonseca, ao qual o Povo já havia tomado alguns despojos.

Enquanto andavam estes subgrupos da Tropa do Povo “em campanha” (fazendo guerrilha), o ouvidor-geral, seus oficiais e o comissário Lourenço Alves Feitosa, junto a seus parentes, bateram em retitada com toda a cavalaria para o Piauí, que, na época, era distrito do Maranhão.

Ainda, João da Maia afirmou que não sabia se, realmente, todos os despojos daquela “grande guerra” haviam sido levados para o Piauí, os quais foram avaliados em “bastantes mil cruzados”, na opinião de alguns, em 60 mil cruzados, mas entendeu ele: “que nem metade, mas fosse o que fosse eles o levaram, e o que sei é que os oficiais do Ouvidor jogavam vários trastes de prata pelo distrito do Maranhão, e traziam esporas, e embraçadeiras de prata, e guarda-

-mão, e os mais adereços de espingardas, ou clavinas do dito despojo”.

### **Opinião de João da Maia da Gama**

Explicou João da Maia ser este um resumo que, “com mais verdade” e exatidão, pôde ele alcançar do “tão infausto e lastimoso sucesso” (acontecimento). Além disso, o autor ficou convencido de que o “pobre Povo” foi induzido a ir manso e pacífico para fazer o dito requerimento ao ouvidor, para o bem comum de todo o Povo. Acrescenta também que, com este pretexto, as pessoas foram reunidas e que o filho do coronel Francisco Feitosa foi um dos que mais “obrou” para isso.

Com base nesses depoimentos, João da Maia opinou que, até à data da batalha da Caiçara (Missão Velha/CE), os Montes não eram culpados, pois tinham estado e andando sempre com o ouvidor, e que, no entanto, tal qual os do Povo, foram assassinados, assaltados e obrigados a fugir dos violentos ataques. Por tudo isso, Maia disse que “os sentenciaria livres”, não fosse o último acontecimento, isto é, a retaliação feita por eles e a Tropa do Povo.

Segundo Maia, foi em razão de tudo isso que os Montes se armaram e se juntaram com os do Povo, agregando os índios das Missões do litoral, de acordo com as informações dadas pelo coronel Manoel Gonçalves Pimentel. Também, disseram as testemunhas que Antonio Mendes Lobato e outros, tendo alcançado o apoio do governador (capitão-mor Manoel Francês) e, assim, com bastante poder, procuraram perseguir o ouvidor e os Feitosa, seus inimigos, os quais eram considerados como “principais motores e agressores da sua ruína”.

Disse Maia que, de tanta fatalidade e desgraça, o Povo e os Montes encontraram as “Tropas do Ouvidor”, com as quais entraram em combate armado. Destaca também que, nestes confrontos, os Montes e seus aliados provocaram diversas mortes, mas, em consequência, sofreram outras baixas em seus exércitos.

Assim, nas palavras de João da Maia, estando os Montes e os

integrantes do Povo feridos, magoados e escandalizados das mortes e destruições que se lhe tinham feito, agiram com “desesperação contra os Feitosas” e contra os aliados destes, destruindo suas casas e fazendas, movidos pelo sentimento de mágoa.

Em decorrência da citada retaliação, João da Maia considerou que o Povo e os Montes eram também culpados, pois, apesar de induzidos pela traição do filho do Feitosa, assassinaram e causaram danos e prejuízos a outra parte sem que houvesse razão, justiça, jurisdição ou autoridade. Ademais, João da Maia afirmou que: “esta matéria necessita de muita ponderação, que eu me não atrevo a julgar, nem me atrevera a determinar se são mais culpados os Montes e o Povo, se os Feitosas e o Ministro, com quem estavam, o que à vista desta relação julgarão maduramente os grandes, retos e inteiros Ministros de Vossa Majestade”.

De forma a esclarecer os pontos mais significativos concernentes à matéria, João da Maia ocupou-se em enumerar alguns dos principais fatos ocorridos durante essas contendas.

Em primeiro lugar, disse o autor terem sido expostos os princípios da formação das parcialidades que se rivalizavam, ou seja, dos Montes e dos Feitosas.

Em segundo lugar, reza o autor que ficaram evidenciadas as causas e o princípio da alteração do Povo, que, segundo ele, foram os excessos dos oficiais do ouvidor-geral e a sua condição; ao que se juntou a queixa dos ofendidos; bem como o receio dos criminosos e culpados, os quais desejavam se livrar da justiça. Dessa maneira, as duas parcialidades concorreram para reunir o Povo, o qual foi enganado ou induzido com o pretexto de o requerimento ser justo e para o bem geral daquela gente.

Em terceiro lugar, observou Maia que os responsáveis pelas mortes ocorridas nas batalhas foram o ouvidor-geral José Mendes Machado, os Feitosas (com os seus parentes e aliados) e o coronel João da Fonseca Ferreira (com os seus índios Jenipapos), porque, devendo eles trabalhar para acomodar e aquietar o Povo, não deram tempo suficiente para o envio da resposta ao requerimento deste último, respondendo com repetidas “cargas”, seguindo-o e matando-o com

tiranía. Na visão de João da Maia, a ação do magistrado e dos seus apaniguados foi de cegueira, imprudência, desacordo e maldades, o que findou desencadeando mais ruínas, feitas pelo Povo, que, até ali, não havia praticado excesso, nem dado mostra de que o faria.

Ainda, de acordo com o autor, os principais cabeças pelo levantamento do Povo foram o coronel ou tenente-coronel Antonio Gonçalves de Souza e Francisco Alves Feitosa (filho), o qual foi quem mais “obrigou e moveu o Povo” no levantamento.

Também relataram a João da Maia da Gama que os outros responsáveis pelas referidas desordens teriam sido o cunhado de Antonio Gonçalves de Souza (Teodósio Nogueira) e Domingos Ribeiro.

Quanto à suspeita de o coronel Francisco Alves Feitosa ter participado, indiretamente, para o levante do Povo, por meio da entrega de seu filho ao tenente-coronel Antonio Gonçalves de Souza, não soube João da Maia se isto se dera de forma voluntária, violenta, cautelosa, verdadeira, maligna ou política, havendo testemunhos discordantes sobre o assunto.

### **A Situação em que se encontrava a Capitania do Ceará**

Na data em que João da Maia esteve no Ceará, no ano de 1729, informaram-lhe que, entre os líderes do conflito ocorrido em 1724, já havia falecido o filho do coronel Francisco Alves Feitosa e o filho do comissário-geral Lourenço Alves Feitosa, o primeiro havia sido morto pelo Povo, e, o segundo, saiu gravemente ferido nessas batalhas. Este último, para “segurar o vulto”, foi se ordenar na Bahia, por decisão de seu pai, mas terminou falecendo sem receber tais “ordens”.

Da parte dos Montes, já havia morrido Domingos Ribeiro, a quem o ouvidor mais temia. Mas, desta mesma parcialidade, estavam vivos Antonio Gonçalves de Souza e o seu cunhado Teodósio Nogueira, que foram os primeiros a manifestarem queixas contra os oficiais do ouvidor José Mendes Machado. Também eram vivos outros dos principais cabeças, como Antonio Mendes Lobato e Francisco de Montes.

João da Maia também registrou que, ao tempo desse relato (1728-1729), os líderes dessas duas parcialidades se achavam cansados, destruídos, quietos e receosos das penas que lhes poderiam ser aplicadas em decorrência dos crimes que haviam cometido.

Antes de deixar a capitania do Ceará, João da Maia aconselhou o capitão-mor do Ceará João Batista Furtado para que trabalhasse com cautela a fim de promover a paz entre os líderes das duas facções. Também recomendou, pessoalmente, aos parentes dos líderes do levante que vivessem em paz e quietação, sendo que estes, aparentemente, ficaram sossegados e prometeram ao autor contribuir para este fim.

Ao chegar à capitania da Paraíba, Maia foi informado que o novo ouvidor-geral havia partido de Portugal em direção ao Ceará. Assim, ele escreveu correspondência a este novo ouvidor (Antônio Loureiro de Medeiros), através do comissário-geral Clemente de Azevedo, requerendo ao dito magistrado que, em nome do Rei, não se tornasse parcial de nenhum dos antagonistas (Montes ou Feitosa), como havia feito o seu antecessor, José Mendes Machado.

Entretanto, quando já estava em Pernambuco, João da Maia soube, por meio do governador desta capitania (Duarte Sodré Pereira), que o novo ouvidor, depois de chegar ao Ceará, tinha feito com que as duas parcialidades “fizessem termo de não se entenderem uns com os outros”.

Para tentar resolver a grave situação em que se encontrava o Ceará, João da Maia aconselhou que, em caso de haver necessidade de punir alguém, bastava castigar os primeiros que haviam reunido o Povo em levante, e, sobre o ouvidor José Mendes Machado, eximiu-se de apresentar solução, deixando isso a cargo do conselho do Rei.

Com base no que se dizia na capitania do Ceará, João da Maia asseverou que, para promover a total pacificação daqueles Povos, era suficiente retirar da referida capitania os dois Feitosa (Lourenço e Francisco) ou apenas um deles. Paralelamente, da parcialidade dos Montes, deveria ser afastado do Ceará Antonio Mendes Lobato, pois, assim, tudo ficaria quieto, porém, caso fosse necessário banir outros, que fosse retirado “o segundo com mais poder e séquito”,

isto é, o coronel Francisco de Montes Silva.

Por fim, pareceu a João da Maia da Gama ser desnecessária a ida de um ministro (desembargador) da Bahia ao Ceará, para se evitar a total destruição daqueles miseráveis e arruinados, não só pelas guerras e destruições, como, também, pelas continuadas secas, “com que Deus” os castigava com a mortandade de “muitos milhares e milhares de gado”.

## Conclusão

A partir dos escritos de João da Maia da Gama, é possível identificar um série de fatos, praticamente, inéditos em relação ao conflito que a historiografia aborda com bastante frequência, a chamada “Guerra entre Montes e Feitosas”.

Este documento escrito por João da Maia da Gama sistematiza a sucessão dos fatos ocorridos no início do século XVIII, sobre a ocupação “branca” do território do Cariri cearense. A partir de todas essas informações, o episódio histórico mencionado ganha ressignificação, possibilitando que o leitor, por meio de uma interpretação crítica, visualize como se deu a territorialização do referido espaço, como a política interferiu nisso, como as classes desfavorecidas foram aliciadas e como ocorreu a consolidação do cangaço, *lato sensu*, na região caririense e suas imediações.

Logo abaixo, apontaremos algumas das principais conclusões, levando em consideração o relato de João da Maia da Gama.

- Manoel Rodrigues Ariosa não foi o primeiro “branco” a invadir as terras do sul do Ceará (o Cariri), posto que ele foi antecedido pelo baiano Antonio de Brito.
- Manoel Rodrigues Ariosa não se estabeleceu definitivamente no Cariri, o que é provado pelo arrendamento feito por seu procurador, o capitão Duarte Lopes, a Lourenço Alves Feitosa.
- O conflito entre os Montes e os Feitosa, que resultou na batalha da Caiçara, em 1724, surgiu pela disputa entre os antigos sócios: Antonio Mendes Lobato e Lourenço Alves Feitosa. Frise-se que Antonio

Lobato era considerado mais poderoso do que o seu primo, o coronel Francisco de Montes Silva. Mesmo assim, por serem os Mendes Lobato parentes dos Montes, foram todos eles chamados, genericamente, por este derradeiro sobrenome, isto é “os Montes”.

- O coronel João da Fonseca Ferreira era tio do coronel Francisco de Montes Silva e do comissário-geral Antonio Mendes Lobato.

- O coronel Francisco Alves Feitosa teve um filho também chamado de Francisco Alves Feitosa.

- A principal causa do conflito entre os Montes e os Feitosa se deu por disputa de terras, mas não pela área da ribeira do Jucá, no sertão dos Inhamuns, mas pela posse dos territórios atualmente compreendidos pelos municípios de Missão Velha, Barbalha, Juazeiro do Norte e Crato, todos no sertão dos Cariris Novos ou Cariris de Dentro, hoje, Cariri Cearense.

- A motivação lastreada na honra, como afirmaram alguns escritores, ainda não foi confirmada, salvo a descompostura feita pelos oficiais do ouvidor à esposa de Teodósio Nogueira Lima.

- A primeira fase do conflito está entre o ano de 1716 (data em que Manoel Rodrigues Ariosa já é tido como morto) e o de 1719 (data em que o ouvidor da Paraíba aquietou os contendores, estipulando cláusulas de cessar-fogo).

- De acordo com a narrativa, a segunda fase pode ser alocada após o ano de 1719, pois nesse período surgem diversos fatores que contribuíram para o reinício dos combates. Segundo os testemunhos dados a João da Maia, os motivos foram: a) a intriga ocorrida por causa dos índios Jenipapos entre o coronel João da Fonseca Ferreira e os seus sobrinhos (o comissário-geral Antonio Mendes Lobato, o coronel Francisco de Montes Silva e o padre José Mendes Lobato), fato que teria feito com que João da Fonseca aderisse aos Feitosa; e b) os atos do ouvidor-geral José Mendes Machado, tanto os abusos cometidos por ele e seus oficiais quanto pela insatisfação dos réus acerca da atividade judicante do magistrado, tirando devassas e correições (equivalentes ao atual inquérito policial e processo judicial).

- A terceira fase se dá após os anos de 1724-1725, quando as autoridades, por ordem do Rei de Portugal, são acionadas com o obje-

tivo de prender e punir os líderes do levante. Neste período, parte dos combatentes se evadiu do Ceará, porém, permaneceu liderando grupos armados nas regiões limítrofes. Além dessa perseguição da justiça, a seca também contribuiu para arrefecer os grandes embates armados e as vinganças, possibilitando o apaziguamento na década de 1730.

- A guerra não se restringiu apenas às duas famílias em comento, havendo a participação de outros indivíduos que se ligavam a elas por algum grau de parentesco, por amizade, por interesse ou por coerção, como ocorrera com os índios do litoral, que, a contragosto, foram obrigados a participar das lutas. Destaque-se, ainda, que diversas pessoas foram integrar a Tropa do Povo pela simples conveniência de pôr fim aos processos em que eram parte e, assim, ficarem impunes pelos crimes praticados.

- João da Maia afirma que o ouvidor José Mendes Machado e os Feitosa obtiveram a vitória na batalha ocorrida na estacada em roda (na Caiçara, em Missão Velha/CE), em 1724. Mas, nos embates subsequentes, passaram a ficar em grande desvantagem, sendo necessário fugir para o Piauí.

- Houve perda para ambas as partes. Do lado do ouvidor e dos Feitosa foram mortos: Estevão Duro, Francisco Alves Feitosa (o filho), Lourenço Alves Penedo e Rocha, João Dantas, Gregório Martins e Francisco de Souza. Da parte dos Montes e da Tropa do Povo o número indicado é maior, pois, após a batalha da Caiçara, nove pessoas foram mortas, de uma só vez, no momento em que se banhavam. Há também menção a outras mortes, porém, os nomes dos indivíduos não foram citados.

- A primeira missão indígena (aldeamento artificial de cunho católico) nos Cariris Novos foi administrada pelo padre José Mendes Lobato, no território do atual município de Missão Velha, razão deste seu nome.

#### **Transcrição Paleográfica do Manuscrito de João da Maia da Gama<sup>128</sup>:**

<sup>128</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Brasil - CE (1730, agosto, 30, Lisboa): AHU-CEARÁ, cx. 2, doc. 46 e 47. CT: AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 2, D. 117.

Senhor

Informação sobre as couzas de Jaguaribe que dou em virtude da Real ordem de V. Mag.<sup>de</sup> de 20 de Mayo de 1727 que fallando na Capitania do Ciará prosegue hum Cap.<sup>o</sup> do theor seguinte. E porq̃ nesta Capitania do Ciará houve de proximo húma grande alteração devidindose toda ella, ou amayor parte em duas facçoens, de que erão cabeças os Feytozas, eos Montes com tal furor, que sederão batalha, em q̃ se diz morrerão mais de trinta de huá, e outra parte, eo Ouvidor, que eu alỹ tinha mandado a fundar de novo huá Ouvidoria para que aquella gente viveSse com socego, debaixo da administração da Justiça, evitandose as offensas, Roubos, e insultos, que se farião huñs aos outros, se auzentou, e recolheu ao Reyno, dizendo que o expulsarão por não quererem aquelles homens ter entre si quem lhe reprimisse as suas desordens, e fizesse Justiça. Tomarei huá exacta informação das couzas, e principios desta alteração, quem foraõ os autores: e mortes dellas, em q̃ estrado seacha ao prezente, e que meynos se devem aplicar p.<sup>a</sup> pôr esta gente em socego, e na devida obediencia, e Respeyto, que devem ter aos Ministros de Justiça, Capitaens mores, Cabos, eofficias Superiores. Para inteirya informação do conteúdo no Cap.<sup>o</sup> acima me pareceo dar primr.<sup>o</sup> noticia do principio destas parcialid.<sup>as</sup> de Montes, e Feytozas, que foi a seguinte: Pedio Antonio de Britto homem pobre huá data deterras detres legoas, que comprehende em si tres sitios, a saber, a Caxoeira, o Arrayal do meyo, e alagôa do Arioza, e tendo este Arioza noticia fez partido com o Britto q̃ se lhe desse hum Sitio daquelles q̃ ajudaria a povoar os mais, e assim ajustarão onegocio, eforaõ povoar, e na retirada ficou Ant.<sup>o</sup> de Britto com os gados no Sitio da Caxoeira, e aly o matou hum negro da fazenda do Arioza, e desvaneceu a povoação, ficando o gentio Callabaça culpado sem cometer ad.<sup>a</sup> morte. [fl. 14] Passados alguns annos pedio o d.<sup>o</sup> Arioza eo Cap.<sup>o</sup> môr Manoel Carneyro as d.<sup>as</sup> terras povoadas já por devolutas, e dezaproveytadas, e pozeraõ por obra a povoalas, mandando o Cap.<sup>o</sup> môr Manoel Carnr.<sup>o</sup> da Cunha, ao Cap.<sup>o</sup> Duarte Lopes com poder de armas, e gente, e estando de posse dellas, e sabendo Antonio Mendes Lobato, q̃ hê hum dos Montes, e Lourenço Alvres Feytoza, q̃ he o outro cabeça da sua parcialidade, fizeirão Liga entre si, p.<sup>a</sup> haverem ambos as d.<sup>as</sup> terras, com o fundam.<sup>to</sup> deseterem dado por devolutas ao Arioza, e Cameyro, as d.<sup>as</sup> terras dizendo que não tinhaõ dono, tendo-as pedido, epovoado o d.<sup>o</sup> An.<sup>o</sup> de Britto, a quem se tinhaõ concedido, e que este Britto, ainda que morto, não perdia, nem seos herdr.<sup>os</sup> o dir.<sup>to</sup>, eSenhorio, e posse, que tomou dellas com curral, caza, e gados, e sobre tudo ficar nella enterrado, pelo matar hum negro, como acima fica refferido. Juntos, e unidos na forma do ajuste quizerão com effeyto o d.<sup>o</sup> Antonio Mendes Lobato, que se tem por cabeça dos Montes, e o Lourenço Alvres Feytoza povoar as d.<sup>as</sup> terras, lhe pôz impedim.<sup>to</sup> o Cap.<sup>o</sup> Duarte Lopes como Procurador do Cap.<sup>o</sup> môr Manoel Carneyro, e do Cap.<sup>o</sup> Manoel Roiz̃ Arioza, dizendo que as não haviaõ de povoar, salvo fosse debayxo de arrendam.<sup>to</sup> seu, como Procurador dos d.<sup>os</sup> seus Constituintes, eCom effeyto, Lourenço Alvres Feytoza passou od.<sup>o</sup> arrendamento. Morrendo os d.<sup>os</sup> Manoel Carneyro, e Manoel Roiz̃ Arioza, aq.<sup>o</sup> Feytoza tinha passado o arrendam.<sup>to</sup> buscou com esta noticia Antonio Mendes Lobato aoSeo Companhr.<sup>o</sup> Lourenço Alvres Feytoza p.<sup>a</sup> que partissem os Sitios na forma do seu ajuste, porem o Lourenço Alvres Feytoza se levantou com a d.<sup>a</sup> terra, e não quiz fazer a Repartição, q̃ tinha ajustado com o Socio, Antonio Mendes Lobato. Vendose o d.<sup>o</sup> Antonio Mendes Lobato enganado, procurou meynos de haver aSi as d.<sup>as</sup> terras, e parecedolhe Remedio prompto, e Seguro foi comprar a data das d.<sup>as</sup> terras a hum Irmaõ, e herdeyro do defunto Antonio de Britto, e competindo o d.<sup>o</sup> Antonio Mendes Lobato com o d.<sup>o</sup> Lourenço Alvres Feytoza, q̃ lhe tinha faltado ao ajuste, querendo o Feytoza conservar-se [fl. 15] nas terras, o Lobato querendo Senhorialas em virtude da d.<sup>a</sup> compra, eaSsim se pozeraõ em armas, Antonio Mendes Lobato seguido dos seus parentes os Montes, e o Lourenço Alvres Feytoza com os seus, e aqui tiverão principio as dezonioens, e parcialidades dos Montes, e Feytozas. Postos em armas veyo naquelle anno o Ouvidor da Par.<sup>a</sup> Fran.<sup>o</sup> Per.<sup>a</sup> que era no de 1719. e achando esta perturbação, e enquietação em Jaguaribe chamou aos Montes, e Feytozas perante Sy, eos obrigou a fazerem pazes huns com os outros, e fizeraõ hum termo, q̃ assignaraõ, e em q̃ se obrigavaõ que entre elles não haveria mais duvidas, e se obrigavaõ mais que aquelle que pegasse primr.<sup>o</sup> em armas contra o outro pagaria de sua fazenda quatro mil cruzados, e perderia todo o dir.<sup>to</sup>, e pertençaõ, que tivesse às d.<sup>as</sup> terras. Por este termo ficarão em paz, e quietos sem perturbação por annos athé que novam.<sup>te</sup> se tornaraõ a Ruinar, e

quebrar a amizade por cauza dos Tapuyas Genipapos, q fugirão cá debaixo das Vargens de Jaguaribe pelos quererem matar, e hindo os d.<sup>os</sup> Tapuyas valerem do Coronel Francisco de Montes Sylva, este os mandou aquartelhar nos Careris novos porhaver aLy terras sufficientes para plantas, e cassa com abundancia para sustento, e lhe pôz por Missionario o Pe. Jozeph Lobato; e posto assim em páz, e Socego o Tapuya se passaraõ annos, equerendo o d.<sup>o</sup> Pe. fazer a sua obrigação, advertir, e doutrinar os Tapuyos se inquietou este, e foi fogindo p.<sup>a</sup> caza de hum tio do d.<sup>o</sup> Pe. que era o Coronel João da Fon.<sup>ca</sup> Ferr.<sup>a</sup> que consentia, capoyava o d.<sup>o</sup> Tapuya, e requerendo o d.<sup>o</sup> Pe. ao d.<sup>o</sup> seu tio q não apoyasse aos d.<sup>os</sup> Tapuyas, e os deixasse Levar p.<sup>a</sup> aSua MiSsão, lhe respondia q tinha serviço de V.Mag.<sup>de</sup> que fazer com elles, e athé o não fazer, os não havia de mandar. Vendose o d.<sup>o</sup> Pe. com a mayor parte dos Tapuyas fora da sua obediencia, e MiSsão, e agregados aordem do d.<sup>o</sup> Coronel seu tio, e pomaõ contender com este deixou a MiSsão, e partio p.<sup>a</sup> Pernambuco a Representar a sua justiça. Partido o d.<sup>o</sup> Pe. fogio todo o Tapuya Genipapo da MiSsão, e Igreja, ese foy todo p.<sup>a</sup> caza do d.<sup>o</sup> Coronel João de AFonceca, o qual he tio e parente dos [fl. 16] Montes, e do d.<sup>o</sup> Pe. Vendose o d.<sup>o</sup> Coronel com o d.<sup>o</sup> Tapuya, e dizem q temendose deque o coronel Fran.<sup>o</sup> de Montes, eo ComiSsario g.<sup>al</sup> Antonio Mendes Lobato seus sobrinhos, ou parentes lhe fizessem guerra, deyxou a parcialid.<sup>e</sup> dos Montes seus parentes, ebuscou a dos Feytozas, eSevalleo dos cabeças daquela parcialidade, pedindo a Lourenço Alves Feytoza, e Fran.<sup>o</sup> Alves Feytoza socorro de gente, e armas, ep.<sup>a</sup> o meter deposse das d.<sup>as</sup> terras da contenda, que havia entre o d.<sup>o</sup> Lourenço Alves Feytoza, e Antonio Mendes Lobato, ecom effeyto os d.<sup>os</sup> Feytozas mandaraõ seus filhos, eo o Cap.<sup>am</sup> João Dantas com m.<sup>ia</sup> gente, e força de armas, esquécidos do termo refferido, q tinhaõ feyto perante o d.<sup>o</sup> Ouvidor g.<sup>al</sup> Fran.<sup>o</sup> Pereyra. Encorporados, aSsim os filhos do Feytoza, e o Cap.<sup>am</sup> João Dantas seo sobrinho e o d.<sup>o</sup> Coronel com os seus Tapuyas Genipapos, foraõ a huá faz.<sup>da</sup> do d.<sup>o</sup> comissario g.<sup>al</sup> Antonio Mendes Lobato, e nella matareaõ tres pessoas, sem cauza, damno, ou Rezistencia, e foraõ por aly destrohando tudo, e achando em huá fazenda o juiz ordinario daVilla dos Aquirãz, o comissario g.<sup>al</sup> Clemente de Azevedo, lhe não tiveraõ Respeyto, nem temor, eo juiz seveyo retirando, ou fugindo pello não matarem. Nesse estado estavaõ as duas parcialid.<sup>es</sup> de Montes e Feytozas/ que tiveraõ o principio, q fica refferido/ quando chegou ao Cearã o novo Ouvidor g.<sup>al</sup> Jozeph Mendes Machado, e dizem outros q já elle estava no Ciarã, q.<sup>do</sup> succedeo o refferido, eo buscaaraõ prim.<sup>to</sup> os Feytozas que supposto que os d.<sup>os</sup> Irmãos, e cabeças não se acharaõ nas d.<sup>as</sup> mortes, e Roubos, mandaraõ hum Sobr.<sup>o</sup>, e hum filho, como fica d.<sup>o</sup>. Agregados os Feytozas ao d.<sup>o</sup> Ouvidor, vieraõ logo tambem Antonio Mendes Lobato, e os seus parentes os Montes dando obediencia ao Ministro, e tirando Cartas de Seguro p.<sup>a</sup> se Livrarem. Depoes da posse tomada, comeSsou o novo Ouvidor Jozeph Mendes [fl. 17] Machado a fazer justiça, a abrir correycão, e despachar, fallando com soberba, esem prudencia, e me dizem que dicera que Se aquelle, q tinha cem mil reis q.<sup>do</sup> elle acabaSse, desse graças a Deos se ficaSse com metade [ou] com vinte. Alem da sua imprudencia, inquietação, e orgulho, trazia hús officiaes ambiciozos, malignos, e dezatentos em palavras, e em obras, descomedidos, e mandando prender alguns homens, e fogindo o Coronel Theodozio Nogueyra para a Satisfacção das custas, aSeveraõ todos q os taes officiaes, e Meyrinhos, descompozeraõ a mulher do d.<sup>o</sup> Coronel, tirandolhe a abotuadura de ouro da camisa, e argolas das orelhas, e os botoins das maneyras, e que disto se deram por picados, e offendidos os homens e principalm.<sup>te</sup> Antonio Gonçalves de Souza, que era irmaõ da d.<sup>a</sup> m.<sup>er</sup> descomposta pelas custas de seu marido Theodozio Nogueyra, que Sedeo: tambem por m.<sup>to</sup> agravado, e offendido; e aSsentão que daqú teve principio a alteraçãõ daqueles povos. Continuando o Ouvidor a Sua correycão por toda a Ribeyra do Caracú athé a Serra da Ibiapaba, e continuando os Seus officiaes com o mesmo procedim.<sup>to</sup>; e vendo os homens que nad.<sup>a</sup> correycão, como elles dizem; sô o badallo do Sino ficava por Culpar, e que todos ficavaõ descompostos ao menos de ladroens de gados huns dos outros, de que Sevaliaõ, o que era m.<sup>to</sup> cômum na Ribeyra de Jaguaribe, dizem q de huá, e outra parcialid.<sup>de</sup> de Montes, e Feytozas se tratou o Levante do povo, e como o Ouvidor estava mais parcial dos Feytozas, se deyxava mais dominar delles, e se valia delles p.<sup>a</sup> alguás prizoens, e mandando o d.<sup>o</sup> Ouvidor prender hús homens: por Fran.<sup>o</sup> Alves Feytoza, e levados p.<sup>a</sup> o Ciarã: dizem huns que lhe Sahyra ao encontro o Tenente Coronel Antonio Glz de Souza com outros, e quizera tirar os prezos, e o quizera conduzir ao levante; e outros afirmaõ q encontrandose o d.<sup>o</sup> An.<sup>to</sup> Glz de Souza, e seu

cunhado Theodozio Nogueyra q eraõ os offendidos pela descompustura da mulher de hum, e irmão de outro [fl. 18] Com o d.º Fran.<sup>co</sup> Alvres Feytoza ajustarão o Levante, e o dito Francisco Alvres Feytoza lhe deo logo aly seu filho p.º hir com elles Levantar o povo, e com effeyto foy com os outros a Levantar o povo, e foy este filho do d.º Feytoza hum dos mais empenhados, e que mais trabalhou p.º Levantar o povo, como por sua confissao mostrarey adiante em seu lugar. Partidos os d.ºs com outros companhr.<sup>os</sup> a Levantar o povo, continuou o Fran.<sup>co</sup> Alvres Feytoza a sua marcha, com os d.ºs prezos, e deo conta ao Irmão Lourenço Alvres Feytoza q acompanhava ao Ouvidor, o qual deo parte ao ouvidor, e o mesmo fez Domingos Ribeyro, que era da parcaillid.º dos Montes, e parente, e se achava com os Montes tambem em comp.º do Ouvidor, aqu<sup>m</sup> seguiam com as suas Cartas de Seguro tratando do seu livram.<sup>to</sup> O Ouvidor se inquietava com estas noticias, tendo os Montes dezarmados, desconfiados destes, e armados os Feytozas. Os Montes se offerecião a acompanhar, defender, e guardar a o ouvidor, e acomodar toda a perturbação de Jaguaribe, e do Povo, e os Feytozas se offerecião ao mesmo, e como o ouvidor, por conveniencia como dizem alguns, ou por affeyção, ou por confiar mais dos Feytozas seguia a estes, e se deixava dominar delles, e assim tomou a sua conta o dispôr Tropas e foras, e Cabos de sua facção, e junto com o Coronel João de Afon.<sup>ca</sup> Ferr.<sup>a</sup> com os seus Tapuyas Ginipapo, com quem tinha feyto as mortes, e destruiçoens, q atras ficão declaradas, marcharão todos com o d.º ouvidor p.º a vizinhança de Jaguaribe, mandando, e expedindo as ordens como Cabo-mandante-Lourenço Alvres Feytoza; e os Montes todos dezarmados, e dizem que pediaõ ao ouvidor q lhe-mandaSse dar as suas armas p.º a defenderem, e tambem para Se Segurarem a Sy de qualquer traição dos seus inimigos Feytozas, ou que o d.º Ministro os segurasse, e a nada disto lhe deferio [fl. 19] o Ministro, e sem embargo disso o acompanharaõ, e seguirão dezarmados. Marchou o d.º Ministro com este corpo de cabos, e de Tropas da p.<sup>te</sup> dos Feytozas; e com os Tapuyas Ginipapos, e com o Coronel João de Afon.<sup>ca</sup> Ferr.<sup>a</sup>, que sendo tio dos Montes, se tinha apartado delles, e unido com os Feytozas, como atras fica escripto; e ultimam.<sup>te</sup> se arrancharaõ em hum Alto junto do Riacho em huás cazas fortificadas com huá grande estacada á roda, dentro da qual se achavaõ toda a parcialid.<sup>de</sup> dos Feytozas com o Ouvidor, o qual mandou por fora da estacada; mas junto della aos Montes dezarmados, e aquí fizeraõ, ou repetiraõ o requerim.<sup>to</sup> Estando nesta forma chegou o Povo a baixo dezarmado, e se aquartellou aly, tirando as sellas aos cavallos, e deytando-os a pastar, e armando as suas redes com pãz, e quietação. Estando nesta forma convidou, e induzio, pelo que dizem o filho do Feytoza a outros, dos que vinhaõ no Povo, p.º irem fazer huá escaramusa, e se vieraõ chegando p.º a estacada. Aquí dizem q o Ouvidor induzido de algús mais prudentes, ou neutraes, q o acompanhavaõ, ou por se lhe offerrecer o Cap.<sup>am</sup> João Nunes p.º hir saber o q o Povo queria, e hindo este, dizem q viera dizer q o Povo só queria q não tirasse Correyção, e que se procedesse contra os culpados nas devaças, q se tinhaõ tirado e tinhaõ p.<sup>te</sup>; e outros acrescentaõ q pediraõ mais, e dizem alguns q o portador naõ chegara com a resposta. Mas q he certo, eSem contradição hê q o corpo do Povo se achava aquartellado, quieto, e pacifico, e sô aquella Tropa de gente mais mossã com o filho do Feytoza veyo marchando p.º a estacada. O que vendo os da estacada o foraõ dizer ao Ministro, e averiguando eu com todo cuydado, q<sup>m</sup> paçara as ordens, ou q ordens se [fl. 20] passarão, o não pude averiguar com certeza, porem dizem q o Minystro dicera q se chegassem p.º a estacada, e atirassem, o q he certo pelo ditto conforme de todos, que chegando a Tropa perto da estacada, metera pernas ao cavallo, o filho de Fran.<sup>co</sup> Alvres Feytoza, que o Pay tinha dado a Antonio Glz de Souza p.º hir com elle, e com os mais a levantar o Povo, e se passara p.º a estacada, e ou fosse hum Esteveão Duro que deu a ordem, ou que disparou primr.<sup>o</sup> se deo huma carga geral aos de fora, e sahirão os Tapuyas Ginipapos, que estavaõ em varias escoltas, e mais gente das Tropas, q estavaõ com o Ouvidor; e carregaraõ sobre os do Povo, assim desmontados que vieraõ com o filho do Feytoza, como sobre huns, que estavaõ aquartellados, quietos, e despídos, e matareaõ m.<sup>tos</sup> de huns, e outros, e fugindo os q poderaõ aSsim descalços, e despídos, foraõ seguidos, e mortos m.<sup>tos</sup>, e passado tempo, e estando já em distancia huns poucos de fogidos despindose, e levando se deraõ sobre elles os Indios Ginipapos, e matareaõ nove, na mesma agua, em que se estavaõ Lavando, e os q fugiraõ a q poderaõ chegar. Recolhidas estas tropas, e escoltas, se Recolheo taõbem apreza, e despojos da guerra, q era tudo q.<sup>to</sup> os homens tinhaõ, q tudo trazião comSigo, poes estes homens o ornato, e

grandeza, he o seu vestido, e algum dinhr.<sup>o</sup> que trazem com a sua Roupa em huá, ou duas canastras, e huás esporas de prata, huá caldeyrinha, ou hú coco de prata, e as suas armas chapiaadas, e guamecidas de prata, e isto hê oq.<sup>to</sup> Levaõ p.<sup>a</sup> toda a p.<sup>te</sup>, e o dinhr.<sup>o</sup>; com q Se achão; e não sô se tomou toda a bagagem dos d.<sup>os</sup> homens do Povo, mas tambem a dos Montes, que estavaõ com o Ouvidor, e senão acharão com o Povo, nem nas Consultas, q se fizeraõ p.<sup>a</sup> os Levantes, os quaes Montes vendose tambem acomettidos fogiraõ aSsim como estavaõ, e dizem q todos traziam seu dinh.<sup>ro</sup>, e que sô Antonio Mendes [fl. 21] Lobato trazia mais de seis centos mil reis na sua canastra, e tudo isto se trouxe p.<sup>a</sup> a estacada, e caza, aonde estava o Ouvidor q era huá torre na mesma caza, p.<sup>a</sup> onde sahio todo o despojo, exceto o mais que furtaraõ, e esconderiaõ os Indios, e mais gente das Tropas, e se tomaraõ por lista outenta cavallos, fora os que se esconderaõ e furtaraõ. Preguntey a pessoas dezentenressadas, e dezapayxonadas, q se achavaõ com o Ouvidor na d.<sup>a</sup> estacada, e se fez inventario desta preza e em q mão se depozitou, e dizem todos q nem inventar<sup>o</sup>; nem depozito viraõ, nem souberaõ q se fizeSse, nem q caminho Levou, e q naquella caza em que estava o Ministro, e seus officiaes e athe gados ficaraõ tudo, e preguntando pelos cavallos se os entregaraõ em depozito, dizem q não, e que por alý se repartiraõ, deraõ, ou tomarão, e que no outro dia virão a Lourenço Alves Feytoza montado em hum fermoço cavallo fouveyro q era de An.<sup>to</sup> Mendes Lobato hum dos principaes cabessas dos Montes, como fica referido, q tinha estado sempre com o Ouvidor athé ad.<sup>a</sup> occaziaõ, e que o mesmo Feytoza trazia à sinta tambem huá espada do d.<sup>o</sup> Lobato de guarniçoens de prata. Nao sey que desculpa, ou que descarga ha de dar este Ministro de não mandar inventariar toda esta preza, e despojo, e mandala entregar, e depozitar, p.<sup>a</sup> se dispor della como fosse justiça, e não sey como se possa livrar de semelhante culpa, pois lhe não acho sahyda alguá, nem tambem de não ouvir aquelle povo, e trabalhar pelo acômodar, e q.<sup>do</sup> teymassem em que não tirasse a devassa da correycão, retirarse p.<sup>a</sup> o Ciará, e não dar huá batalha com tantas mortes, e prejuizo de tantas, sendo cauza de huá total destruição como severã adiante. Sostentandose o d.<sup>o</sup> Ministro no campo de batalha [esperandose] q o resto dos do Povo, e os Montes fogidos, menos alguns que [fl. 22] ficarão mortos se ajuntaSsem, e o vieSsem acometter, esteve com grande cuydado, e temor, e estando preparandose Tropas p.<sup>a</sup> se lhe hirem oppôr à defensa, dice ao Ministro o filho de Fran.<sup>co</sup> Alves Feytoza que tinha vindo por ordem de seu Pay com o Povo, e junto da estacada se apartou do Povo, e se recolheu a elles; dice ao Ministro publicam.<sup>te</sup>; Vm.<sup>cc</sup> S.<sup>or</sup> D.<sup>or</sup> não tem q temer, nem que recear que não haõ de vir câ, porq se eu lâ não fosse não havia de vir câ nenhum: o que me seguraõ pessoas fidedignas, e neutraes que alý se acharão, e chamando eu o commissario g.<sup>al</sup> Clemente de Azevedo, q naquella occaziaõ era juiz, e se achava com o Ministro, e o escrivaõ dos orlaõs que estava tambem com o cartorio, me seguraraõ preguntandolhe eu em segredo, que elles aSsim o ouviraõ, com que se confirma o q aSsim a digo de que este filho do Feytoza foy hum principal cabeça, e motor do levante, do povo p.<sup>a</sup> vir fazer o d.<sup>o</sup> requerimento ao Ministro, e q.<sup>do</sup> não estivesse confirmado por todos q elle induzio, e o acompanharaõ, bastava a confissão propria feyta publicam.<sup>te</sup> à vista de tantos. Estando ainda q satisfeytos com a vitoria, o Ouvidor Jozeph Mendes e o Coronel João de Afon.<sup>ca</sup> Frr.<sup>a</sup>, e o ComiSsario Lourenço Alves Feytoza com m.<sup>to</sup> medo despediraõ duas Tropas sobre os do Povo, que foraõ ao Ciará a valerse do Cap.<sup>am</sup> môr Manoel Francez, e despedindo huá das Tropas, de que era cabo hum Estevão Duro, lhe dice o Ouvidor: vá so Cap.<sup>am</sup>; e eu sô quero q me traga a Lingua de Domingos Ribr.<sup>o</sup>, que era hum dos Montes, que tinha estado e andado com o ouvidor, e os mais Montes athé a occaziaõ das Cargas, e mortand.<sup>o</sup>, e este ditto do Ouvidor foy publico, e mo certificaraõ tambem as d.<sup>as</sup> test.<sup>as</sup> neutraes, e de fê. Partida a d.<sup>a</sup> tropa, seguindo aos do Povo, e Montes por perto de quarenta legoas tiveraõ encontro, e se mataraõ alguns de parte [fl. 23] a parte entre os quaes foi o cabo Estevão Duro, com cuja morte se retirou esta Tropa. A outra Tropa, q tambem tinham despedido de que era Cabo Fran.<sup>co</sup> Lopes, e hum filho bastardo do Coronel João de Afon.<sup>ca</sup>, que conduzia os Tapuyas Ginipapos principais executores de tanta morte, foraõ pôr em cerco huá Caza forte do Pe. Fr. Luis Religiozo do Carmo, procurando nella os Montes, e dizem q nella mataraõ dous homens; e incorporado já o Povo, seguiraõ os dous Cabos q se retiraraõ, e tiveraõ encontro com a Tropa do Coronel Fran.<sup>co</sup> Alves Feytoza e lhe mataraõ o Cap.<sup>am</sup> João Dantas, seu sobrinho, e a Fran.<sup>co</sup> de Souza, e Gregorio Martins, e lhe feriraõ o filho, e fugindo os mais seguiraõ o Coronel João de Afon.<sup>ca</sup>; q ainda lhe tomaraõ

alguns despojos. Em.<sup>10</sup> andavão estas tropas em campanha, se retirou o Ouvidor, e o Coronel Lourenço Alves Feytoza, e os seus parentes com os officiaes do Ouvidor com toda a Cavallaria, e se passaraõ p.<sup>a</sup> o Piauhy destrito do Maranhão, e não sei se levarão todos os despojos daquella grande guerra, que se avaliaraõ em bastantes mil cruzados, e alguns o poem em 60, mas eu entendo que nem metade, mas fosse, oq fosse elles o levarão, e o que sey hê que os officiaes do Ouvidor jogavaõ varios trastes de prata pelo destrito do Maranhão, e traziaõ esporas, e embraSsadeyras de prata, e guardamaõ, e os mais adereSsos de espingardas, ou clavinhas do d.<sup>o</sup> despojo. Esta hê em Súma a Rellação q com mais verd.<sup>e</sup>, e exacção pude alcanssar de taõ infausto, e lastimozo successo, tendose induzido ao pobre Povo p.<sup>a</sup> hir manço e pacifico fazer hum requerim.<sup>10</sup>, q diziaõ ser p.<sup>a</sup> bem comum de todo o Povo, e com este pretexto o ajuntaraõ, sendo hum dos que mais obrou o ditto filho do Feytoza. [fl. 24] Por esta Rellação parace que athê as Cargas não eraõ culpados os Montes, poes tinhaõ estado sempre, e andando com o Ouvidor, e eu certam.<sup>16</sup> os sentenciara Livres, senaõ fora o ultimo successo, porq fogidos os Montes, e vendo aly mortos os seus parentes, e entre elles hum Irmaõ, e hum sobr.<sup>o</sup>, e vendose assaltados, e corridos, e o Povo, se armaraõ entaõ, e ajuntaraõ com os do Povo, agregaraõ a sy Indios os quaes foy buscar pelo que dizem o Coronel Manoel Glz Pimentel, e dizem q Antonio Mendes Lobato, e outros, tendo recorrido ao Cap.<sup>a</sup> môr Manoel Frances, e encorporados ja com poder procurarão seguir ao Ouvidor, ou aos Feytozas seu inimigos, aos quaes tinhaõ por principaes motôres, e agressores da sua ruina, e de tanta fatalid.<sup>e</sup>, e desgraça, e encontrando as d.<sup>as</sup> Tropas, tiveraõ o encontro, e fizeraõ as mortes q ficão referidas, morrendo outros tambem da sua parte, e assim feridos, magoados, e escandalizados das mortes, e destroiçoens, q se lhe tinha feyto, e inrayvado já o Povo com desesperação contra os Feytozas lhe destroiaraõ cazas, e fazendas, e aos mais q os tinhaõ seguido, e de quem estavaõ magoados, e esta ultima parte e despozição do Povo, e Montes he o que considero Culpados da parte, se he que lhe não pode servir de descarga a mortes, damnos, e prejuizo que sem razão, nem justiça, nem jurisdicção, nem authorid.<sup>e</sup> se lhe tinhaõ feyto, induzidos m.<sup>10s</sup> com a trayção do d.<sup>o</sup> filho do Feytoza, e esta materia necessita de m.<sup>10</sup> ponderação, q eu me não atrevo a julgar, nem me atrevera a determinar, se são mais culpados os Montes, e o Povo, se os Feytozas, e o Ministro, com q.<sup>13</sup> estavaõ, o que á v.<sup>18</sup> desta Rellação julgaraõ maduram.<sup>16</sup> os grandes, rectos, e inteyros Ministros de V. Mag.<sup>de</sup>. Pela d.<sup>a</sup> Rellação sevê prim.<sup>o</sup> os principios das suas parcialid.<sup>es</sup>, em segundo lugar sevê tambem as cauza, e princi=<sup>o</sup> [fl. 25] pio da alteração do Povo q forão os excessos dos officiaes do Ouvidor e a sua condição, e a queixa dos offendidos, ao que entendo eu tambem q se ajuntou o Receyo dos criminozos, e culpados, dezejando livrar por este meyo de justiça, concorrendo de huá, e outra parciald.<sup>e</sup> p.<sup>a</sup> o ajuntam.<sup>10</sup> do Povo enganado, ou induzido com o aparente pretexto do Requerim.<sup>10</sup> justo que p.<sup>a</sup> bem g.<sup>al</sup> do Povo hiaõ fazer ao Ministro.

Em 3.<sup>o</sup> Lugar sevê q a cauza das mortes forão o Ouvidor, e os Feytozas, q com elle estavaõ, e os seus parentes, e aliados, e o Coronel Joaõ de Afon.<sup>ca</sup> Ferr.<sup>a</sup> com os seus Indios Ginipapos, poes devendo o d.<sup>o</sup> Ministro com os q com elle estavaõ trabalhar por acomodar e aquietar o Povo, nem deraõ tempo a se lhe hir resposta, respondendo se lhes com tão repetidas cargas, seguindo os, e matando os com tanta tyrania, seguindo-se desta Cegueyra, imprudencia, dezacordo, e maldades as ultimas ruinas feytas pelo Povo, q athê aly não tinha obrado excesso algum nem dado mostra de o fazer. Tambem sevê que os principaes cabessas que Levantarão o Povo foy o Coronel ou Tenente Coronel An.<sup>10</sup> Glz de Souza, e o filho de Fran.<sup>co</sup> Alvres Feytoza, q o d.<sup>o</sup> seu Pay deu ao d.<sup>o</sup> Antonio Gonsalves, e assentaõ q o d.<sup>o</sup> filho foy o que mais obrigou, e moveo o Povo, e dizem tambem q foy motor o cunhado do d.<sup>o</sup> Antonio Glz de Souza Theodozio Nogueyra, e dos Montes hum Domingos Ribr.<sup>o</sup>, q supposto estava com o Ouvidor, se temeo sempre delle de que fomentava os levantes, p.<sup>a</sup> o qual concorreo com engano, ou com verdade tambem o Fran.<sup>co</sup> Alvres Feytoza com a data do filho, ou voluntariamente ou violenta, como dizem os da sua p.<sup>16</sup>; mas ou fosse cauteloso, ou verdadeyra, ou maligna, e politica, [fl. 26] como querem m.<sup>10s</sup>, he sem duvida q obrigou m.<sup>10</sup> a indução, e delig.<sup>a</sup> do d.<sup>o</sup> seo f.<sup>o</sup>, como fica provado pela sua propria confissão. Destes cabeças são mortos o d.<sup>o</sup> filho de Fran.<sup>co</sup> Alvres Feytoza, e outro seu primo filho de Lourenço Alves Feytoza, hum morto pelo Povo, e outro ferido, q p.<sup>a</sup> segurar o vulto, se foy ordenar á B.<sup>a</sup> por ordem do Pay, mas morreo sem tomar as ordens, e tambem morreo da p.<sup>16</sup> dos Montes o d.<sup>o</sup> cabeça Domingos

Ribr.<sup>o</sup>; de q<sup>m</sup> mais se temia o Ouvidor, e morreraõ m.<sup>tos</sup> culpados, assim da p.<sup>te</sup> dos Montes, como dos Feytozas. Hê vivo o d.<sup>o</sup> An.<sup>to</sup> Glz de Souza, e o d.<sup>o</sup> seu cunhado, que foraõ os primr.<sup>os</sup> queixoços dos officiaes do Ouvidor. São vivos da parcialid.<sup>e</sup> dos Feytozas os seus cabeças de toda ella q he o d.<sup>o</sup> Lourenço Alvres Feytoza, e seu Irmão Fran.<sup>co</sup> Alvres Feytoza; dos Montes saõ vivos os seus principaes cabessas, Antonio Mendes Lobato, e Fran.<sup>co</sup> de Montes. Estes cabeças de huá, e outra p.<sup>te</sup>; assim Montes, como Feytozas com o q o seguião se achaõ como cansados, e destruidos, quietos temendo cada hum o castigo do que tem obrado e eu deixey recomendado ao Cap.<sup>am</sup> môr do Ciarâ João Bau.<sup>ta</sup> Furtado que trabalhasse com todo o cuydado pelo pôr em páz, e fazer amigos com algum termo, e recomendey aos parentes de huá, e outra parcialid.<sup>e</sup> a pás, e quietação de todos, e com isto ficaraõ socegados, e me prometeraõ concorreré todos p.<sup>a</sup> a páz. Depois de chegar á Par.<sup>a</sup> e ter noticia de ter partido novo [fl. 27] Ouvidor provido por V.Mag.<sup>de</sup> p.<sup>a</sup> o Ciarâ lhe escrevi pelo Comissário g.<sup>al</sup> Clemente de Azevedo pedindo o mesmo ao d.<sup>o</sup> Ministro, e requerendolhe da p.<sup>te</sup> de V.Mag.<sup>de</sup> senaõ fizesse parcial, nem de huá, nem de outra p.<sup>te</sup>, como o tinha feyto o seu antecessor, o qual requerim.<sup>to</sup> lhe fazia como particular, Supp.<sup>to</sup> vinha ainda ocupado no serv.<sup>o</sup> de V.Mag.<sup>de</sup>, e me obrigava o Zello da quietação publica, e serv.<sup>o</sup> de V.Mag.<sup>de</sup>, a q<sup>m</sup> havia de dar contas. Depois de estar em Pernambuco com a minha arribada dois mezes me dice o governador de Pernambuco Duarte Sodre Pr.<sup>a</sup> que tivera avizo de que o novo ouvidor depois de chegar ao Ciarâ tinha feyto com as duas parcialid.<sup>es</sup> com q fizessem termo de naõ entenderem huns com os outros. Não interponho o meu parecer sobre perdaõ, ou castigo, por naõ exceder o que V.Mag.<sup>de</sup> manda, e recomenda na sua Real ordem, e sô digo que havendo de castigar, parece basta castigar os primr.<sup>os</sup>, q juntaraõ o Povo; e sobre o Ministro disporaõ os do Cons.<sup>o</sup> de V.Mag.<sup>de</sup>, e para total quietação daquelles Povos, sediz lá que tirando daquella Capitania os dous Feytozas, ou algum delles, q saõ, Lourenço Alvres Feytoza, e Fran.<sup>co</sup> Alvres Feytoza cabeças desta parcialidade, e da dos Montes, An.<sup>to</sup> Mendes Lobato que tudo ficaria quieto, e se for neces.<sup>o</sup> mais desta parcialid.<sup>e</sup> he o segundo que mais poder, e sequito tem o Coronel Fran.<sup>co</sup> de Montes Domingos Ribr.<sup>o</sup> que dizem era o mais culpado. Conformandome taõ bem com o parecer do Governador de Pernambuco me parece escuzado a hyda de Ministro da B.<sup>a</sup> por evitar a total destruição daquelles mi= [fl. 28] mizeraveis, e destruidos, não sô pelas d.<sup>as</sup> guerras, e destruiçoens, q com elles fizeraõ, mas tambem pelas continuadas secas, com q Deos os tem castigado com mortandade de m.<sup>tos</sup> milhares, e milhares de gado. O Referido he o com que achei, e procurey saber com todo o zello, e verdade por pessoas neutraes, e dezentereçadas, e hê tambem o que chrystanm.<sup>te</sup> entendi, e me parece, e melhor ponderado pelos grandes Ministros de V.Mag.<sup>de</sup> mandarã o q m.<sup>to</sup> for Servido. Lx.<sup>a</sup> occidental 15 de Abril de 1730. João da Maya da Gama [fl. 29]

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão*. Fortaleza - CE: Fundação Waldemar Alcântara, 2011.

AZEVEDO, Luiz Carlos de. *Introdução à História do Direito*. 2ª Ed. São Paulo – SP: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

BENEVIDES, Fernando Vasconcelos. “Abril Despedaçado” confirma a maturidade de Walter Salles. Disponível em: <<http://www.clubecinema.com.br/abril-despedacado-confirma-a-maturidade-de-walter-salles/>>. Acesso em 14 de maio de 2019, às 09h09min.

BEZERRA, Antonio. *Algumas Origens do Ceará*. Fortaleza – CE: Fundação Waldemar Alcântara, 2009.

BLUTEAU, Padre D. Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino*. K-NYS. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, MDCCXVI.

\_\_\_\_\_. *Vocabulario Portuguez & Latino*, O-PYT. Lisboa – Portugal: Officina de Pascoal da Sylva, MDCCXX.

\_\_\_\_\_. *Vocabulario Portuguez & Latino*, Q-SYS. Lisboa – Portugal: Officina de Pascoal da Sylva, MDCCXX.

\_\_\_\_\_. *Vocabulario Portuguez e Latino*. T-ZO. Lisboa Occidental: Officina de Pascoal da Sylva, MDCCXXI.

BRÍGIDO, João. *Ceará: Terra e Homens*. Fortaleza - CE: Edições Demócrito Rocha, 2001.

\_\_\_\_\_. *Apontamentos para a História do Cariri*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2007.

DALGADO, Sebastião Rodolfo. *Glossário Luso-Asiático*. Hamburg: Reimpressão da Ed. Original de Coimbra, 1919 – 1982.

FEITOSA, Eufrásio Moreira. *Histórias e Memórias, Porto da Folha e sua Gente*. Porto da Folha: [s.n.], 2009.

FEITOSA, Leonardo. *Tratado Genealógico da Família Feitosa*. Fortaleza/Ceará: Imprensa Oficial, 1985.

FEITOSA, Padre Neri. *Feitosas e Montes: Arquivo da Família Feitosa*. Canindé: Gráfica Canindé, [1998].

FILHO, Cruz. *História do Ceará: Resumo Didactico*. 2ª Ed. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1987.

FREITAS, Antonio Gomes de. *Inhamuns: Terra e Homens*. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1972.

MACÊDO, Heitor Feitosa. *A participação dos d'Ávila e da Casa da Torre na Invasão a Capitania do Ceará*. Revista Itaytera, Nº 47. Crato/CE: Instituto Cultural do Cariri/BSG, 2018.

MARTINS, F. A. Oliveira. *Um Herói Esquecido: João da Maia da Gama*. Volume I. Lisboa: Coleção pelo Império, 1944.

NANTES, Pe. Martinho. *Relação de uma Missão no Rio São Francisco*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

PINHEIRO, Irineu. *O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes*. Fortaleza – CE: Fundação Waldemar Alcântara, 2009.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portugueza*. Tomo Primeiro A=K. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

THÉBERGE, Dr. Pedro. *Esboço Histórico sobre A Província do Ceará*. 2ª Ed. Fortaleza/CE: Editora Henriqueta Galeno, 1973.

\_\_\_\_\_. *Esboço Histórico sobre a Província do Ceará*. Fac-símile da ed. de 1869. Tomo I, II e II. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001

## DOCUMENTOS:

Datas de Sesmarias. Volume 2. nº 79. Fortaleza – CE: Eugenio Gadelha & Filhos, 1921.

Datas de Sesmarias. Volume 5. nº 262. Fortaleza – CE: Tipografia Gadelha, 1925.

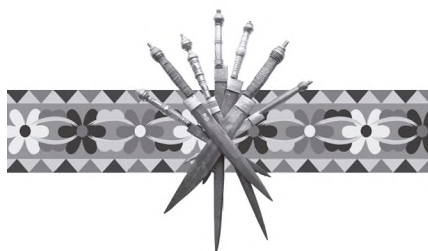
Datas de Sesmaria. Volume 10. nº 41, Fortaleza – CE: Tipografia Gadelha, 1926.

Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Brasil - Ceará (1730, agosto, 30, Lisboa).

Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil - Paraíba, 25 de janeiro de 1714: AUTO (treslado) do escrivão da Ouvidoria-geral da Paraíba, Manuel Rodrigues da Fonseca, sobre a residência de Francisco Pereira Alves, ouvidor-geral que serviu na Paraíba. AHU-Paraíba, cx. 6, doc. AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 5, D. 340.

Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Brasil – Ceará. 1738, abril, 20, Fortaleza: CARTA do desembargador Antonio Marques Cardozo, ao rei [D. João V], dando conta das sindicâncias feitas no Ceará e recomendando a prisão dos culpados das famílias dos Feitosas e dos Montes, apontados como causadores das inquietações surgidas e que causara danos aos moradores. Caixa 03, Doc. nº 190.

Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Brasil - Ceará (1730, agosto, 30, Lisboa): Consulta do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V], sobre as ordens para que o desembargador Pedro de Freitas Tavares Pinto a ir ao Ceará executar as diligências referentes às devassas das sublevações e mortes que ali aconteceram. Anexo: parecer, informação, certidão e cartas. AHU-CEARÁ, cx. 2, doc. 46 e 47. CT: AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 2, D. 117.



# NOS RASTROS DO CANGAÇO



**Gabriel Pereira**

**Xenofonte**

(estudante do ensino  
médio)

A história é campo de incertezas. De interpretações múltiplas cheias de polissemia. E isso se revela nitidamente quando se fala do cangaço: a eterna lenda sertaneja que perpassou as décadas e, até hoje, desponta na cultura do Nordeste. Mesmo 80 anos após o massacre seu e de seu bando, não se conseguiu chegar a um consenso sobre quem foi e o que representou, de fato, Virgulino Ferreira da Silva – O Lampião. Sua personalidade controversa continua uma incógnita, talvez por ter sido mitificada para sempre no folclore da caatinga.

Se para muitos ele foi o Justiceiro dos Sertões – um camponês desvalido que se enveredou pelo crime na ânsia de despistar-se da miséria em que vivia e com o objetivo de vingar o sofrimento seu e de seu povo –, para outros, entretanto, Lampião não passou de um facínora inclemente que deixou rastros sanguinolentos por andou, espalhando terror pelo sertão por pura ganância e truculência.

Entre tantos pontos de vista distintos, o certo é que seria leviano resumir a um só adjetivo a verdadeira face do Rei do Cangaço – se é que existia apenas uma. O que não se pode negar, no entanto, é que a

imagem de Lampião permanece viva no imaginário popular como signo fundamental de uma cultura.

O cangaço, que consagrou para a história o “Capitão” Virgulino, foi uma das mais populares e temidas – tanto pelo povo quanto pelo Estado – manifestações do que se entende por “Banditismo Social” no Brasil. Teve sua gênese ainda na Era Colonial, mas só obteve real destaque durante o fim do século XIX e o



Lampião (Foto de Pedro Maia)

princípio do século XX. Seus protagonistas eram homens do campo, pobres, iletrados, que se uniram para aterrorizar o sertão, saqueando propriedades e amedrontando cidades como forma de retaliação pela vida miserável que levavam; invisíveis à sociedade, ignorados pelo Governo e à mercê dos poderosos exploradores.

Em sua audácia, os cangaceiros conseguiram despertar não só a sanha, mas também o pavor dos coronéis. Ameaçaram destemidamente a autocracia deles numa época em que a ordem de um latifundiário fazia-se Carta Magna no sertão; sobrepondo-se despoticamente a qualquer lei vigente nas escrituras do Estado.

Lampião, que perdeu os pais por uma disputa de terras, ingressou no cangaço em busca de desforrar o sofrimento e a injustiça que o vitimaram, provocados pelos abusos dos proprietários de terra que nunca pouparam sangue alheio quando o assunto era expandir suas posses.

Mas não podemos, apenas por isso, enxergar Lampião como um homem benevolente, corrompido por sua própria dor e revolta. Este é apenas um lado da história. Ele foi, também, um bandoleiro inescrupuloso que, ao desfrutar das venturas do cangaço, afeiçoou-se à vida do crime e do poder, deslumbrando-se com o fato de todos curvarem-se de medo ante seus pés. Virgulino tinha fama de irascível e violentou pessoas impiedosamente, fossem elas pobres ou ricas. Invadiu cidades e fazendas e permitiu que membros de seu bando sequestrassem mulheres apenas para satisfação pessoal durante as suas árduas jornadas de fuga, desbravando a aridez areenta das matas da caatinga.

O Cariri, sob a égide do Padre Cícero, a quem Lampião dedicava grande devoção, respeito e obediência, foi poupado das perfídias do Cangaceiro. Houve, inclusive, um encontro entre Virgulino e o clérigo, no qual foi oferecida a patente de Capitão a Lampião (mas sem valor judicial nenhum), com a condição de que ajudasse a combater os avanços da Coluna Prestes no Nordeste. Se aceitasse, teria todos os seus crimes absolvidos e daria fim à vida de forasteiro. Lampião aceitou o título mas não propôs-se a combater os “revoltosos”, acatando somente o pedido de Padre Cícero de que não incluísse o Ceará entre os territórios que atacava.

O cangaceiro foi recebido calorosamente pelo povo de Juazeiro, que se pôs num misto de encanto e medo ao ver o Rei do Cangaço (com menos de 30 anos, na época) chegando a sua cidade como se fosse apenas mais um visitante. Há relatos de que Lampião lançou para o povo que o circundava uma grande quantidade de cédulas de dinheiro, numa tentativa de despertar a simpatia dos caririenses. Ainda sobraram alguns rastros, no Juazeiro, de lugares por onde ele passou, visitou ou se hospedou; embora alguns tenham sido transfigurados pelo homem e, outros, dizimados pelo tempo. Mas sua passagem pelo Juazeiro, embora dúvida, permanece marcada na história do Cangaço e do Cariri.

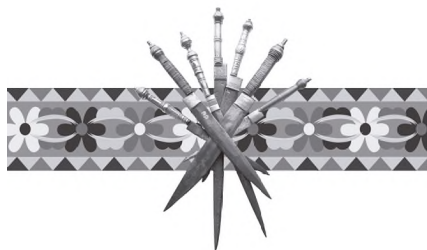
12 anos depois do célebre encontro entre o santo do povo nordestino e o Rei do Cangaço, na gruta de Angicos, Sergipe, o bando de Lampião foi encontrado pela volante. Silenciosamente, os policiais se aproximaram dos cangaceiros pela madrugada, adentrando um esconderijo considerado pelo próprio Virgulino como o mais seguro. Todos foram pegos desprevenidos, metralhados pela polícia antes que pudessem contra-atacar. Alguns fugiram, mas onze membros morreram imediatamente, dentre eles, Lampião e Maria Bonita, que foram decapitados e tiveram suas cabeças transformadas em troféus nas mãos dos oficiais. O cangaço, então, foi refreado, massacrado. E, assim, deu seu passo principal rumo à eternidade da História, transformando-se no símbolo da luta, da valentia e da coragem da “nação” nordestina. Tornou-se, então, o mito da caatinga; parte indissociável das tradições regionais que sustentam a cultura do Sertão.

**INSTITUTO CULTURAL DO CARIRI  
& CASA DO ELETRICISTA - HOME CENTER**



**Casa do Eletricista**  
HOME CENTER

**PARCEIROS NA REINAUGURAÇÃO DA  
BIBLIOTECA ANTÔNIO DE ALENCAR  
ARARIPE**



## OLIGARQUIAS, CANGAÇO, RELIGIOSIDADE: O CONTEXTO HISTÓRICO DA CONSTITUIÇÃO DO MUNICÍPIO DE MAURITI E A REVOLUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR LOCAL



**Eva Maria  
Campos Pereira**  
(doutora em Ciências  
Sociais pela UFCG)

O presente artigo versa, em sua centralidade, sobre a constituição histórica de uma categoria social: a **agricultura familiar**, com a especificidade do campo empírico no município de Mauriti. Este grupo é tratado, nas letras científicas, como tendo se constituído através de diversificadas influências históricas, polí-



**Evanildo Simão  
da Silva**  
(historiador e mestre  
pela UFCA)

ticas, econômicas, culturais, sociais, geográficas e outros fatores. É redundante destacar, mas não menos relevante, que esta iniciativa investigativa não esgota novas possibilidades de aprofundamento de outros estudos, bem como ratifica que as sínteses aqui pautadas auxiliam o esforço cooperativo para a constituição da complexa e rica teia histórica do Cariri cearense.

Mauriti está localizado ao sul do estado do Ceará. A origem des-

ta municipalidade, semelhante a muitas brasileiras, inicia-se pela concessão das sesmarias pela Coroa Portuguesa; um instituto jurídico dessa nação que normatizava a distribuição de terras destinadas à produção agrícola para os portugueses que aqui, no Brasil, se destinavam para o povoamento colonizador. A Lei portuguesa das Sesmarias foi efetivada em 1375. Quando a conquista do território brasileiro pelos portugueses se efetivou a partir de 1530, o Estado português decidiu utilizar o sistema sesmarial no além-mar, sistema perdurado no Brasil até 1822 (DA COSTA PORTO, 1979).

A indagação que norteou as buscas documentais em jornais de época, livros históricos e relatos de antigos moradores objetivou reconstruir, pelo menos em parte, a origem, os fatos históricos, as influências políticas, a estrutura de dominação, as forças econômicas e os eventos sobre e no entorno do município de Mauriti, na Região Metropolitana do Cariri cearense; em especial à constituição da categoria agricultura familiar, juntando-se à tessitura histórica já alinhavada, compondo mais um pedaço no desvelar de nossas raízes.

Constituído originalmente como um distrito administrativo do município de Milagres, Mauriti emancipou-se e regrediu politicamente duas vezes – nos anos de 1890 e 1924, conforme registrado por Pinheiro (1963, p. 166). Na visão de Lacerda (2004), tal movimentação de retrocedência foi historicamente justificada em razão de o município que lhe dera origem necessitava estrategicamente da influência da sua votação eleitoral em nível estadual - contabilizada como distrito - e dos dividendos econômicos que Mauriti lhe propiciava, até pouco mais da segunda década do Século XX.

Uma evidência documental da dependência política mauritiense em relação ao município de Milagres pode ser analisada através do Censo Agrícola de 1920. Este levantamento foi realizado pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Mauriti ainda constava como um distrito do município de Milagres e possuía, segundo o relatório, 50 sítios ou estabelecimentos (p. 150). O censo agrícola de 1930 não foi realizado. A emancipação política mauritiense definitiva aconteceu em 1938. Em 1940, o IBGE publica o resultado de um novo levantamento. Neste relatório, esta localidade apresentava

69.019 hectares mapeados em 902 estabelecimentos. Considerando a mesma área geográfica em 1920 (com Mauriti ainda distrito de Milagres) e em 1940 (Mauriti após dois anos de definitiva emancipação política), a média de tamanho dos estabelecimentos cai de 1380,38ha em 1920 para 76,52ha em 1940, uma redução em dezoito vezes o tamanho médio dos estabelecimentos rurais recenseados entre os dois períodos (PEREIRA, 2018).

1940 é registrado no presente escrito como um ano que principia a realização organizada dos censos agrícolas e agropecuários, levantamentos oficiais do Governo Federal sobre a realidade do mundo rural brasileiro, inventário posteriormente sistematizado decenalmente em sua realização e publicação de resultados.

A vertiginosa fragmentação corrida na estrutura fundiária do município de Mauriti ainda não havia sido um fenômeno devidamente esclarecido, até o trabalho de Pereira (2018) conseguir resgatar historicamente fatos que pudessem explicar as alterações na estrutura fundiária municipal e outros fenômenos sociais, decorrentes de mudanças nos atores econômicos e suas relações. As lacunas documentais atestavam a dificuldade de esclarecimentos de quando e por quais fatores acontecera a divisão de terras mauritiense e, consequentemente, a constituição do agricultor familiar, uma categoria social oficialmente reconhecida pela Lei 11.326 (BRASIL, 2006), embora sua existência remonte a épocas bem anteriores.

A pesquisa de campo de Pereira (2018) detectou que os cartórios de registros de imóveis de Milagres e Mauriti conservavam escrituras e inventários de terras, ambos, apenas a partir de 1939. Desta forma, foi necessário um empenho de pesquisa documental para levantar informações que pudessem explicar a mudança da estrutura fundiária regional e o contexto político, econômico e social do Vale do Cariri que propiciou tal alteração, em especial sobre o município de Mauriti.

É importante salientar que a reconstrução dos fatos históricos, sociais e políticos, remontados para o presente artigo, estão amalhados pelo contexto do cangaço, as secas na região Nordeste, a controversa história do Padre Cícero e sua influência no estado do

Ceará, os fim e os resquícios da escravatura, as relações conflituosas entre fazendeiros latifundiários e os trabalhadores rurais e, em alguns casos, a falência do latifúndio e o comércio de terras que desencadeou a desestruturação da grande propriedade no Cariri cearense (PINHEIRO, 1950).

### **Povoamento do Vale Do Cariri: Influências em Milagres/Mauriti**

Alves (1945, p. 122) recorda que um dos fatores responsáveis, no início do Século XX, pelo atraso econômico e empecilho ao desenvolvimento no povoamento do Cariri cearense, não apenas Mauriti, objeto investigativo aqui colocado, segundo suas percepções, foram as lutas armadas regionais. Em virtude das dificuldades de acesso às estradas que levavam a Mauriti, o município terminou desenvolvendo um ambiente favorável aos abusos de “autoridades fortes, os proprietários de latifúndios e apoiadores da milícia do cangaço”.

Nota-se ainda, que os cangaceiros do município e dos Estados vizinhos, que para aqui tem afluído em crescido número, por via de regra criminosos, deixaram, independentemente de pedido, suas armas, assim como agregados de governistas, suas inseparáveis pistolas e facas de ponta... sobretudo nessa comarca de Milagres, valhacouto de criminosos e de bandidos, d’onde têm saído para as contendidas do Crato, da Missão Velha, do Brejo dos Santos e de Lavras, neste Estado, e do Catolé do Rocha, de Misericórdia e de Nazareth, no da Parayba (MISSÕES, 1904, p.3).

Anselmo (1968, p. 77), compartilhando da mesma opinião sobre o contexto efervescente de lutas e conflitos no Vale do Cariri, ainda destaca o fator da localização geográfica de Mauriti e o aspecto da desvantagem fortuita, para a época, de tal condição:

De fato, encravados na região assolada pelo cangaço, com a circunstância de situar-se na linha fronteira da Paraíba e Pernambuco, trilha preferida pelos bandos armados em suas correrias, o atual Município de Mauriti, mesmo a começar do

seu vagaroso povoamento, foi cruzado constantemente por grupos de bandleiros, ora em lutas com forças policiais, ora e duelos com bandos rivais.

Essas contendas trouxeram, conforme aquiesce Della Cava (1976), ao se referir sobre o movimento do cangaço no Cariri cearense e os conflitos armados, sérias consequências:

Em parte alguma foi a violência mais intensa e mais frequente do que no Vale do Cariri. A política do oligarca, assim como crescimento econômico acelerado dessa região, tornaram o governo municipal mais apetitoso do que nunca. Entre 1901 e 1910, os chefes políticos de oito municípios do Vale do Cariri foram violentamente derrubados por rivais e vários outros foram ameaçados de deposição. Nenhuma facção hesitou em armar seus trabalhadores (capangas ou cabras bons) ou em recrutar mercenários (jagunços ou cangaceiros) no sertão de Pernambuco e Paraíba, com o intuito de apoderar-se do poder, ou retê-lo em suas mãos. Data desse período a metamorfose do Cariri em refúgio de cangaceiros protegidos pelos coronéis locais. Cada facção, de forma bastante curiosa, dizia-se leal ao partido acciolino, denominação pela qual era popularmente conhecido o PRC-C, no interior. Accioly, por seu lado, não intervinha em polêmicas locais, a não ser para aclamar o vitorioso (DELLA CAVA, 1976, p. 127).

Contudo, o Vale do Cariri, mesmo sofrendo sob forte pressão dos movimentos políticos de manutenção das oligarquias no governo do estado, a dominação monolítica de Antônio Pinto Nogueira Accioly, que perdurou de 1896 a 1912, situação política agravada pelo flagelo das secas, do final do século XIX até meados do século XX, essa mesorregião manteve considerável crescimento econômico. Dentro do sistema de produção agrícola e da organização social da propriedade, sobre a economia do Vale do Cariri, Alves (1945, p. 129) destaca três personagens importantes para a produção agrícola: Os coronéis, os moradores e meeiros.

Aos velhos moradores, o proprietário permite que plantem

nas suas terras secas, mandioca, milho e feijão. Em alguns casos consentem que cultivem pequenos pedaços de brejo,  $\frac{1}{2}$  tarefa, no máximo 1, com a obrigação de fazer a moagem no seu engenho, como meeiro, isto é, o agricultor entrega a cana ao engenho e o proprietário faz a moagem com direito a 50% do rendimento bruto, todo o trabalho do plantio, limpeza, corte e trabalhadores do engenho por conta dos 50% do lavrador. O mesmo acontece com a mandioca que deve ser transformada em farinha no avivamento do patrão, sob as mesmas condições.... Na situação de vida econômica do Cariri, o morador continua sendo o elemento fundamental de trabalho agrícola.

E nesse sistema de produção agrícola, continua Alves (1945), os proprietários ou comerciantes que conseguiam acumular dinheiro, empregavam suas economias na aquisição de novas partes de sítios de cana. Era preciso apresentar indícios de uma dinâmica diferenciada no Cariri. Pinheiro (1950, p. 12, 122, 123) esclarece mais algumas características importantes das relações, sistema de produção e práticas rurais no Vale do Cariri:

Em referência aos agregados, chamados moradores, vivem em habitações feitas totalmente de folhas de babaçu, ou, então, de paredes de taipa e tetos de palha.[...] Alguns moradores dos sítios caririenses são também seus rendeiros. Plantam um trato qualquer de terreno, limpam a cana, entregam-na no corte ao dono do engenho, que a transporta para o pé deste e a moi por sua conta, recebendo a meação das rapaduras feitas. [...] Relativamente ao milho e à mandioca, paga-se por tarefa (25 braças quadradas) uma carga de espigas daquele e uma quarta de farinha (80 litros) desta. Custeiam os rendeiros a despesa da desmancha (p. 121).

[...]

Como se vê, no Cariri, também nos sertões, entre os proprietários agrícolas e seus arrendatários, transaciona-se, geralmente, em espécie. [...] Por termos falado em moradores ou agregados, registremos que no nosso sertanejo sempre dominaram certas tendências de cooperação (auxílios de vizinhos nas limpas das roças, nas colheitas, bastando que o dono do trabalho lhes dê o bocado (comida) (p. 122).

[...]

Dada a considerável divisão do solo, nunca um só indivíduo acumulou grandes haveres, mas, em compensação, sempre dominou até hoje uma certa abastança generalizada, que se desconhece em outras regiões do Estado (p. 123).

O sistema de pagamento das rendas nas atividades agropecuárias e a relação no trabalho rural entre latifundiários e esses trabalhadores rendeiros desempenhará um papel relevante de uma das modalidades de acesso à terra para o agricultor de base familiar no campo empírico estudado. As tensões econômicas e outras ocorrências, como a crise do algodão na década de 1980, farão com que a “parceria” de trabalho entre latifundiário e rendeiro propicie a venda de pequenos pedaços de terras entre eles, provavelmente a gênese da transmutação, em Mauriti, do que Martins (1980) vai denominar de terra de negócio em terra de trabalho.

Gomes (2009, p. 57), embora não tenha pesquisado diretamente sobre a questão agrária brasileira, mas em sua investigação sobre o enfrentamento de movimentos sociais de trabalhadores rurais contra os latifundiários, nos alerta sobre a importância de desvencilhar a realidade sobre o surgimento dos atores desses movimentos sociais, consequentemente do mercado de terras e a ideia da não existência ou menor relevância das pequenas propriedades, as quais, ainda que invisibilizadas pela sua exclusão nos levantamentos censitários, precisam ser esclarecidas:

A história desses movimentos foi contada geralmente a partir da perspectiva dos vencedores, das elites dominantes. Tais narrativas tendem a privilegiar aspectos sociológicos importantes para a cultura destas e a relegar para o segundo plano aqueles aspectos relevantes para a compreensão do fato social total. Essa forma de abordagem tem levado, invariavelmente, ao esquecimento e por vezes obnubila a importância desses fenômenos para a compreensão da história das minorias, ou, dizendo de outro modo, joga no obscurantismo a história dos vencidos.

No caso de Mauriti, imputamos em nossos pressupostos uma conjuntura de fatores que, mesmo sobre a égide de disputas entre

forças desequilibradas de latifundiários e trabalhadores rurais, processualmente consentiu protagonizar uma agricultura de base familiar que se tornou vencedora, próspera, conforme sintetizou Pereira (2018).

### **Oligarquia, Coronelismo e Cangaço no Cariri**

Para as análises sobre o cenário que antecede o marco temporal de 1940, anteriormente justificado em sua importância, assinala-se o período compreendido entre 1896 e 1912, no qual ocupa o poder, em nível estadual, a oligarquia da família Accioly (STUDART, 1912). Antônio Pinto Nogueira Accioly governou o Estado do Ceará de forma semelhante à maneira que o Governo federal dirigia os estados a essa época: propiciando aos coronéis e chefes políticos locais plenos poderes sobre o governo municipal, a fim de que executassem controle fiscal e tivessem privilégios quando à distribuição de favores e direito à ocupação de cargos públicos. A retribuição seria respondida através do apoio eleitoral e da solidariedade partidária ao governador. “Tal sistema, conhecido pelo nome de coronelismo, preconizava que o poder político no interior era uma prerrogativa tradicional dos grandes proprietários rurais” (DELLA CAVA, 1976, p. 127).

Conforme cita Pinheiro (1950, p. 188),

os chefes das comunas caririenses eram, em verdade, umas espécies de senhores feudais que prestavam homenagem política, em Fortaleza, ao chefe do partido que pertenciam. Em compensação dessa solidariedade, este os encarregava de cuidar dos negócios administrativos e dos interesses partidários das suas respectivas circunscrições... Nos municípios sul-cearense os negociantes, os donos de sítio, os fazendeiros, excetuados poucos, auxiliavam, incondicionalmente, com os seus parentes e amigos os mandões locais não só nas eleições, mas também nas lutas armadas.

Concomitante ao período do coronelismo e ao governo acciolino, no Vale do Cariri, destaca-se a importante figura do Padre Cícero

Romão Batista, o qual integrou o sistema político cearense até o ano de 1934, ocasião de sua morte (BARTHOLOMEU, 1923). O líder religioso foi protagonista de diversos eventos que influenciaram direta e indiretamente a edificação do município de Mauriti. O coronelismo foi um sistema político datado historicamente na estrutura e na maneira pelas quais as relações de poder se desenvolviam na Primeira República, imbricado de uma complexa rede de relações. O coronelismo, mais abrangente, incorpora traços de mandonismo (fenômeno da política local), fazendo parte de uma trama, estruturada na figura do coronel (mandão), governadores, até o presidente da República, em um jogo de coerção e cooptação exercido de forma recíproca (LEAL, 2012).

Ordenado em 1870, Padre Cícero mudou-se para a província de Juazeiro do Norte em 1872, liderando o movimento de emancipação política de Juazeiro do Norte, vindo a se tornar o mais importante município da mesorregião do Cariri. Em razão do seu envolvimento com questões místicas e religiosas, bem como sua forte atuação na política, o sacerdote foi excomungado da igreja católica em 1898. Os acontecimentos que sucedem sua expulsão da igreja estarão vinculados ao propósito de sua reconciliação, mas subsidiados ao forte apelo político (DELLA CAVA, 1976).

Padre Cícero, no seu papel de liderança política e religiosa, protagonizou situações conflituosas com as figuras políticas e as representações religiosas do Crato. Em parte, pela ameaça que apresentava pela sua influência mística e que atraía milhares de fiéis e retirantes para o Juazeiro do Norte. Em parte, pela sua força e influência política. Della Cava (1976, p. 128, grifo do autor) atenta que o Padre Cícero, amigo e apoiador do governador Accioly, para mediar o ambiente conflituoso, optou por uma “política de neutralidade”. Suas ações e investidas visavam a reconciliação com a igreja católica. Para isso o Padre precisava da solidariedade dos chefes do Cariri.

Padre Cícero esteve à frente de algumas questões que ajudam a montar o ambiente que antecede a fundação definitiva de Mauriti: envolvimento com o cangaço, o específico episódio de busca pela posse das minas do Coxá, no município de Aurora, mas que envol-

via diretamente as lideranças políticas de Milagres; a emancipação política de Juazeiro do Norte; a perseverante tentativa de reconciliação com a Igreja e o resgate dos votos sacerdotais; e a edificação e declínio hediondo do assentamento do Caldeirão, no Crato.

O surto messiânico-milenarista foi um movimento social que eclodiu no Brasil, em meados do século XIX e primeira metade do século XX. Em Juazeiro do Norte teve sua importante representação pelo caso do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, comunidade formada por flagelados da seca, que no auge da sua existência abrigou cerca de cinco mil pessoas, vindas de muitos lugares do Nordeste, em busca de refúgio. A irmandade do Caldeirão existiu entre 1894 e 1937, cuja manutenção se dava em sistema de mutirão de trabalho, tendo a influência direta e apoio do Padre Cícero e a liderança do beato José Lourenço, o qual protagonizou um sistema de convivência comunitária, sustentado por uma produção agropecuária autossuficiente. A autonomia da comunidade do Caldeirão afrontou latifundiários, grandes fazendeiros e coronéis da época (GOMES, 2009).

O cangaço esteve presente, de forma contundente, no cenário do Cariri do início até meados do Século XX. O movimento foi uma resposta à violência do coronelismo e contra o monopólio de terras e exploração do trabalhador rural pelos latifundiários (MACEDO, 1990). A despeito de versões controversas sobre o cangaço, não se objetivou, na presente missiva, tecer conclusões definitivas sobre as razões da ação dos cangaceiros, especialmente aqueles que se personificaram na história do Cariri cearense na primeira metade do Século XX. O interesse principal foi de ambientar a constituição econômica, social e política do município, lócus da pesquisa, o qual foi rota frequente do cangaço, ponto de fuga e esconderijo desses personagens. O objetivo nesse ponto é promover uma reflexão do cenário de violência e insegurança em meio a esse movimento que envolvia e afetava os coronéis, os cangaceiros e as populações locais e a relação desse fenômeno com o valor das terras.

No período marcado pela influência política do Padre Cícero e do movimento do cangaço na região, o conflito pela posse das minas do Coxá registrou um momento sangrento no Cariri. Este episódio,

especificamente, envolve a possibilidade de o Padre Cícero conseguir sua reconciliação com a Igreja, através da edificação da diocese do Cariri com o dinheiro da exploração da mina, com considerável influência do município de Milagres e Mauriti, ainda distrito, para que o padre conseguisse êxito.

Em 1904 o conde Adolpho Van den Brule (FIGURA 1), engenheiro francês, encontra cobre nas minas de Aurora. A exploração dessa mina era de interesse do Padre Cícero, proprietário daquelas terras, a fim de financiar a construção da nova Diocese do Cariri, em Juazeiro, uma forma de alcançar triunfo em dois propósitos: a reconciliação com a Igreja Católica e a emancipação política de Juazeiro do Norte. Lideranças do Crato tinham intenção em questionar a posse das terras da mina. Obviamente as lideranças do Crato, que tinham pretensões de transformar o município em um polo industrial, não tinham interesse de testemunhar passivamente o desenlace bem-sucedido dos projetos de Padre Cícero (PEREIRA 2018).

**FIGURA 1:** UMA DAS EXPEDIÇÕES PARA DEMARCAÇÃO DAS MINAS DO COXÁ, AURORA, LIDERADA POR FLORO BARTOLOMEU (DEITADO NA REDE À DIREITA) E O ENGENHEIRO ADOLFO VAN DEN BRÛLE (DEITADO NA REDE À ESQUERDA)



Fonte: acervo pessoal do historiador Sousa Neto, do Barro, disponível no blog do historiador José Cícero, de Aurora (2014)

O chefe político de Milagres, no início do século XX, coronel Domingos Furtado, esteve envolvido diretamente nos episódios que sustentariam o direito de posse e exploração das minas do Coxá pelo Padre Cícero. Este episódio reforça o ambiente de extrema violência, com trânsito de homens armados, emboscadas e conflitos (PINHEIRO, 1950), situação confirmada por Pinheiro (1938, p. 64), quando assegura que “frequente lutas políticas armadas perturbaram a vida sul cearense durante a primeira década do século atual”, referindo-se ao Século XX.

Em Milagres, o coronel Domingos Leite Furtado, chefe político, nutria feroz animosidade contra o coronel Antônio Luiz Pequeno, chefe político do Crato. Para se ter uma ideia da violência experimentada, em 1904 Milagres sofre sangrenta derrota em um conflito, em resposta a um plano elaborado pelo coronel Domingos Leite Furtado para invadir o Crato e derrubar Antônio Luiz com cerca de 800 homens armados (PINHEIRO, 1950; DELLA CAVA, 1976).

A essa época, Mauriti, ainda distrito de Milagres, é rota do trânsito belicoso entre cangaceiros e autoridades locais. Até anteceder a emancipação política definitiva de Mauriti, em 1938, o ambiente era palco de embates, eventos que aterrorizavam a população e frequentemente eram assunto de matérias de noticiários, como registra o jornal *A Ordem* (1917, p.1), narrando um dos episódios, em que Luiz Lacerda, no povoado do Coité, integrante das famílias locais, assassinou barbaramente um desconhecido. As autoridades de Mauriti já haviam solicitado ao Governo estadual que tomasse providências para repressão dos crimes, pois:

um bando de desordeiros [...] invadiram aquella villa, armados, passeiando ostensivamente pelas ruas, na maior balburdia, afrontando as autoridades locais [...] A villa, desguarnecida de soldados, está cheia de grupos armados, que afrontam as autoridades. Os ânimos estão exaltadíssimos.

A disputa pela posse das minas do Coxá alcança um momento extremo de conflitos em dezembro de 1908. O procurador do Padre Cícero, o médico Flor Bartolomeu, juntamente com um bando de 50

capangas armados, transita em combate o trecho Milagres-Aurora, atestando o clima de hostilidade e violência na região do Cariri. Floro Bartolomeu escreve, em doze edições do jornal O Rebate, uma série de matérias em que defendia o Padre Cícero e atestava sua posse legítima sobre as pretendidas e disputadas minas (COSTA, 1909).

Outro episódio destacado na literatura sobre o cangaço em Mauriti evento chamado “Fogo do Coité”, um ataque de 70 cangaceiros no distrito mauritiense, o qual foi combatido pelo Padre José Lacerda, proprietário de terras e representante das famílias fundadoras do referido distrito municipal. A localidade denominada Coité, situada em Mauriti, foi a sua primeira comunidade, sendo mais antiga do que a sede municipal. Esse combate é tido como um dos mais ferrenhos da história do cangaço no sul do Ceará (NETO, 2011). O Padre Lacerda, juntamente com oito moradores do povoado, lutou contra o bando de cangaceiros, liderados por Sinhô Pereira, o cangaceiro que recruta Lampião para o cangaço. O conflito dura aproximadamente seis horas, os cangaceiros desistem do embate e vão ocupar a fazenda Araticum, também no então distrito Mauriti, de propriedade de André Cartaxo (LACERDA, 2004).

No dia seguinte ao embate, dia de devoção a São Sebastião, o “padre Lacerda celebrou uma missa em ação de graças, mas a igreja estava completamente vazia. Apenas poucos familiares e capangas assistiam à celebração”, assim destacou Sousa Neto (2011, p. 124), relatando também que um dos cangaceiros enfrentantes do combate conhecia muito bem o povoado. Se o conhecia, é uma evidência de que os cangaceiros andavam com frequência nesta região.

Acrescentamos ao ambiente atroz, o fato de não haver acesso via estradas a Mauriti. Suas construções, através de órgãos oficiais datam, do final do Século XX. O Departamento de Estradas e Rodagens - DER informou que a rodovia estadual CE-394, estrada que liga a BR 116 e a sede municipal de Mauriti, foi iniciada em sua construção em 1975. A continuidade da sede até a divisa do Ceará com a Paraíba, construída no ano de 2003. A rodovia CE-152, ligando Mauriti ao distrito da Palestina, construída no ano de 2003 e o trecho de Mauriti ao distrito de Buritizinho, no ano de 2008. De Buritizinho até o

distrito de Olho d'água no ano de 2016. A rodovia estadual Ce-397, ligando Mauriti ao distrito do Coité foi construída no ano de 2009 e o trecho Coité – distrito de São Miguel em 2012.

Com isso, “meios populosos mais afastados das sedes administrativas, se encontrara em uma situação, oriunda das circunstâncias do momento, que propiciou um ambiente favorável aos abusos de autoridade fortes, os proprietários de latifúndios e apoiadores da milícia do cangaço” (ALVES, 1945, p. 121). Este cenário trouxe sérias consequências:

A evolução dos processos de luta alargou o campo de atuação dos homens, assim como empobreceu as famílias, destruiu fortunas sólidas e tradicionais, terminando com a destruição dos últimos valores morais, quando os senhores, faltos de recursos, deixaram aos seus homens, vindos da plebe rural, a realização dos seus negócios armados (ALVES, 1945, p. 122).

Os interesses pecuaristas do Vale do Cariri estavam sob forte ameaça pela emancipação econômica do Crato. O milagrense, Coronel Domingos Furtado, assistia ao declínio de sua fortuna e a crescente riqueza, força e expansão competitiva dos comerciantes do Crato. Era cada vez mais acirrada a disputa pelo poder político entre Antônio Luiz e Domingos Furtado. A aliança Milagres-Juazeiro era uma ameaça constante aos coronéis do Crato (GOUVEIA, 1910).

Anselmo (1968), remontando os fatos que acostavam as conflitos políticos no Cariri cearense, especialmente aqueles que pudessem auxiliar a compreender o papel e relevância do município de Mauriti, nesse contexto, persuade a reflexão de que Padre Cícero conhecia antecipadamente as planos auspiciosos da principal contenda armada do cangaço no Ceará, o Fogo do Coité (NETO, 2011).

Anselmo (1968, p. 81) recontou as narrativas que possibilitaram novos detalhes sobre os registros sobre o confronto entre os cangaceiros de Sinhô Pereira e Padre Lacerda, pároco da vila do Coité, Mauriti, enfrentante central dos salteadores. Finda a batalha e malogradas as intenções do bando de cangaceiros, destinaram-se estes à fazenda Araticum, também em Mauriti, morada de André Brasi-liense do couto Cartaxo, um paraibano que ali instalara sua família.

Entretanto, dias antes do Fogo do Coité, um mascate comerciante divide com a senhora esposa de André Cartaxo, em sua residência na fazenda Araticum, a informação confessa que: “Se dentro de poucos dias não acontecer alguma desgraça em Mauriti, não acontecerá mais nada... Tenho muita pena dos inocentes”. Tal comerciante “vivía entrosado nas rodas do situacionismo regional, a começar por sua sede, que era a casa do Padre Cícero Romão Batista”. Estes relatos nos credenciam a deduzir que o influente sacerdote tinha conhecimento e anuência do conflito que aconteceria em Mauriti (ANSELMO, 1968, p. 81).

Pereira (2018) aquece tais provocações, através de comparações entre o valor do hectare de terra em Mauriti e outros municípios do Cariri, a partir do censo agrícola de 1940, constatando que as terras mauritiense tinham o mais baixo valor comercial, abrindo uma brecha de reflexões sobre uma possibilidade de conspirata do Padre Cícero para afastar a ganância e interesses econômicos de Aurora, terra onde o eclesiástico esperava extrair minério e riquezas para sua reconciliação com a Igreja, solidificando sua supremacia política; conduzindo estas condições através do aquecimento do mercado de terras em Mauriti, desvalorizadas pelo contexto aqui colocado.

Não há narrativas acerca do cangaço no sul do Ceará que mencione alianças desse movimento com os sertanejos pobres. O cangaço, ao que aparenta, nos eventos que se registram no Vale do Cariri, foi um movimento que se prestou aos interesses das oligarquias e ao fortalecimento dos coronéis. Os “cabras” ou “jagunços” (MELLO, 2004, p. 73), algumas das denominações utilizadas para caracterizar os envolvidos, mantinham alianças com os políticos e poderosos a fim de manter os favores recíprocos do coronelismo. O cangaço serviu, inclusive, à manutenção do legado econômico e político do Padre Cícero, haja vista todo o período em que se mantêm as lutas armadas e emboscadas para manutenção assegurada da posse de Aurora e das minas do Coxá por parte do religioso.

Na tentativa de combater o crescimento político e econômico do Crato, os prefeitos dos municípios de Barbalha, Missão Velha, Milagres e Aurora reúnem-se, coligando-se em busca de vingança política

ca contra o coronel Antônio Luiz. Com isto, procede-se a formação dos “Quatro Grandes Mirins”, constituindo-se como uma ameaça, sem a necessidade de conflitos armados. “O Cariri unido representava um terço do eleitorado estadual” (DELLA CAVA, 1976, p. 160). Nesse contexto, não interessava aos governantes milagrenses a emancipação política do distrito de Mauriti.

A violenta conjuntura política do Vale do Cariri faria surtir efeitos diversos na região. Em relação aos interesses oligárquicos, houve pontos positivos, aos que conseguiram manter poder e influências. Houve pontos negativos que aglutinaram problemas para os coronéis e a manutenção dos latifúndios. A desvalorização das terras do município de Milagres (posteriormente desmembrada nos municípios hereditários: Barro, Abaiara e Mauriti) haveria de principiar uma série de mudanças não somente na estrutura fundiária do município, bem como na condição do fortalecimento de outras categorias sociais nos anos subsequentes. O agricultor de base familiar foi uma delas.

Em Mauriti, a concentração fundiária parece ter sido um obstáculo vencido, no sentido em que a proporção de pequenas propriedades e minifúndios (ou estabelecimentos menores que 15 módulos fiscais ou 180 hectares) ocupam um percentual majoritário no arcabouço fundiário mauritiense. A alteração da estrutura fundiária municipal aconteceu processualmente. Segundo as evidências documentais de escrituras públicas de compra e venda do final do século XIX e até meados do século XX, permitem inferir que essa situação já vinha acontecendo (PEREIRA, 2018).

O mercado de compra e venda de terras em Mauriti encontrou oportunidades na falência do latifúndio com a crise do algodão, na metade da década de 1980. Descapitalizado para continuar mantendo o latifúndio, o grande proprietário vende partes de terras, o que oportuniza o acesso à compra de estabelecimentos para os rendeiros, que tocavam a grande propriedade, mais também para trabalhadores, cujos os vínculos com latifúndio eram precários.

Tais episódios, robustecidos pela conjuntura política e econômica no Cariri cearense e outros fatores históricos posteriores, os quais

carecem ser contados em outro momento, terminaram por influenciar um certo enfraquecimento das oligarquias latifundiárias em Mauriti, desencadeando, especialmente, a desvalorização das terras e a desestruturação da grande propriedade, conforme organiza e detalha por Pereira (2018).

Estabelece-se, então, um cenário propício ao fortalecimento da agricultura familiar, propriedades cuja dimensão se acomoda na classificação legal (BRASIL, 2006), composto ainda pelas Políticas de reordenamento fundiário, o crédito rural e as iniciativas dos governos estaduais e municipais para o desenvolvimento rural. Tal configuração propiciou um destaque na produção agropecuária de Mauriti em relação aos demais 183 municípios cearenses, se segunda metade da década de 2000, condição bem distinta da sua módica importância de interferência ou autonomia histórica.

## REFERÊNCIAS

A ORDEM. O rabellismo de Maurity perturba a ordem do estado. Jornal ano XII, Sobral, 1917.

ALVES, Joaquim. O Vale do Cariri. Revista do Instituto do Ceará, p. 94-133, 1945.

ANSELMO, Otacílio. Subsídios para a história de Mauriti. Revista do Instituto cultura do Cariri, nº 12, p. 77-83, 1968.

BARTHOLOMEU, Dr. Floro. Joazeiro e o Padre Cícero. Depoimento para a história. Imprensa Nacional: - Rio de Janeiro, 1923.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 jul. 2006.

COSTA, Floro Bartholomeu da. Contra-protesto lavrado pelo Padre Cícero Romão Batista, autor da acção de demarcação e divisão da área Coxá, na comarca de Barbalha, ao protesto lavrado no Tribunal da Relação do Estado, pelos illustríssimos senhores Doutor João Augusto Bezerra e Coronel José Francisco Alves Teixeira. Jornal O Rebate, Jozeiro, 18 de agosto de 1909.

DA COSTA PORTO, José. O sistema sesmarial no Brasil. Editora Uni-

versidade de Brasília, 1979.

DELLA CAVA, Ralph. Milagres em Joazeiro. Tradução de Maria Yedda Linhares. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

GOMES, Antônio Máspoli de Araújo. A destruição da terra sem males: o conflito religioso do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto. Revista USP, São Paulo, n.82, p. 54-67, junho/agosto 2009.

GOUVEIA, Flávio. Jornal O Rebate, 1910.

LACERDA, José Sampaio de. História da família do Coité (Mauriti-Ceará) e outros assuntos. – Brasília: Da Anta Casa Editora, 2004.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. – São Paulo: Companhia das Letras, 2ª edição, 2012

MACEDO, Joaryvar. Império do bacamarte: uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri cearense. UFC, Casa de José de Alencar, Programas Culturais, 1990.

MARTINS, José de Souza. Expropriação e violência: a questão política no campo. São Paulo, Hucitec, 1980.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMERCIO. Recenseamento do Brasil. Volume 3, Primeira parte, Agricultura, 1920.

MISSÕES em Milagres. Jornal do Ceará, Fortaleza, 26 de novembro e 1904, anno I, nº 122, p. 2-3, 1904.

NETO, Sousa. José Inácio do Barro e o cangaço. – Cajazeiras: Editora Real, 2011.

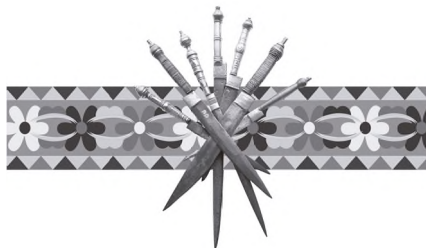
PEREIRA, Eva Maria Campos. Da invisibilidade ao protagonismo da agricultura familiar: uma análise a partir do semiárido nordestino. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Campina Grande. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Campina Grande-PB, 2018.

PINHEIRO, Irineu. O Joazeiro do Padre Cícero e a revolução de 1914. – Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1938.

PINHEIRO, Irineu. O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes. – Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1950.

PINHEIRO, Irineu. Efemérides do Cariri. Imprensa Universitária do Ceará: - Fortaleza-CE, 1963.

STUDART, Barão de. Epheférides Cearenses. Revista do Instituto do Ceará, 1912.



# “SUA BENÇA MEU PADIM”: A FORÇA DO MILAGRE PELA CURA DO PECADO DA VONTADE DE MATAR



**João Leandro Neto<sup>1</sup>**  
Tayronne de Almeida  
Rodrigues<sup>2</sup>

É sobre o amanhecer, ver o sol de longe, abrir os olhos, pensar duas vezes antes de sair, bater a poeira, olhar para seus companheiros e acreditar mesmo desacreditando, no meio da caatinga, a cor do céu, a força do vento, a brisa suave que arrepia, o coração que palpita fortemente por vezes, é o som do tiro, é o som da dor, é a vida batendo na botina, é o brilho do brilhante sob o sol escaldante, é sobre a necessidade de parar, de desistir, de tomar aquilo que não é seu, é o roubo,

1 Filósofo, professor universitário, pesquisador na arte com ligação na Scuola di Lingua e Cultura italiana, estudou na Itália, especialista em Docência do Ensino Superior. Amante da poesia nordestina com direcionamento às condições históricas do resgate e do fortalecimento da cultura do Cariri, atualmente se dedica a pesquisar processos históricos regionais como forma de expansão e interação com a educação e filosofia. Email: joaoleandro@gmail.com . ID: <https://orcid.org/0000-0003-1738-1164>

2 Filósofo, bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, viajante do mundo, conhecedor da teoria dos Afrescos de Giotto no Sacro Convento de Assis, Itália, filho de Assaré, apaixonado pelos contos e encantos da cultura regional, pesquisador que constantemente se integra à história do Cariri, como forma de consolidar seu saber, atualmente realiza pesquisas na área da simbologia histórica, filosofia do ensino, cultura, vivência social e desenvolvimento sustentável. Email: tayronnealmeid@gmail.com . ID: <https://orcid.org/0000-0001-9378-1456>



Ilustração: Luiz Fernando. Encontro de Lampião e Padre Cícero, 2019. Técnica: Nanquim e lápis grafite sobre papel

é a sorte, é a saudade, é o pai, a mãe, o irmão, a coragem, a falta dela, é a realidade, é a crença, a descrença, a raiva, o ódio, “as angústia”, a fuga, é Maria Bonita, “é eu”, “é nós”, o bando, o perfume esquecido no alojamento passado, é o fogo que se espalhou, é o sentimento barato, é a fé, a fé naquilo que faz ter fé, é meu “Padim”, é “Ciço”, perdoe-me, não vou matar quem me mata. Morreu.

O tempo é o maior negociador com nossa dúvida e assim ainda hoje nos perguntamos o real motivo de um “cabra” que mesmo matando e fazendo coisas controversas do sistema da época, carregava consigo um coração devoto a Deus e aos santos da igreja,

em especial Padre Cícero Romão do Juazeiro do Norte, o “Padim”, que politicamente modificou por muito tempo seu espaço de existência, construindo um alicerce quase que invencível de fé, coragem e admiração, isso traduzido no amor do mais simples vaqueiro, ao mais temido cangaceiro do Brasil, Virgulino Ferreira da Silva, o “tais” de Lampião, com nascimento em 4 de junho de 1898, em Serra Talhada, Pernambuco, adorado e odiado ao mesmo tempo, carregava nas suas cartucheiras o respeito de todo um povo, que mesmo ame-drontados, considerava ele o salvador.

No seu resgate extra-humano, Piragibe de Lucena observa, em seu livro Lampião Lendas e Fatos, que Lampião carregava consigo em sua cartucheira sua formação católica, e fazia questão de demonstrar sua fé, descreve ainda que costumeiramente trazia consigo algumas orações de santos da Igreja Católica, muitas delas orações de corpo-fecha-

do, bem como as orações de São Gabriel, São Paulo e São Pedro. Não eram somente esses de devoção, carregava em seu peito a fé em São Jorge, Santa Luzia e São Thiago, estes eram santos de todas as horas e de todos os perigos que Lampião pudesse enfrentar. Certamente seria essa arma tão eficaz quanto um dos seus fuzis *Mauser*, considerado uma “construção de superpoder” que ele trazia consigo.

Fechar os olhos e imaginar de onde Lampião tirava a coragem toda narrada e vista nos registros feitos por Benjamin Abrahão, torna possível pensar que dentro de suas vísceras radiava uma força extrema que o fazia caminhar e cumprir aquilo que tinha como “missão”, matar para sobreviver, “territorializar” suas caminhadas, deixando marcas de sangue, de respeito e de cordialidade sobre os que o recebiam por bem ou por mal.

O quipá (espécie nativa da flora sertaneja), foi sorrateiro quando malditamente furou seu olho esquerdo, ali em sua contestação interna pensará que a fé ainda era um aporte de luz dentro daquela treva que passava no clarão do calor daquela luta pessoal, ali no meio do campo sozinho e sensato de que muito mudaria. Ele olha para o clarão que desce do céu em sua direção e torna-se um fiel de Santa Luzia, que em sua construção sócio antropológica, é dentro do catolicismo a santa dos olhos, responsável por guardar e resguardar os pedidos que tenham como ponto de partida “as vistas”, sejam de forasteiros, sejam dos “de casa”.

Lampião em sua renegação, era preconceituoso não perdoava nem mesmo sua fé, dentro de sua humanização, diz sobre São Benedito: “Não poderia ser considerado santo, pois era um negro, onde já se viu nestes sertões, um negro ser santo” (Lampião na Bahia, Coelho Fontes, p. 284). Aos que aqui vos escreve, cremos que vai além do preconceito do sentimento, vai enraizado na cultura do poder de pertencimento, se ele pertence ao meu mesmo modo de coexistir, não deve, mas teme.

Outra forma de demonstrar sua religiosidade, era rezar orações que tinham como objetivo fechar-lhe o corpo, essas orações eram escritas em pedaços de papel, colocadas em seu “borná” que não se separava de seu corpo, ou dentro de uma espécie de carteira de couro, onde Lampião também guardava objetos de valor. Salienta Lucena que “no

pensamento de Lampião acreditava que tais orações tinham o poder de fechar-lhe o corpo, protegendo-o de males ou das balas atiradas pelas volantes” (Lampião, Lendas e Fatos, p. 43).

O corpo, mesmo fechado, precisará “de abrir” para o cumprimento diário individual ou coletivo de práticas religiosas que Lampião realizava. Podia ser separada em dois tipos: existiam aquelas de caráter pessoal e íntimo, ou seja, eram feitas de maneira individual, como algumas orações ou outros procedimentos religiosos, como afastar-se de seus companheiros na Sexta-feira da paixão, quando este jejuava e rezava longe do bando, e aqueles de caráter coletivo, que partiam de Lampião que era o chefe do bando. Para o resto da cabroeira uma destas práticas religiosas comuns era rezar o Pai-Nosso, Ave-Maria ou o ofício de Nossa Senhora.

Ida Ribeiro de Sousa (Sila), uma ex-integrante do bando de Lampião e sobrevivente da chacina de Angicos em 1938 e também mulher do famoso cangaceiro Zé Sereno, fez o seguinte comentário:

“Quase que diariamente Lampião rezava o ofício de Nossa Senhora em companhia do bando dele. Pela manhã rezava o padre-nosso, quando acontecia de não fazê-lo era quando a ocasião não permitia, impedimentos que eram muitas vezes motivados por fugas, combates contra volantes e outros fatos inesperados.” (Lampião, Lendas e Fatos, p. 43)

Mesmo que guiado pelo cotidiano de seu chefe, os cangaceiros faziam um coro na hora de dizer o amém, demonstrando a devoção e religiosidade que o momento pedia e também respeito e obediência ao chefe, Lampião, portando em seus peitos a certeza que aquela proteção que alcançava seu chefe, lhes alcançava.

Pra “mode” dizer, és que aqui apresento-vos a oração do corpo-fechado (Oração da Pedra Cristalina):

|                                                                                                                                                             |                                                                                                         |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| “Minha pedra cristalina,<br>que no mar foste achada,<br>entre o cálice e a hóstia consagrada.<br>Treme a terra, mas não treme nosso<br>Senhor Jesus Cristo, | Tens vontade de atirar<br>Porém, não atirar,<br>se mi atirar, água pelo cano<br>da espingarda escorrerá |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|

|                                                                                                                                                                                    |                                                                                                                                                                                                                               |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>No a ter, assim treme<br/>quando olharem para mim...</p> <p>Com o manto da virgem Maria<br/>sou coberto,<br/>e com o sangue de meu<br/>senhor Jesus Cristo,<br/>sou válido.</p> | <p>se estiver com vontade de mi furá<br/>a faca da mão cahirá ...<br/>E se mi trancar, as portas abrirão</p> <p>Oferecimento:<br/>salvo fui,<br/>salvo sou, e salvo serei,<br/>com a chave do sacrário,<br/>eu mi fecho”.</p> |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

(Lampião, o Rei dos Cangaceiros, p. 233)

Pe. Cícero ou como é carinhosamente chamado pelos sertanejos de “Padim Ciço”, foi um padre que exerceu uma enorme influência na religiosidade de Lampião, um exemplo disto é que a própria patente de Capitão foi passada a Lampião, no ano de 1926, pelas mãos e bênção do Pe. Cícero Romão. Daquela data em diante ele seria o Capitão Virgulino Ferreira da Silva, capitão do batalhão patriota, isto porque nos planos do deputado federal Floro Bartolomeu, só Lampião conseguiria derrotar e dar combate à Coluna Prestes nos sertões nordestinos.

Outro padre a quem Lampião respeitava e admirava muito era o Pe. José Kehrle, este padre por muitos anos manteve um vínculo forte de amizade com o cangaceiro. Sempre que podia Lampião comungava, assistia missa e recebia conselhos deste sacerdote.

Não foi tudo maravilhas quando pela primeira vez “Padim Ciço”, se encontrou com Lampião, em pesquisas é possível conhecer sobre seus primeiros diálogos e sobre o susto que teve ao saber que receberia Lampião. O tão almejado encontro entre Padre Cícero e Lampião data de 6 de março de 1926, este foi veiculado em várias publicações.

Em outra versão, o convite para Lampião teria sido pelo tenente Francisco Chagas, em nome de Pe. Cícero, que lhe devotaria a patente de capitão de seu batalhão e o “Padim” ficou paralisado diante de tamanha afronta de Chagas, exclamando: “Como é que você me faz uma coisa dessas Chagas! Trazer um bandido, um fora da lei para Juazeiro e o pior, usar meu nome para poder atraí-lo”.

O certo é que mesmo desgostoso com tal situação o Padre foi ao encontro de Lampião e lhe disse: “Virgolino, por que razão você teve a coragem de vir a uma cidade como Juazeiro, tão bem assistida por



Foto Reprodução de 'Ciclo do Cangaço: Memórias da Bahia', de José Castro/Wikipedia.

autoridades civis e militares, sendo você um fora da lei? ”

- -“Meu Padim, eu vim por que me disseram que o sinhô precisava de mim”.

A presença de Lampião em Juazeiro provocou alvoroço. Uma multidão se formou para ver o famoso cangaceiro e seu bando. Lampião concedeu entrevistas, bateu fotos, ofertou esmolas à igreja local, recebeu visitas e foi agraciado com presentes, sem ser incomodado pela polícia.

Ainda restam muitas dúvidas sobre o encontro do Padre com o cangaceiro, o que se sabe na verdade, é que a fé ali era motivada pela troca, seja ela uma troca sem intenções ou com intenções. Afinal Lampião queria paz no seu coração e guerra na sua cabeça, o seu corpo sempre fechado e sua boca sempre aberta, no ponto de dar um grito de ordem, que fez até o padre ficar de seu lado, sabe-se lá, se por obrigação ou intenção, visto que aqui apresentamos fatos e relatos, ainda restará por toda uma eternidade a dúvida, dúvida de contestação da vida pela morte. É reza, é oração, é encontro, é salvação, é inegável considerar um homem de fé, aquele que mesmo antes de tudo se en-

contrava com o céu.

Lampião começou a ser caçado pela polícia depois de saquear fazendas do sertão, surgindo como ameaça ao domínio dos coronéis fazendeiros. Ele e grande parte de seu bando morreram na Grota de Angicos, no sertão sergipano, depois que uma força volante descobriu onde eles estavam acampados.

No fim, o que vem à mente é apenas a reação de medo, susto e angústia ao ver pela última vez a imagem de Lampião na terra, ao visualizar a fotografia icônica, aquela que mostra as cabeças de: Lampião (última de baixo), Maria Bonita (logo acima de Lampião) e outros cangaceiros do bando onde no canto esquerdo superior, uma placa lista os nomes e indica a data em que eles foram mortos. Imaginando-se então, que Padre Cícero estaria recolhido na derradeira lembrança de Lampião, rezando lá do céu para pedir perdão, por aquele filho de Deus, que até da bala lembrava-se de pedir permissão antes de atirar e que em suas andanças a cada banho fazia uma oração.

Por todas as vezes que o ofício de Nossa Senhora foi cantado em bando, por todas as vezes que a oração o salvou de uma bala, por todas as vezes onde o medo deu lugar a coragem, por todas as vezes onde a fé se sobrepôs a descrença, eu rogo ao meu Padre Cícero, perdoai aquele que já morreu e teima em viver: Lampião.

## REFERÊNCIAS

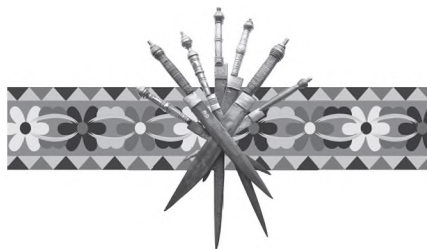
CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais. CAOS número zero. Dezembro de 1999. **O Cangaco e a Religiosidade de Lampião**, por Max Silva D'Oliveira. Citação do livro Lampião Lendas e Fatos. Piragibe de Lucena, p. 46. <http://chip.cchla.ufpb.br/~caos/00-doliveira.html>

CHANDLER, B. J. **Lampião o Rei dos Cangaceiros**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

MELLO, F. P. **Guerreiros do Sol - o Banditismo no Nordeste do Brasil**. Recife: Massangana, 1985.

MELLO, F. P. **Quem Foi Lampião**. Recife: Zurich Stahl, 1993.





## REI DO CANGAÇO NA LITERATURA: ENTREVISTA COM FREDERICO PERNAMBUCANO DE MELLO



**Francisco José  
de Brito**

(repórter da Rede  
Globo)

Um mergulho profundo na história do cangaço, seguindo as pegadas do bando de Lampião. Acumulando os dados, atualizando informações.

Seguindo pelas veredas dos sertões, passando nos acampamentos improvisados dentro da caatinga. Ouvindo antigos coiteiros, bandoleiros e “macacos”, como eram chamados pelos cabras da peste, os integrantes das volantes policiais. Penetrando no sentido mais profundo da pesquisa literária. Publicando obras que desvendam o cotidiano e os costumes desses homens e mulheres que assombraram o Nordeste, com atos de violência e, em alguns casos, de heroísmo.

No seu livro mais recente, o escritor Frederico Pernambucano de Mello, da Academia Pernambucana de Letras, revela e comprova quem matou Lampião, desvendando um longo mistério. Detalhes inusitados do Massacre de Angicos. Em APAGANDO O LAMPIÃO, vida e morte do rei do cangaço. ENTRE ANJOS E CANGACEIROS, ele já havia exposto a saga de Benjamim Abrahão, autor do mais completo acervo de fotografias, na sua convivência direta com os cangaceiros.

Além da exposição em detalhes da Guerra de Canudos.

O autor invadiu a vida privada de Lampião e Maria Bonita para contar uma história de amor e balas. Em **GUERREIROS DO SOL**, ele narra o banditismo no Nordeste do Brasil. Em **ESTRELAS DE COURO**, analisa a estética do cangaço e revela que os sanguinários bandoleiros do sertão costuravam e bordavam, numa época de machismo em que isso era tarefa só das mulheres.

**O REI DO CANGAÇO NA LITERATURA**, Frederico Pernambucano de Mello, recebeu em sua casa, no Recife, o presidente do Instituto Cultural do Cariri, Heitor Feitosa, e o outro sócio do ICC, eu, Francisco José, para essa entrevista exclusiva da REVISTA ITAYTERA.



Frederico Pernambucano de Mello

### **Chico José: Quem foi que matou Lampião, Frederico?**

**Frederico:** Foi o jovem soldado, à época, com 22 anos de idade, em 1938, quando ocorreu o episódio, Sebastião Vieira Sandes, natural de Água Branca, no sertão de Alagoas, sobrinho-neto da Baronesa da Água Branca, Joanna Vieira de Sandes.

Ele era conhecido como “Santo”, na caserna, quando sentou praça nos meados de 1937. Mas, entre os anos de 1934 a 1937, ele foi uma espécie de afilhado de Lampião, coiteiro fino de Lampião. Todas as vezes que Lampião chegava em Água Branca, Alagoas, mandava imediatamente chama-lo, porque ele era o alfaiate de couro da melhor qualidade, sabia botar debrum, pespontos, botão rápido, todos os avivamentos dos artefatos de couro, dos quais o cangaço sempre dependeu muito. Cartucheiros, bandoleiras para sustentar a arma a tira colo,



Chico José entrevistando Frederico, na manhã do dia 27 de fevereiro de 2019

coldre pra pistola, enfim, correia pra cantil.

Ele, então, trabalhava no Coito do Riacho da Barraca ou Joelho d'Água do Casado, Alagoas. Ele trabalhava nas madrugadas junto com Lampião na máquina Singer de mesa, costurando os couros, e ele na sovela, manualmente, fazendo as peças. Iniciando as peças. E Lampião termina. Aí surgiu uma amizade extraordinária e ele ficou senhor de todos os segredos daquela vida. Chegou a aprender a atirar com Lampião. A partir de um determinado momento ele era encarregado de descer o Rio São Francisco até Propriá, em Sergipe, que era, à época, um centro muito mais desenvolvido do que é hoje, com indústria de beneficiamento de arroz, algodão. E lá era o supermercado de Lampião, digamos assim! Onde ele comprava o seu perfume francês da Casa *Maison Roger & Gallet* ou *Fleus d'Amour* e onde ele comprava o seu *whisky* escocês *White Horse* que ele chamava "o meu cavalinho".

Ele ia de barco, descia o sertão e depois comprava o material e subia o rio, cumprindo uma orientação de Lampião que dizia o seguinte: "você pega as encomendas. O coronel Lucena, comandante do segundo Batalhão, contratou uns soldados velhos, como secretas, e esse pessoal tá viajando pra descobrir coiteros que estejam ali dentro. Então você vai comprar esse material, as caixas de perfume, as caixas do *whisky* e vai distribuir em bolas de sebo de gado. Feita então aquela

bola, você passa levemente no fogo. Ela vai, então, ficar impermeabilizada, e você contrata a viagem, colocando isso dentro do barco. Se alguém perguntar que é você, por que tá viajando e o que tá levando, você vai dizer que tá levando esse material para a fábrica de sabão que fica em Piranhas. E se você for muito apertado, pule no rio com essa bola, que ela funciona como flutuador”.

Então, aconteceu uma ocasião, que o sargento Marcelino apertou muito ele. Ele, de noite, olhou prum lado, olhou pru outro, pulou no rio com a bola e foi até um ponto na margem.

Era uma pessoa, portanto, que conhecia os segredos todos de Lampião. Mas, foi preso, acusado de coiteiro e, na hora do fuzilamento, ele aceitou o convite para se transformar num soldado. E aí desenvolveu a vida dele como soldado, e, poucos meses, teve essa felicidade de ser um indivíduo que, chegando na hora da Grota do Angico, ele ia com... ele passou a ser uma espécie de guarda-costas do comandante da fração da volante, que era o aspirante Francisco Ferreira de Melo, e ele foi até a Grota do Angico, amarrado ao coiteiro Pedro de Cândido, que tinha sido preso na véspera. Pedro de Cândido, obviamente, tinha todas as condições de identificar Lampião, mas poderia mentir na hora pra salvar Lampião. Agora, Sandes era o único que tinha, também, conhecimento com Lampião que poderia dizer ao aspirante quem era, realmente, Lampião.

### **Chico José: O Santo deu o tiro em Lampião?**

**Frederico:** Ele deu o tiro em Lampião com um fuzil *mauser*, modelo 1908. É considerada, ainda hoje, uma arma ideal para *sniper* e para... tiro ao alvo, no plano militar. É uma arma soberba de tiro.

**Chico José: Agora, um detalhe, como você conseguiu essa confissão do Santo?**

**Frederico:** Em 1970, eu conversando com Audálio Tenório de Albuquerque, chefe político de Águas Belas, Pernambuco, e grande amigo de Lampião. Era mais do que coiteiro, era amigo realmente de Lampião, de muitos anos, e ele então me disse, já velho e quase cego de glaucoma... ele me disse “olha, Frederico, o tenente-coronel Lucena



Clarissa Miranda Norões, Heitor Feitosa Macêdo e Chico José

(que era um comandante da polícia de Alagoas, que sabia de tudo que se passava em Alagoas) me disse que quem matou Lampião foi um dos guarda-costas do aspirante Francisco Ferreira de Melo, mas não foi aquele que a imprensa, em trinta e oito, apontou, que era o soldado Antonio Honorato da Silva, foi outro guarda-costas.

Eu ouvi essa informação na década de setenta e não dei muito crédito, não é dar crédito, não achei... ali houvesse um roteiro de pesquisa, porque eu imaginava que o aspirante tivesse vários guarda-costas. Eu, digo, então, vou ficar o resto da minha vida procurando os oito ou dez para descobrir qual que teria sido.

E, depois, em 1991, eu visitando uma irmã do aspirante Francisco Ferreira de Melo, Dona Mocinha, em Maceió, que estava na época com 91 anos, ela me disse: “Não. Meu irmão tinha dois guarda-costas. A gente chamava o velho e o novo. O velho era Honoratinho, Antonio Honorato da Silva, e, o novo, era o Santo”.

Santo, quem era? Descobrimos direitinho o Santo. Eu comecei, então, a persegui-lo durante... quase... mais de duas décadas, e recebia sempre a informação de que ele nunca tinha falado sobre esse assunto e que também não se abria com ninguém. Mas, historiador, isso é sempre importante registrar, o historiador precisa ter fé. Não é só uma questão religiosa, não. Tem que ter aquela... perseguir aquela informa-

ção, trabalhar no longo prazo.

E assim, aconteceu. Eu comecei todos os anos... visitava a família do Santo, em Maceió, e ouvia o mesmo “fora”. Ele mudou-se depois com toda a família para São Paulo. Quando eu ia a São Paulo, o visitava também. Até que um dia, recebi uma esperança de que ele mandava me dizer que, se um dia falasse, falaria a mim. E assim aconteceu.

Um belo dia, não vou encompridar a história, mas ele telefonou pra mim, de São Paulo, dizendo isto, que estava com um diagnóstico de aneurisma inoperável, que não tinha comunicado isso nem à esposa, estava com 87 anos de idade e era possuidor de segredos que não gostaria de carregar para o túmulo. Quando ele terminou de dizer isso por telefone, eu já tava tremendo, assim, emocionado com a coisa. Ele então disse: “eu tô indo agora, tirei passagem de avião pra Paulo Afonso, de lá vou de carro pra Pedra de Delmiro Gouveia me despedir da família”. Olha que coisa poética: “e lá, se o senhor desejar, nós nos encontramos e eu vou, então, destampar toda essa história da minha vida lá pro senhor”. Assim veio a revelação!

Isso não foi ponto de chegada. A conversa que eu tive com ele, de 8 a 12 de dezembro de 2003, foi ponto de partida, porque, a partir daí, eu fui submeter todo o relato dele a todos os filtros que a história apresenta como instrumental para o historiador, e não só a história. A História Moderna ela usa a antropologia, ela usa psicologia, por exemplo, o testemunho. Você não pode receber o testemunho puro e jogar pra frente. Não! Existe a psicologia do testemunho, até porque toda testemunha tem o chamado afã de notoriedade e sempre procura se colocar numa posição exponencial em relação aos fatos. Frequentemente, isso não é verdadeiro. Então, o historiador precisa sentir isso. Precisa colocar algumas armadilhas no depoimento pra ver se pega questões cronológicas, questões prosopográficas e tal.

E assim eu fiz, até chegar o ponto cul-



minante de irmos à Grota do Angico fazer uma perícia balística para a qual eu me servir de um perito do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal, perito federal, para comprovar que o tiro que matou Lampião tinha triscado na lâmina do punhal dele. Lampião morreu com um tiro só na região umbilical esquerda. Mas a bala triscou na lâmina do punhal, feriu a bainha que é de níquel, a bainha era fixa, e infletiu pra baixo e destampou a calota abdominal e provocou o prolapso das vísceras que o soldado Santo, na linguagem dele, disse “quando eu cheguei no Capitão [Lampião], ele tava com todas as tripas, grossas e finas, de fora”.

Um fuzil, sete milímetros, uma arma que atinge 4 quilômetros (...). Ele atirou de menos de 8 metros de distância, conforme está no depoimento dele, gravado, e, mais do que isso, na Pedra de Delmiro Gouveia, eu peguei uma autoridade pública estadual que era do CIRETRAN, o Seu Eliseu Gomes Neto, que, ao meu pedido, acompanhou toda a entrevista, do começo ao fim, pra ficar uma coisa delimitada.

E aí, haviam dois candidatos a matador de Lampião em 38, que disseram ter atirado de baixo do leito do riacho para cima, onde estava Lampião, a barraca dele. Então, seria um tiro em ascendente. O perito descobriu, pela lâmina do punhal de Lampião, aplicando um scanner digital e recuperando a trajetória da bala, o perito descobriu que o tiro havia sido dado em descendente, com um ângulo entre 30 e 38 graus. O único que declarava ter dado um tiro do alto da Grota do Angico, que é um serrotinho, para baixo, Sebastião Vieira Sande.

Então, foi a perícia balística que nos forneceu elementos pra afirmar que essa era a história real.

---

*(Entrevista cedida por Frederico Pernambucano de Mello, em sua residência, em Recife/PE, na manhã do dia 27 de fevereiro de 2019)*

---

**Frederico e Heitor (Presidente do Instituto Cultural do Cariri)**





## DIAGNÓSTICOS



## MÉDICOS

**Dra. Susyane Ribeiro**

Médica Reumatologista  
CRM-CE 9379 | RQE 4669

**Dr. Ricardo Vieira**

Médico Hematologista  
CRM 9463 | RQE 4835

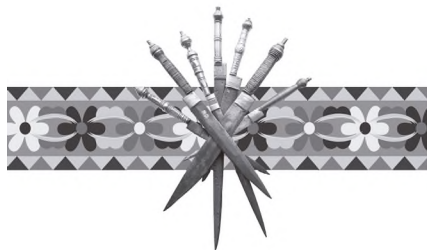
**Dr. Wesley Mota**

Médico Oncologista  
CRM 9722 | RQE 7631

**Dr. Fernando Marchiori**

Médico Oncologista  
CRM 20097

- Cirurgia Oncológica
- Cuidados Paliativos
- Hematologia
- Oncologia
- Reumatologia



## A SUPOSTA AMIZADE DE LAMPIÃO E PADRE CÍCERO



**Daniel Walker**  
(escritor e pesquisador)

Decepcionados porque não conseguiram êxito na campanha difamatória de adjetivar Padre Cícero como Coronel, no sentido pejorativo do termo (como expliquei no meu livro *Padre Cícero e sua relação com os Coronéis*) a Igreja Católica Romana (e ultimamente algumas igrejas evangélicas também), a imprensa e os historiadores, como segmentos representativos da sociedade, aproveitaram o evento da vinda de Lampião a Juazeiro, para receber a patente de Capitão do Batalhão Patriótico, para macular a honra do sacerdote. O plano era impor uma imaginária verdade histórica, segundo a qual existia uma intensa relação de amizade entre ele e Lampião, com encontros frequentes e troca de correspondência. Ou seja, eles eram amigos de fato. Porém, como pretendo mostrar neste trabalho, parece que não é bem assim. Tudo indica que houve apenas um efêmero contato presencial e verbal, caracterizado por dois encontros, num curto espaço de um dia.

Na verdade, não existem subsídios informativos confiáveis nem documentos comprobatórios e conclusivos para garantir que existiu

uma amizade formal entre os dois, seja através de repetidos encontros, de recepção de mensagens por meio de interlocutores ou costumeira troca de cartas, afora os dois encontros ocorridos no começo de março de 1926.

O mais provável, é que esta suposta amizade tenha sido criada pelos apologistas do cangaceiro para valorizá-lo como amigo de um santo, e pelos difamadores do padre para diminuí-lo como sendo amigo de um cangaceiro.

E quanto ao fato de Lampião ser afilhado do Padre Cícero é outra história mal explicada. Os autênticos afilhados do Padre Cícero são os romeiros, esta é que é a verdade. Lampião se autoproclamava afilhado do padre porque isso lhe convinha. Ele poderia ser afilhado Padre Cícero, mas o Padre Cícero nunca foi seu padrinho.

Igualmente já está devidamente comprovado que a informação veiculada em muitos livros, segundo a qual Lampião não atacava o Ceará em atenção ao “amigo” Padre Cícero, não é verdadeira na forma como se propagou. Muitos autores fizeram tal afirmação dando como argumento basilar o fato de o Padre Cícero ter protegido em Juazeiro familiares do cangaceiro e ter sido padrinho do famoso cangaceiro. Mas não eram estes os verdadeiros motivos. Estudos mais profundos levam a outra direção.

Com efeito, Lampião por gratidão poderia poupar Juazeiro de suas investidas sangrentas por causa da ajuda do Padre Cícero a sua família e por se dizer seu afilhado, mas isso não seria suficiente para ele estender o pacto de não agressão a todo o Estado do Ceará. O real motivo mesmo - hoje isso está bem claro - era que Lampião não poderia, por uma questão de coerência, atacar o Estado onde a polícia não lhe fazia perseguição sistemática e contava com tantos amigos protetores e coiteiros (Isaias Arruda, Antônio da Piçarra, José Inácio e outros)



que lhe forneciam hospedagem, armas e suprimentos. Essa é que é a verdade, sustentada pelos historiadores abalizados através de estudos criteriosos.

O historiador Ângelo Osmiro Barreto (2016, p. 32) reforça minha teoria com esta afirmação:

*A ligação do Rei do Cangaco com o Ceará pode até ter sido menos traumática de que a relação com outros Estados do Nordeste, mas nunca pela relação que teria com o Padre Cícero, mas sim, pelos grandes coiteiros que lhe forneciam armas e munição no sertão cearense.*

Entretanto, é bom salientar que a polícia cearense não deixava o cangaceiro tão à vontade no Estado, como podia parecer. Um telegrama cuja cópia está no acervo da falecida historiadora Generosa Ferreira Alencar, dá conta que em 29 de agosto de 1925, o presidente do Ceará telegrafou ao Padre Cícero, a respeito de uma denúncia de estar Lampião em Juazeiro. Dizia o telegrama: “Prefeito, consta-me estar grupo Lampião terras município Juazeiro, peço meu nobre amigo informar-me com urgência fim mandar cercá-lo”.

Outra coisa, menos ofensiva, mas também com força capaz de manchar a imagem do padre, atribuindo-lhe uma forte influência sobre seu “afilhado” famoso, são os fatos fantasiosos e louvatórios divulgados nos cordéis pelos poetas populares, e os “causos” contados por figuras conhecidas, geralmente sem má intenção. Eis um causo atribuído a Luiz Gonzaga, o Rei do Baião, reconhecidamente um devoto do Padre Cícero, que não perdia ocasião para exaltá-lo, contado por Paulo Bezerra no <https://blogpaulobezerra.wordpress.com/2009/02/21/luiz-gonzaga-lampiao-e-o-padim-cico/>:

*Crônicas e causos de Pedro Bezerra*

**LUIZ GONZAGA, LAMPIÃO E O PADIM CIÇO**

*Certo dia, o terror do sertão, Lampião e seus cangaceiros, entrou na cidade de Juazeiro do Norte onde o povo se sentia protegido pela presença do Padre Cícero Romão Batista. O “Padim Ciço”. Como ninguém esperava tamanho atrevimento, a cidade virou um caos. Imagine, desrespeitar o “Padim Ciço” entrando em Juazeiro... A cambada passou cabisbaixa, olhando para o chão, os fuzis com os canos virados para o*

*chão, muito ao contrário do que faziam nas outras cidades, onde chegavam atirando, derrubando e passando por cima de tudo. Foram direto para a Igreja, onde entraram em respeitoso silêncio, chapéus nas mãos, ajoelharam-se, oraram e depois sentaram todos. Quando o Padre Cícero soube do que estava ocorrendo, pegou do seu cajado e voou para a igreja, onde entrou esbaforido e indignado. Ao vê-lo, Lampião se levanta e faz menção de dirigir-se até ele, mas foi impedido pelos gritos do religioso: “Fique onde está, Virgulino... quem lhe chamou aqui no Juazeiro, Virgulino? Eu já num disse a tu que não quero cangaceiro no Juazeiro, Virgulino?...e o padre se aproximava cada vez mais do chefe do bando. Lampião começa a falar tímido e gago de emoção: “Benção, Padim Cicho...” e o padre: “E eu sou padrinho de cangaceiro, Virgulino? Lampião completa: “Nós viemos aqui pro meu Padim botar benção em nós “... Padre Cícero, completamente fora de si, levanta seu cajado e manda ver na cabeça da cangaceirada, dizendo: “É benção que você quer, Virgulino, toma benção” ...vapt, vupt, vapt, vupt...era bordoadada de todo jeito e tamanho para todos os lados. E a cangaceirada incapaz de levantar a mão para aquele a quem considerava santo, saiu em desabalada carreira, tendo seu chefe à frente, com os óculos quebrados e vários galos na cabeça. Depois disso, nunca mais Juazeiro do Norte viu sequer a poeira de um cangaceiro.*

A suposta amizade dos dois ícones do Nordeste perde qualquer sentido ou fundo de verdade, quando se atribui a Padre Cícero a autoria destas frases: “Lampião é um castigo de Deus na Terra”, é “o terror dos sertões” e possui uma “monstruosa vida de crimes”. E mais: No jornal *A Ordem*, do Partido Republicano Sobralense, de 6 de janeiro de 1927, há um relato dando conta de que Padre Cícero em suas preleções aos romeiros denunciava os crimes cometidos por Lampião, concitando as populações sertanejas a reagirem contra o perigoso bandido.

Ninguém diz isso com amigos!

Os apologistas de Lampião podem escrever à vontade que Lampião tinha admiração pelo Padre Cícero, sendo até seu amigo; porém, a recíproca está muito longe de ser verdadeira. O padre sabia tudo da vida do cangaceiro, estava por dentro de todas as carnificinas que ele praticava pelos sertões nordestinos, pois recebia constantemente (e ficava aflito) informações sobre isso, enviadas por romeiros e pelas autoridades. Em seu acervo de documentos li vários telegramas, alguns

dos quais transcrevo abaixo:

Ouricuri 30-20-8 Urgente Padre Cícero  
Famílias ouricurienses aflitas aproximação bandido Lampião  
pede V. Reverendíssima garantias abenção o Apostolado do Co-  
ração de Jesus.  
Fortaleza 638-54-29-20 Off. Ur. Revmo. Pe. Cícero  
Estou informado que Lampião com seu bando composto 86  
homens passou Macapá destino Juazeiro. Confio que ilustre  
amigo tomará providências força pública. A fim captura-lo au-  
xiliando no que for preciso. Aguardo resposta urgente. Cordiais  
saudações Desembargado Moreira Presidente Estado.  
Triunfo 5-23-1-11-40 Padre Cícero  
Segue meu irmão preso por Lampião. Peço dar jeito soltura pelo  
amor de Deus. Resposta urgente. Ana Santos Diniz

É fato e está devidamente esclarecido que realmente Padre Cícero recebeu Lampião em Juazeiro, quando ele veio à cidade para ingressar no Batalhão Patriótico, e como recompensa, receber a patente de Capitão prometida pelo deputado federal Dr. Floro Bartholomeu da Costa. Há comprovação suficiente também para garantir que, bastante constrangido, o padre se encontrou com o facínora, o abençoou, lhe deu conselho para largar o cangaço e lhe ordenou, como prefeito do Município, que deixasse a cidade o mais rápido possível, dando-lhe um prazo de 48 horas.

O evento, da forma como foi propagado, com sensacionalismo na imprensa e nos livros, transformou-se num fato polêmico, sendo até hoje tema recorrente na extensa bibliografia (com mais de mil títulos) dos dois personagens históricos, daí porque disse Monsenhor Azarias Sobreira (2011, p. 269):

*É um dos assuntos que pasmosamente se prestam a toda sorte de interpretações, provocando comentários os mais contraditórios. Que existirá de verdadeiro nas diversas versões em torno desta matéria?*

---

(Excerto do meu livro *Lampião e sua relação com Padre Cícero, a Coluna Prestes e o Batalhão Patriótico*).

**Volte a sorrir com  
Implantes Dentários!**



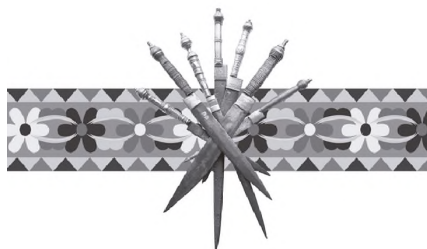
**Dr. João Paulo Albuquerque**

CRO-CE - 4663

**Reabilitação Oral**

Rua Tristão Gonçalves, 414 - Centro - Crato-CE  
88.3523.3607  
E-mail: [jpcera@hotmail.com](mailto:jpcera@hotmail.com)

Fones: 88. 99746.2212  
☎ 88. 99247.2717



## FLORO BARTOLOMEU DA COSTA



**Anchieta  
Martinez de  
Mont'Alverne**  
(pesquisador e  
bibliógrafo)

O conselheiro Dr. João Batista dos Anjos (Salvador-BA: 1799 – 1871) – Ele que, jovem ainda, foi “Sacristão de Catedral” e “Porteiro do Colégio”, quando estudante de medicina, conseguiu, com inteligência e ingente sacrifício, concluir a formar-se em Cirurgia (1828) pelo então Colégio Médico-Cirúrgico, posteriormente, Faculdade de Medicina na Bahia. Com invulgar descortino em tudo que empreendia, chegou a ser examinador, professor e lente jubilado (1858) e, como se não bastasse, Diretor daquele sodalício (1857-1871), nomeado pelo Imperador D. Pedro II. Em primeiras núpcias, era consorciado com Dona Maria Magdalena Álvares Batista, sua prima, casamento ocorrido no dia 06.02.1830, na Igreja de Santo Antônio Além do Carmo, a mesma em que, antes, foram batizados a mãe do poeta Castro Alves, Dona Clélia Brasília da Silva Castro, e o Dr. Floro, em data posterior, consórcio esse que lhe deu dois filhos: João Baptista dos Anjos e Antônio Baptista dos Anjos, ambos formados e doutorados em Ciências Médicas. Este último, infelizmente em plena juventude, pois contava com, apenas, 27

anos de idade, veio a falecer de tísica, em 30 de outubro de 1858. Com o passamento de sua primeira esposa, o Dr. Batista dos Anjos – que era, por sinal, do Conselho do Imperador e por este destacado com a Comenda de Cristo, consorciou-se, pela segunda vez, com Dona Maria Josefina de Jesus Batista (02.06.1866), de cujo casamento advieram, outrossim, dois filhos: Antônio Batista dos Anjos (22.06.1866) e Fabrício Batista dos Anjos (07.10.1868) – irmãos unilaterais do Dr. Floro, - que, a exemplo dos dois do primeiro casamento -, concluíram o curso médico cirúrgico, obtendo ambos, mediante THESES, o doutorado. O primeiro era professor catedrático da faculdade (cadeiras de Moléstias Cutâneas e Sifílicas, Patologia Cirúrgica, etc.), assim como, ainda, lecionava Inglês, Física e Química.

Com o inelutável passamento do Dr. Batista dos Anjos (a faculdade e a sociedade soteropolitana prantearam a grande perda), Dona Josefina, viúva, contraiu novo matrimônio com o Dr. Virgílio Bartolomeu da Costa, quando nasce em Salvador – freguesia de Santo Antônio -, Floro Bartolomeu da Costa, aos 17 de agosto de 1874, consoante certidão de batismo expedida, a nosso pedido, pela Chancelaria da Arquidiocese da Bahia. Com Floro – e além dele – houve mais duas irmãs bilaterais: Libânia da Costa Mello, casada com Eugênio Albertino de Mello, à época residindo na Bahia, e Eufрасina da Costa Monteiro, esposa de Bernardino José Monteiro, com residência fixa no Rio de Janeiro. Com a finalidade de demonstrar, nessa inicial, os ascendentes do Dr. Floro, fizemo-lo como forma de situá-lo dentro do contexto histórico-familiar, em cujo seio fecundo se vislumbravam personalidades fortes e de arrojados empreendimentos, que se destacaram, por suas qualidades invulgares, nos campos da cultura, política e, como não poderia deixar de ser, na própria arte de curar, secundados nos princípios éticos concebidos e preconizados pelo médico de Cós – o “divino” Hipócrates -, em cujo juramento se acham consubstanciados a disciplina e o procedimento do médico no exercício do seu sacerdócio.

Conseguida as instruções iniciais com seus genitores, estudou o Dr. Floro, ao depois, em dois dos mais conceituados educandários da Capital baiana: os Colégios São Paulo e Spencer, oportunidade em que, cursado o propedêutico, veio de matricular-se na Faculdade de Medi-

cina da Bahia, mediante concurso, em 1899 – celeiro de homens que engrandeceram e ilustraram, por sua sabedoria e espírito científico, a ciência médica de antanho – para concluir o curso médico em dezembro de 1904, apresentando, em seguida e na forma regularmentar, em 26.02.1905, na Portaria de Faculdade, a THESE que iria sustentar, como de fato o fez, com vistas a obter o grau de Doutor em Medicina, versando a dissertação sobre “Estudo Anátomo-Clínico do Cancro Duro” (Cadeira de Clínica Sifiligráfica) – Proposições: Três sobre cada uma das cadeiras de ciências médicas e cirúrgicas. Como era de se esperar, os arguidores, em abril seguinte, tiveram-na com distinção e louvar, haja vista o acerto com que se houvera no desempenho desse desiderato.

Com nenhum propósito de proceder a maiores digressões – a exemplo do exórdio deste despretenso trabalho – diríamos, apenas, que o Dr. Floro, quando acadêmico, participou, com colegas outros, de movimentos estudantis, inclusive contra a revisão da Constituição Política da Bahia (1903), criou revistas literárias e nelas (1902), a par de uma linguagem escorreita, escreveu verdadeiras peças literárias e românticas, dentre outros, às suas namoradas, de conformidade com expedientes pesquisados e em nosso poder. Graduado em Medicina – e não charlatão, como o que querem alguns de seus desafetos, aqui e alhures -, estes, quem sabe, bacharéis em Medicina, Floro decidiu por clinicar no interior da Bahia, em regiões que se lhe afiguravam mais propícias – Ventura, Morro do Chapéu, Lençóis, Patamuté, então distrito de Capim Grosso, etc.

Coisa do destino, nesta última localidade, vê-se o Conde Adolfo van den Brule, com sua mulher doente – D. Albertina Gonçalves da Silvam, natural de Triunfo PE, e com quem se casara civil e religiosamente no dia 28 de novembro de 1901, da qual teve uma filha – Zaira (Irmã Apolline) –, nascida em Ventura-BA, em 15.12.1907 – ocasião em que, a chamado, conheceu a Floro, que se achava clinicando, de passagem, por aquele distrito. O Conde Adolfo, procedente de Paris, chegou ao Brasil, com desembarque na Capital maurícia (Recife), isso em 1898, com o propósito literal de explorar as minas de ouro situadas em Cachoeira-das-Minas, em Princesa Isabel, no então Estado da Paraíba do

Norte, e não muito distante de Triunfo PE, que faziam fronteiras com os respectivos Estados, o qual, em decorrência de desentendimentos entre os proprietários das terras, e ludibriado em seus reais objetivos, o Conde Adolfo se dirigira para o Estado da Bahia, detentor, que era, da arte de fotógrafo, e temendo ser vítima de novas ciladas. Após entendimento franco e objetivo, naquela ocasião, entre o Conde e o Dr. Floro, aquele convidou a este – já experimentado em práticas cartoriais e/ou forenses, firmaram um pacto entre si, objetivando, juntos, explorarem as Minas de Cobre do Coxá, localizadas no município de Aurora, Estado do Ceará, e para lá se dirigiram, porém sem contar com a companhia de Dona Albertina, que já havia falecido e sido sepultada em sua terra natal. Em chegando àquela cidade (Aurora), tomaram conhecimento de que as terras onde se achavam localizadas as referidas minas eram de propriedade do padre Cícero Romão Batista. Em plena época invernal, enfrentando as maiores dificuldades, sobretudo pela precariedade de transporte, tomaram o rumo de Juazeiro, onde se fariam conhecer da real situação e exporiam suas intenções junto ao famoso e beatífico Patriarca do Joazeiro, Padre Cícero.

Com Floro e o Conde em Juazeiro – tendo à frente o Padre Cícero Romão (maio de 1908) – que Deus o tenha sempre na sua glória – ali nasceria um novo capítulo na história política e religiosa da “Meca do Cariri”.

Chegando a Joazeiro, em maio de 1908, o Dr. Floro Bartolomeu da Costa, em pós dos primeiros contatos com o pranteado sacerdote católico Cicero Romão Batista – numa linguagem franca, rebuscada de sinceros propósitos, assegurou para o piedoso levita as razões que o traziam a esta terra, e as perspectivas que o animavam, quando, tendo ao seu lado o fidalgo. Conde Adolfo van den Brule, ouviu, atentamente, do inolvidável sacerdote, uma explanação criteriosa da real situação das terras onde se achavam localizadas as minas de cobre do Coxá, encravadas, como é sabido, no município de Aurora -, acerca de suas reais implicações e, por isso, ainda não devidamente demarcadas; eis que lhe não provera aspectos de ordem jurídica, hasta vista alguns “oportunistas” se arrogarem de proprietários, pelo menos, em parte, daquelas terras.

Confiado-lhe a missão, o Dr. Floro, ao contrário do que insinuam alguns, não chegou e ficou, imediatamente – com malas e tudo -, na residência do Padre Cicero, mas procurou estabelecer-se – o Conde, inclusive -, por três ou quatro meses, em local que, por sua posição geográfica e estratégica, concorresse para um melhor e efetivo desempenho dos trabalhos demarcatórios e/ou exploratórios, junto às Minas do Coxá, como dos habituais contatos com o Padre Cicero, e, assim, o fez ao procurar residir em Missão Velha – segundo a abalizada autoridade do conterrâneo e amigo Joaryvar Macedo – e/ou em Milagres, na visão do brasilianista Ralph Della Cava, autor do festejado e consagrado livro sobre o Padre Cicero e o seu santo Juazeiro – “Milagre em Joaseiro”. O importante, entretanto, é saber-se que Floro não ficou, de imediato, na residência do ínclito sacerdote, mas em uma daquelas cidades (ou em ambas, alternadamente). As minas de cobre do Coxá, cognominou-as, posteriormente, o Conde, de Zaíra, quando lhe homenageou a filha, a futura Irmã Apolline.

Por ser companheiro do Dr. Floro, que o trouxe a estas paragens, detenhamos um pouco na pessoa do Conde e dos que, por imperativo do destino, constituíram parte integrante de sua individualidade. A Irmã Apolline, após a morte do Conde (1932) e do Padre Cicero (1934), passou a contar no custeio dos estudos com o indispensável apoio financeiro da Beata Mocinha. Os Santos Hábitos, conforme afirmou em Carta, recebeu-os em Barbacena, e os Santos Votos fê-los no dia 08 de setembro de 1935, em São João d’El Rei, ambas as cidades localizadas nas Alterosas (Minas Gerais), passando, a partir de então, chamar-se Irmã Apolline van den Brule. O Conde, por sua vez, viúvo de Albertina, conheceu e se enamorou de Maria Custódia de Jesus, alagoana, moça educada, religiosa e de inegável formação, porquanto filha de criação de ninguém menos que da austera e dinâmica Beata Mocinha (Joana Tertulina de Jesus) e do padre Cicero Romão Batista.

Poderíamos apelidá-la de Condessa Maria Custória? (Se positivo, será a primeira e única condessa deste Juazeiro celeste). O enlace matrimonial deu-se antes de 1910, em Joaseiro, de cujo convívio conjugal nasceram-lhe dois filhos: Cícero van den Brule e Dona Iolanda van den Brule Matos – esta casada com o Sr. José de Matos Franca -, mulher de

invejáveis qualidades morais, educada e desprendida. Infelizmente, falecida há pouco tempo. A Beata Mocinha era natural deste Estado, onde nasceu no Termo de Jaguaribe – Mirim, aos 27 de setembro de 1864, sendo seus genitores Francisco Antônio de Oliveira e Maria Theotânia Ferreira Lima. Governou a casa do Padre Cícero com mão de ferro, quando deixou transparecer a força do seu caráter e indiscutível espírito empreendedor, mas, provida de senso administrativo e espírito de civilidade – eis que comedida, séria e observadora – recebia a todos com bons modos, sem molestar a quem quer que fosse. Sem dúvida, cuidou do Padre Cícero e dos seus pertences com acuidade, zelo e tratos invejáveis. Na hierarquia do poder, em Juazeiro, foi, depois do Padre e Floro, a terceira pessoa mais importante. Contando com a idade de 80 anos completos, veio a falecer nesta cidade, aos 27 de abril de 1944, de câncer no fígado, que Deus se apiede de sua pobre alma.

No concernente à beata Maria Madalena do Espírito Santo de Araújo, protagonista dos fatos miraculosos ocorridos naquela sexta-feira de primeiro de março de 1889, interrogada acerca da sua idade e do nome dos genitores, pelos membros da Comissão de Inquérito, Padre Clícério da Costa Lobo (aracatiense) e Padre Doutor Francisco Ferreira Antero (icoense), respectivamente Presidente e Secretário, afirmou contar com 29 (vinte e nove anos) começados, e ser filha legítima do Sr. Antônio da Silva Araújo e Ana Josefa do Sacramento, e não, como querem alguns baseados na história do “ouvi dizer”, apontando-os como sendo José Alexandre Gonçalves de Araújo e Maria Francelina de Araújo. É impossível que a Beata, em momento tão grave e sério, fosse omitir ou errar o nome dos seus verdadeiros e legítimos pais naquele 09 de setembro de 1891, que, quando inquirida, vejo de confirmar categoricamente. A data de nascimento é-lhe, igualmente, verdadeiro espírito de contradição, não por causa da Beata, que assegurara naquela data achar-se com 29 anos de idade.

Como pouco ou nada se inova, mas tudo se erra ou copia, a Beata dão-na como vinda à luz nos anos de 1862, 1863, 1864 e até 1865. Arvoram-se alguns baseados em fontes imprecisas e num manuscrito, sem data, figurado num pedaço de papel, então existente nos arquivos do Padre Cícero, de autoria do Sr. José Joaquim Maria Lobo, que nin-

guém lhe sabe a origem ou em que documento se baseou para fundamentar a veracidade dos elementos ali contidos; daí, muitas pessoas terem versões diferentes. À época do Sr. Bispo Diocesano do Crato, Dom Newton Holanda Gurgel, procurei pesquisar no livro de assentamento de batizado, no período compreendido de 1858 a 1870, a data exata do nascimento da Beata, mas, infelizmente, nada, em absoluto, ali encontrei, inclusive a certificar-me do seu batizamento.

A dar-se crédito ao precipitado manuscrito (24.08.1862 e 17.01.1914), como a data de nascimento e morte da Beata, e folgar em tê-lo como expressão de verdade, é bom fazê-lo com cautela, tendo-se em vista o que continha no seu túmulo, ou em alguns livros, que, infelizmente, se ignora sê-la a certa, já que tanto lhe são as divergências (estou a referir-me à data de nascimento, porquanto à de falecimento é, notoriamente, sabida de todos). Àquela época, a única coisa que se dá por certo é o nome do sacerdote que a batizou, Padre Manoel Joaquim Aires do Nascimento, natural de Frade, hoje Jaguaratama CE, vigário colado do Crato CE, que parouquiou esta cidade de 11.06.1842 a 02.09.1883, consoante Decreto de 06.04.1842, com despacho ocorrido nove dias após a consecução daquele ato, ou seja, em quinze (15) de mencionado mês e ano.

O Coxá, com suas implicações decorrentes da demarcação, insinuações de políticos e proprietários outros, animosidades de alguns, ajuntamento e emboscadas de cangaceiros, pôs a prova o Dr. Floro, que em nada o atemorizou, nem lhe fez arredar dos seus objetivos, os quais, ao contrário, mais o encorajaram a enfrentar, com a mesma disposição, a problemática reinante. Floro, como se vê, não era de recuar diante do inimigo. Padre Cícero, com o fluir do tempo, conhecendo-lhe a capacidade de trabalho, espírito resoluto, habilidade e lealdade política, viu em Floro o homem ideal de que precisava, para, com ele, governar e administrar os destinos desta terra, a ponto de considerá-lo muito ao depois: "O meu maior e mais leal amigo e o folgo em repetir que o julgo homem de bem, como ninguém o poderá ser mais." (Jornal O CEARÁ, de 04.07.1925).

A proceder uma abordagem sucinta, mas criteriosa, acerca do período em que coube ao Dr. Floro permanecer ao Joaseiro ao lado do Pa-

dre Cícero – do que ele foi, fez e representou (1908 a 1926: precisamente 17 anos e 10 meses) – do qual, para amargamente de alguns, constituiu a distensão do seu próprio eu, ao só em decorrência da visível transparência do pranteado e conspícuo sacerdote, mas, especialmente, no que lhe respeita a atos e atitudes – praticados e assumidos pelo Dr. Floro nos campos sócio-políticos e, até, religiosos, nesta comunidade juazeirense, com irradiações – como político combativo que era – pelo Cariri, Ceará, e no próprio âmbito da nacionalidade. Em entrevista concedida ao destemido jornalista Júlio de Matos Ibiapina, diretor do Jornal O Ceará, edição de 22 de setembro de 1925, o Padre Cícero assegurou que tinha, “há muitos anos, entregue - (ao Dr. Floro) - a direção política do Joazeiro e que tem sido, inegavelmente, a muralha de resistência a todas as avançadas contra nós dirigidas”.

Com essas assertivas, enunciemos alguns aspectos de sua atuação política desde os primórdios de sua chegada ao Cariri, Juazeiro do Norte, em particular, até o outono de sua prematura existência.

Com o Conde Adolfo, enfrentamento dos implicados problemas demarcatórios das minas de cobre do Coxá, encravadas no município de Aurora, neste Estado, em terras pertencente ao Padre Cícero.

I) Contando – e obtendo -, por sua iniciativa, autorização da autoridade eclesiástica local (Pe. Quintino – vigário do Crato -, e, por consequência, D. Joaquim José Vieira – segundo Bispo do Ceará -, retomou e concluiu, com apoio e recursos do próprio Padre Cícero – que se manteve, contudo, equidistante – a construção da Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, cujos trabalhos se achavam paralisados por determinação superior, mas só lhe sendo autorizada para funcionamento muito ao depois, mediante bênção da autoridade diocesana, Dom Francisco de Assis, quando, oficialmente, foi liberada para os fiéis em 10.06.1932.

II) Com o destemido Alencar Peixoto (Pe.), o intelectual e erudito professor José Marrocos, dentro outros, e se havendo – todos, de sob às luzes e encorajamento do Padre Cícero e contando como veículo de expressão de vontades, naquela refrega, Jornal O Rebate, que perdurou de 18.07.1911 a 20.08.1911, conseguiram, a duras provas, mas com inteligência e combatividade invulgares (apressar e/ou antecipar

-, no tempo) a emancipação política e administrativa da então Vila do Joaseiro, a, hoje, progressista e destacada cidade de Juazeiro do Norte, dentre as demais do interior cearense, centro convergente de romarias e de sustentação da fé.

Contando com o beneplácito do comendador e oligarca Antônio Pinto Nogueira Acyoli (icoense), na consecução desse evento político, houve-se este ainda por bem nomear o Padre Cícero, para o natural desgosto do Padre Alencar Peixoto – que batalhou na refrega isto visando para si – como reconhecimento, no futuro – àquele objetivo - primeiro Intendente Municipal (prefeito) do recém-criado município, cuja posse deu-se no dia 4 de outubro de 1911.

Consequentemente a este destacado evento político, com a palavra o Dr. Floro, figura marcante e presencial dos fatos, nos termos do artigo publicado no Jornal Unitário, de 09.07.1915 – de uma série de oito (8) longos outros levado a efeito naquele matutino cearense, e umas das figuras principais desse acontecimento histórico: “Determinado o dia 11 de outubro do mesmo ano de 1911 para a inauguração da vila e estando mui acirrados os ódios dos chefes políticos do Cariri, especialmente os de Lavras, Aurora, Milagres, Missão Velha, Barbalha e Brejo (dos) Santos, contra os do Crato e os de Porteiros, lembrei ao Padre Cícero a necessidade de estabelecer-se a harmonia entre todos. Para isso consegui, a todos convidados, de acordo com o Dr. Nogueira Acyoli, para o dia 4 de outubro estabelecermos um pacto de paz entre todos os seus inimizados”, até aqui o Dr. Floro.

Em ambiente festivo, de euforia e conagração, com a posse do Padre Cícero – e tendo à frente autoridades coronelícias de toda a região do Cariri, firmou-se o festejado “Pacto dos Coronéis” – um acontecimento histórico e sui generis -, que, infelizmente, perdurou por pouco tempo, em decorrência de mudanças políticas de âmbito federal e, consequentemente, estadual e local, é óbvio. Com exemplo ao Pacto dos Coronéis, procurou-se repetir algo similar, na Bahia, com a Coligação Sertaneja do Vale do São Francisco, no ano de 1933.

**III) A “Sedição do Joaseiro” – 1914:** um misto de acerto e desentendimento, uma espécie de movimento que visava o retorno ao recém-findo poder oligárquico, talvez com outra roupagem, mas com o

propósito declarado de, dentre outras variáveis de política, beneficiar a candidatura do General Pinheiro Machado à Presidência da República. Coisa lamentável: no dia 08.09.1915, no saguão do Hotel dos Estrangeiros, no Rio de Janeiro, o grande brasileiro foi assassinado pelo magnicida Manso de Paiva, na expressão de Xavier de Oliveira, sendo-lhe as últimas palavras: - Ah! canalha, e, em seguida, já agonizante, exclamou: Apunhalaram-me!

a) A possível inconstitucionalidade da eleição e posse do Cel. Franco Rabelo no Governo do Ceará, e sua falta de sintonia com a política adotada pelo Poder Central;

b) A destituição do Padre Cícero da Prefeitura de Joazeiro, e o firme propósito do Presidente do Estado de invadir e destruir Joazeiro, inclusive tendo como troféu levar à Capital a cabeça do Padre Cícero, e a prisão simultânea do Dr. Floro e sua consequente condução a Fortaleza, e coisas outras menores – mas em que tudo valia, numa visão de conjunto -, fez com o Governo Federal, no Rio de Janeiro, lançasse as bases de um movimento contra Rabelo – nos termos de entendimentos havido entre os políticos situacionistas -, tendo como polo de referência e/ou resistência a cidade de Joazeiro, fundamentados em que ameaçar, invadir e atacar a Meca do Cariri e o próprio Padre Cícero, o Nordeste, na pessoa dos seus devotos, somaria à população do Joazeiro na sua defesa. Essa missão árdua e imprevisível foi confiada, pelo Poder Central, ao Dr. Floro, que, contando com as orações do Padre Cícero e a bravura do sertanejo, desapeou do poder o inexperiente professor do Colégio Militar Cel. Franco Rabelo, e àquela época no comando desta área da Federação. No que respeita à dualidade de governo, decretação do Estado de Sítio, e o ato de nomeação do Marechal Setembrino de Carvalho como a recondução do Padre Cícero ao cargo de Prefeito de Joazeiro; infelizmente não será mais parte integrante deste trabalho por falta de espaço.

O combate à Coluna Prestes, e a consequente vinda de Lampião a Juazeiro, foi mais um ato de confiança que o Governo Federal depositou no bravo e destemido homem público, Floro Bartolomeu da Costa, de forma a impedir o avanço da coluna em território cearense, resultando em seu desvio, pelo menos na região sul do Estado. O re-

sultado de uma existência conturbada, lutas, dissabores e incompreensões, o produto de tudo isso, afetou-lhe, sobremaneira, a saúde e o consequente abreviamento de sua vida, ocorrida no Rio de Janeiro, em 08 de março de 1926, ocasião em que se achava em Joaseiro, a convite, Lampião e seu bando, com vistas a integrar o Batalhão Patriótico, em Campos Sales. Felizmente não houve necessidade, a coluna desviou o seu rumo, e Lampião, que permaneceu em Juazeiro de 04 a 09 de março de 1926, retornou literalmente para Pernambuco.

Com saúde bastante abalada – e acompanhado do seu irmão Otaviano Neves da Costa, residente no Rio de Janeiro, e do Dr. José Paracampas, seu médico particular, e clínico de renomado conceito – após delicada e estafante viagem de carro de Campos Sales CE a estas paragens –, onde, inclusive, despediu-se do padre Cícero Romão Batista, com quem convivera durante dezoito (18) longos, anos, de incansáveis desafios e labor profissional, prosseguiu o Floro Bartolomeu da Costa com destino a Fortaleza, quando alcançou o trem na estação ferroviária de Missão Velha, no dia nove 9 de fevereiro de 1926, já com um dos vagões do trem adredemente preparado para conduzi-lo à capital do Estado, onde permaneceria por uma semana, hospedado, que esteve, na Escola de Aprendizes Marinheiros – bairro de Jacarecanga –, ocasião em que foi alvo de inúmeras visitas não só de autoridades governamentais, como de deputados, intelectuais, admiradores e amigos.

À época, o trem só vinha até a estação de Missão Velha, inaugurada esta no dia 10.09.1925, verificando-se, no ano seguinte, à de Joaseiro, com data de 07.09.1926.

Com estada de nove (9) dias na Capital alencariana, Dr. Floro, sempre acompanhado do Dr. José Paracampas e do seu irmão Octaviano Costa, dá seguimento a viagem à capital do País – na busca de tratamento de saúde –, utilizando, desta feita, como transporte, o navio a vapor Itassucê – da Companhia Nacional de Navegação Costeira – no dia 18 de fevereiro de 1926. De passagem por Natal RN, telegrafa ao Diretor do Diário do Ceará, deputado Hermenegildo Firmeza, nos seguintes termos “Natal, 19 horas e 20 (Oficial urgentíssimo) – Eu sou muito agradecido pelas suas atenções e do “Diário do Ceará” dispensadas a minha pessoa por ocasião da minha passagem nessa Capital.

Vou fazendo excelente viagem. Cordiais saudações, Floro Bartolomeu. DC"., de 21.02.1926.

Os jornais do Recife noticiam sua passagem pela Capital maurícia, onde, inclusive, é visitado pelo Presidente do Estado (governador), Sérgio Loreto, e por quase todos os deputados pernambucanos e membros da administração estadual. Dr. Floro visita, em Palácio, o Governador e lhe retribui e agradece a visita que antes lhe fora feita, concedendo, em seguida, uma longa e substanciosa entrevista ao Jornal do Comércio, publicada no dia 21.02.1926, quando relata, dentre outros, "As operações do Sul do Ceará", "Dificuldades da campanha", "Objetivos dos rebeldes", etc. Trata-se, evidentemente, do combate à Coluna Prestes, que pretendia invadir o Ceará pela região do Cariri, mas, felizmente, foi repelida – ou sequer foi necessário – pelo enérgico e destemido médico baiano, Dr. Floro, e seus inúmeros comandados.

Como demorasse em terra por mais algum tempo, o Dr. Floro, acompanhado de vários amigos e admiradores, almoçou no famoso e tradicional Restaurante Leite (Praça Joaquim Nabuco, 147 – Centro) -, ainda hoje existente naquela cidade, fundado, em 1882, pelo português Arando Manoel Leite de França, e considerado o mais velho do Brasil.

Como era de se esperar, após uma viagem estafante e provida de inúmeros percalços, chega, enfim, o Dr. Floro, à capital do País – Rio de Janeiro -, pela manhã do dia 26 de fevereiro de 1926, desembarcando, em seguida, em lancha do Ministério da Guerra, que lhe foi, previamente, posta à disposição. Na ocasião, estiveram presentes o senador da República Thomaz Rodrigues, deputado Nélson Catunda, Dr. Manoelito Moreira, Vice-Presidente do Estado, e Isaías Frota, correspondente do Jornal Diário do Ceará. Da sua chegada comunica ao Padre Cícero na mesma data. Examinado por notabilidades médicas, estas confirmaram o diagnóstico do clínico Dr. José Paracampos. Conforme se achava agendado, o Dr. Floro, na segunda-feira, dia primeiro (1º) de março, subiria a Petrópolis, para conferenciar com o Senhor Presidente da República, Dr. Arthur Bernardes, quando o poria a par das operações de combate à Coluna Prestes, em Campos Sales, neste Estado.

A propósito, durante o período em que o Dr. Floro esteve doente, Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Dr. Arthur Bernar-

des, mostrou-se visivelmente atento e bastante preocupado com o seu estado de saúde, como se observa pelo teor deste telegrama, publicado pelo DC de 16.02.26, que o citamos, em parte: “Deputado Floro Bartolomeu – Rio, 14.02 – Lamento sinceramente tenha se agravado Ceará seu estado de saúde e faço votos seu pronto restabelecimento...” etc.

Em que pesem às sumidades médicas (no Rio) darem-no com excelente estado de saúde, o certo é que o Dr. Floro Bartolomeu da Costa veio a falecer, no Rio de Janeiro, às 5 horas da tarde do dia 08 de março de 1926 (segunda-feira). Transportado o corpo para a câmara ardente – e que apresentava, por sinal, um excelente aspecto – viu-se este cercado de amigos, representantes dos ministros de Estado, políticos e do Secretário da Presidência da República, etc., ocorrendo seu enterro na tarde do dia seguinte, no Cemitério São João Batista, - onde lá se acham seus restos mortais, como tantos outros, sob a vista e bênçãos do Cristo Redentor, no Alto do Corcovado. Na oportunidade, o Sr. Presidente da República, Dr. Arthur Bernardes, se fez representar por seu assessor, o Coronel Vieira de Castro, não esquecendo de determinar a colocação de uma coroa, encimada dos seguintes dizeres: “Ao Dr. Floro Bartolomeu da Costa. O Presidente da República”.

Conforme noticiou, ainda, o jornal e “de acordo com o Decreto de 02 de março de 1926”, o extinto receberia as honras militares de general de brigada que lhe foram concedidas pelos serviços prestados legalidade, formando uma força composta de três armas.

Em consonância com o informe do Jornal do Brasil, edição de 10.03.1926, o Comandante da região formou a seguinte força, em homenagem a este ilustre brasileiro: 1) 2º Bda. 1ª Companhia com banda de música e bandeira; 2) 1º G.A.P.: uma bateria; 3) 2º R.C.D.: um pelotão; 4) A Companhia esteve no Cemitério São João Batista às 16 horas; 5) A bateria, na Praia do Botafogo, próximo ao Pavilhão Mourisco, às mesmas horas; 6) O pelotão escoltou o coche (carruagem que conduz o féretro) da residência do falecido à Rua do Catete, 83, até o cemitério; 7) O Comandante desse pelotão preveniu a bateria, por meio do estafeta, do momento em que baixou o corpo à sepultura, no termos da forma regulamentar; e 8) O saimento do enterro deu-se às 16 horas.

De acordo com o médico atestante, Dr Irineu Malagueta, consta a

causa mortis do Dr. Floro como sendo decorrente de “Miocardite, insuficiência cardíaca e embolia cerebral.” Foi-lhe declarante, na ocasião, o irmão do extinto, Dr. Octaviano Neves da Costa, com quem o Dr. Floro residia na Rua do Catete, 83, dois quarteirões, apenas, do Palácio Presidencial, de igual nome – de conformidade com a Certidão de Óbito, em meu poder.

O resultado da morte prematura do Dr. Floro deveu-se, sobretudo, a uma vida intensa, provida de lutas, desafios e riscos, sem contar com as calúnias, difamações, ameaças e muita inveja, por se não conformarem com sua ascensão nas esferas Estadual e Federal, como, sobretudo, em razão do seu indiscutível prestígio junto ao padre Cicero Romão Batista. A própria Igreja, na pessoa de 32 sacerdotes, em 1924, contestou o seu famoso discurso de 13 de setembro de 1923. Justiça se faça: O monsenhor Manoel Correia de Macedo não subscreveu esse documento, cujas diatribes com Floro só viriam a ocorrer no ano seguinte. Acerca dos invejosos e famintos de poder, é bom que fale o Padre Cícero (quem irá contestá-lo?): “Mais de uma vez vos tenho dito que ele (Floro) me faz, a mim e a vós outros também, grande favor em se conservar ao nosso lado, defendendo-nos com inteligência, abnegação e valor inexcedíveis. Acresce que, homem de talento, de reconhecida energia e de admirável capacidade de ação, ele tem se feito por si mesmo, à custa dos seus próprios esforços, com escrupulosa honestidade. E, sendo o braço poderoso que tem impulsionado o notável progresso desta terra, imprimindo ordem e orientando-a para os seus grandes destinos, nós lhe devemos gratidão maior do que o pouco que por ele temos feito”, *Jornal O Ceará*, de 04.07.1925.

Como se vê – espíritos inescrupulosos, almas insensíveis – o quadro gerado pela importunidade de alguns e falta de perspectivas de outros, concorriam para a insatisfação, e como represália, usavam de todos meios imagináveis, divulgando, inclusive, além de falações localizadas, pela imprensa da capital do Estado, que o Padre Cícero havia se indisposto com o Dr. Floro, a ponto de romper a velha amizade, costurada ao longo de uma existência entremeada de ingentes sacrifícios e intransponíveis problemas existenciais, sempre dedicados com os mais elevados propósitos em prol do engrandecimento desta terra e

do bem-estar social do seu generoso povo.

Coisa inexplicável, quando os boatos abundavam pela imprensa (07.03.1926), o Dr. Floro, agonizante, já se encontrava no Rio de Janeiro, com saúde assaz delicada, vindo a falecer no dia seguinte. Não se lhe apiedavam, e mesmo diante desse impasse, temiam-lhe pelo retorno. O Dr. José Paramcampos, amigo e clínico assistente do Dr. Floro, assegurou pela imprensa que o Padre Cícero se correspondia quase que diariamente com Floro, corroborado, ademais, pelo próprio Padre Cícero que, em telegrama ao deputado Godofredo de Castro, publicado pelo DC, edição de 07.03.1926 (Floro falecia no dia seguinte), se expressava na forma como segue: “Autorizo a desmentir formalmente o tendencioso e mentiroso telegrama transmitido a O Nordeste sobre o rompimento meu com o Dr. Floro. Pelo contrário, as minhas relações com este meu ilustre e meu prezado amigo nunca tiveram solução de continuidade e espero que a ação do tempo só contribuirá para torná-las cada vez mais íntimas e cordiais. O dito telegrama retrata o mau desejo da pequenez de espírito de quem o transmitiu. “O Dr Gomes de Matos, um dos mais destacados juristas do Ceará, compadre do Floro (pois era padrinho de batismo do Dr. Tomás Pompeu Gomes de Matos) e amigo íntimo do Padre Cícero, envia longa Carta ao DC., edição de 27 de fevereiro anterior, desmentindo formalmente, o tendencioso expediente, procedente da vizinha cidade do Crato. Ao Dr. Gomes de Matos, solicita-lhe o venerável sacerdote notícias constantes sobre o estado de saúde do Dr. Floro,

O jornal O Nordeste era o meio veicular de todos os que procuravam lançar peçonha sobre o Padre Cícero e o Dr. Floro, o que, aliás, ele fazia com muito bom gosto, pois era o porta-voz de uma ala da Igreja unileteralista (que enxergava com um olho só), que se incomodava com a vida do Padre Cícero, em que pese se mostrasse este, nesse sentido, indiferente para com as dos outros. Os embates, as injustiças e a própria maldade humana, ao contrário do que era de se esperar, fê-lo resignar-se.

Com a morte do Dr. Floro na então Capital Federal, o Presidente do Estado, Des. José Moreira da Rocha, determinou, por Decreto de 16.03.1926, o dia 6 de junho do precitado, ano, para a eleição de um

deputado para o preenchimento da vaga de deputado surgida em decorrência da prematura e imprevista morte, no segundo Distrito Eleitoral deste Estado, apresentando-se como candidato, para substituí-lo, o próprio Padre Cícero, para insatisfação de muitos pleiteantes que se apresentavam como possíveis postulantes ao mandato. Consumada a eleição, o Padre Cícero foi eleito por todas as localidades que compunham o segundo DE, cujos números de votantes em todas as cidades os possuía. Afora os residentes na região ou no âmbito do Estado, havia uma postulante à vaga – não fora o Padre Cícero a exercê-lo (esse direito) um homem que demorava em Niterói, Estado do Rio, mas com raízes nesta terra, muito preparado e de inigualáveis qualidades cívicas, morais e intelectuais, que se carteava com o Padre Cícero, nesse sentido, era o declaradamente católico fervoroso Dr. José Geraldo Bezerra de Menezes.

A imagem que se tem do Dr. Floro, infelizmente, é produto do quadro que tentaram bosquejar (esboçar) os seus autores, sejam-nos inimigos ou desafetos, que, ao longo do tempo, em razão de possíveis despeitas, procuravam denegri-lo. Bem assegurou o aplicado ministro de Luiz XIII, da França, Cardeal Richelieu (Armand Jean du Plessis): “As feridas infligidas pela espada curam-se mais facilmente que as causadas pela língua”. Nada mais aplicável aos detratores do Floro do que essa máxima que bem poderia ser arrematada por outra que lhe parece complementar: “Para a opinião popular, os aspectos falsamente apresentados através de belas palavras são mais facilmente recebidos como verdadeiros”.

O monsenhor Antônio Tabosa Braga (Itapipoca CE, 19.12.1874) – Fortaleza, 12.04.1935), que, à época, era candidato, também, a Deputado Federal, em União (Jaguaruana CE, a partir de 20.12.1943), foi contemplado com 2 (dois) votos, enquanto o Padre Cícero obteve 152. A exemplo do Padre Alencar Peixoto, o Mons. Tabosa recebeu o presbiterado na Paraíba do Norte, quase um ano após àquele destemido sacerdote, em 06.11.1898 – o mesmo que, em Crato, quando da visita de Dom Manoel (Antônio de Oliveira) Lopes (26.08.1909), bispo auxiliar de Fortaleza, ao tempo de Dom Joaquim José Vieira -, a esta região, disse, no dia seguinte, em palanque montado defronte à Sé Catedral

do Crato: “Povo nobre e altivo do Crato, peço permissão para falar sobre o povo imundo do Joaseiro que vive guiado por satanás.” Não sei porque razão um juazeirense, tempos depois – e padre que era – em uma das Revistas do Instituto do Ceará (RIC), escreveu-lhe longo e substancioso artigo, que, já por si, constitui a síntese e o coroamento de uma vida consagrada – não fora tamanho e obtuso (deslavado) ato de increpar – com o seguinte título: “Uma Flor do Clero Cearense”, sem adentrar na análise da expressão degradante com que literalmente se houve em lançar sobre a então gente humilde da vila do Joaseiro e seu mentor espiritual, mas, indiferente, procurou, na textura do trabalho, realçar as virtudes daquele sacerdote, com os mais eloquentes adjetivos – no que, aliás, era mestre.

O Padre Cícero e o Dr. Floro – este sendo a distensão do próprio eu daquele, como assegurei, anteriormente – constituem a simbiose, a síntese, o fundamento que modelou e deu vida à história política e administrativa desta terra, detentora de um povo generoso e trabalhador. A morte de Floro representou não só uma grande falta para o Padre Cícero, como levou o seu mais fiel e leal amigo, que dedicou grande parte de sua história a esta terra, em momentos decisivos e cruciais, inclusive com sacrifício da própria vida. Como parlamentar, teve de enfrentar situações difíceis, não só no âmbito estadual, mas federal. Acresce ressaltar que, indiferente a dinheiro e apego a certas coisas..., Floro morreu pobre, não lhe atribuindo vantagens financeiras, em inventário, suficientes para construção de duas casas regulares.

Floro fez uma revolução, e venceu. Foi Deputado Estadual, e Federal por duas legislaturas, Prometia muito, mas a morte o levou mais cedo. Ao coche que o conduzia, acompanhou-lhe autoridades da Igreja. Apagou-se a luz..., mas claro está ao outro lado da existência. Deus, enfim, existe!

Constava o povoado de Joaseiro, na ótica do professor João Gonçalves Dias Sobreira, em sua obra “Curiosidades – Fatos Notáveis do Ceará”, edição de 1921, pág. 83 – e que, jovem ainda, aqui esteve em 1856, “nesse tempo, de umas sessenta (60) casas de taipa, umas cobertas de telhas, e outras de palha de carnaúba ou de palmeira”. Porquanto é fator consequente – que se logicize – que, das, aproximadamente, sessen-

ta (60) residências, então existentes – se considerarmos uma média de cinco (5) ou seis (6) pessoas por casa, chegar-se-á a conclusão de que o distrito, em questão, era possuidor de algo em torno de trezentos (300) ou trezentos e cinquenta (350) habitantes – isso dezesseis (16) anos, portanto, anteriores à presença do Padre Cícero Romão Batista - que Deus o tenha em sua permanente glória – na futura “Meca do Cariri”. Corroborar, ademais, essa afirmação, se atentarmos para a Lei Provincial Nº 863, de 1º de setembro de 1858, que criava uma escola régia de primeiras letras (primárias) na Vila do Joaseiro, conforme assegura o Dr. Plácido Aderaldo Castelo, em sua importante obra: “História do Ensino no Ceará”, edição de 1970. Cumpre ressaltar, por oportuno, que já no início da década de 60 do século XIX, referida escola contava com quarenta e oito (48) alunos do sexo masculino, sendo-lhe nomeado o primeiro professor o padre Antônio de Almeida (e Azevedo Coutinho?!!), capelão da futura e progressista urbe, com os seguintes vencimentos: Ordenado – 300\$000, e gratificação – 200\$000. É bom que se diga que, à época, o povoado de Joaseiro já contava com um distrito policial (subdelegacia), com vistas à segurança e manutenção da ordem pública. Não desejando ir mais além, apenas para afirmar que tudo isso consta na monumental obra: “Ensaio Estatístico da Província do Ceará” (dois volumes), e datada de 1863, de autoria do famoso escritor, Padre e Senador do Império, Thomaz Pompeu de Souza Brasil. Urge que retornemos ao padre Antônio de Almeida. O futuro militante da Guerra do Paraguai possuía, em sua própria casa – onde inclusive, ensinava -, uma venda, talvez para suprir, complementarmente, suas despesas. Nomeado, portanto, iniciou o padre suas aulas no dia três (3) de dezembro de 1858, conforme expediente – em nosso poder -, do Inspetor de Primeiras Letras da Povoação de Joaseiro, Antônio Gonçalves Landim, ao vigário Carlos Augusto Peixoto de Alencar, Diretor Geral da Instrução Primária da Província, com sede em Fortaleza, comunicando o ocorrido, como fator decisivo para a história dos primórdios da educação na Vila do Joaseiro. Apesar de nervoso e explosivo, senão neurótico, tudo ia bem. Ocorre que, conforme reza um expediente, de 15 de fevereiro de 1861, intitulado “Comunicado”, subscrito, anonimamente, por “Um Pai de Família”, e publicado no Jornal O Cearense, nº

1421, de 8 de março de 1861, o Padre, “em um dos acessos de impaciência e frenesi brutal”, lançou-se sobre uma criança, e munido de uma palmatória, bateu e feriu a cabeça da mesma, rasgando-lhe a orelha, inclusive, tendo a pobre e indefesa criança de sair pelas ruas à procura de sua residência, ensanguentada e chorando. O Sr. Antônio Gonçalves Landim não só o repreendeu (ao padre) pelo ocorrido, como comunicou o fato ao Diretor da Instrução, Padre Carlos Augusto, em Fortaleza. Homem de certa cultura, quando de retorno da guerra do Paraguai – para onde se inscrevera e fora como voluntário – passando pelo Rio de Janeiro, publicou umas “Lições Elementares de Lógica dispostas com método simples e fácil para o primeiro ensino”, em 1870. Trata-se de uma brochura de 72 páginas, que, por mais que a procurasse, ainda não tive a satisfação de encontrá-la. Posto que com a vinda do Padre Cícero à terra que ele tanto amou e por ela, igualmente, se sacrificou, sempre visando o progresso material e espiritual do seu generoso povo, Joaseiro crescia lentamente, não sendo demais ressaltar que após sua chegada (1872) até 1890, esse distrito – decorrido o primeiro ano dos fatos ditos miraculosos – já contava com uma população de cerca de 2.245 habitantes. Dezenove (19) anos após, 1909 – nove anos a menos que o período anterior, a futura cidade de Juazeiro do Norte, já contava com 15.050 habitantes. Isso, como se observa, tudo em decorrência dos fatos ocorridos naquele 1º de março de 1889 – que veio de despertar a atenção e o interesse de inúmeras criaturas, provinda de várias paragens do Nordeste brasileiro, adventiciamente optando por aqui ficar – e que tanto vexame e transtorno causou ao Padre Cícero, que, em vão, batalhou, incansavelmente, por seu natural retorno ao seio da Igreja, que ele tanto amou, e dela jamais divergiu de suas normas, ou infringiu danos à moral cristã. Como este trabalho para uma folha é muito, e para duas é pouco, vou terminar com uma mensagem do Dr. Floro à sua querida Laura, que lhe enviou uma TRANCINHA dos seus cabelos por ocasião do aniversário. Laura, moça jovem e atraente, era de um fascínio encantador, e pertencia a uma das mais tradicionais famílias da capital soteropolitana. É o que se vai ler da pena do então jovem acadêmico de Medicina, Floro Bartolomeu, nos idos de 1902:

**“A Trancinha”**

“Eis a trancinha de Laura, a minha amada, no dia de meus anos, mandou-me com símbolo do nosso amor primeiro. Ah! Só Deus sabe o que senti, nesse dia, em que recebi a perfumada trança dos seus cabelos, da cor das penas do caraúna. A trancinha guardei-a, eu mesmo, em uma rica e mimosa caixa de madrepérola, de ferrolhinhos de ouro, que adoro sempre. Quando alguém pergunta-me: - Que é isto?

“É a trancinha dos cabelos de Laura... de minha adorada Laura, respondo eu.

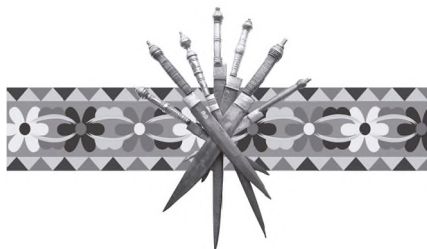
“Mas as mulheres são mesmo assim, incertas no amor: como as borboletas inconstantes, de flor em flor, vivem elas, mudando de amor, porque... doidinhas, não creem na ventura prometida. Entretanto, ainda me lembro, com saudade, do dia em que ela me deu a trancinha perfumada, a mimosa trancinha dos seus cabelos, da cor das penas do caraúna.

“Como nos amávamos!... Mas tão ledos... tão felizes!... Que olhos meigos e serenos, e que melodia na voz, quando, a sós, junto a mim, cantava a cantilena predileta que eu amava tanto!... Que frescura na sua tez morena, e que perfume estonteante evolava-se de sua carne em flor!... Como me recordo ainda!... O amor não recompensado deixa um sulco indelével no coração infeliz, por onde ocorre, suavemente, o fio perene de lágrimas consoladoras. – Ah! Que bom tempo, o que se foi para não mais voltar!... Eu, cheio de amor e carinho, e ela tão faceira, tão sedutora! Ai!... Ai!... torturas do coração!

“Vai fazer um ano, breve, que Laura, a meiga e encantadora Laura, minha amada, fugiu deixando minha alma envolta no sudário triste da saudade: No entanto, todas as noites, ao deitar-me, crente de amor, ajoelho-me diante da minha caixa de madrepérola, de ferrolhinhos de ouro, onde se acha a mimosa trança dos seus cabelos da cor das penas do caraúna, e choro o meu amor fanado, esse amor tão mal nascido, tão desejado ainda.

“Salvador (BA), setembro de 1902

“Floro Bartolomeu.”



## MARÇO DE 1926



**Wellington  
Bringel**  
(escritor)

Floripes andava inquieta. E não era pra menos. A notícia caíra como uma bomba na pequena e isolada comunidade rural do Sítio Juá, no município de Jardim. O bando de Lampião estava acampado em local próximo à fronteira do Pernambuco e já se preparava para seguir viagem para o seu destino, a cidade de Juazeiro, onde o Padre Cícero aguardava o Rei do Cangaço. Não mais do que quarenta quilômetros separavam o Sítio Juá do local do acampamento dos cangaceiros e a passagem deles pela pequena e pacata comunidade era dada como certa, por ser o caminho natural de quem seguia para Juazeiro. Tudo poderia estar por questão de horas

Floripes estava inquieta mas, inexplicavelmente, não sentia medo. Já não havia espaço para o medo em seu coração. Todos os espaços de suas cogitações estavam ocupados por uma imperiosa necessidade de sobrevivência, abandonada que fora pelo marido com cinco filhos com idade entre dois e oito anos. Já haviam se passado quatro anos desde que Ursulino havia falado que precisaria viajar e não retornara. A pequena Maria, a caçula, tinha agora seis anos e o mais velho já ti-

nha doze anos e trabalhava em roça para ajudar em casa. Aliás os três mais velhos já tinham as mãos calejadas pelo manejo do roçado e apenas Maria e Camilo, que tinha oito anos, ficavam em casa com a mãe. Quem estavam apavorados mesmo eram os homens da comunidade. Incrível que os homens da comunidade estivessem mais apavorados do que as mulheres, ela constatava.

Floripes agradecia a Deus pelo fato de os três mais velhos estarem trabalhando em roçado distante pertencente a influente autoridade da cidade de Jardim e que por lá ficariam alguns dias, estando assim em segurança, avaliava ela.

Mas não havia tempo a perder. Olheiros em pontos estratégicos observavam a estrada para dar o alarme quando vissem, ao longe, a poeira levantada pelo tropel dos bandoleiros, enquanto as pessoas em polvorosa arrumavam o que podiam para abandonar as suas casas. Aliás não havia muito o que levar. Em rápida reunião realizada decidiram que só levariam comida, água e redes para dormir, sendo que por comida entenda-se farinha e rapaduras, pois decidira-se que no local aonde haveriam de se esconder não se poderia acender fogo. Tal decisão de não acender fogo se devia ao temor de que fossem localizados pelos cangaceiros. Entenda-se que a fuga se deu à tarde e que portanto haveriam de passar a noite e depois tempo indeterminado escondidos no mato, em local que haviam escolhido, e distante quatro quilômetros da comunidade. Se acendessem o fogo à noite seriam localizados pelo clarão. Se acendessem o fogo de dia seriam denunciados pela fumaça, assim pensavam em suas avaliações exacerbadas pelo pânico. Outra decisão da rápida reunião foi a de que se deixassem as portas das casas abertas pois os cangaceiros quebravam as portas a coronhadas de fuzil quando passavam em algum lugar e achavam as casas fechadas. Era um prejuízo desnecessário, e assim evitável.

E embrenharam-se no mato homens, mulheres, velhos e crianças formando grupo de cerca de quarenta pessoas. Ao por do sol já estavam no local escolhido e com as mulheres tirando o terço das seis horas. Floripes, devido a correria e à incapacidade de levar muito peso por causa do tamanho das crianças, havia levado apenas uma

rede e cordas, além de um saco com alguma quantidade de farinha e algumas rapaduras. Armou a rede entre dois galhos que ficavam por cima do que parecia ser uma pequena valeta e que mais a frente se transformava em um grotão, colocando as duas crianças nessa rede e ficando ela sentada no chão ao lado. Não conseguiria dormir. A quadra invernosa daquele ano ainda não havia se estabelecido mas caprichosamente naquela noite desabou temporal como a tempos não se via por aquelas bandas. A pequena valeta virou um riacho e a água chegou na altura da rede das crianças que foram obrigadas a ir, cada uma de um lado, subindo até os punhos da rede, em iminente risco de serem levadas pela enxurrada. Felizmente foi chuva grossa mas não demorada e em questão de horas a vazão de água da valeta arrefeceu. O estrago porém já estava feito. Todas as redes molhadas e o que é pior, a farinha ficou intragável.

Pela manhã, diante da expressão faminta de seus filhos, Floripes decidiu. Voltaria até sua casa e iria matar e cozinhar duas galinhas. E que acontecesse a vontade de Deus. Pé no caminho de volta pra casa e com as crianças secando a roupa molhada no sol da manhã. Verdade que agora estava mais apreensiva. Um encontro com o bando de Lampião naquelas condições, sozinha com as crianças, era bem mais temerário. Mas era mulher de fibra e sempre fazia aquilo que achava que devia ser feito.

Chegando perto de casa a apreensão ia aumentando a cada passo e chegou ao clímax quando julgou ouvir vozes vindas de dentro da casa. Apurou os ouvidos e constatou, estarrecida, que realmente alguém falava dentro da casa. Pôde perceber que tratava-se da voz de uma única pessoa, que dizia palavras e pequenas frases em intervalos regulares. Lembrou que a doida Apolinária não fora localizada no momento da fuga e não se encontrava junto com os demais escondidos. Seria ela? Perguntava-se esperançosa. Porém não reconhecia a voz da doida nas palavras ouvidas. Teria que entrar na casa para saber de quem se tratava. Deixou as crianças a uma distância segura e entrou, constatando, aliviada, que era apenas o papagaio de uma vizinha que se vendo sozinho, e encontrando a porta aberta, voou até dentro de sua casa. Mistério resolvido tratou de agir com rapidez.

Colocou as crianças sentadas na janela sendo que cada uma ficou voltada para um lado da estrada para dar o alarme em caso de aproximação do que quer que fosse. Não esqueceu de dizer que ficassem atentos a espelhos brilhando ao sol, que denunciavam de longe a presença dos cangaceiros que tinham o hábito de fixar aqueles objetos em suas roupas e chapéus. Decidiu matar e preparar logo três galinhas. Comeriam uma logo ali mesmo e levariam as outras duas para comer com as pessoas no esconderijo, ainda que algumas pessoas a tivessem chamado de louca por haver ido até em casa.

O caminho de volta até o esconderijo foi menos apreensivo e chegaram lá por volta do meio dia, a tempo de ouvir a notícia, trazida por um mensageiro, que Lampião havia descido a serra a cerca de seis léguas de onde estavam, e que já estava a caminho do Juazeiro do Norte.

**CEJA**

## **MONSENHOR PEDRO ROCHA DE OLIVEIRA EXCELÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

**Núcleo Gestor 2018 – 2022**

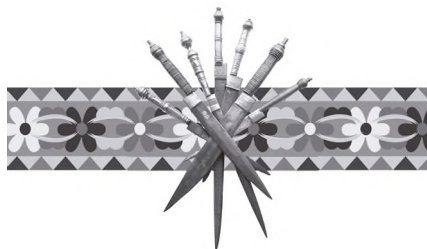
• Diretora:

**Fabiana Vieira**

• Coordenadoras Escolares:

**Anália Diniz, Marlene Bezerra,  
Rosimeire Matos e Neyla Brito**

Av. José Alves de Figueiredo S/N  
Centro - Crato-CE - Fone (88) 3102-1264  
E-mail: cejarocha@escola.ce.gov.br



## O CONCEITO DE CABRA NO CARIRI CEARENSE NOS SÉCULOS XVIII, XIX E XX



**Clarissa Miranda  
Norões**

(advogada) e

**Heitor Feitosa  
Macêdo**

(advogado e  
pesquisador)

Neste artigo, procuramos discutir a definição do termo “cabra” atribuído a pessoas ou determinados grupos humanos em algumas regiões brasileiras, especialmente no Cariri cearense, sul do Estado do Ceará, entre os séculos XVIII, XIX e XX. Atualmente, a definição de “cabra” é considerada, por alguns, como categoria, e, por outros, um conceito. Segundo nos aponta documentação consultada para esta proposta, encontra-se registro escrito do referido termo desde o início do século XVIII, na então capitania do Ceará Grande, espaço em que estava contido o Cariri cearense. Assim, para tentar encontrar a(s) verdadeira(s) semântica(s) do vocábulo “cabra” no espaço-tempo citado, analisaremos algumas narrativas

veiculadas em jornais, documentos manuscritos, revistas e obras historiográficas.

Na região denominada de Cariri Cearense, sul do Estado do Ceará, ainda é comum ouvir-se os termos “caba” (cabra), “*caba bom*”, “*caba ruim*”, “*caba safado*”, “*caba véi*” (cabra velho), “*caba danado*”, “*cabra da*

*peste", "caba macho", "caba caceteiro", "cabrocha", "cabinha", etc., para definir pessoas ou grupos humanos, nem sempre em sentido pejorativo. Sobre isto, importa saber quando surgiu esta classificação, quem eram os cabras e se houve alguma mudança semântica da referida palavra ao longo do tempo.*

Examinando trabalhos especializados, aparece o estudo de Ana Sara Cortez Irffi, cuja proposta foi analisar o conceito de cabra usado no Cariri cearense durante o século XIX. A referida historiadora afirma que o *"desenho dessa categoria"* teria sido *"forjado ao longo dos oitocentos e parte do século seguinte"* e que *"passava pela ideia de que tinha um sentido geográfico, entendendo o cabra como sertanejo do Cariri cearense, assim como o caboclo se referia ao Norte do Brasil"* <sup>1</sup>.

Esta mesma pesquisadora acredita que a definição de cabra, construída durante o século XIX, estava ligada, inicialmente, às condições de vida da população camponesa caririense, sendo que a dita palavra se referia à categoria de *"homens e mulheres pobres e de cor, fossem eles livres, libertos ou escravos"*.

Irffi também afirma que o emprego do vocábulo cabra consistia em uma categorização construída pela dicção do dominador para se referir ao dominado e que isto foi *"reforçado"*, sobretudo, a partir da Revolta de Pinto Madeira, de 1831 a 1832, pois, segundo ela:

Nesse sentido, o que mais marca os camponeses é, mesmo sob iguais condições, a ausência de uma identidade coletiva forte, no entanto, outro fenômeno: a construção de uma definição: *cabras*, que não pressupõe identidade, mas se mostra como uma categoria de referência e identificação empregada por pessoas que se consideram alheias a essa definição. Uma categorização de fora para dentro, ou de cima para baixo, reforçada, sobretudo, a partir dos anos de 1831 e 1832 (...). Após os acontecimentos dos anos de 1831 e 1832, que ficaram conhecidos como a revolta de Pinto Madeira, a tranquilidade pública no Cariri cearense passou, em diversos momentos, a ser sobressaltada pelo medo de uma nova irrupção da rebelião (...). Desses acontecimentos em diante, os moradores livres e pobres do Cariri cearense ficaram conhecidos

---

<sup>1</sup> IRFFI, Ana Sara Cortez. Capítulos de História Social dos Sertões. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura Editorial, 2017, p. 73.

como *cabras* e entendidos como predispostos a revoltas e motins.<sup>2</sup>

Diante disso, cabe indagar se o conceito e categoria de cabra realmente surgiram nestas circunstâncias, dentro do tempo e espaço citados, ou seja, se a consolidação dessa definição realmente partiu de uma visão dominadora no Cariri cearense a partir da Revolta de Pinto Madeira.

No Ceará, desde a primeira metade do século XVIII, os cabras já eram citados nas “*devassas*” e “*correições*” (espécies de inquéritos policiais e processos judiciais) por terem participado de homicídios e conflitos armados ocorridos na década de 1720.

No ano de 1727, por exemplo, ao sair da casa do juiz leigo de Aquiraz/CE, o doutor Manoel da Fonseca Marques foi assassinado em uma emboscada. A viúva da vítima disse que o mandante teria sido o sargento-mor Miguel Carneiro da Cunha, pelo fato de o doutor Manoel da Fonseca ter se recusado a defendê-lo numa causa. Entre os acusados do crime, apontam-se alguns índios (“*tapuios do Miguel Carneiro da Cunha*”) e um “*cabra*” de Sebastião Pedroso chamado Ascenso, conforme o requerimento da viúva Gracia da Cruz e Silva ao Rei Dom João V:

Sn.<sup>or</sup> Em Sinco de Fevr.<sup>o</sup> do anõ de 1727. vindo de caza do ouv.<sup>or</sup> Leigo em a Villa dos Aquiras Com.<sup>ca</sup> do Siarã g.<sup>de</sup> meo marido o def.<sup>to</sup> D.<sup>or</sup> M.<sup>el</sup> da Fon.<sup>ca</sup> Marques õ. mataraõ no caminho a treição. pellas nove horas da noite com hum tiro. eq.m õ m.dou matar foi o Sarg.<sup>to</sup> mor Miguel Carn.<sup>ro</sup> daCunha por od.<sup>to</sup> D.<sup>or</sup> õ não querer. defender em huma cauza de que proçederaõ. Alguas razoes e Logo a omesmo D.<sup>or</sup> amearou od.<sup>to</sup> Sarg.<sup>to</sup> mor oq.<sup>al</sup> he n.<sup>al</sup> deste Pern.<sup>co</sup> emora no Pirangi Cap.<sup>tnia</sup> do Siarã g.<sup>de</sup> epor hora com receio do dez.<sup>or</sup> Syndic.<sup>te</sup> Ant.<sup>o</sup> Marques Cardozo se auzentou dellã e emg.<sup>o</sup> que foi de seo Pay o Capp.<sup>am</sup> mor. M.<sup>el</sup> Carnr.<sup>o</sup> daCunha em avarge tres Legoas mais ou menos desta Villa onde assiste com os seos irmãos ou primos e com m.<sup>ta</sup> cautela. q.<sup>m</sup> comcorreo p.<sup>a</sup> ad.<sup>a</sup> morte foi Seb.<sup>am</sup> Podrozo n.<sup>al</sup> de Sergipe del Rey Cap.<sup>tnia</sup> da B.<sup>a</sup> mor.<sup>or</sup> agora no boqueiram de Jagoaribe destrito domesmo Siarã gr.<sup>de</sup> pello d.<sup>to</sup> des.<sup>to</sup> ser comtra elle em huma cauza que defendia ao Coronel Joaõ de Barros Braga q.<sup>m</sup> foi vigiar aod.<sup>to</sup> defunto em caza

---

2 Ibidem, p. 74.

do d.<sup>to</sup> ouv.<sup>or</sup> Leigo euejo dar parte ao tapuyo do d.<sup>to</sup> Sarg.<sup>to</sup> mor  
eao cabra de Seb.<sup>am</sup> Podrozo que estavaõ. no caminho esperan-  
do que paSsasse meo def.<sup>to</sup> marido foi hum moço por nome M.<sup>el</sup>  
Martins. viana eo Teixeirainha todos socios do d.<sup>to</sup> Sarg.<sup>to</sup> mor por  
este lhesdar sinco poldros e vinte sinco mil Reis Pareceme q. ouv  
dizer setirou devaSsa eq od.<sup>to</sup> Sarg.<sup>to</sup> mor por ser am.<sup>o</sup> do d.<sup>to</sup> ouv.  
<sup>or</sup> Leigo subornara astest.<sup>as</sup> della como poderoso naquella Cap.<sup>tnia</sup>  
q.<sup>m</sup> sahio sô pronunçado nadeuasa ouvy tambem dizer que foi o  
d.<sup>to</sup> Seb.<sup>am</sup> Podrozo eoseo **cabra** p: nome Assenso [fl. 01].<sup>3</sup>

Na apuração de inúmeras infrações criminais cometidas no Ceará, os magistrados da época indigitaram vários indivíduos num rol de criminosos, elaborado em 1730, no qual são encontradas referências diversas a conceitos étnico-raciais, como, por exemplo, os vocábulos “negros”, “pretos”, “crioulos”, “gentios da Guiné”, “mulatos”, “pardos”, “mestiços”, “índios”, “caboclos”, “tapuias”, “mamelucos”, “curibocas” e outros. No entanto, o mais interessante neste rol é a menção a um tal de Pascoal Barbalho, classificado no referido documento como “cabra” e considerado culpado pela morte de Manoel da Fonseca, segundo reza o texto: “Pascoal Barbalho, cabra culpado na morte a Manuel da Fonseca”<sup>4</sup>.

Aparentemente, a figura do cabra e o seu conhecimento bélico haviam sido aproveitados pelas elites locais, de ascendência europeia, desde os primeiros conflitos armados no Cariri cearense como estratégias de sobrevivência e/ou domínio. Neste espaço, os cabras eram a base dos exércitos, públicos ou privados, sendo fundamentais para decidir os rumos políticos do sertão caririense de outrora<sup>5</sup>.

3 Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Brasil – Pernambuco, 1738, março, 31, Recife: REQUERIMENTO da viúva do doutor Manoel da Fonseca Marques, Gracia da Cruz e Silva, ao rei [D. João V], pedindo a prisão do sargento-mor Miguel Carneiro da Cunha, natural de Aquirás, Ceará Grande, mandante do assassinato de seu marido, Manoel da Fonseca Marques, e que se encontra refugiado em um engenho na Várzea, pertencente a parentes. AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 51, D. 4528.

4 Memória Colonial do Ceará, 1726-1731. Tomo 2. Kapa Editorial, 2011, p. 175.

5 Em Juazeiro do Norte/CE, no ano de 1911, um documento oficial fora escrito pelas autoridades dos municípios caririenses, o “Pacto dos Coroneis”, sendo que, no seu artigo 7º, admitiu explicitamente que a política regional era feita com o apoio militar dos “cangaceiros”, os quais, em nossa concepção, são o resultado da transformação dos referidos “cabras” (MACEDO, Joaryvar. *Império do Bacamarte: uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri cearense*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1990, p. 137).

No início do século XIX, no Cariri, também são encontrados registros que indicam o envolvimento dos cabras em conflitos políticos, como, por exemplo, na chamada Revolução Pernambucana de 1817, a qual também foi deflagrada nas vilas de Crato e Jardim. Nos autos processuais que apuraram a participação dos “*revoltosos*” (liberais/republicanos) no referido movimento, são citados seis “*cabras do Lameiro*”, quais sejam: Antônio da Costa, Félix Carneiro, Joaquim da Costa, Manuel da Costa, Manuel da Silva e Miguel Justo<sup>6</sup>.

Deve ser acrescentado que o Sítio Lameiro, no século XVIII, fez parte do território da Missão do Miranda, espécie de aldeamento artificial formado por índios e fundado pelo frei italiano Carlos Maria de Ferrara. No entanto, pouco tempo depois de esta aldeia ter sido elevada à vila (Real Vila do Crato, em 1764)<sup>7</sup> por determinação do Marquês de Pombal, os índios nela aldeados foram transferidos para o litoral, no ano de 1779<sup>8</sup>, ficando as terras da antiga Missão sob o domínio útil da Câmara do Crato, na qualidade de terras foreiras, as quais poderiam ser cedidas a terceiros por meio de enfiteuse<sup>9</sup>.

No Lameiro era encontrada, ao sopé da chapada do Araripe, uma das maiores fontes d’água de toda a vila cratense, nas cabeceiras do Rio Itaytera, atualmente conhecido por Rio Batateira, lugar sobre o qual ainda hoje pairam tradições indígenas e resquícios de ali também ter havido antiga habitação de gente de ascendência africana.

O fato é que o Lameiro, em 1811, veio a ser comprado por um indi-

---

6 Revolução de Pernambuco em 1817. Relação dos Réus presos existentes na Cadeia da Relação da Bahia. Biblioteca Digital Luso- Brasileira. Disponível em: <<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/38002>>. Acesso em 23 de jun. de 2018, às 14h30min. Ver também: MACÊDO, Heitor Feitosa. A Revolução de 1817 no Ceará. Rio de Janeiro: Revista Terra de Sol, Ano V, n° 5°, 2017, p. 46 e 47.

7 MACÊDO, Heitor Feitosa. *Sertões do Nordeste: Inhamuns e Cariris Novos*, Volume I. Crato – CE: A Província, 2015, p. 277.

8 BEZERRA, Antonio. *Algumas Origens do Ceará*. Fortaleza – CE: Fundação Waldemar Alcântara, 2009, p. 185 e 233

9 A enfiteuse ou aforamento é um contrato bilateral e oneroso, no qual, por ato *inter vivos* ou por disposição de última vontade o proprietário do imóvel confere, perpetuamente, a outrem o domínio útil deste, mediante pagamento de uma pensão anual, invariável, chamada de foro. O proprietário tem o domínio direto do imóvel e o enfiteuta, ou foreiro, possui o domínio útil. Destaque-se que o Código Civil de 2002, no seu art. 2.038, aboliu a instituição de novas enfiteuses e subenfiteuses (ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. *Dicionário Jurídico Acquaviva*. São Paulo – SP: Editora Rideel/ABDR, [2007-2010], p. 342.

vídúo pertencente às elites locais, Tristão Gonçalves Pereira de Alencar (ou Tristão Gonçalves de Alencar Araripe)<sup>10</sup>, filho de Bárbara Pereira de Alencar e um dos chefes da Revolução de 1817, no Cariri.

Algum tempo depois do movimento liberal de 1817, na vila do Crato, os cabras, juntamente com os “mulatos”, reaparecem com grande destaque no episódio relativo à votação e juramento da Constituição Portuguesa de 1821, realizando protestos violentos contra a adesão dos caririenses à dita Carta Magna ou a “*Lei do Diabo*”, e, aparentemente, sendo manipulados pelas elites locais:

Achava-se comandando a Villa do Crato, e as forcas desta Comarca, o Coronel de Commissão e Major de Linha, Francisco Ferreira de Souza, no mês de Abril, deste ano, e recebendo participação official do Governador da Província, Francisco Alberto Rubim, de ter Sua Magestade, por Decreto de 24 de Fevr.º, Aprovado a Constituição, que fizessem as Côrtes Geraes de Lisboa, quiz publicar por bando esta fausta noticia, porem recebeo hú Officio da Camara, prohibindo-lhe, no Real Nome de Sua Magestade, esta publicação; por influencias do Capitão Mór da mesma Villa, Jose Pereira Felgueiras, e do Coronel da Cavallaria Miliciania Leandro Bezerra Monteiro. Foi o dito Coronel Comandante á Camara convocando o Vigario da Freguezia, e os ditos Capitao Mór, e Coronel de Milicias, os quais desprezando o parecer do Commandante Geral, e do Vigario; se oppuzerão, dizendo o Coronel, que antes teria as mãos cortadas, Porque assignar semelhante couza; apezar, comtudo, desta repugnancia, sempre cederão de algua forma e publicou-se. Desta indiscreta oppozição dos ditos chefes, e das expreSsões, que soltavão facilme.º e sem reflexão, resultou o persuadir-se [fl. 01] O Povo, deque a Constituição era má. Em hum dos últimos dias do dito mes concorrêo aos disturbios da Villa grande numero de **Cabras**, e Mulatos a pesquizarem esta novidade e dele murmurando em termos ameaçadores, de sorte que vendo-se o dito Coronel Comandante sem forças, para se oppôr a qualquer tentativa

---

10 Segundo o Padre Gomes: “*Informação em torno da compra por Tristão Gonçalves Pereira de Alencar (ainda não juntara Araripe ao nome) do Sítio Lameiro, 27-3-1811, neste município, a Matias Ferreira de Holanda e sua mulher, Maria Teixeira de Carvalho, que o tinham adquirido de dona Rita da Luz, que, por sua vez, obtivera-lhe o domínio útil da câmara da vila do Crato*” (ARAÚJO, Padre Antonio Gomes de. *A Cidade de Frei Carlos*. Crato - CE: Faculdade de Filosofia do Crato, 1971, p. 48).

dos ditos pardos, e em collizão, recorrêo logo ao Dzor Jozé Raimundo de Passos de Porbem Barboza, Ouvidor, e Creador, que foi desta Comarca, o qual se achava na Villa do Icó, encarregado pelo Governador da Provincia de varias Comissoes importantes, desde que chegou aqui a noticia da mudança de Governo da Bahia, que se pintou, como huã Revolução formal, e se tomaraõ medidas em quanto não veio a relação exacta dos factos, e o dito Dez.<sup>or</sup> vendo que eu me achava gravem.<sup>e</sup>: molesto de hua terrível oftalmia, apesar de conhecer o risco de vida a que se expunha, acceitou a nomeação, que lhe dei, de Ouvidôr, pela Lei, e, rapidamente, partio p.<sup>a</sup> a dita Villa. Antes da sua chegada, no dia 2 de Maio, mais de – 800 – **cabras** armados assaltarão a Villa, dizendo que vinhaõ matar o Coronel Command.<sup>te</sup> Geral, por ter obrigado o seu Capitaó Mór, eo Coronel de Milicias a assignarem a Lei do Diabo, mas o dito Coronel Commandante, assim que os avistou, caminhou para eles desarmado, e com toda... [fl. 02].<sup>11</sup>

Neste mesmo episódio, contra o juramento da Constituição, destacaram-se dois chefes políticos, o capitão-mor do Crato José Pereira Filgueiras e o coronel Leandro Bezerra Monteiro, os quais obtiveram a adesão das classes menos favorecidas com discursos sobre uma possível ameaça à liberdade dos pardos, cabras e crioulos:

A intrepidêz, e valor, fez-lhes hua falla, acompanhado do Capitão Mor e Coronel de Milicias, que acabou dando vivas a ELRey, sem, comtudo, fallar em Constituição. No dia tres concorrerão outros muitos; mas não chegarão a entrar na Villa. Continuarão as dous chefes nas suas demonstrações de desagrado contra a Constituição, dizendo que ELRey a tinha Approvado, e Jurado, constrangidamente, ao que se seguirão boatos e dictos capazes de amotinar mais emais, os ditos pardos, **cabras**, e crioulos, de que há grande numero naquelle districto, e na Villa do Jardim, que he limitrofe, sendo o que mais impressão lhes fazia, e de ficarem todos, pela nova Lei, reduzidos ao captiveiro, e de ser

---

11 Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Brasil – Ceará, Crato, 1821, agosto, 22, Crato: OFÍCIO do ouvidor do Crato, José Joaquim Correia da Costa Pereira do Lago, ao presidente das Cortes Gerais de Lisboa [João Batista Filgueiras], sobre os acontecimentos decorridos naquela vila em função do juramento da Constituição. CTA: AHU-CEARÁ, cx. 19, doc. 21. CT: AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 22, D. 1318.

ella contra a Nossa Religião [fl. 2v].<sup>12</sup>

No Cariri, entre os séculos XVIII e XIX, estes cabras, ao lado dos mulatos, pardos e crioulos, faziam parte de uma classe de pessoas livres, que, armados, atuavam junto às elites locais nas tomadas de decisões de cunho político.

Ressalte-se que, à época, tais indivíduos também eram conhecidos como “*Cerca-igrejas*”<sup>13</sup> ou “*Cercadores de Igrejas*”<sup>14</sup>, o que se dava pelo fato de as atividades eleitorais ocorrerem dentro dos templos católicos. Para ilustrar esta afirmativa, cite-se o ataque protagonizado pelos cabras da Serra de São Pedro (atual município de Caririacú) à Igreja Matriz da vila do Crato, no dia 5 de agosto de 1821:

No dia 5 do corrente prestei o Juramento á Camara, ao Cap.<sup>m</sup> Mór, Coronel de Milicias e grande numero de concurrentes, e tudo na caza da Camara debaixo de hú muito Recente docel o Retrato de S.Magestade, e derão-se repetidos Vivas á Religiaó, a ELREY, ao Serenissimo Senhor Principe Regente, a Real Dinastia de Bragança, as Cortes, e á Cosntituição que forão respondidos com enthuziasmo, e Salvas de hua Comapanhia de Milicias. Estava na Igreja com aCamara, e mais Authoridades Ecleeziasticas, Civis, e Militares, e já exposto o Santissimo Sacramento, quando se ouvirão gritos e marchando de repente oSargento-Mór de Milicias [fl. 05] Jozé Victoriano Maciel a vér o que era, apenas chegou á porta travessa, hú **Cabra** lhe descarregou hua grande pancada na cabeça, que o deixou atordoado, outro correu=lhe uma estocada, que o não varou, por lhe fugir com o corpo, outro disparou-lhe hú tiro, que o ferio gravem.<sup>e</sup> no braço direito, mas neste mesmo estado investiu para todos, com a maior intrepidez, e desembaraço, do que atemorizados fugirão para onde estavam mais de 50 camaradas armados, havendo maior numero em outras distancias. Em vão gritei ao Coronel,

---

<sup>12</sup> Ibidem, fl. 02v.

<sup>13</sup> BRÍGIDO, João. *Apontamentos para A História do Cariri*. Fac-símile da ed. de 1888. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2007, p. 102.

<sup>14</sup> THÉBERGE, Dr. Pedro. *Esboço Histórico sobre a Província do Ceará*. Fac-símile da ed. de 1869. Tomo II. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001, p. 40.

e Ten.<sup>e</sup> Cor.<sup>el</sup> que socorressem aquelle seu Official que de certo o assassinavão, mas nem elles, nem Official algum se movêo, e menos os soldados da guarda, e apenas o Cap.<sup>m</sup> Mór sahio depois a apaziguálos, encontrando só dous, que ameaçou e não prendêo. Grande foi a Confusão na Igreja, e todos fugirão. Constatou que os **Cabras** se propunhão a matar o pregador, e atirara aos Assistentes, por saberem que na quelle dia se começara a Elleição Parochial, e supposto se retirarão timoratos, hião dizendo, que á noite voltavaó mais bem acompanhados. Pasmeei de saber a falta de providencias dos dous Cheffes, para aquelle dia [fl. 05v] e entrei em desconfiança, pois sabia que elles pertendiaó atribuir ao Povo aquilo mesmo, que tinhão motivado no principio, com o seu pernicioso exemplo, e notificações sediciosas, pois hé certo que aonde os Capitaes-Móres, e Coroneis obedecerão logo, os Povos seguirão de bom grado, e sem hezitaçáo, o que se lhe determinou. Pedi com instancia providencias para atalhar algum rompimento noturno, mas observei a maior inacção, e retirei-me ao anoitecer, acompanhado do Juiz ordinário, ed'outros m.<sup>tos</sup> que desampararão a Villa... [fl. 06].<sup>15</sup>

Não bastasse, durante os conflitos pela Independência do Brasil em relação a Portugal, de 1822 a 1823, o Cariri cearense também presenciou movimentos armados, onde os cabras figuravam tanto nos exércitos dos independentistas quanto nas tropas imperiais.

Ao lado disso, sabe-se também que Joaquim Pinto Madeira, voltando-se contra este movimento de Independência, montou um exército de cabras sob a alcunha de os "*Soldados de Nosso Senhor*", promovendo levantes nas vilas de Lavras, Crato e Jardim, no dia 14 de abril de 1823<sup>16</sup>. Tal episódio é confirmado por Tristão Gonçalves e José Pereira Filgueiras, em carta datada de 20 de abril de 1823:

A machina politica da nossa provincia está dezorganizada. Não resta mais duvida, que a guerra civil entra a mover seus braços para dilacerar-nos. No Crato Jardim e Lavras se organiza

15 Arquivo Histórico Ultramarino, CEARÁ, CRATO, 1821, agosto, 22. Op. cit.

16 PRUDÊNCIO, Antônio Ivo Cavalcante. *Heróis da Solidão: Províncias do Norte - 1817 a 1824*. Fortaleza/CE: Gráfica e Editora Royal, 2011, p. 193 e 194.

um grosso partido contra a santa cauza; e já no Crato se fizerão planos para a reunião de rompimentos de horrorozos attentados, a ponto de se vêr proxima a instalação de um governo dos Europeos da Barbalha, de que erão vogaes, Nascimento, Pinto, outros que são por nós bem conhecidos. No dia 14 do corrente no Crato se levantou um partido furiozo dos soldados de Nosso Senhor Jezus Christo, como lhe chamão os **cabras**, e depois de haverem solto um soldado, que ahi se achava prezo, á ordem do governo, passarão a atacar a caza de José Dias, e deitando-se-lhe a primeira porta abaixo, fôrão obrigados os moradores a fugir, tendo antes posto fogo a um barril de polvora, que, levando a caza, não matou a um só dos malditos. d'isto Joaquim Pinto, e Francisco Pereira atulharão a villa de um numerozo povo, que de então para cá não se sabe que attentados terão commettido, pois n'este momento nos chegão aqui algumas pessoas fugidas d'aquelle logar e só nos annunção estes factos e a total indisposição contra a independencia (...) ao menos estamos informados, que os povos do Cariri olhão a estes homens como para anjos tutelares (...) Icó 20 de Abril de 1823, 2º do imperio. José Pereira Filgueiras. Tristão Gonçalves Pereira de Alencar.<sup>17</sup>

Contudo, deve ser ressaltado que nem todos os cabras agiam guiados unicamente pela manipulação de Joaquim Pinto Madeira e outros realistas, havendo também, nesta revolta da “*cabraria desenfreada*”<sup>18</sup>, reivindicações de se criar um governo independente, liderado por seus pares, isto é, pelos mesmos “*cabras*”. Pelo menos é o que se pode concluir de outra carta escrita na vila do Icó, por Filgueiras e Tristão, em 26 de abril de 1823:

Fazem poucas horas, que officiámos a V.S., fazendo-lhes vêr o estado do centro d'esta provincia, e determinando-lhes que se dirigissem á esta villa até o dia 27 do corrente para seguirmos á do Crato, e tomarmos medidas pacificadoras; e n'este momento acabamos de saber com grande horror e sentimento, que os **ca-**

---

17 *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Etnográfico do Brasil (IHGB)*. Tomo XLVIII. Parte I. Rio de Janeiro: 1885, p. 308 a 310. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/itemlist/filter.html?searchword438-from=1885&searchword438-to=1885&moduleId=219&Itemid=174>>. Acesso em 28 de jun. de 2018, às 12h19min.

18 *Ibidem*, p. 293.

**bras** do Crato e villas vizinhas com o maior atrevimento fizeram uma revolta, e reunidos em numero de 2.000 e tantos, proclamaram e se dispoem a fazer um governo a seu molde, declarando a mais sanguinaria e crua guerra a S.M. Imperial, á independencia e a todos os patriotas, a cujo epiteto tem execração.<sup>19</sup>

Estes cabras, em diversos momentos, pretenderam romper com o domínio do Estado luso-brasileiro nas imediações da Chapada do Araripe, sul do Ceará, porém, à época dos fatos aqui narrados, interpretou-se, convenientemente, que a dita revolta dos mais de 2.000 cabras<sup>20</sup> era apenas fruto da “*negra conspiração*” dos absolutistas, conforme Tristão Gonçalves e José Pereira Filgueiras informaram em correspondência do dia 6 de abril de 1823:

...trazem officios do coronel Jozé Victoriano Maciel bem documentados; os ditos officiaes nos informarão do estado tristissimo, em que se achão as villas do Icó, Lavras, Crato e Jardim, que nada differem de uma anarchia, chegando a ponto de haverem tramado a mais negra conspiração com o projeto de nomearem a manoel Antonio Diniz seu governador, ao que este não annuo (segundo o que se nos informa).<sup>21</sup>

Todavia, com base nestes dados, não se pode mensurar com exatidão até que ponto os chefes locais manipulavam os cabras e até onde estes usavam aqueles para alcançar seus interesses particulares.

Dando prosseguimento à investigação sobre a presença desses cabras, vê-se que, em 1824, os liberais, qual em 1817, tentaram instalar novamente a República em diversas “*províncias do Norte*” (termo que, até o início do século XX, englobava a atual Região Nordeste), inclusive no Ceará. O fato é que, depois de aderir ao referido movimento, o então presidente provincial, Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, pretendeu enviar os deputados cearenses para Recife, a fim de que fosse votada uma Carta Constitucional para as províncias Confederadas.

---

19 *Ib.*, p. 345 e 346.

20 *Ib.*, p. 360 e 361.

21 *Ib.*, p. 267.

Dessa forma, o percurso para capital pernambucana deveria ser feito através do Cariri, para onde fora enviado copioso armamento por ordem do governo republicano cearense<sup>22</sup>. No entanto, esta “rebelião” também foi sufocada pelos imperialistas, o que ensejou mais violências no sul do Ceará.

Mesmo após a derrocada dos Confederados de 1824, os cabras encontravam-se “*desenfreados*”, usando de pretextos políticos para cometer crimes contra as vidas e os bens dos “*patriotas*” na província cearense, fato que exigiu das autoridades a adoção de medidas severas, como o castigo “*com roda de pau*”:

9br.º 19 [1825] Officio á Manoel Antonio de Amorim participando-lhe ó de 16 do corr.e o q.º disse o confirmava a bem publico e segurança individual no direito de propriedade em todos os tempos Em dacta de 16 do Corrente escrevi largam.te a VS.a o quanto disse o confirmo o bem publico a segurança individual, e o direito de propriedade em todos os tempos (...) os Assassinos feitos pellos homens pardos do seo termo, os quais sem atenção as Leis, e a este Governo tem morto a quantos querem parece emcrível que entre humanos se obre desta sorte sem respeito as Autoridades juncando os campos de cadaveres daqueles que apelidão Patriotas só por meras paixoens m.º principalmente ao **Cabra** Francisco Alves que matou e roubou ao cabo de Esquadra Manoel de Lima, antes do Levantamento das Bandeiras Impriais, o qual sendo serto semelhante atentado o devera mandar prender e conduzi-lo algemado a esta Capital, e os outros **Cabras** dezemfriados q.º obrarem, despotismos e mesmos brancos os devera castigar rigorosamente com roda de pão (...).<sup>23</sup>

Neste mesmo período, as autoridades constituídas mencionam a necessidade de capturar os “*facinorosos*” de Quixeramobim, Campo Grande e, próximo às imediações do sul do Ceará, a “*cabralhada da Serra do Pereira*”<sup>24</sup>, bem como o coito de ladrões apelidado de “*Peitos*

22 THÉBERGE, Dr. Pedro. *Esboço Histórico sobre a Província do Ceará*. Tomo II. Op. cit., p. 112.

23 Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC). *A Confederação do Equador no Ceará: manuscritos*, Volume 2. Fortaleza/CE: Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2005, p. 142 e 143.

24 *Ibidem*, p. 202.

*Branços*”<sup>25</sup>. Igualmente, o Cariri encontrava-se infestado pelo “*sequito faciozo de ladroens, anarquistas*”<sup>26</sup>. Ademais, no dia 26 de dezembro de 1824, os “*cabras levantados do centro*” (do interior, do sertão) ameaçavam invadir a vila de Sobral, ao norte da província do Ceará:

Hoje, pelas 9 horas do dia recebi Officios do Sobral em que se me participa q’ aquella V.<sup>a</sup> está ameaçada de ser amanhã invadida pelos **Cabras** levantados do centro, que em nome de S.M.I. assollão tudo p.<sup>r</sup> onde transitão, roubando, e cometendo m.<sup>mo</sup> alguns assassinios. Ordenei ao Gov.<sup>or</sup> das armas Conrado que partisse pela manhã com 100 homens na Escuna Independencia ou Morte a socorrer e cobrir aquella V.<sup>a</sup> encarregando-o de restituir p.<sup>r</sup> todos os meios possiveis a ordem: espero que no dia 29 do corr.<sup>e</sup> ali se achem. Eu não me tenho poupado ás maiores fadigas, e serei contente se S.M.I. approvar estas medidas a q.<sup>m</sup> VEx.<sup>a</sup> levará o conhecimento deste negocio. D.<sup>s</sup> G.<sup>e</sup> a VEx.<sup>a</sup> Palácio do Governo do Ceará 26 de Dezembro de 1824 = Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> S.<sup>r</sup> General Lima = Pedro José da Costa Barros.<sup>27</sup>

No início do ano seguinte, até o dia 29 de março de 1825, a população da província do Ceará encontrava-se em relativa paz, com exceção dos “*cabras do interior*”, conforme o testemunho do presidente cearense José Félix de Azevedo e Sá: “*Os Habitantes desta Prov.a felism. te vivem tranquilos a exceção dos cabras do interior que tem feito algumas desenvolturas...*”<sup>28</sup>.

Além disso, ente 1831 e 1832, por diversos motivos, Pinto Madeira e o padre Manoel de Sousa lideraram uma resistência armada no Cariri, a qual, por algum momento, chegou a ser apoiada por, aproximadamente, 6.000 homens<sup>29</sup>, na maioria, gente do povo, denominada de “*cabras*”, cujas práticas bélicas remontavam à logística militar indígena, isto porque, na falta de armas de fogo, faziam uso do “*cacete*”, também

---

25 Ib., p. 253.

26 Ib., p. 249.

27 Ib., p. 265.

28 Ib., p. 269.

29 THÉBERGE. Pedro. *Esboço Histórico sobre a Província do Ceará*. Fac-símile da ed. de 1869. Tomo III. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001, p. 86.

conhecido na língua autóctone pelos nomes “jucá”<sup>30</sup> e “ibirapema”<sup>31</sup>, sendo ainda hoje utilizado na região do Cariri cearense na manifestação folclórica conhecida por “maneiro pau”.

Estas clavas de madeira, apesar da rusticidade pré-histórica, eram muito eficientes nos combates corpo a corpo, pois os “caceteiros”<sup>32</sup> levavam vantagem sobre os inimigos que maneavam facões<sup>33</sup>, facas e punhais<sup>34</sup>, devido ao alcance e resistência dos pedaços de jucá temperados ao fogo.

O “quirim” ou “quyri”, tipo de clava mais curta que o normal<sup>35</sup>, era bastante apreciado pelos cabras “jogadores de cacete” no Ceará, e, segundo Irineu Ferreira de Pinto Madeira, em 1831:

Este padre morava no Jardim do Ceará e era conhecido pelos (sic) alcunhas de PADRE PENCA ou BENZE CACETE porque gostava de pedir penca de bananas e havia benzido uma capoeira proxima a sua residencia, para que os QUYRIS tivessem força sufficiente de quebrar as costellas dos brasileiros amigos da Constituição e inimigos de Pedro I.<sup>36</sup>

Conta-se que o padre Antônio Manuel de Sousa benzia os porretes trazidos pelos soldados antes das batalhas, para que, assim, lutassem

---

30 A palavra tupi “jucá” ou “Yucá” significa: ferir, matar (CLEROT, Leon F. R. *Glossário Etmológico Tupi/Guarani*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2011, p. 299).

31 A “ibirapema”, “Iwera Pemme” ou “Iwera Pome”, foi descrita pelo alemão Hans Staden, o qual foi refém dos índios tupinambás no Brasil, no século XVII (STADEN, Hans. *Viagem ao Brasil*. Salvador/Bahia: Livraria Progresso, 1955, p. 248 e 249). Ver também: FERNANDES, Florestan. *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*. 3ª ed. São Paulo: Editora Globo S.A., 2006, figuras 4 e 26.

32 CABRAL, Tomé. *Dicionário de Termos e Expressões Populares*. Fortaleza/Ceará: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1973, p. 171.

33 PINHEIRO, Irineu. *O Joazeiro do Padre Cícero e a Revolução de 1914*. 2ª ed. Fortaleza/Ceará: Editora IMEPH, 2011, p. 31.

34 FIGUEIREDO FILHO, J. de. *Engenhos de Rapadura do Cariri*. Fac-símile da edição de 1958. Fortaleza: Edições UFC, 2010, p. 62.

35 Gustavo Barroso anotou que: “Quirim é o cacete meio curto, feito de uma vergôntea de duro e fortíssimo jucá, assada, de canela de veado, cheia de estrias, de negra maçaranduba ou coração-de-negro” (BARROSO, Gustavo. *Terra de Sol*. 8ª ed. São Paulo: ABC Editora, 2006, p. 105). Tomé Cabral registra que “Quiri – sm. – Cacête pequeno” (Op. cit., p. 658).

36 PINTO, Irineu Ferreira. *Datas e Notas para a Historia da Parahyba*, Volume II. Parahyba do Norte: Imprensa Official, 1916, p. 120.

sob os auspícios divinos, tornando-se invencíveis, segundo a crença da época. Este fato foi amplamente aproveitado pelos liberais, que, lançando mão de um sistemático processo de ridicularização de seus antagonistas, faziam pilhérias com o vigário Antônio Manoel, apelidando-o, pejorativamente, de *“Padre Benze Cacetes”*<sup>37</sup>.

O fato é que os cabras, mesmo após a prisão do seu chefe, Joaquim Pinto Madeira, continuaram a resistência armada, conforme se depreende da leitura de uma carta, datada de 14 de fevereiro de 1833, a qual fora remetida pelo padre Carlos Augusto Peixoto de Alencar ao seu primo (o senador Alencar), dizendo-se que, no sul do Ceará: *“os cabras malvados, e ladrões jamais deixão de se conservarem insobordinados, e altivos; assassinos, roubos, e ataques a famílias inteiras...”*<sup>38</sup>.

Outro primo do senador Alencar, o padre Pedro Antunes de Alencar Rodovalho, através de carta escrita no dia 13 de março de 1833, informou que a única solução para o estado em que se encontrava o Cariri era criar a *“Província do Crato”* e, caso isso não viesse a ocorrer, *“intregasse logo aos Cabras para formarem nelle seo Imperio”*<sup>39</sup>.

Noutra carta, também dirigida ao mesmo Senador, desta vez, redigida por José Ferreira Lima Sucupira (cunhado de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe), na data de 23 de maio de 1833, revela-se que, mesmo após as prisões de Pinto Madeira e do padre Antônio Manoel de Sousa, os cabras, em boa parte do território do Cariri cearense, estavam *“inteiramente independentes”*, não reconhecendo as autoridades oficialmente constituídas<sup>40</sup>.

Mas o que significava ser *“cabra”*? No início do século XVIII, em 1712, o primeiro grande dicionário da língua portuguesa, de autoria do padre europeu D. Rafael Bluteau, diz que *“cabra”* era o nome que os portugueses deram aos índios pelo fato de os terem encontrado ruminando erva de bétel, que sempre traziam à boca<sup>41</sup>. Contudo, o padre

37 FIGUEIREDO FILHO, J. de. *História do Cariri*, Volume III. Crato/Ceará, Faculdade de Filosofia do Crato, 1964, p. 21.

38 Correspondência Passiva do Senador José Martiniano de Alencar. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, 1966, p. 253.

39 Ibidem, p. 153.

40 Ib., p. 198.

41 BLUTEAU, D. Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Coimbra: Collegio das Artes da

não indica se este “índio” era o da Índia ou o da América.

Diferentemente, outro antigo dicionário, de autoria de um brasileiro residente nas proximidades da costa, Antônio de Moraes Silva, publicado em 1789, descreve que cabra era “o filho, ou filha de pái mulato, e mãe preta, ou as avessas”<sup>42</sup>. Neste mesmo sentido, em 1838, opinou o inglês George Gardner, quando de passagem pelo Nordeste do Brasil<sup>43</sup>; o que também foi endossado pelo potiguar Luís da Câmara Cascudo, já no início do século XX<sup>44</sup>.

Os lugares das habitações da maioria destes lexicógrafos, qual seja, o litoral e a zona da mata, ajudam a entender o porquê do conceito adotado por eles em relação ao “cabra”, pois, nas regiões citadas, o processo de invasão do “branco” havia se dado nos idos de 1500, o que, naturalmente, contribuiu para um antigo e relativo despovoamento indígena da costa. Além disso, sabe-se que, com a proibição da escravidão dos autóctones, a mão de obra nas zonas açucareiras era suprida com negros trazidos da África, possibilitando um maior intercursos sexual entre tais etnias: brancos, negros e mulatos.

No entanto, esse conceito não é único, muito menos absoluto, pois outros autores apontam uma definição diferente para a palavra “cabra”, indicando que, na composição deste tipo étnico, também havia os antigos povos nativos do continente Americano, isto é, os índios.

Gustavo Barroso, por exemplo, ao tratar de uma categoria de criminosos que infestaram os sertões nordestinos até meados do século XX, define o cabra como sendo fruto da miscigenação entre o índio e o negro, nos seguintes termos: “Do negro e do índio veio o cafuz ou, melhor, o cabra”<sup>45</sup>.

De maneira semelhante, porém mais ampla, posicionou-se Irineu Pinheiro ao tratar dos cabras do interior nordestino, mais especifica-

---

Companhia de Jesus, 1712, p. 21.

42 SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Tomo Primeiro A=K. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p. 207.

43 GARDNER, George. *Viagem ao Interior do Brasil*: principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. São Paulo: Editora da Universidade do São Paulo, 1975, p. 27.

44 CASCUDO, Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1972, p. 212.

45 BARROSO, Gustavo. *Heróis e Bandidos: os Cangaceiros do Nordeste*. Rio - São Paulo - Fortaleza: ABC Editora, 2012, p. 52.

mente os do Cariri cearense, revelando que, nas origens destes indivíduos “*mestiços*”, estava o elemento indígena misturado ao branco e/ou ao negro:

Em todo o Cariri eram as classes inferiores compostas de elementos ignorantes, analfabetos, em que dominavam os **cabras**, mestiços do negro e do branco ou originários do cruzamento dessas duas raças com o elemento indígena. Eram os **cabras**, em geral, rixosos, turbulentos. Exímios *jogadores de pau*, não raro acabavam a cacete, as feiras das cidades, das vilas, dos povoados. No Crato e em outros municípios caririenses, certos *donos de sítio*, ou de *engenho* protegiam aqueles que lhes eram moradores. Estabeleciam-se entre os **cabras** de um sítio e os de outro, ou entre os dos *brejos* e os dos *pés de serra*, rivalidades determinadoras de lutas, em que dominava uma arma terrível: o cacete. Mas sempre encontravam os desordeiros a proteção dos *donos de engenho* a quem pertenciam. **Cabras** caceteiros houve, cujas façanhas ainda se rememoram, em noites enluaradas, no chão batido dos terreiros das casas dos sítios, ou das fazendas.<sup>46</sup>

É perceptível que esta definição não revela apenas a composição cromossômica deste grupo chamado de cabras, mas vai além, traçando aspectos relacionados aos costumes e tradições dos ameríndios, como, por exemplo, o uso da clava de jucá que, por conseguinte, serve para identificar as práticas guerreiras desses mestiços. Não bastasse, Irineu Pinheiro também descreve as classificações populares dadas aos cabras, entre o final do século XIX e início do século seguinte, verbo *ad verbum*:

Havia ainda no Cariri os **cabras de confiança**, **cabras bons**, sempre prontos a defender pelas armas os patrões, ou a executar-lhes os serviços, de que os incumbiam, contra inimigos políticos, ou particulares. Metiam-se em infucas arriscadas com o mais solene desprezo da vida. Nesses mestiços a quem, no interior, se chamam **cabras**, há, certamente, em apreciável porcentagem, um bem acentuado fundo de crueldade. E o conceito que deles

---

46 PINHEIRO, Irineu. *O Joazeiro do Padre Cícero e a Revolução de 1914*. 2ª ed. Fortaleza/Ceará: Editora IMEPH, 2011, p. 31.

faz o povo, conceito traduzido na sugestiva expressão: **cabra**, cobra é a mesma coisa.<sup>47</sup>

Em publicações do jornal “*O Araripe*”, impresso na cidade do Crato (de 1855 a 1865), também são encontradas algumas referências aos cabras, os quais, por vezes, são apontados entre os escravos foragidos. Numa destas edições de “*O Araripe*”, datada de 1855, é possível obter subsídios para melhor entender o conceito de cabra naquele tempo e lugar:

Ao abaixo assinado figurão dois escravos, em Janeiro de 1846, e forão em demanda do Rio S. Francisco, de onde vierão veridicas noticias: os escravos tem os signaes seguintes. Antonio, **cabra** filho de tapuia com mulato, hade ter a idade de 38 anos, official de carpina, e sapateiro, sabe ajudar missa, e algua coiza ler: esse escravo consta axar se vendido por um velhaco, ao Coronel Ernesto da Costa Medrado: o outro escravo tambem se xama Antonio, **cabra** trigueiro, filho de uma molata com negro, é alto em porpoções, tem o rosto redondo, meia barba, dentes limados, pernas grossas, ár devoto, canhoto, e é amigo de contar istorias a meninos: Da se 50\$. de gratificação a quem caturar a qual quer desses escravos, e os entregar ao seo legitimo dono, que é o abaixo assignado morador no sitio *curraes* do termo da cidade do Crato. Curraes 5 de 9br.o de 1855. Joaquim Antonio Biserra de Meneses.<sup>48</sup>

Mesmo com base nesses elementos, a questão ainda permanece meio indecisa, pois, segundo o texto, o cabra poderia ser resultado da miscigenação entre o índio (tapuia) e o mulato ou entre este e o negro. Mas, em outra edição do mesmo jornal, de 1856, lê-se num dos anúncios sobre escravos foragidos a citação a um “*cabra fulo, misturado com cabouculo*” que havia se evadido na companhia de uma mameluca, fato que, de certa forma, reforça a participação dos indígenas na formação do conceito sobre o cabra no Cariri. Dessa feita, assim era descrita a

---

47 Ibidem, p. 34.

48 O Araripe, nº 19, sábado, 10 de novembro de 1855, p. 04. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=213306&pesq=> Acesso em 24 de jun. de 2018, às 11h15min.

notícia no referido hebdomadário cratense:

O abaixo assignado faz saber ao publico, que no dia 26 do corrente mes fugira do sitio Riacho do Meio na freguesia de Barbalha, o escravo Manoel, de idade 25 annos pouco mais ou menos, **cabra** bem fulo, misturado com cabouculo, altura e grossura regular, cabeça grande, cabellos pretos e estirados porem grossos, barba quasi nenhuma, falto de dentes da frente, pernas finas, peis regular, os calcanhares bem rachados: comduzio consigo uma mulher e a valia-se não se apartar della, a qual é mame-luca, idade de 30 e tantos a 40 annos, baxasinha, cabelo preto e caxiado; quem apprehender dito escravo e o levar a casa do annunciante será bem recompençado. Riacho do Meio 29 de Julho de 1856. Sebastião Rodrigues da Gama e Silva.<sup>49</sup>

Conforme escreveu Clerot, no Brasil, os termos “*Caboculo*”, “*caboclo*” ou “*caboco*” (do tupi, “*o que vem do mato*”)<sup>50</sup> eram usados para fazer referência aos indígenas, no entanto, desde 1755, o Rei de Portugal havia proibido que os “*vassalos*” fossem tratados por este vocábulo em razão da carga pejorativa que a dita terminologia havia adquirido ao longo do tempo bem como pela intenção de incentivar os casamentos entre brancos e índios<sup>51</sup>.

Ainda, na investigação sobre o conceito do que eram os cabras, sob o critério do espaço geográfico e do tempo em que se inseriam estes sujeitos, constata-se que, no interior cearense, no início da segunda metade do século XIX, o termo “*cabra*” era aplicado com dúbio sentido, qual seja, para ofender pessoas “*brancas*” ou para se referir aos descendentes dos índios, conforme registrou em seu diário o médico Francisco Freire Alemão, em 1861, quando esteve em visita a esta parte do País:

---

49 O Araripe, nº 55, sábado, 02 de agosto de 1856, p. 04. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=213306&pesq=> Acesso em 24 de jun. de 2018, às 11h15min.

50 CLEROT, Leon F. R. *Glossário Etmológico Tupi/Guarani*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2011, p. 109)

51 O conteúdo deste alvará pode ser visto em: Registro de Autos da Ereção da Vila de Montemor o Novo da América, Parte I, Revista do Instituto do Ceará, Tomo V, Fortaleza - Ceará, 1891, p. 86.

Ontem ainda tivemos ocasião de observar como [se] emprega aqui as palavras corno, corna, corninho, corninha nos próprios filhos. O Sr. Raimundo (homem branco distinto do lugar), brincando com uma filhinha de ano, [fl. 223] dizia muitas vezes: “Essa corna, esta corninha”. Em outras ocasiões tenho ouvido senhoras brancas chamarem as filhas cunhã. “Vai ver aquela cunhã”, ou “aquela cunhãzinha que está chorando”. Aos descendentes dos índios chamam *cabras* (*os cabras*, a cabralhada, a cabraria, cabroeira, cabreirada etc.), ao homem branco que se porta mal chamam *cabra*, ao inimigo, ao desafeto igualmente, *cabra safado*, denominação de desprezo.<sup>52</sup>

Assim, tal apontamento de Freire Alemão permite conhecer mais a fundo o sentido que possuía a palavra *cabra* em meados do século XIX, no Cariri cearense, pois, estando o autor imitado naquele espaço-tempo e convivendo com os habitantes do local, pôde relatar como se dava a prática do uso da referida terminologia.

## Conclusão

Pelo exposto, conclui-se que a terminologia “*cabra*”, para definir pessoas ou grupos humanos na então capitania do Ceará, já era utilizada desde o século XVIII, passando ao século seguinte, aparentemente, com a mesma semântica. Paralelamente, nota-se que, por todo este período, os ditos cabras desempenhavam papéis beligerantes dentro da sociedade cearense, praticando, na ótica dos códigos de natureza penal, “*crimes*” contra o patrimônio e contra a vida, às vezes, manipulados por chefes locais, guiados pela própria vontade.

Igualmente, deduz-se que a expressão “*cabra*”, no Cariri cearense, nos séculos XVIII e XIX, referia-se ao indivíduo de ascendência indígena, puro ou mestiço; livre, liberto ou escravo; de qualquer sexo ou idade; geralmente, oriundo das classes, economicamente, menos favorecidas. No entanto, no final do século XX, o dito vocábulo sofre mudança semântica e perde os sentidos de dicriminação social e de beligerância

---

52 ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011, p. 454 e 455.

bem como o sentido pejorativo de cunho étnico-racial, passando a ser usado, mais comumente, para substituir as palavras indivíduo, sujeito, homem, menino (cabinha), menina (cabrocha), etc.

Nota-se também que o conceito de cabra surgiu pela visão e dicção dos grupos de ascendência europeia para fazer menção aos “mestiços” resultantes do intercuro sexual entre pessoas de várias etnias, os quais, à época, ainda não possuíam definição dentro do vocabulário formal luso-brasileiro.

### **BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:**

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. *Dicionário Jurídico Acquaviva*. São Paulo – SP: Editora Rideel/ABDR, [2007-2010].

ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011.

ARAÚJO, Padre Antonio Gomes de. *A Cidade de Frei Carlos*. Crato - CE: Faculdade de Filosofia do Crato, 1971.

BARROSO, Gustavo. *Terra de Sol*. 8ª ed. São Paulo: ABC Editora, 2006.

\_\_\_\_\_. *Heróis e Bandidos: os Cangaceiros do Nordeste*. Rio - São Paulo - Fortaleza: ABC Editora, 2012.

BEZERRA, Antonio. *Algumas Origens do Ceará*. Fortaleza – CE: Fundação Waldemar Alcântara, 2009, p. 185 e 23.

BLUTEAU, D. Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

BRÍGIDO, João. *Apontamentos para A História do Cariri*. Fac-símile da ed. de 1888. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2007.

CABRAL, Tomé. *Dicionário de Termos e Expressões Populares*. Fortaleza/Ceará: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1973.

CASCUDO, Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1972.

CLEROT, Leon F. R. *Glossário Etmológico Tupi/Guarani*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2011.

FERNANDES, Florestan. *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*. 3ª ed. São Paulo: Editora Globo S.A., 2006.

FIGUEIREDO FILHO, J. de. *Engenhos de Rapadura do Cariri*. Fac-símile da edição de 1958. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

\_\_\_\_\_. *História do Cariri*, Volume III. Crato/Ceará, Faculdade de Filosofia do Crato, 1964.

GARDNER, George. *Viagem ao Interior do Brasil*: principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. São Paulo: Editora da Universidade do São Paulo, 1975.

IRFFI, Ana Sara Cortez. *Capítulos de História Social dos Sertões*. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura Editorial, 2017.

MACÊDO, Heitor Feitosa. *Sertões do Nordeste*: Inhamuns e Cariris Novos, Volume I. Crato – CE: A Província, 2015.

MACEDO, Joaryvar. *Império do Bacamarte: uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri cearense*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1990.

PINTO, Irineu Ferreira. *Datas e Notas para a Historia da Parahyba*, Volume II. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1916.

PINHEIRO, Irineu. *O Joaseiro do Padre Cícero e a Revolução de 1914*. 2ª ed. Fortaleza/Ceará: Editora IMEPH, 2011.

PRUDÊNCIO, Antônio Ivo Cavalcante. *Heróis da Solidão*: Províncias do Norte - 1817 a 1824. Fortaleza/CE: Gráfica e Editora Royal, 2011.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Tomo Primeiro A=K. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

STADEN, Hans. *Viagem ao Brasil*. Salvador/Bahia: Livraria Progresso, 1955.

THÉBERGE, Dr. Pedro. *Esboço Histórico sobre a Província do Ceará*. Fac-símile da ed. de 1869. Tomo II. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

\_\_\_\_\_. *Esboço Histórico sobre a Província do Ceará*. Fac-símile da ed. de 1869. Tomo III. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

#### SITES CONSULTADOS:

<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/38002>. Acesso em 23 de jun. de 2018, às 14h30min.

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=213306&pesq>. Acesso em 24 de jun. de 2018, às 11h15min.

<https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/itemlist/filter.html?searchword438-from=1885&searchword438-to=1885&moduleId=219&Itemid=174>>. Acesso em 28 de jun. de 2018, às 12h19min.

#### REVISTAS:

*Revista Terra de Sol*, Ano V, nº 5º, 2017, p. 46 e 47. In: MACÊDO, Heitor Feitosa. A Revolução de 1817 no Ceará.

*Revista Trimestral do Instituto Histórico e Etnográfico do Brasil (IHGB)*. Tomo XLVIII. Parte I. Rio de Janeiro: 1885.

**JORNAIS CONSULTADOS:**

O Araripe, nº 19, sábado, 10 de novembro de 1855, p. 04.

\_\_\_\_\_. nº 55, sábado, 02 de agosto de 1856, p. 04.

**DOCUMENTOS:**

Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Brasil – Ceará, Crato, 1821, agosto, 22, Crato: OFÍCIO do ouvidor do Crato, José Joaquim Correia da Costa Pereira do Lago, ao presidente das Cortes Gerais de Lisboa [João Batista Filgueiras], sobre os acontecimentos decorridos naquela vila em função do juramento da Constituição. CTA: AHU-CEARÁ, cx. 19, doc. 21. CT: AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 22, D. 1318.

\_\_\_\_\_. Pernambuco, 1738, março, 31, Recife: REQUERIMENTO da viúva do doutor Manoel da Fonseca Marques, Gracia da Cruz e Silva, ao rei [D. João V], pedindo a prisão do sargento-mor Miguel Carneiro da Cunha, natural de Aquirás, Ceará Grande, mandante do assassinato de seu marido, Manoel da Fonseca Marques, e que se encontra refugiado em um engenho na Várzea, pertencente a parentes. AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 51, D. 4528.

Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC). *A Confederação do Equador no Ceará: manuscritos*, Volume 2. Fortaleza/CE: Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2005.

Correspondência Passiva do Senador José Martiniano de Alencar. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, 1966.

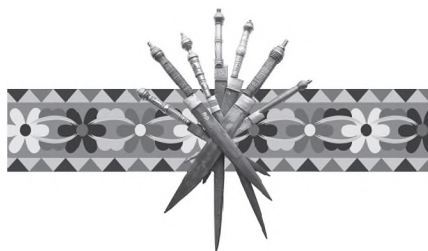
MEMÓRIA COLONIAL DO CEARÁ, 1731-1736. Tomo 1. Kapa Editorial, 2011

\_\_\_\_\_, 1726-1731. Tomo 2. Kapa Editorial, 2011, p. 175.

Registro de Autos da Ereção da Vila de Monte-mor o Novo da América, Parte I, Revista do Instituto do Ceará, Tomo V, Fortaleza - Ceará, 1891.

Revolução de Pernambuco em 1817. Relação dos Réus presos existentes na Cadeia da Relação da Bahia. Biblioteca Digital Luso- Brasileira. Disponível em: <<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/38002>>. Acesso em 23 de jun. de 2018, às 14h30min.





# GUSTAVO AUGUSTO LIMA E OS CABRAS DE LAVRAS DA MANGABEIRA/CE



**Jorge Emicles  
Pinheiro Paes  
Barreto**

(advogado e escritor)

## Introdução

Fenômeno social dos mais intrincados, o cangaço é marcante na região hoje conhecida como nordeste brasileiro entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Sua forma mais palatável e repercutida na historiografia é a dos bandos de cangaceiros, que têm no famigerado Lampião sua expressão mais difundida. Tratavam-se de bandos armados que circulavam por todo o sertão, invadindo fazendas e cidades, saqueando todos os bens de valor que pudessem surrupiar.

Pode parecer que esses fora da lei estavam totalmente em contrafação ao poder organizado no sertão nordestino, antagonicamente posicionados às forças políticas e bélicas da região. Contudo, são numerosos os relatos na historiografia de amizades e cumplicidades entre esses bandos e os coronéis, expressão máxima do poder local nesse período. Bem ao contrário, não foram poucas as vezes em que os coronéis se valeram da força belicosa do cangaço para a consecução de

seus objetivos políticos.

Talvez o mais famoso desses casos, seja a concessão da comenda de capitão do batalhão patriótico da Guarda Nacional a Virgulino Ferreira, o Lampião, em festiva solenidade ocorrida em Juazeiro do Norte e presidida nada menos do que por padre Cícero. À parte a polêmica inata que esse evento ainda hoje causa entre os historiadores, esse é apenas um exemplo, dentre tantos outros, de aliança entre os coronéis nordestinos e essa mão de obra mercenária, sempre pronta a servir a todos os interesses locais mediante recompensas que entendessem justas.



Cel. Gustavo Augusto Lima

A mão de obra bélica dos coronéis nordestinos, entretanto, não se resumia apenas a esses mercenários. Havia um exército próprio, sempre de vigília para as lutas que se apresentassem, que nessa época eram quase cotidianas. No cariri cearense, destacou-se a relação com os chamados cabras. Conforme CALIXTO JÚNIOR (2017, p. 25), eram “em tempo de paz, trabalhadores do eito, meeiros e vaqueiros. Em tempos de guerra – cabras em armas. Viviam na dependência dos donos da terra, os coronéis latifundiários”.

O Cariri cearense é especialmente rico na cultura coronelata. Teve aí, seu apogeu de maior destaque na política nacional e na belicosidade de suas relações. Não são poucos os nomes que se destacam nesse período, como são os exemplos sempre citados dos coronéis Belém, Antônio Luiz, Antônio Róseo, Manoel Ribeiro, Domingos Leite, Antônio Leite e tantos outros, isso para ficarmos apenas em alguns exemplos. Claro que a figura mais proeminente entre todos é a do padre Cícero Romão Batista, para uns outro entre os coronéis, para outros o conselheiro e conciliador entre todos. Fato é que foi o padre o idealizador e grande fiador do chamado pacto dos coronéis, através do qual se buscava dar cabo à guerrilha travada entre eles na busca da consolidação do poder local. Fato é que o Juazeiro da época do padre Cícero

conheceu muitos e famosos cabras. Fato é que esses foram elementos essenciais na tomada do poder estadual ocorrida no ano de 1914.

Mas igualmente não se poderá jamais abordar de maneira completa o fenômeno do coronelismo e suas intrincadas relações com os cangaceiros, sem levar em conta ainda a elevada figura de dona Fideralina Augusto Lima e seu portentoso e tumultuado feudo, lugar em que reinaram várias gerações entre seus descendentes. De todos eles, o mais destacado é sem dúvidas o seu filho, coronel Gustavo Augusto Lima, que depois de sua mãe, foi de longe a maior e mais destacada liderança daquela região do Vale do Salgado, que por isso colecionou muitos correligionários e inimigos de destaque e força política, como é o melhor exemplo do poderoso Floro Bartolomeu, reconhecido alter ego político do próprio padre Cícero.

Sempre com o apoio inestimável dos seus cabras, tomou o coronel Gustavo seu lugar definitivo na história do Ceará e do coronelismo nordestino.

O presente artigo, se propõe a investigar a sua trajetória política, buscando desvelar o lugar apropriado de seu vulto nessa importante passagem da história regional e nacional.

### **A Chegada Ao Poder**

É nascido em 23 de agosto de 1861 no seio de uma das mais importantes famílias do Cariri. Filho, neto e bisneto de coronéis, teve desde a mais tenra idade convivência com a cultura do poder e as relações entre os latifundiários e seus cabras e escravos. Não se conhecem relatos nesse sentido, mas é quase certo que na sua infância de menino de engenho nos campos do sítio Tatu, símbolo dos domínios de sua mãe, teve muitas oportunidades de brincar no lombo dos escravos e subjugar os cabras da propriedade, numa relação que embora não o sendo de fato, era bem próxima à servidão medieval.

Uma das características mais marcantes da educação que recebeu de sua mãe, dona Fideralina Augusto Lima, foi o esmero pela instrução formal. Dizia a matriarca do clã dos Augustos que a próxima geração exerceria o poder a partir da força da caneta, não do bacamarte,

como era na sua própria época, de sorte a que teve especial zelo com a educação dos seus filhos e netos (COUTO, 2018).

Não era o primogênito de dona Fideralina, mas o seu quinto rebento. De início não foi preparado para assumir a chefia do clã, lugar antes destacado para seu irmão mais velho, Honório, contra quem haveria de protagonizar um dos mais peculiares episódios do coronelismo caririense. Mesmo assim, foi enviado para estudar no tradicional Colégio do Padre Inácio de Souza Rolim, em Cajazeiras, onde também estudaram José Marrocos e o próprio padre Cícero Romão Batista.

Mas a sua vocação era para a política, o que bem cedo o levou ao protagonismo de famosa rixa com seu irmão mais velho.

Antes mesmo de tomar as rédeas do poder em Lavras da Mangabeira, exerceu vários cargos de honor, naturalmente sempre através das firmes mãos de sua matriarca. Antes de 1907 já havia exercido o cargo de coletor das rendas provinciais, membro do Conselho da Intendência Municipal e já ostentava a patente de coronel da Primeira Companhia do Batalhão da Guarda Municipal.

Foi em 26 de novembro de 1907 (MACEDO, 2017) que se deu o episódio, de longe, mais marcante de sua vida, que iria definir seu destino no mandonismo local, mas também na sua própria desgraça. Também é evento profundamente marcante na vida de dona Fideralina, cujas consequências retumbaram até a hora de sua morte. Pode-se dizer também que o passamento mesmo do coronel Gustavo, quase vinte anos depois, foi inevitável desdobramento desse terrível episódio de relevância política, sem dúvidas, mas sobremaneira marcante para todo o clã dos Augustos.

Era tão poderoso o mandonismo exercido pela tradição da família, que somente outro membro dela poderia desafiar as ordens da matrona. Ou pelo menos tentar. Foi exatamente o que fez o filho Honório Correia Lima, cuja descendência desboca no atual prefeito da capital Alencarina, Roberto Cláudio. Foi Honório o primeiro a dissentir da orientação política da mãe e por esforços próprios chegou a galgar a posição de líder do Partido Governista em Lavras.

Dona Fideralina, contudo, não admitia que ninguém brilhasse mais que ela mesma, o que a levou a tomar sérias providências. Após firme

recusa do filho em ceder o lugar conquistado, resolveu toma-lo pelas armas. Valendo-se de seus destemidos cabras e sob a liderança de Gustavo, fez apagar do poder não somente do partido, como da própria Intendência Honório. Foi o momento áureo da ascensão definitiva de Gustavo ao poder local, posto que foi no lugar do irmão.

Uma das histórias mais replicadas da velha Fideralina remonta exatamente a essa ocasião quando, ainda no alpendre do sítio Tatu, dirigiu aos cabras liderados por Gustavo a sentença de que “aquele que derramasse o sangue de Torto morreria” (MACEDO, 2017). Torto era o epíteto de Honório.

Dali em diante a família nunca mais se reunificaria, replicando aquela rusga original em vários outros episódios, que ao termo conduziram à própria morte de Gustavo.

Tanto Honório quanto seu irmão Gustavo eram casados com duas primas legítimas, ambas filhas de uma irmã de Fideralina, Dulcéria Augusto de Oliveira, conhecida por Pombinha. Naquele episódio, Pombinha tomou as dores de Honório, tendo se arregimentado a ele na indignação pela desfeita de Fideralina. Daí nasce a inimizade e oposição perpétua levada a cabo pelas irmãs até o final de suas vidas. Consta que já no leito de morte, Fideralina chamou a irmã para proceder às pazes, ao que Pombinha retrucou que não iria, que se fosse para perdoar, faria isso à distância mesmo (MACEDO, 2017). Uma vez que Honório se retirou para Fortaleza (jamais tendo retornado a Lavras), a liderança da oposição coube a Pombinha.

Outra cena folclórica, também decorrente desse episódio, se deu quando, a partir da queda da oligarquia de Nogueira Accioly, começaram a ser nomeados os novos Intendentes municipais adversários dos coronéis. A indicação para a Intendência de Lavras teve o patrocínio de Pombinha (tendo recaído na pessoa de seu genro, conhecido por Zé Burrego), que em cumprimento a promessa atravessou todo o largo da Matriz da cidade de joelhos, indo assim até o altar, em louvor pela graça alcançada, que era a aparente derrocada política e sua irmã (MACEDO, 1990).

Mas aquele foi apenas um hiato passageiro do poderio absoluto de dona Fideralina, seu filho Gustavo e a horda de cabras que lhes garantia o mandonismo.

## A Invasão de Lavras

No Cariri cearense, o fenômeno do coronelismo teve cores bem marcantes e violentas. Enquanto no âmbito nacional vigia a Velha República, no plano estadual foi o tempo do reinado despótico de Nogueira Accioly, que ganhou nas armas e nos cabras dos coronéis locais uma de suas forças mais consideráveis. Embora as fraudes eleitorais garantissem a vitória da situação em todo os pleitos, o poder nesse rincão era tomado a bala. A lei e a ordem prometidas pela autoridade maior da oligarquia Accioly de quase nada valiam.

Para ascender ou se manter no poder era imprescindível o fogo do bacamarte e a força dos cabras, arregimentados entre os trabalhadores braçais dos coronéis ou alugados quando era necessário fortalecer o regimento.

Nesse período, houve alteração no mando dos coronéis em quase todas as cidades caririenses. Sempre arregimentados pelo poder da bala, os inimigos simplesmente cercavam, dominavam o opositor e o depunham. Não houve um único caso de reação por parte do poder do Estado. A postura do comendador Nogueira Accioly sempre foi a de consagrar na Intendência municipal o coronel vencedor do embate (MACEDO, 1990).

Assim caiu o coronel Belém, em Crato, Neco Ribeiro em Barbalha e Antonio Roseo em Missão Velha. Um dos episódios mais marcados pela violência foi a chamada questão de 8 (porque ocorrido no ano de 1908), em Aurora, que antes da deposição do poder local do coronel Totonho Leite, deu azo à terrível chacina do Taveira, uma emboscada a mando do coronel Totonho e com a participação de homens do governo do Estado, que resistida, levou ao poder outra famosa matrona caririense, dona Marica Macedo, ou Marica do Tipi (MACEDO, 1990).

Esse derradeiro episódio teve reflexos indiretos no acontecimento de 1910 em Lavras da Mangabeira, onde no curso da sequência de levantes do poder local, também tentaram apelar do poder o coronel Gustavo Augusto.

O acontecido teve vez em oito de abril de 1910, quando aproximadamente cento e cinquenta cabras, liderados por Quinco Vasques

(Joaquim Vasques Landim), proveniente da serra de São Pedro (hoje Caririaçu), tomou as ruas de Lavras e apeio fogo de bacamarte contra a residência do coronel Gustavo Augusto Lima, que avisado com antecedência do ataque, havia arregimentado seu pessoal, o que possibilitou que resistisse com sucesso. Esgotada a munição do agressor, forçado foi a bater em retirada. CALIXTO JÚNIOR (2017) em obra específica sobre esse acontecimento não consegue identificar as razões precisas que teria Quinco Vasques para entregar-se a tão perigosa empreitada. Aduz, contudo, que “foi atribuída pelo Pe. Alencar Peixoto a responsabilidade do ataque a Lavras (...) aos mandões do Crato” (CALIXTO JÚNIOR, 2017, p. 55). Também em outra passagem do mesmo trabalho, conclui ter havido algum tipo de atrito entre Gustavo e Vasques desconhecido, contudo, das fontes históricas.

Do inquérito que foi instaurado para apurar tal ocorrido, o próprio Quinco Vasques confessa que ao cabo de sua missão deveria entregar a intendência a José Augusto de Oliveira, o Zé Burrego, por sua vez filho de Pombinha e cunhado do coronel Gustavo. Também, antes de invadir a vila de Lavras, Vasques pernitoou na propriedade do major Eusébio Tomás de Aquino, primo de Gustavo. Já na urbe, invadiram a casa do irmão de Gustavo, coronel Francisco Augusto Correia Lima. Apesar do parentesco com a vítima do ataque, ambas as personagens eram seus inimigos políticos, partidários da dissidente Pombinha (MACEDO, 1990).

Por sua vez, há evidências de que os derrotados de oito, em Aurora, intentavam fortalecer sua posição através da nova Intendência de Lavras, o que facilitaria a retomada de seu poder em Aurora. Conforme vaticina MACEDO (1990, p. 122), é preciso se considerar “as profundas vinculações de parentesco e amizade de José Augusto de Oliveira, ou seja, José Borrego, e José Leite de Oliveira com os Leites e Gonçalves de Aurora, os quais (...) haviam sido escorraçados, com seu chefe, o coronel Antônio Leite Teixeira, vulgo, Totinho Leite”.

Portanto, o ataque era claramente uma tentativa de substituir o poder de um coronel por outro, dessa feita com a peculiaridade de serem os pretensos, depositar e deposto, membros da mesma família. Claro revidou à deposição anos antes do coronel Honório. Só que dessa vez,

foi vencedora a resistência, no único episódio no Cariri de manutenção do mesmo potentado após os ataques dos inimigos.

Logo no ano seguinte viria a ter fim a prática da deposição à bala. Não pela autoridade do oligarca Accioly, que seguia, como sempre, pusilanimemente referendando o vencedor pelas armas, alegando o fato consumado, mas pela arte, nada menos que de padre Cícero, que valendo-se da autoridade e respeito que possuía sobre todos os contendores, arquitetou o famoso Pacto dos Coronéis, documento firmado em Juazeiro, sob a presidência do padre, que estabelecia o armistício e a instituição de procedimentos pacíficos de solução para futuros conflitos.

E, desde então, não houve mais refregas desse tipo no Cariri.

Os tiros de bacamarte, contudo, ainda não silenciaram, porque com a queda da oligarquia Accioly, veio a desgraça política de todos os coronéis locais, que humilhados viram a substituição de seus Intendentes por pessoas da confiança do novo Presidente do Estado, Franco Rabelo.

Era preciso derrubá-lo, pois. E a tempestade perfeita se apresentou quando o Presidente do Estado se recusou a apoiar a candidatura do todo poderoso Pinheiro Machado à Presidência da República.

### **A Revolução de 1914**

A oligarquia Accioly, que bem ou mal era ao sustentáculo a nível estadual do poderio dos coronéis entra em ruína em janeiro de 1912, ascendendo então ao poder o coronel Franco Rabelo, vinculado à oposição e sem qualquer experiência ou leitura política das relações de poder local, inclusive porque estava afastado do Estado a longos anos.

Em seus primeiros atos, toma medidas não somente que o conduziram ao afastamento dos coronéis, como finca trincheira no combate ao banditismo generalizado francamente tutelado pelas práticas deles. O rompimento era inevitável.

Em Lavras da Mangabeira, ascende então ao poder na Intendência municipal Zé Burrego, que apesar de seu parentesco com Fideralina Augusto Lima, era correligionário de sua irmã, Pombinha. É exata-

mente nesse ponto em que se deu o episódio do cumprimento da promessa de Pombinha, que de joelhos percorreu todo o caminho entre sua residência até o altar da matriz de São Vicente Férrer, em Lavras, episódio do qual já tratamos brevemente. Igualmente em todos os demais municípios caririenses foram sendo depostos os coronéis e seus prepostos, dando vez a uma nova casta de mandatários, tantas vezes mais ferozes que os depostos.

Bom exemplo desse período temos na deposição de Antônio Luís Alves Pequeno, Intendente aciolista em Crato, substituído que foi por Francisco José de Brito, o lendário Chico de Brito. Exatamente nessa ocasião, Chico de Brito, antes mesmo de receber a nomeação do novo Presidente do Estado, resolveu invadir o paço da Prefeitura e depor por suas próprias forças Antônio Luís. Indagado com base em qual lei fazia aquele ato, retrucou ser com fundamento na lei de sua arma. Foi assim que surgiu na tradição oral dos caririenses o famoso aforismo da lei de Chico de Brito. (MACEDO, 1990).

Como bem adverte PINHEIRO (2011), tamanha afronta ao poderio dos coronéis locais, assomada à oposição em nível nacional à então imbatível candidatura do gaúcho Pinheiro Machado à Presidência da República inevitavelmente levaria à deposição do novo governo.

A organização do levante coube propriamente a Floro Bartolomeu, que necessariamente agia como porta voz do padre Cícero. O sacerdote, por sua vez, chegou mesmo a negar em seu testamento qualquer responsabilidade sobre os acontecimentos que redundaram na deposição de Franco Rabelo (CAVA, 2014), mas, naqueles idos, ninguém duvidava de estar nas sagradas mãos do padre o direcionamento final de todo o processo de resistência. Naturalmente, como pela força da gravidade, todos os coronéis locais assomaram forças ao movimento de resistência de Juazeiro, inclusive o líder deposto de Crato, coronel Antônio Luís, que chegou na fase mais crítica do processo a se mudar para Juazeiro. (NETO, 2009).

O coronel Gustavo Augusto Lima e todo seu grupo político, inclusive sua mãe, tiveram importante participação nesse episódio tão singular da história do Cariri e de todo o Ceará. Tanto foi apoiador de primeira hora quanto hipotecou ao movimento dinheiro, armas e ca-

bras, tendo tido relevante participação durante o desenrolar dos acontecimentos, rivalizando mesmo com a liderança de Floro Bartolomeu.

A guerra propriamente tem início com a invasão do Crato pelos romeiros ciceranos, seguindo em incontinente rumo ao litoral, até a derrubada da capital Alencarina. No caminho, pousaram as tropas no terreiro da velha Fideralina, no sítio Tatu, que os acolheu com mantimentos, além de agregar novos cabras e armamentos, necessário reforço para a intentona (MACEDO, 1990).

Quando as tropas rebeldes irromperam em Fortaleza, encontrava-se em sua vanguarda o coronel Gustavo Augusto Lima, sendo aclamado pelo comando da revolução como general de campo, em reconhecimento a suas sagazes estratégias (MACEDO, 2017). Também, graças a seus movimentos no xadrez político, galgou importante vitória sobre Floro Bartolomeu naquele primeiro instante, pois foi eleito vice-Presidente do Estado, acumulando ainda os cargos de intendente de Lavras da Mangabeira e Deputado à Assembleia Legislativa.

Por tal desfeita, jamais foi perdoado por Floro Bartolomeu, de quem se sagrou inimigo pelo resto da vida. Causaram espécie os pronunciamentos do médico baiano em desfavor de Gustavo Lima, acusando-o, entre outras desfeitas, de covarde, corrupto e até mesmo falsário, acusações amplamente repercutidas na imprensa local e nacional. Era agnominado pelo deputado de “herói das fugas” (CALIXTO JÚNIOR, 2017). Há uma série de oito artigos publicados por Floro Bartolomeu no periódico *O Unitário*, de Fortaleza, intitulados todos de “Formal Desmentido”, no âmbito dos quais desbulha as detratações contra seu inimigo.

Conta a tradição oral não somente que Gustavo Lima prometeu mandar moer Floro nas moendas do engenho do Pau Amarelo (sítio de sua propriedade), como que o médico e deputado, quando vinha de trem de Fortaleza em direção a Juazeiro, desembarcava sempre em Iguatu e não em Lavras, que seria à época a última estação da rede ferroviária (por isso, mais próxima de seu destino), exatamente por temor à vindita da família Augusto. O fato é que nem o destempero de Floro foi capaz de por freio ao destemido Gustavo.

Destemor que encontraria, ainda assim, um fim dentro das artimanhas tramadas no seio da própria família.

## O Dia do Barulho

Era tão grande e indevassável o potentado dos Augustos, que somente outro membro do clã teria a audácia de tentar destroná-los. A própria invasão de Lavras em 1910, como já destacado, tem a sogra e o cunhado de Gustavo entre seus mentores e beneficiários últimos.

Foram exatamente os desdobramentos da derrubada de Honório Correia Lima por sua mãe que fizeram germinar a ferrenha oposição contra Gustavo e sua genitora no seio da própria família, cujos desdobramentos desaguarão nos acontecimentos de nove de janeiro de 1922. Naquele tempo, a velha dona Fideralina já não mais contava entre os vivos faziam três anos. Sua ausência em carne fez acirrar ainda mais as antigas contendias, a ponto de todos resolverem solucionar o histórico entrevero literalmente à bala. Conta a tradição oral que a cidade de Lavras àquele dia foi dominada por tiroteio generalizado entre familiares. De um lado, Zé Burrego e José Leite de Oliveira (Zé Leite), que, apesar de inimigos de Gustavo, eram seus primo e cunhado.

Vários membros da família mudaram-se de Lavras da Mangabeira após a hecatombe, a exemplo de Amâncio Lacerda Lei e sua mulher Lídia, ambos netos de Fideralina, ela filha do próprio Gustavo.

O coronel Gustavo não estava em Lavras àquele dia, mas pagou preço alto pelo acontecimento, pois a ele foi atribuída a matança. Do lado de Gustavo Augusto Lima, restou baleado seu filho Raimundo Augusto, prefeito Municipal e herdeiro político do pai (último dos Augustos a chefiar o poder local por várias décadas, pois após a decadência política de Raimundo Augusto, que somente aconteceria na segunda metade dos anos 1970, um Augusto voltaria a ocupar a prefeitura local somente em 2012, na pessoa de Gustavo Augusto Lima Trineto, o Tavinho). Pela oposição o derramamento de sangue foi maior, pois foram homicidados, José Leite Filho, o Zezinho, que era filho de Zé Leite e genro do coronel Gustavo; Simplício Augusto Leite, igualmente filho de Zé Leite e ainda o major Euzébio Tomas de Aquino, sobrinho de Pombinha e Fideralina.

Coube a um dos filhos de Eusébio, Raimundo Augusto de Aquino, conhecido por Raimundo de Eusébio, praticar o desfecho final dessa

história de ira e sangue entre parentes. Como consequência direta do Dia do Barulho, Raimundo de Eusébio, em 28 de janeiro de 1923, às vinte e uma horas, em plena praça do Ferreira, Fortaleza, dentro do chamado bonde do oiteiro, em frente ao então bar da Gruta, assassinou a tiros de revólver o coronel Gustavo, então em companhia de duas de suas filhas, que veio a falecer dias depois ainda em Fortaleza (CALIXTO JÚNIOR, 2017). Registra MACEDO (1990) que ao perceber o ataque, coronel Gustavo adiantou-se ao seu agressor de braços abertos, no gesto de proteção de suas filhas, numa prova final do caráter destemido que tanto o marcaram.

Somente assim teve fim a guerra surreal no seio da mesma família, tornada possível apenas graças à força e lealdade dos cabras, figuras tão importantes para a história do Cariri naqueles tempos.

Não houve tentativa de vingança à morte de Gustavo, mas seu filho Raimundo Augusto seguiu na liderança do clã por, pelo menos, mais cinquenta anos.

## **Conclusões**

O fenômeno social do cangaço possui várias formas. No interior do Ceará a mais difundida delas é a dos chamados cabras, homens que viviam sob a proteção dos coronéis, grandes latifundiários que eram, servindo-lhes nas lidas do campo em tempos de paz e como soldados em épocas de guerra.

Foi graças à valentia desses homens rudes e fiéis que se ergueu e sustentou o coronelismo, notadamente na região sul do Ceará, ou Cariri. Através desses cabras, esses poderosos se sustentaram no poder, mas também depuseram seus adversários, como igualmente foram depostos pelos inimigos.

Chegou a tal ponto esse potentado, que na fase ária desse período, foram capazes de tomar o poder no Estado, no episódio conhecido como a Sedição de Juazeiro. Os grandes líderes desse movimento e mesmo os maiores símbolos do poder local na época, são sem dúvidas padre Cícero Romão Batista e a Floro Bartolomeu da Costa, seu alter ego político. Mas não é possível conhecer a verdadeira dimensão

desse período sem o estudo da singular figura de Fideralina Augusto Lima e seu herdeiro político e filho, coronel Gustavo Augusto Lima, que se sagrou líder ainda mais destacado que o próprio Floro Bartolomeu na deposição de Franco Rabelo em 1914.

## REFERÊNCIAS

CALIXTO JÚNIOR, João Tavares. Considerações Sobre a Invasão de Lavras em 1910. 2ª Ed. Expressão Gráfica e Editora. Fortaleza. 2017.

CAVA, Ralph Della Cava. Milagre em Joazeiro. Companhia das Letras. São Paulo. 2014.

COUTO, Cristina. A Tragédia de Princesa. O caso Ildefonso de Lacerda Leite. Expressão Gráfica. Fortaleza. 2018.

GONÇALVES, Rejane Monteiro Augusto. MACEDO, Joaryvar. Os Augustos. ABC Editora. Fortaleza. 2009.

MACEDO, Dimas. Dona Fideralina Augusto. Mito e Realidade. Armazém da Cultura. Fortaleza. 2017.

MACEDO, Joaryvar. Império do Bacamarte. UFC. Cada de José de Alencar. Programas Culturais. Fortaleza. 1990.

NETO, Lira. Padre Cícero: poder, fé e guerra no sertão. Companhia das Letras. São Paulo. 2009.

PINHEIRO, Irineu. O Joazeiro do Padre Cícero e a Revolução de 1914. 2ª Ed. IMEPH. Fortaleza. 2011.



## Dr. Eluízo

- Clínica Médica
- Consulta ginecológica
- Exames ginecológicos (prevenção, etc.)

## Dr. Bruno

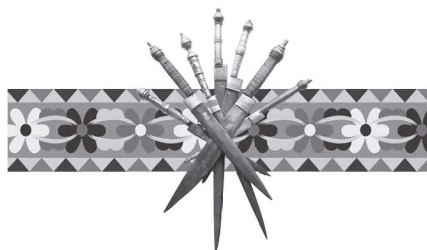
- Consulta Cardiológica
- Eletrocardiograma
- MAPA/MRPA
- Holter
- Ecocardiograma
- Teste ergométrico
- USG com doppler das art. carótidas e vertebrais



Av. Duque de Caxias, em frente ao Colégio Diocesano, Crato-CE  
Fones: **Dr. Eluízo** (88) 3521.3213 | **Dr. Bruno** (88) 3523.2079

*Atitude transforma*

**PALESTRAS E CURSOS - MAIS INFORMAÇÕES EM:**  
**[www.atitudetransforma.com.br](http://www.atitudetransforma.com.br)**



# O CARIRI CANGAÇO E A UNIFICAÇÃO DO UNIVERSO HISTÓRICO-CULTURAL



**Rangel Alves da  
Costa**  
(Poeta e Escritor)

Inicialmente se diga que para além do afirmado na apresentação do blog do Cariri Cangaço, este não é apenas um evento de cunho turístico-cultural e histórico-científico que reúne os mais destacados pesquisadores e historiadores das temáticas sobre o cangaço, coronelismo, misticismo, messianismo e correlatos ao sertão e ao Nordeste do Brasil, configurando-se como o maior e mais respeitado evento do gênero no país. Assim não é, apenas isso não, e simplesmente porque o Cariri Cangaço

Sintetizando tudo no primeiro instante: o Cariri Cangaço tem o dom e o poder de costurar e alinhar, num tecido único, grandioso e inteligível, os retalhos espalhados na imensidão das histórias locais. Retalhos de feitos históricos, das culturas e tradições enraizadas nas comunidades, registros heroicos ou de facetas populares, antigos retratos pendurados nas paredes do tempo, tudo é buscado e tornado acessível através deste livro aberto e escrito por mil mãos chamado Cariri Cangaço.

Exemplifica-se. No contexto nordestino, cada regionalidade inte-

rior possui feições históricas e culturais próprias. Não raro que sua importância seja tamanha que se distancie das fronteiras locais e gane caminhos próprios mundo afora. Mas o que fez e faz o Cariri Cangaço ante a prevalência dos conhecimentos locais e da necessidade de ampliação dos saberes? Simplesmente uniformizar tal conhecimento, traduzi-lo através das múltiplas visões dos estudiosos, pesquisadores e escritores, e levar aos olhos do mundo.

Ora, perante os objetivos do Cariri Cangaço, mesmo que a história e as façanhas históricas do Padre Cícero Romão Batista, por exemplo, já estejam universalmente conhecidas, necessário se faz que diversos olhares e concepções se debrucem sobre o livro aberto e permita novos entendimentos não só sobre o religioso como sobre o próprio mundo onde estava gestado: religiosidade, fé, política, coronelismo, poder e mando. E assim porque a compreensão do universo do Santo de Juazeiro exige que olhares alcancem também tais aspectos. A abrangência do conhecimento é, pois, um dos principais objetivos do Cariri Cangaço.

Daí logo compreender o porquê de o Cariri Cangaço não se ater somente ao estudo e à pesquisa sobre o cangaço. Daí também o entendimento do porquê de seus conselheiros, seguidores e participantes locais não comungarem dos mesmos objetos de pesquisa, opiniões e interesses de estudo. E não caberia ser diferente, pois é da multiplicidade de entendimentos que há a construção do conhecimento proposto pelo Cariri Cangaço. O que importa é que as vozes, tantas vezes dissonantes, possam proporcionar uma noção inteligível do objeto estudado. Daí também a necessidade de compartilhamento de todas as nuances e feições dos temas propostos para estudo e debate.

Talvez o mais importante, contudo, seja a força de unificação de conhecimento, mesmo através de vozes díspares e de noções diferenciadas acerca dos aspectos históricos e culturais. A voz de um pesquisador do Ceará é ouvida nos sertões sergipanos, por exemplo, e, unida à voz local, permite a construção de conhecimento totalmente desprovido de fronteiras. No mesmo sentido, a assimilação do conhecimento local por aqueles que jamais imaginaram tamanho potencial histórico em determinada localidade. Exemplo disso foi a grandio-

cidade de conhecimento obtida em poucos instantes de palestras na baiana Pedro Alexandre, a Serra Negra do coronel João Maria de Carvalho, do combatente Liberato de Carvalho e do quartel-general do comandante Zé Rufino.

Vozes do Cariri que avançam fronteiras, que dizem as distâncias, que afastam de vez os contrastes regionais nordestinos. Como numa Babel de infinitas vozes, a depuração em voz única na incansável construção do conhecimento. É como se o seu comandante, o igualmente incansável e tenaz Manoel Severo Gurgel Barbosa não objetivasse outra coisa senão tornar a história e a cultura locais num só contexto de conhecimento, permitindo que aquele que esteve no Caldeirão do beato Zé Lourenço, em Crato na região do Araripe, no Ceará, também estivesse na Exu de Luiz Gonzaga e Bárbara de Alencar, tornando a diferenciação de contextos em junção única na história nordestina.

E por isso mesmo, objetivando sempre apanhar daqui e dali os elementos históricos e culturais da saga nordestina, que o Cariri Cangaço tanta amplia o seu passo e aumenta sua caminhada. Conforme dito, vai além do tema cangaço para abarcar aspectos relacionados ao messianismo, ao misticismo, à religiosidade, à credence popular, movimentos históricos-sociais, beatismo, coronelismo, musicalidade, arte, enfim, a saga e a epopeia de um povo. Não há página grafada na luta, no fazer e no sentir de dessa gente que não seja do interesse do Cariri Cangaço.

De incansável caminhada, o Cariri Cangaço já percorreu milhares de quilômetros pelos asfaltos, estradas de chão, veredas e carrascais sertanejos, objetivando apenas chegar aonde o fato importante chegou primeiro e fincou seu marco. Nas capelas, igrejazinhas, grutas, pedras grandes, monumentos, casebres e moradias, auditórios, teatros, museus, acervos pessoais e comunitários, cruzeiros fincados na terra, arvoredos e relíquias arquitetônicas, por todo lugar o Cariri Cangaço já se fez presente. E quem segue o seu passo? Pessoas ávidas pelo conhecimento, pelos fatos e feitos históricos e culturais.

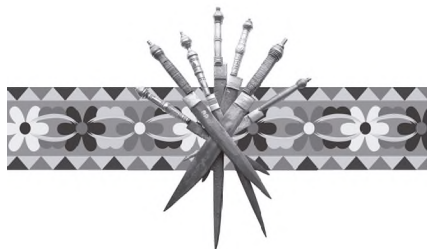
Como uma paixão fascinante, como um chamamento gestado nas entranhas da alma, o Cariri Cangaço já é aguardado com expectativa

e devoção. Não importa que seja a Pedra do Reino de Ariano Suassuna o foco central do evento, não interessa que Luiz Gonzaga seja o mote para o encontro, pois atrás do Cariri Cangaço seguirão estudiosos do Padre Cícero, de Delmiro Gouveia, de Antônio Conselheiro, de Lampião, do tenente João Bezerra, dos nazarenos ou dos beatos nordestinos, uma leva de pessoas com perspectivas diferentes de estudos, mas sempre almejando a obtenção de novos conhecimentos.

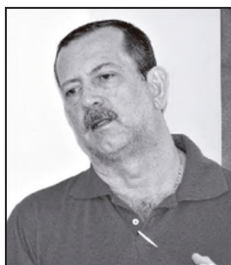
Sempre sob a batuta de Manoel Severo, consultando e ouvindo o Conselho Consultivo Alcino Alves Costa, bem como as comissões e autoridades locais, toda a programação passa a ser divulgada e o chamamento aos interessados passa a soar como um grito de “Gado no pasto...”. E assim seguiu em direção a Juazeiro, Crato, Barbalha, Missão Velha, Aurora, Barro, São José de Princesa, Porteirias, Lavras da Mangabeira, Sousa, Nazarezinho, Lastro, Água Branca, Piranhas, Exu, Floresta, Nazaré do Pico, Serra Talhada, Poço Redondo, Pedro Alexandre, Fortaleza, São José do Belmonte, Quixeramobim... e muito mais.

São nos debates e nas palestras que surgem as surpresas, as novas teses, os novos desvendamentos, as revelações. A dita e a contradita, a aceitação e a contestação, vão aclarando os conhecimentos e fazendo surgir novos olhares sobre temas já tidos por muitos como de única feição. Assim, verdadeiros livros vão sendo escritos a cada Cariri Cangaço surgido, ali mesmo, no calor da hora e da força expositiva. Mas nada mais gracioso e singelo que as homenagens promovidas pela Família Cariri. Nos olhos e no pulsar de cada homenageado a profunda sensação de alegria e prazer. E surgem os merecidos aplausos, mas principalmente as lágrimas, as muitas lágrimas.

Este, pois, o universo do Cariri Cangaço. A Torre de Babel unifica sua linguagem, os limites e as diferenças regionais e locais abrem suas barreiras em nome do conhecimento, as teses e os entendimentos diferenciados encontram no consenso um novo sentido. Vozes que chegam da Paraíba, do Ceará, de Sergipe, do Piauí, de Pernambuco, da Bahia, das Alagoas, do Maranhão e de todos os recantos e regiões, para gestar uma só voz: a voz do Cariri Cangaço. E que outra forma de expressão não possui senão a da própria história.



## FLORO BARTOLOMEU E PADRE CÍCERO: UMA SIMBIOSE QUASE PERFEITA



**Angelo Osmiro  
Barreto**

(Presidente do GECC  
– Grupo  
de Estudos do  
Cangaço do Ceará)

Floro Bartolomeu da Costa, médico, rábula, jornalista, político de grande influência no Ceará nos primeiros anos do século XX. Nascido em Salvador em 17 de agosto de 1876 onde também veio a se formar em medicina em 1904.

Após algum tempo radicado em Triunfo, Pernambuco, onde exercera a profissão de Hipócrates, chega a Juazeiro em maio de 1908 acompanhado do francês Adolfo Van Den Brule, engenheiro diplomado pela Escola de Engenharia de Minas de Paris em 1882. Ambos vinham atraídos pelas Minas do Coxa, localizadas em Aurora-Ceará, de propriedade do Padre Cicero, entretanto a legitimidade dessa propriedade era contestada por alguns vizinhos, o que foi rebatido através dos serviços de rábula do Dr. Floro Bartolomeu, na defesa dos interesses do padre, o que iria mais ainda aproximá-los.

Chegando ao Juazeiro, rapidamente ganha a confiança do Padre Cícero, tendo inclusive inicialmente morado na própria residência do reverendo. Logo se engaja na vida social do lugar, ganhando posição

de destaque no município. Torna-se homem da estreita confiança do Padre Cícero, incontestavelmente a pessoa mais importante da região. Em pouco tempo abre uma farmácia na cidade onde atende a pobres e ricos sem distinção, fazendo solido alicerce para sua futura carreira política que já tinha o nítido e essencial apoio do Padre Cícero. Na acirrada contenda política que envolveu o Juazeiro para se emancipar do Crato foi figura importante, inclusive com seus dotes de jornalista, escrevendo renhidos artigos para O Rebate, jornal juazeirense de apoio a emancipação do município. Na primeira eleição após a emancipação de Juazeiro foi eleito Deputado Estadual no Ceará, onde permaneceu até 1920, em 1921 foi eleito Deputado Federal também pelo Estado Alencarino, sempre com o apoio do reverendo nascido no Crato.

Entretanto sua ligação com o Padre Cícero causou muita polêmica, seu nome esteve ligado a várias suspeitas de assassinatos, inclusive recaem sobre a figura de Floro, graves suspeitas na morte do famoso amigo e parente do seu protetor, o Professor José Teles Marrocos, parente do padre Cícero. Marrocos havia estudado com o primo no Seminário da Prainha em Fortaleza, onde teria sido expulso devido seus posicionamentos poucos ortodoxos, mesmo tendo sido alegado que o motivo da expulsão seria sua condição de ser filho de padre. O professor José Marrocos morreu sob fortes suspeitas de envenenamento, o que levou muitos pesquisadores a ligar o fato a figura do Dr. Floro Bartolomeu, que agindo assim ofuscava definitivamente a influência que Marrocos tinha, ou mesmo viria a ter em relação a seu amigo e parente, deixando assim o caminho livre para o doutor exercer isoladamente sua influência.

Floro Bartolomeu foi também figura de proa no episódio do Boi Mansinho, esse boi fora um presente que Padre Cicero havia recebido e que delegou ao Beato José Lourenço seu criatório. Era um animal de raça pouco conhecida no sertão, de porte avantajado e muito bonito, logo chamou a atenção de alguns romeiros mais fanáticos e passou a ser tratado de maneira diferente dos outros animais, levantando suspeitas de que naquele reduto já começavam a idolatrar o boi. Os boatos se espalharam e começaram a incomodar Floro, que em um atitude enérgica e autoritária como era de seu feitio, manda prender o beato e

sacrificar o boi em via pública mandando distribuir sua carne entre a população mais pobre da cidade.

Outra grande polêmica levantada sobre a figura do médico baiano foi a famosa questão dos assassinatos a sangue frio na rodagem. Segundo se comentou na cidade, a “justiça” era feita rápida e sem julgamento, os presos, até mesmo ladrões de galinhas eram levados para a beira da rodagem e mortos sem dó nem piedade, segundo algumas crônicas e relatos históricos o número de assassinatos ultrapassaria facilmente a cinquenta. Sobre esse rumoroso caso ocorreu caloroso debate na Assembleia Legislativa do Ceará, tendo o deputado Godofredo de Castro empreendido ardorosa defesa do doutor, disse em discurso: “Só se pode extinguir o banditismo, matando o bandido”. No que foi ironizado pelo também deputado Martins Rodrigues: “Nesse caso, o Floro deve suicidar-se”. Floro Bartolomeu mais uma vez foi acusado, dessa vez de ser o mentor desses crimes. Outra opinião relevante deu o polêmico jornalista e escritor João Brígido, assim se expressou o escriba: “Floro é um bom amigo, leal e valente. Só tem um grande defeito, gosta muito de cangaceiro”.

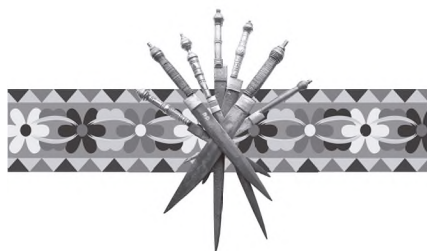
Em 1914 foi o comandante da famosa Sedição de Juazeiro, quando sob sua liderança, os “jagunços do Padre Cícero” invadiram Fortaleza, o que culminou com o afastamento do Governador Franco Rabelo. Antes, em 1911 já havia sido um dos protagonistas do famoso Pacto dos Coronéis, movimento sediado em Juazeiro que teve a tentativa de reconciliação e não beligerância entre os “Coronéis” do Cariri.

Em 1926 estaria mais uma vez metido em grande polêmica. Para combater a Coluna Miguel Costa/Prestes que vinha adentrando o sertão nordestino é cooptado pelo Governo Federal para comandar a resistência no Ceará, assim sendo, entre várias medidas tomadas pelo médico deputado, uma, com certeza a mais polemica de todas, foi convidar o já famoso cangaceiro Lampião para se integrar aos recém-criados Batalhões Patrióticos, convite feito usando o nome e o prestígio do famoso patriarca do Juazeiro. Lampião chegando ao Juazeiro já não encontra mais o deputado Floro Bartolomeu, que nessas alturas estava adoentado no Rio de Janeiro, onde aliás viria falecer naqueles mesmos dias, triste ironia do destino.

A ligação do Dr. Floro Bartolomeu da Costa e Padre Cicero Romão Batista era uma verdadeira sociedade de mutua ajuda, politicamente um não existiria sem o outro, eles se completavam nesse tocante. O padre, benevolente e bondoso sacerdote defensor dos valores católicos e o Dr. Floro, o braço forte, armado e autoritário, sem dúvidas características indispensáveis para se dar com a política de então. O padre com o tempo foi-se deixando manipular pelo homem ardiloso e inteligente que era Floro Bartolomeu, segundo Nertan Macedo “era um homem inteligente e de cultura superior aos seus colegas no parlamento”. Fez poucos pronunciamentos na Câmara Federal, mas sempre muito seguro e ciente da mensagem que queria passar, inclusive em seu famoso pronunciamento em defesa do Padre Cicero que acabou virando livro. No final da vida, já atacado pela doença que o viria matar, tornara-se ainda mais intolerante, chegando muitas vezes a agredir oralmente amigos próximos, inclusive o já idoso Padre Cicero que chegou a repreender em público mais de uma vez. Em certa ocasião teria dito em alto e bom som que para ele: “padre e m... é a mesma coisa”.

A História de Juazeiro e do Ceará não pode ser contada omitindo essa figura singular e polemica do Dr. Floro Bartolomeu da Costa que com todos seus defeitos e virtudes contribuiu para o desenvolvimento daquela urbe. Não devemos também cometer o erro de esquecer que as atitudes do Dr. Floro Bartolomeu são também condicionadas a sua época e lugar, não que isso o exime dos erros cometidos, mas que se leve em consideração essas atenuantes. Uma coisa não se pode negar, em todos os momentos foi um amigo fiel e leal ao Padre Cicero, talvez até em algumas ocasiões contrariando o padre, mas nunca o abandonando, mesmo que por trás disso estivesse defendendo seus próprios interesses.

Floro Bartolomeu da Costa faleceu no Rio de Janeiro em 08 de maio de 1926 com apenas 50 anos de idade, pobre e solteiro, não deixou descendentes. Seis dias antes do seu falecimento o Presidente Artur Bernardes assinou decreto concedendo ao médico e correligionário o pomposo título de “honras do Posto de General de Brigada”. Seu corpo foi sepultado no cemitério São João Batista em Bota Fogo na antiga capital da República.



## O FOGO DA PIÇARRA



**Manoel Severo  
Barbosa**

(Curador do Cariri  
Cangaço)

A Fazenda Piçarra localiza-se no município de Porteiras, extremo sul do estado do Ceará, a 570 km da capital Fortaleza. Aqui era o lar de um dos personagens mais emblemáticos da história do cangaço no estado do Ceará; Antonio Leite Teixeira, ou “seu Antonio da Piçarra”, proprietário e principal personagem desta verdadeira saga que coloca a Fazenda Piçarra dentre os principais cenários da historiografia cangaceira do ciclo lampiônico. Tendo uma vida toda marcada pelo paradoxo de “ser ou não ser” ligado aos cangaceiros, seu Antonio da Piçarra, passou boa parte de sua vida mantendo fortes ligações com cangaceiros; preponderantemente Lampião; em sua “Piçarra” o capitão era acolhido em segurança e por lá passaram algum tempo, Ezequiel e Virgínio; respectivamente, irmão mais novo e cunhado e Lampião; até que em Março de 1928, o destino reservaria uma encruzilhada fatal para Antônio da Piçarra.

Quase um ano após a saga do desastre da empreitada da invasão a Mossoró, Lampião se dirige com poucos homens ao cariri cearense, novamente entra em terras alencarinas pelos lados de Macapá, atual

Jati. Dali parte célere para um de seus coitos mais seguros: A Piçarra de “Seu Antonio”, aqui se sentia protegido e aproveitava para abastecer o bando de armas, munições, roupas e outros itens necessários ao cotidiano da vida errante das caatingas. O mês era março do ano de 1928; um mês chuvoso e o grupo formado dentre outros por Sabino Gomes; um de seus “lugares tenentes”; comandava o restante do bando arranchado na parede de um barreiro na fazenda, cerca de um quilometro da casa da principal da Piçarra.

Como de costume, Lampião incumbira seu fiel amigo e protetor Antônio da Piçarra de algumas encomendas, entre elas; armas e munição, no que ficou acertado que seria entregue dentro de um dia. As encomendas normalmente dependendo da natureza eram adquiridas ou nas feiras ou comércio de Porteiras ou Brejo Santo como também muitas vezes em Juazeiro do Norte, a partir de portadores da mais extrema confiança do rei do cangaço e de Antônio da Piçarra, desta vez a munição havia ficado a cargo de Júlio Pereira, homem de confiança de ambos. No dia marcado Antônio da Piçarra foi pegar as encomendas, mas essas nunca chegaram.

### **A Chegada das Volantes**

Por aquela época, inicio de 1928, as volantes dos estados do Ceará, Paraíba e principalmente Pernambuco, intensificavam o combate a Lampião, aproveitando o insucesso do rei cego em Mossoró e o esfacelamento de seu bando, mesmo passados quase um ano do ocorrido, fechavam o cerco e travavam busca feroz aos cangaceiros numa epopeia infundável, o cão de caça em busca de sua presa permanentemente, vinte e quatro horas por dia... O destino guardava para todos esses personagens um desfecho cruel, que marcaria eternamente a relação de seu Antônio da Piçarra e seu amigo, Capitão Lampião.

Desde o episódio do fogo das Guaribas em 1927, quando houve o cerco a Chico Chicote pelas volantes do Tenente José Bezerra, Tenente Veríssimo, Arlindo Rocha e homens de Sebastião Salviano, em que a Piçarra ficou visada pela clara amizade e proximidade de seu Antônio ao rei dos cangaceiros, que na Piçarra todos já aguardavam uma

investida pesada por parte das forças policiais. Segundo Wilton Santana Filho, conhecido por Vilson; neto de Seu Antônio; em recente entrevista ao Cariri Cangaço, mesmo antes do fogo da Piçarra, amigos em comum de seu avô e de Arlindo Rocha tentavam o encontro dos dois: “Antonio Vidal de Jati era muito amigo de meu avô e também muito amigo do tenente Arlindo Rocha que fazia tempo que queria conversar com meu avô, mas nunca tinha encontrado ele, então seu Antônio Vidal marcou com os dois e Arlindo foi ter com meu avô, quando disse que a situação da Piçarra estava complicada e que seria conveniente meu avô entregar Lampião, foi aí que meu avô disse que ficava muito ruim entregar um amigo, então o tenente Arlindo Rocha profetizou: *“Eu posso até segurar meus homens, mas vai chegar o dia em que não poderei segurar os Nazarenos, segurar Manel Neto, comigo ou sem eu”* e parecia que o homem estava vendo o futuro, esse dia chegou e foi naquela noite.” Conclui Vilson.

A volante pernambucana de Arlindo Rocha juntamente com o Nazareno Manoel Neto; um dos mais destacados perseguidores do rei do cangaço, filho da lendária vila de Nazaré; e a volante do tenente José Antônio vinham no encalço dos bandidos há dias. Passam na localidade do Poço onde prendem Firmino Inácio; conhecido por sua ligação com o rei dos cangaceiros; que lhes indica o destino de Lampião: Piçarra. “Não havia como evitar! meu avô, Antônio da Piçarra foi obrigado a guiar os homens de Arlindo Rocha e Mané Neto até o coito dos cangaceiros, sua mulher e os filhos estavam sob risco iminente de morte. Daí as volantes se reuniram no terreiro da casa e seguiram por duas veredas, uma mais acima e outra mais abaixo, circundando a parede do barreiro”. Segundo depoimento de Vilson, que ouviu por diversas vezes essa mesma história da boca do próprio Antônio da Piçarra, as forças volantes se aproximavam sorrateiramente do coito; chovia e a noite escura ajudava a empreitada de aproximação. No coito, já incomodados com a demora da chegada das encomendas, os liderados de Lampião resolvem ir até a proximidade da casa principal, saber a razão da demora. Foi aí que Sabino se distanciou do grupo e ao tentar saltar sobre uma passagem de cerca acabou sendo iluminado por um relâmpago, era tarde! Foi avistado e rapidamente

alvejado pelos homens de Arlindo Rocha. Sabino então retrocede e seriamente baleado é carregado temerosamente pelos companheiros cangaceiros. A volante se adianta e apesar de intenso tiroteio não consegue empreender a perseguição na caatinga fechada, chovendo e no escuro. “Se Sabino não tem se precipitado e partido para saber o porquê da demora das encomendas o Angico teria sido aqui mesmo na Piçarra” completa Vilson; fazendo referência ao episódio do cerco e morte de Lampião dez anos depois na gruta do Angico em Sergipe.

### **O Desfecho Final...**

Como comentado pelo neto de seu Antônio; a partir das memórias do grande sertanejo da Piçarra, a alta noite, chuvosa e cheia de relâmpagos aumentava a tensão da perseguição que se seguia aos gritos, xingamentos e tiros de parte a parte, por fim as volantes desistiram da perseguição e os cangaceiros conseguiram se evadir levando consigo um Sabino seriamente ferido. Já longe do epicentro do combate os cabras se dedicavam a amenizar a agonia do bravo cangaceiro. Sabino parecia saber que chegara a sua hora e implorava que o matassem, não o deixassem para os “macacos”. Apesar da situação desesperadora do homem, Lampião e os demais do bando decidiam-se esforçar em mantê-lo vivo. Certo momento o moribundo engatilhou seu próprio parábélum e detonou em sua cabeça, seus pares haviam tirado a munição antes, prevendo o acontecido. O homem permanecia agonizante...

O cangaço e suas histórias. Cangaceiros que viviam uma vida sofrida e de intermináveis combates, homens que não temiam a morte, cruéis e sanguinários e que possuíam uma coragem extraordinária eram também capazes de testemunhar episódios como o da morte de Sabino. Ninguém no grupo daria o tiro final no moribundo até o destino apontar o cangaceiro Mergulhão. Na hora final Sabino teria coberto o rosto com um lenço aguardando o “tiro de misericórdia”, Mergulhão assim abreviava a angustia daquele que era considerado um dos mais valentes integrantes do bando de Lampião, Sabino Gomes ou Sabino Goré ou até mesmo Sabino das Abóboras, como era

conhecido uma das maiores feras que já haviam passado pelo bando de Lampião. Alguns dizem que seu corpo foi enterrado ainda em terras da Piçarra ou mais além, mas nunca foi encontrado...

A via-sacra de Antônio da Piçarra ainda se prolongaria por mais dez anos. De 1928, data da traição e morte de Sabino, até a morte do próprio Lampião na Grotta do Angico, em Sergipe, seu Antônio passou a ser caçado pelos grupos cangaceiros e precisou entrar nas vo-lantes para garantir a própria vida. *“Meu avô dizia muito – antes que Lampião me jante eu vou almoçar ele*, isso passou a ser uma obsessão para meu avô. Olhe Severo Lampião chegou a peitar o cangaceiro Moreno, pai da nossa amiga Lili, para matar meu avô, era uma vida sofrida e de muita aflição, no final deu tudo certo” finaliza Vilson, neto de Antonio da Piçarra.

### **Ligações Perigosas**

Sem dúvidas a famosa e emblemática fazenda Piçarra; por quase uma década um dos maiores coitos do Rei do Cangaço em terras cearenses; ficaria famosa por ser palco da morte de Sabino, o temido chefe cangaceiro e pela suposta “traição” de seu Antônio da Piçarra; sertanejo de fibra, destemido e acima de tudo leal; que acabou passando por contingencias do destino, de um dos maiores coiteiros e amigos de Virgulino Ferreira da Silva a um de seus principais desafetos. “Esse foi um grande choque para a vida de meu avô, que tinha muita estima por Lampião, só que foi obrigado a entregar o coito sob pena de morrer ele mesmo e toda família” revela Vilson. Seu Antônio da Piçarra em clássica entrevista dada ao grande pesquisador e escritor Hilário Lucetti disse certa vez: “Seu Hilário eu achava bonito aqueles cangaceiros todos cheios de brilhos, montados, os cavalos tudo enfeitado, aqueles chapéus grandes cheios de moeda...” Pois é o fascínio do mundo estranho dos cangaceiros fazia mais uma vítima.

Visitar as terras da Piçarra de “seu Antônio” e conversar com Vilson, seu neto, é um privilégio, é como voltar no tempo e mergulhar no íntimo dos episódios daquelas épocas, Vilson possui uma memória espetacular e por muito tempo foi um confidente fiel de seu avô, que

passava intermináveis horas relatando ao neto informações precisas e vitais para a compreensão de tantas ligações perigosas. “Severo olhe que sinuca de bico, meu avô gostava de cangaceiro, era amigo de Lampião e minha avó por incrível que pareça tinha fortes ligações com a família de José Saturnino de Vila Bela, no Pajeú, o primeiro inimigo de Lampião. Na verdade vovô foi às lágrimas quando não pôde evitar o cerco contra seu amigo Lampião, ele não pôde fazer nada, a volante estava em sua casa e mantinha sob ameaça sua esposa e filhos, não tinha saída, teve que levar os homens ao local onde estavam os cangaceiros...”

A ligação de seu Antônio da Piçarra com o cangaço vem de longe, o começo de sua amizade com Virgulino Ferreira da Silva remonta a episódios de quando os primos de Virgulino; Chico Paulo e Sebastião Paulo; da família Paulo, estiveram sob sua proteção na Piçarra ainda no começo dos anos 20, presença essa intermediada pelo Padre Cícero. Depois a ligação acentuou-se com a chegada à Piçarra de Ezequiel e Virgínio; irmão mais novo e cunhado de Lampião; vindos de Juazeiro do Norte que contra a vontade do parente famoso se preparavam para entrar no bando. Os dois ficaram trabalhando com seu Antônio até que o rei do cangaço determinasse a vinda dos mesmos. As idas e vindas dos bandos cangaceiros pelos lados da Piçarra passaram a ser, dentro do ritmo e da dinâmica cangaceira, constantes e seu Antônio passou a ser um dos mais próximos coiteiros de Lampião até o fatídico março de 28.

### **Sabino Gomes**

Sabino com certeza era um dos cangaceiros mais destacados do grupo de Virgulino. Criado sob as bênçãos do clã paraibano de Marcolino Diniz se uniu a Lampião logo após o episódio do ataque a Sousa; importante urbe paraibana ainda em 1924; fato esse que veio a antecipar o afastamento do líder cangaceiro de um pseudo protetor, o poderoso coronel Zé Pereira, de Princesa, cunhado de Marcolino Diniz. Em pouco tempo, por sua ferocidade e destemor, Sabino já ocupava lugar de destaque dentre o estado maior do cangaço e se

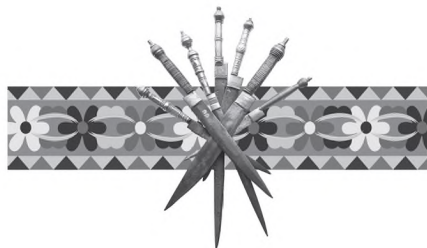
colocava ao lado de Antonio Ferreira e Luiz Pedro, como os “lugares tenentes” do grande Virgulino Lampião. Foi presença marcante em todos os combates desde então, tendo também escrito seu nome em investidas ousadas, sem a presença do chefe maior. Em 1927 na cidade de Mossoró esteve ao lado de Virgulino e Massilon arquitetando o ataque e propenso saque a metrópole do oeste potiguar.

### **A Família Visita o Campo de Guerra...**

Em setembro de 2013, o Cariri Cangaço promovia mais uma visita técnica à Piçarra e ao cenário da fatídica morte de Sabino, entre os muitos pesquisadores de todo o Brasil que faziam parte da caravana estavam as professoras Francisquinha Gomes e Maria José, da cidade paraibana de Cajazeiras, netas de Sabino Gomes. “Nosso coração batia ainda mais forte: o Cariri Cangaço levou-nos a visitar os locais, fazendas, cenários maravilhosos onde ocorreram os fatos. Vivenciamos momentos fortes e em particular eu e minha irmã, Maria José, uma emoção inexplicável ao visitarmos a fazenda Piçarra no município de Porteiras – CE, local do combate onde Sabino Gomes; nosso avô; foi baleado em 1928, a partir da traição do proprietário da fazenda, seu Antonio da Piçarra.” Além dessa visita técnica a Fazenda Piçarra com as presenças das netas de Sabino Gomes em 2013, o Cariri Cangaço esteve outra vez na Piçarra em sua primeira edição em 2009 quando reuniu mais de 90 pesquisadores e apaixonados pela história do cangaço em visita as terras da Piçarra.

**Fontes:** O Império do Bacamarte, Joaryvar Macedo; Cariri Cangaço, Coiteiros e Adjacências, Napoleão Tavares Neves; O Estado Maior do Cangaço, Hilário Lucetti e Magérbio Lucena; entrevistas com Wilton Santana Filho e entrevistas com o memorialista, pesquisador e escritor Napoleão Tavares Neves.





## DE REPENTE DEZ ANOS

*“O ser humano se torna eu pela relação com o você, à medida que me torno eu, digo você. Todo viver real é encontro.”*

**Martin Buber**



**Juliana Pereira**

(advogada e  
Pesquisadora)

São Tão frágeis os fios que nos predem à vida... Talvez por isso os versos de Caetano Veloso façam tanto eco em meu coração: “Existirmos, a que será que se destina”? Certamente não existe uma resposta única a essa questão, mas sabemos que algumas vidas se justificam e se legitimam em suas próprias existencialidades. São vivências geradoras de laços afetivos, conversas amistosas, aproximações fraternas, admirações mútuas, confissões, confianças, compromissos, fraternidades, sentimentos recíprocos; de encontros trilhados pelos caminhos da espontaneidade. Motores de encontros que mudam a posição dos astros, que subvertem o cotidiano e se vestem de beleza. Encontros raros, dialógicos, encontros de alma, de verdade, misto de intersubjetividades e memórias.

A relação EU-TU, pensada pelo filósofo Martin Buber, traduz completamente esses encontros a que me refiro, pois, expressa a totalidade caracterizada pelo envolvimento, pela integração dos opostos que faz desaparecer as peculiaridades e contradições individuais. Por dias, ex-

perimentamos instantes valiosos, nos tornamos um só coração pulsando na mesma frequência, na mesma alegria; na alegria do está “junto e misturado.”

Teria sido essa a relação entre os “vaqueiros da história”, definição perfeita, do amado mestre Alcino Alves Costa, por ocasião do Cariri Cangaço, em 22 de setembro de 2009? Eu penso que sim, penso que foi uma conspiração abençoada do universo para trazer a lume, outra vez, em forma de evento, o resultado de cada sentimento envolvido neste processo histórico tão empolgante, apaixonante e que é a colcha de retalhos coloridos, formadores da cultura nordestina.

Confesso, as lágrimas turvam meus olhos neste momento, pensei que seria fácil escrever sobre os dez anos de existência e sucesso do Cariri Cangaço... fácil? Ora! Como seria fácil lembrar-se do sorriso e da empolgação de Alcino, de seu abraço afetuoso, sua paixão pelo sertão, pelo Nordeste, por nós, seus amigos. Lembrar-se das conversas animadas e intermináveis de Paulo Gastão.... Lembrar a altivez e vastíssimo conhecimento de Dr. Amaury. Lembrar das chegadas e das despedidas, das expectativas para os próximos encontros. Muitos laços de amizades foram feitos e fortalecidos ao longo destes dez anos. Formou-se uma teia de amizade, cumplicidades, fraternidade e conhecimento.

O Instituto Cariri do Brasil é, antes de tudo, encontros de sentimento. Contudo, também se faz necessário falar de sua magnitude enquanto evento. Falar sobre seu alcance e a percepção que eu tenho sobre o mesmo.

Ruth Benedict escreveu em seu livro ‘O crisântemo e a Espada’ que a cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo. Homens de culturas diferentes usam lentes diversas e, portanto, têm visões desencontradas das coisas. Nesta perspectiva, o historiador francês, Marc Bloch, em sua obra Introdução à História, nos ensina que a história, além de tudo que pode nos proporcionar, é sedutora, nos diverte. E, para ele, se ela fosse incapaz de nos oferecer outros benefícios, seria possível alegar ao menos que ela nos distrai.

Mas, por que iniciar uma análise sobre os dez anos do Cariri Cangaço, buscando referências nessa visão intimista e despretensiosa de

Marc Bloch? Estaria com isso negando à história sua auréola de velha amiga e mestra da vida, de ferramenta ideológica de grandes transformações, de ciência do passado humano?

Não, longe de mim pôr em descrédito tão relevante e saborosa criação humana. Pois, como já afirmou o próprio Bloch, a história “tem prazeres que lhe são próprios, que não se assemelham aos de nenhuma outra disciplina. É que o espetáculo das atividades humanas, seu objetivo particular, é, acima de qualquer outro, de natureza a seduzir a imaginação dos homens”.

Creio que diante desse “espetáculo das vidas humanas” o Cariri Cangaço não se fez de rogado. O que é forjado no fogo e na tempestade jamais é derrotado por ventos e pedradas. E assim, é também o ânimo de cada confrade. Como esteio, tem-se o curador Manoel Severo, nele, enxergamos muitos papéis, funções. Além de curador, é amigo, confidente, irmão, confrade, norte, líder... e até bombeiro (apaga cada fogo amigo... rsrs). Quanto aos estudiosos, pesquisadores e historiadores, percebe-se uma natureza erudita e um comprometimento com as temáticas a serem debatidas.

O Cariri Cangaço tem feito emergir da poeira do tempo e da vastidão informe e palpitante do passado, gritos silenciados por décadas, personagens históricos há muito, relegados ao ostracismo literário. Indivíduos que ganharam um sopro de vida e voz nas muitas pesquisas realizadas, nas muitas páginas escritas e reescritas, nas rodas de conversas, nas palestras e conferências ao longo de dez anos de estrada. Histórias são reescritas, passadas a limpo e, a isso, chamo Cariri Cangaço!

Cada evento é pensado minuciosamente, o que denota bem a seriedade e o compromisso para com a história e a cultura de um povo. Reconhecem-se as limitações, contudo, mantem-se os olhos no horizonte. Sabe-se que trazer à tona trajetórias como as dos cangaceiros e das volantes, bem como, Padre Cícero, Coronéis, Conselheiro, Beato José Lourenço, Dom Sebastião, Luiz Gonzaga, Vaqueiros e muitos outros ícones da história cultural nordestina não é tarefa das mais fáceis, mas, esse é o objetivo do Cariri Cangaço, a audácia em forma de evento, arrojado e sofisticado. Na busca, tem dado a cara a tapa, se

colocado na berlinda e colocando-se à disposição dos mais variados julgamentos; elogios, pedradas, tempestades e calmarias, e assim, tem se fortalecido, evoluído e conquistado espaço.

O tempo foi passando e o fortalecimento foi naturalmente acontecendo. Cada participante demonstrando, na prática, sua metodologia calcada em muitas leituras e pesquisas, adquirida ao longo dos anos e em suas andanças pelas veredas percorridas por seu objeto de pesquisa, caminhos estes percebidos por mim ou por qualquer um atento as palestras e conferencias. O evento tem uma formatação acolhedora, não exige um conhecimento técnico prévio, aqui, se aprende e se aprende fazendo, participando. É animado, alegre, empolgante, apaixonante e viciante. Resultado percebido em tudo que é feito com dedicação, amor, humildade, intuição e muita transpiração.

Já ouvi questionamentos do tipo: O cariri Cangaço é constituído por historiadores com formação acadêmica? A estes, eu respondi: é preciso reconhecer, que a ciência histórica tem auferido muitos benefícios ao cidadão comprometido e entusiasmado com o “espetáculo das atividades humanas”, que nos legaram preciosidades documentais inestimáveis do tesouro do tempo, e que em muitos casos, o diploma acadêmico mais lustroso não possibilita ao seu titular tamanha sagacidade e dedicação.

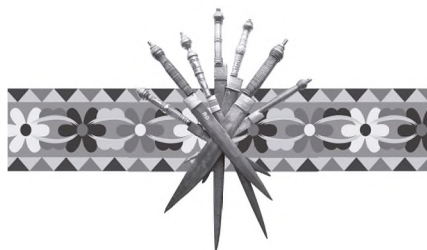
Não falo apenas como célula do Cariri Cangaço que sou, e, como muito orgulho, falo também como historiadora. Este evento é um repositório magnífico de um tempo, de uma cultura, de um povo.

Por fim, não tenho dúvida de que o Cariri Cangaço é o maior evento em abordagens sobre a história e a cultura nordestina, não só pelas temáticas em si, mas por tratar do estrutural e do conjuntural, das elites e do povo, do antigo e do novo, do público na figura do Estado, do privado nas figuras dos poderosos e dos mais humildes sertanejos.

Cariri Cangaço é cultura, história, encontros, sentimentos, vida!

Salve o Cariri Cangaço, Salve!

Saudações cangaceiras e caririzeiras;



## O SERTÃO DE MARICA LESSA

*“O sertão é o homizão. Quem lhe rompe as trilhas, ao  
divisar à beira da estrada a cruz sobre a cova do  
assassinado não indaga do crime, tira o chapéu e passa.”  
(Euclides da Cunha, *Os Sertões*)*



**Bruno Paulino**  
(poeta e escritor)

de Marica Lessa.

Quando era criança meu avô Luis Paulino foi quem primeiro me contou sobre “a história da mulher que mandou matar o marido” como ficou conhecida no imaginário dos rincões de Quixeramobim a tragédia greco-sertaneja ocorrida em 1853 envolvendo a matriarca e eterna personagem do sertão Maria Francisca de Paula Lessa e seu marido o cel. Victor de Abreu Vasconcelos. O coronel fora a assinado em seu lar, pelo escravo Corumbé, supostamente a mando

O vô Luis trabalhou muitos anos na fazenda Canafístula – palco principal da tragédia – no tempo de Damião Carneiro, o bandeirante do sertão, como o definiu Armando Falcão em livreto escrito sobre o fazendeiro. Naquela época que vovô trabalhou por lá – década de 50 do século XX – a história de Marica Lessa, antiga dona daquelas terras ainda estava fresca na memória de muita gente que morava por ali. Ele acabou guardando muitas delas, e eu tive a sorte de ouvi-

-lo contar. Hoje quase ninguém se lembra dessas histórias na região, da casa-grande de Marica não resta mais uma parede sequer em pé, porém, é possível encontrar muitas porcelanas nos escombros, o que demonstra quão rica de fato, ela era. Do tempo de Marica Lessa na Canafístula Velha resta apenas a capelinha da Sagrada Família (Jesus, Maria e José), onde ainda se reza missa pelo menos uma vez no mês.

Uma história que vovô contava era que quando Marica Lessa foi presa na fazenda, após preso Corumbé e ele acusá-la de ser a mandante do crime – vinha ela escoltada para a vila por um enorme cortejo de homens, na altura de uns seis quilômetros da Canafístula mandou que parasse numa casa e pediu que o morador, que era seu agregado passasse um café, que ela estava indo resolver um mal-entendido e na volta passaria por lá para tomarem o café juntos. Marica Lessa nunca mais voltou à Canafístula.

Proprietária de uma imensidão de terras e de grandes rebanhos de gado, além de teres e haveres de ouro e prata, a matriarca sertaneja despertou a inveja de seus inimigos e a cobiça de alguns membros da justiça. Ao ser acusada do crime, Marica Lessa, uma mulher rica e mandona, numa sociedade patriarcal do Século XIX, ficou à mercê de seus desafetos. Aos poucos, foi se desfazendo dos seus bens, vendidos a preço de banana para cobrir as custas do processo do qual nunca pode se livrar.

Depois que o vô Luis me contou a história da mulher que mandou matar o marido eu fiquei curioso para saber mais sobre o assunto. Logo passei a perguntar aos adultos sobre aquela história. Descobri que tinha se escrito um livro sobre a trama, mas naquela idade não atinei para ler o romance *Dona Guidinha do Poço*, do escritor cearense Oliveira Paiva. Só depois na faculdade é que fui lê-lo.

Em 1989, atacado pela crise da tuberculose e em busca de um clima que lhe fosse mais aprazível Oliveira Paiva pousou em Quixeramobim, aí teve contato com a história de Marica Lessa através da tradição oral e da consulta dos documentos cartoriais do caso, e resolveu escrever o romance, que só veio a ser publicado na íntegra em 1952, através do esforço da crítica literária Lúcia Miguel Pereira, que recebeu um original das mãos do escritor Américo Facó, que por sua

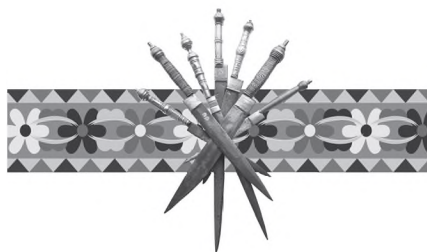
vez os tinha recebido de Antônio Sales, a história da publicação do romance como se vê, dá outro livro.

O historiador Ismael Pordeus, natural de Quixeramobim, trouxe a luz em 1961, o festejado estudo *À margem de Dona Guidinha do Poço: história romanceada, história documentada*, em que comprovava que a ficção de Oliveira Paiva teria sido inspirada no caso real de Marica Lessa. Desse modo os nomes Marica Lessa e *Guidinha do Poço* são hoje indissociáveis na memória social de Quixeramobim, num entrelaçamento perfeito entre ficção e história, embora não esqueçamos o alerta do escritor Milan Kundera: o romance não tem compromisso com a realidade.

Nesse sentido outra lenda que muito se divulgou e que ainda hoje encontra eco foi que Marica Lessa teria mandado construir – destinando a maior parte dos recursos – o prédio de Câmara e Cadeia e teria sido ela a primeira prisioneira do recinto. Esse fato é refutado por quase todos os historiadores que consultei, mas lembro de vovô me contá-lo como verdade absoluta.

De certo é fato que Marica Lessa foi à madrinha de Batismo de Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro. Muitos historiadores sustentam que quando ela foi presa, Antônio teria testemunhado todo acontecimento e que certamente aquelas cenas deram-lhe um entendimento de como funcionava a justiça, muitos creem que Marica foi vítima de uma intriga política e pelo fato de ser mulher. Ismael Pordeus, afirma ainda no seu estudo que o “crime” de Marica Lessa teve como pena 20 anos de reclusão, mas segundo Gustavo Barroso ela ficou muito mais tempo presa e morreu na miséria aos 85 anos nas ruas de Fortaleza, “semi-louca” a bradar reiteradamente: – *Deus é testemunha que não mandei matar ninguém!*





# DEZ ANOS DE CARIRI CANGAÇO

*“Nosso futuro tem estreitas ligações com nosso passado, nossas tradições e nossa história” (Manoel Severo Barbosa, idealizador do Cariri Cangaço).*



**Prof. MSc  
Honório de  
Medeiros**

(advogado, mestre em  
Direito e pesquisador)

No dia 22 de setembro de 2009, cedo da manhã, saí de Natal, no Rio Grande do Norte, e tomei o rumo do histórico Cariri cearense, em direção à encantadora cidade do Crato, localizada no sopé da Chapada do Araripe, extremo-sul do Estado do Ceará e divisa com o estado de Pernambuco, entroncamento rodoviário com o Piauí, Paraíba e Pernambuco, e que, em 2016, tinha quase 130 mil habitantes.

Seriam quase setecentos quilômetros e eu passaria por Mossoró e Pau dos Ferros, no Rio Grande do Norte, entraria na Paraíba para costear Cajazeiras, e, então, por fim, como se meu carro fosse um barco, enfunaria suas velas até o destino final. Lá, no coração do Cariri, terra onde nasceu nosso santo Padrinho Padre Cícero em 1844, lendário lugar de tantas histórias e histórias de coronéis, cangaceiros, jagunços, místicos, fanáticos, homens e mulheres que não hesitavam em tomar o próprio destino nas mãos,

iria acontecer um evento, denominado “Cariri Cangaço: Lampião no Ceará, Verdades e Mentiras”, do dia 22 ao dia 27 de setembro, para o qual eu fora convidado a proferir uma palestra acerca de “Massilon”, o obscuro cangaceiro que partira de Aurora, cidade vizinha a Missão Velha, na Região, juntamente com Lampião, às expensas do Coronel Isaías Figueiredo, para invadir Mossoró, no Rio Grande do Norte, em junho de 1927, e sofrer uma das maiores derrotas de sua atribulada vida.

O evento se apresentava como algo grandioso, depois que li e vi a programação que nos fora encaminhada. Seriam dezenove conferências, oito mesas de debates, participação de setenta e nove pesquisadores, dezesseis visitas técnicas, dezessete apresentações artísticas, e teria cento e onze colaboradores na produção. A previsão era que participariam mais de mil interessados de cinco cidades, uma vez que muito embora o Crato fosse a sede do evento, Juazeiro do Norte, Barbalha e Missão Velha faziam parte do esforço comum que o produzira.

Mal sabia eu, quando lá cheguei, que com o passar dos dias e da programação, estaria participando de um acontecimento histórico, cujos desdobramentos iriam alcançar os dez anos seguintes, sempre em uma espiral de crescimento tanto na qualidade, quanto na quantidade. Tampouco sabia que o Cariri Cangaço viera para ficar, enraizar-se-ia, tomaria prumo de árvore frondosa, geraria frutos, e suas sementes espalhar-se-iam Brasil afora e adentro.

O que aconteceu no Cariri Cangaço, em 2009, foi muito além de qualquer expectativa. Basta tomarmos conhecimento da programação levada a cabo naqueles dias, para que se ter uma ideia de sua dimensão. Começamos pelas palestras proferidas, todas de alta qualidade, tirante a minha:

“CANGAÇO E RELIGIOSIDADE”, Professor Doutor Lemuel Rodrigues; “LÂMPIÃO: NEM HERÓI NEM BANDIDO”, Pesquisador Anildomá Willians; “LÂMPIÃO EM JUAZEIRO”, Doutor Napoleão Tavares Neves; “OS MARCELINOS”, Pesquisador José Peixoto Junior; “A EPOPÉIA DE MOSSORÓ”, Doutor Magérbio de Lucena; “CANGAÇO - ESTÉTICA E ARTE”,

Escritor Paulo Moura; “BEATO JOSÉ LOURENÇO”, Pesquisador Sávio Cordeiro; “O CALDEIRÃO”, Pesquisador Sandro Leonel; “MASSILON”, Professor Mestre Honório de Medeiros; “AS MULHERES E O CANGAÇO”, Escritor João de Sousa Lima; “O CANGAÇO NA TEORIA SOCIOLÓGICA”, Professora Anna Christina Carvalho; “DADÁ, A PRINCESA DO CANGAÇO”, Promotor Ivanildo Silveira; “LAMPIÃO, CANGAÇO E O CORDEL”, Escritor Rubinho Lima; “POÇO REDONDO E O CANGAÇO DE LAMPIÃO”, Escritor Alcino Costa; “LAMPPIÃO NO AGRESTE PERNAMBUCANO”, Escritor Antônio Vilela; “ANGICO”, Doutor Antonio Amaury Corrêa de Araújo; “DESVENDANDO ANGICO”, Doutor Leandro Cardoso Fernandes; “MISSÃO VELHA E O CANGAÇO DE VIRGULINO FERREIRA”, Historiador Bosco André.

Aconteceram, também, as seguintes “Visitas Técnicas”:

Colina do Horto - Juazeiro do Norte; Museu Vivo do Padre Cícero - Juazeiro do Norte; Memorial Padre Cícero - Juazeiro do Norte; Igreja e Mausoléu do Socorro, Juazeiro do Norte; Casa do Padre Cícero, Juazeiro do Norte; Lira Nordestina, Juazeiro do Norte; Mestre Noza, Juazeiro do Norte; Fazenda Piçarra, Porteiras; Cachoeiras de Missão Velha, Missão Velha; Fazenda Padre Cícero, Missão Velha; Usina Linard, Missão Velha; Penitentes, Barbalha; Casa Grande, Nova Olinda; Atelier Expedito Seleiro, Nova Olinda; Caldeirão do Deserto, Crato; Clube Recreativo Granjeiro, Crato.

Bem como várias apresentações artísticas:

Quadrilha Raízes do Cariri - Crato; Grupo Bailado Popular do Crato - Crato; Banda Mirim Maestro Azul - Crato; Banda Municipal - Crato; Banda Cabaçal Irmãos Aniceto - Crato; Grupo de Sérgio Barros - Juazeiro do Norte; Grupo Tradicional Crateto - Juazeiro do Norte; Cordelista Rosário Lustosa - Juazeiro do Norte; Trio Pé de Serra - Missão Velha; Ladainha dos Penitentes - Barbalha; Reizado de Couro - Barbalha; Reizado Mirim - Barbalha; Soares Neto - Barbalha; Xaxado Poço José de Moura; Os Bacamarteiros da Paz - Crato; Dilson Patativa - Crato; Forró Tradicional - Crato; e Academia dos Cordelistas do Crato.

Como surgira a ideia desse evento? O próprio Manoel Severo Barbosa, seu idealizador, produtor e curador nos contou, em texto publicado no blog da instituição ([cariricangaco.blogspot.com](http://cariricangaco.blogspot.com)):

Em março de 2009, quando retornávamos da primeira edição do “Seminário de Maria Bonita” em Paulo Afonso, na Bahia, aflorou em minha cabeça a ideia de tentar realizar em nosso Estado do Ceará, mais precisamente na região do Cariri, um seminário no qual pudéssemos resgatar um pouco da historiografia cangaceira da Região, tão pouco conhecida pela grande maioria das pessoas. Em um primeiro momento eu ouvia muitas indagações e provocações: “Cangaço no cariri?” “Está ficando louco?” “Como realizar um negócio desses aqui, sem nenhuma tradição com o tema?” “Evento para endeusar bandido?”

Foi aí que alguns ingredientes acabaram se somando e o sonho acabou se tornando realidade: determinação, perseverança, dedicação e amigos, muitos amigos, inúmeros amigos, de todos os lados e lugares, alguns antigos e outros novos, todos juntos começaram a acreditar que poderíamos fazer, e fizemos. Agora era partir para o combate, o bom combate! Na noite de 22 de setembro de 2009, estávamos realizando a abertura do 1º Cariri Cangaco, na cidade de Crato, com mais de 70 pesquisadores convidados e um público de 376 pessoas.

Ao final foram 19 conferências, lançamentos de livros e filmes, exposições, debates e 22 visitas técnicas, em seus seis dias de realização, e quando reunimos mais de 1.500 pessoas no total, começava ali uma grande caminhada. Assim nasceu o Cariri Cangaco, um evento construído para todos aqueles que acreditassem que nosso futuro tem estreitas ligações com nosso passado, nossas tradições e nossa história.

Dado o sucesso do evento, outros iguais passaram a ser exigidos por diferentes cidades históricas, bem como por estudiosos e interessados de vários lugares. Choveram convites. Muitos outros Seminários foram realizados, ao longo desses dez anos. Com o tempo, o Cariri Cangaco tornou-se imprescindível no calendário cultural do Sertão nordestino.

Existem razões para que isso acontecesse:

Em primeiro lugar uniu estudiosos dispersos pelo mundo inteiro quanto ao estudo do cangaço, coronelismo, misticismo, fanatismo, da participação das mulheres nos fatos históricos estudados, da estética, medicina popular, literatura (romances, ensaios, poesia, e cordel), tradição oral sertaneja, do vestuário, das armas, da alimentação, enfim, de tudo quanto caracteriza a história da cultura sertaneja do nordeste brasileiro.

Em segundo lugar fomentou o debate acerca do cangaço, coronelismo e fanatismo, assim como de todos esses outros temas correlatos mencionados. Em terceiro lugar contribuiu, de forma decisiva, para a preservação da cultura nordestina sertaneja do Brasil, naquilo que ela tem de mais autêntico em sua perspectiva histórica. Em quarto lugar o “Cariri Cangaço” estimulou a publicação de pesquisas realizadas com maior rigor científico, encaminhando esse estudo para um patamar que ultrapassasse, sem desmerecer, o trabalho artesanal de coleta de histórias calcadas única e exclusivamente na tradição oral. Em quinto lugar, incentivou a compreensão, por parte do “público leigo”, e até mesmo de “curiosos” em relação ao tema, quanto a natureza não-folclórica, naquilo que isso possa ter de negativo, dos objetos estudados. E, em sexto lugar, o “Cariri Cangaço” propôs, e encontrou eco, um genuíno orgulho, por onde deitou suas raízes, pela nossa cultura sertaneja nordestina.

A impressão que se tem, passados todos esses anos, não somente para o idealizador do Seminário, mas, também, para os conselheiros do Conselho Consultivo ALCINO ALVES COSTA, fundado em 21 de setembro de 2013, na esteira do crescimento da instituição, pelo que se pode perceber, é que o Cariri Cangaço, hoje, é parte integrante e indissociável do universo composto por todos os segmentos que estudam, pesquisam, publicam e divulgam a cultura histórica sertaneja nordestina. Nesse sentido entendem que a missão a que se propuseram, a partir do seu idealizador, os integrantes do Cariri Cangaço, vem sendo cumprida a contento.

Sabe-se, pensam todos, que há muito caminho ainda a percorrer na consolidação do ideário da instituição. É preciso ampliar sua área de abrangência; é preciso aprofundar o estudo, a pesquisa, o debate e as

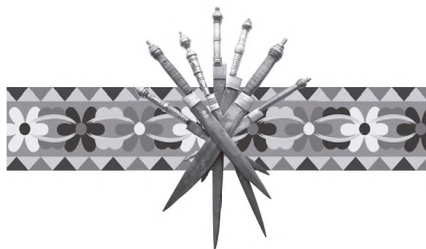
publicações; é preciso cativar definitivamente as instituições públicas de todos os poderes, para que sejam elas parceiras na manutenção e crescimento da instituição que administra o Cariri Cangaço.

Entretanto o balanço, passados esses dez anos, e na véspera da realização do “Cariri Cangaço 10 Anos”, em Crato (não poderia ser diferente), Juazeiro do Norte, Missão Velha, Lavras da Mangabeira e Brejo Santo, que assume, sem disfarçar, um certo ar nostálgico de reencontro de velhos amigos onde tudo começou, é muito positivo.

Não por outra razão Manoel Severo Barbosa, creio, por fim, assim se manifestou no “site” do Instituto Cariri Cangaço:

Hoje, às vésperas de completarmos dez anos de existência, rompemos as barreiras do Ceará e o Cariri Cangaço se consolida como o mais respeitado e qualificado fórum sobre a temática. Está presente em seis estados da federação: Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia; já realizou 109 Conferências, reuniu mais de 700 pesquisadores e mais de 50 mil pessoas em todas as suas edições; possui 20 sedes oficiais: Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Missão Velha, Aurora, Porteiras, Barro, Lavras da Mangabeira, Piranhas, Água Branca, Poço Redondo, Sousa, Nazarezinho, Lastro, Princesa Isabel, São José de Princesa, Floresta, Exu, Serrita e Pedro Alexandre; é, com toda a certeza, uma das mais autênticas festas da “Alma Verdaderamente Nordestina”.

Se “Nosso futuro tem estreitas ligações com nosso passado, nossas tradições e nossa história”, como disse Manoel Severo Barbosa, e esse é um sentimento partilhado por todos, aprofundemos cada vez mais essas ligações, para que nós, admiradores confessos da história do Sertão nordestino e do Cariri Cangaço, daqui a dez outros anos, possamos dizer que o futuro se cumpriu.



## CARIRI CANGAÇO: O BRASIL DE ALMA NORDESTINA



**João de  
Sousa Lima**  
(escritor e historiador)

... E ASSIM SE PASSARAM DEZ ANOS...

Ainda Lembro a primeira vez que me encontrei com o Manuel Severo, eu estava realizando um ciclo de palestras em Serra Talhada, em um evento sobre o cangaço, acontecido durante o dia, a convite do Grupo de Xaxado Cabras de Lampião. À noite fui assistir a um espetáculo com vários grupos de xaxado, em uma bem estruturada “Vila Cultural”

Durante o evento fiquei conhecendo um jovem sorridente e bastante educado, era o Severo, ele me falou dos planos de construção de um seminário sobre o cangaço em sua cidade no alto Cariri Cearense.

Coloquei-me logo a disposição para apoiá-lo na sua empreitada, saí de Serra Talhada deixando um convite formulado para que ele viesse até Paulo Afonso participar do “Centenário de Maria Bonita” que fizemos em três etapas, 2009, 2010 e 2011.

Manoel Severo marcou presença no nosso evento em suas três edições. Saiu daqui com ideias fervendo em sua mente e o Cariri Cangaço aconteceu em sua primeira edição sendo logo um grande sucesso, transformando-se hoje em um dos maiores eventos sobre os temas re-

lacionados ao Nordeste. Desse primeiro encontro no Cariri cangaço deixei minha impressão e escrevi:

**“O QUE MEUS OLHOS VIRAM DE BELO”...**

*O que meus olhos viram de belo... Meus olhos contemplaram a beleza, vi a essência do que nos aproxima de fato dos nossos sentimentos humanos: vi uma filha emocionar-se com as lembranças de um bom pai, vi um caminho iluminado por candeeiros, luzes quase apagadas de nossas memórias, o caminho iluminado nos levou até um verde e extenso jardim, vi no jardim flores, flores chamadas ANICETOS, flores musicais, ritmos angelicais, sonoras composições que abrandam a alma, acalmam o espírito, fazem dançar os anjos; vi a imensidão do Vale do Cariri e o verde da Chapada do Araripe, percorri mundos, vivi momentos, compreendi os momentos e conheci os motivos de inspiração do grande Patativa do Assaré e do maior cantor: Luiz Gonzaga, saudades eternas; Vi o horto da fé, a fé que abala, o momento que cala na oração aos pés do Padre Cícero Romão, o outro Batista; Vi todos os grandes do estudo do cangaço,*

*Apertei mãos, abracei, compreendi sorrisos e olhares, vi tantos lugares, lugares de morte, da morte de Lourenço, Beato da Vida; vi exaltados, emocionados, felizes, tristes; eu vi um mundo, um mundo de artistas, nos cordéis, artesanatos, na transformação do couro em arte, a arte que não está presa as normas e leis, a arte natural, do homem, da vida; vi o futuro, o futuro do Brasil, jovens, estudantes, aprendizes na arte do escrever, do ver, do compreender, eu vi tudo isso e queira meu Deus dar-me força para ver muito mais, quando novamente cruzar meu caminho o próximo Cariri Cangaço, quero estar lá, quero ver tudo novamente, quero ver vidas, pessoas, amigos, arte, sabedoria e beleza; quero que meus olhos vejam novamente o que poucas vezes avistei e que eu possa novamente saborear os sabores do Cariri, vislumbrar a paisagem do Araripe, ser maleável e ser SEVERO, Severo amigo, meu castigo é não fazer parte da tua confraria, pois sei que aí meus olhos deixariam de ver beleza, quando for o próximo CARIRI CANGAÇO.*

O Cariri Cangaço move centenas de pesquisadores, escritores, professores, alunos, autoridades civis e militares. Em todos os eventos seus Seminários lotam auditórios, teatros, quadras poliesportivas e

espaços destinados as realizações dos debates, palestras, lançamentos de livros e exibições de filmes.

Nenhum outro evento atingiu a dimensão que conseguiu atingir o Cariri Cangaço, na discussão do Messianismo de Pau de colher, Antônio Conselheiro e Pedro Batista, na vida de Padre Cícero Romão Batista, da nossa maior referência artística Luiz Gonzaga “O Rei do Baião”, no polêmico mundo do Cangaço e suas discussões sem fim.

Tenho e fiz tantos amigos nesse mundo e lembro entre tantas personalidades de: Manoel Severo e Ingrid, Marcos de Carmelita, Josué Santana, Nely Conceição, Aninha Lúcia, Gilmar Teixeira, Joventino, Ângelo Osmiro, Alcino Alves Costa (saudosos amigos de tantas viagens e aventuras), Antonio Lira, Jorge Remígio, Sálvio Siqueira, Manuel Serafim, Benedito Vasconcelos, Honório de Medeiros, Wilson Seraine, José Bezerra Irmão, Cesar Megalle, Geraldo Ferraz, Juracy Marques, Rubervânio Rubinho, Edson Barreto, Antônio Galdino, Narciso Dias e Catarina, Sousa Neto, Leila, Jair Tavares, Patrícia, Paulo Brito e Anne, Aderbal Nogueira, Afrânio, Osvaldo, Sabino Bassetti, Sérgio Dantas, Antônio Amaury, Archimedes Marques e Elane, Ivanildo Silveira, Kiko Monteiro, Rostand, Zé Cícero, Inácio Loiola, Juliana Pereira, Lamartine Lima, Lourinaldo Teles, Edvaldo Feitosa, Oleone Coelho Fontes, João Bezerra, professor Pereira, Tomaz Cysne e seu escudeiro Afrânio, Berg Taylor, “Primo” de São Bento do Una, Wesley Rodrigues, Urbano Silva, Padre Agostinho Justino, José Tavares, Cristiano, Manuel, Lívio Ferraz, O clã dos “Rodrigues” representados pelos amigos Celso, Jaqueline, Celsinho, Patrícia Brasil e os irmãos Reginaldo e Petrócio.

O Jornal Folha Sertaneja foi o meio de comunicação impresso que mais destinou páginas a registrar e divulgar o Cariri Cangaço em textos que eu escrevi durante minhas participações em quase todos os momentos desde sua criação.

Agora se passaram dez longos anos do Cariri Cangaço. Há nesse período uma valorização dos temas Nordesteiros que adentraram, além de outros centros educacionais, os umbrais das universidades, acontecido durante os seminários, palestras.

Os diversos Congressos, todos importantíssimos para a construção

de uma identidade e da valorização da ciência que perpetua nos anais da história do nosso Brasil, as páginas das fábulas acontecidas no mais profundo rincão das caatingas bravias do meu Nordeste amado. Eis aí um caminho trilhado, eis aí a busca incessante por tantas narrativas reais, todas elas colhidas nas infinitas veredas das terras empoeiradas e pedregosas do mundo que é meu Sertão.

...ASSIM SE PASSARAM DEZ ANOS... ...E QUE VENHAM MAIS DEZ... MAIS CEM... ... OU QUEM SABE NÃO PERPETUREAMOS O CARIRI CANGAÇO NA PRÓPRIA HISTORIOGRAFIA E NOS ASSUNTOS MAIS FECUNDOS DOS EPISÓDIOS RELEVANTES OCORRIDOS NAS ESTRADAS DO NORDESTE BRASILEIRO.

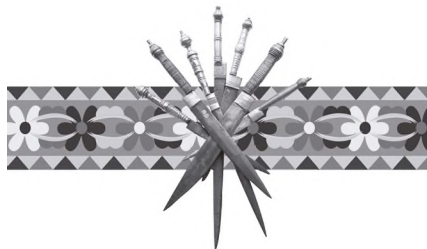


## Hipnose Ericksoniana

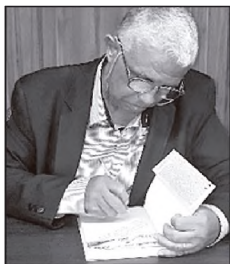
Superação de relacionamentos abusivos

WhatsApp: (88) 9 9762-3169

E-mail: [hesuperarlimitantes@gmail.com](mailto:hesuperarlimitantes@gmail.com)



## O PODEROSO CORONEL SANTANA DA SERRA DO MATO



**João Bosco  
André**  
(memorialista e  
pesquisador)

O Coronel Antonio Joaquim de Santana, mais conhecido como Coronel Santana, nasceu no sítio Brejão, Município de Barbalha, aos 06 de dezembro de 1856, era filho de Juvêncio Joaquim de Santana e de Dona Jacinta Maria de Jesus (Iaiá). Faleceu em novembro de 1941. Integrou os quadros da Guarda Nacional por nomeação do Presidente da República Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca. Chefe político dos mais prestigiosos do Ceará, numa fase, parcialmente superada, de sua política, o Cel. Santana inaugurou, no Sul do Ceará, o ciclo das deposições, apeando do poder, ao fragor de tiroteios no dia 02 de novembro de 1902 o Intendente de Missão Velha, Cel. Antonio Róseo Jamacarú, conquistando pela força o poder do citado município do ano de 1902 até o dia 22 de janeiro de 1913. Casou-se duas vezes a 1ª com a sua parenta, Josefa Maria de Jesus (Dona Zefinha), filha do Ten. Cel. Manuel Saraiva da Cruz (Né da Cruz) e a 2ª com Maria Luzia de Jesus, do Sítio Santana, Barbalha.

Por muito tempo o poder dos coronéis sertanejos poderia ter como referência a figura do coronel Santana que da sua *Serra do Mato*

ditava os destinos de toda uma região. Para demonstrar essa manifestação de seu poder de mando, aos 24 de outubro de 1911 na então Vila de Juazeiro-Ceará, veio a presidir a reunião dos caudilhos sul-cearenses, isso na terra do prestigioso e anfitrião, Padre Cícero Romão Batista, no clássico episódio que entraria para a história como o Pacto dos Coronéis.

Passaremos a relatar um destes pitorescos episódios que marcariam a vida e a personalidade forte do Coronel Santana. Anterior à criação da Comarca, quando ainda Termo Judiciário, responderam como juizes da Comarca de Crato e Barbalha, conforme passamos a registrar: Dr. José Tibúrcio Tavares, Dr. Manoel Peixoto de Alencar (funcionava como Juiz em 1896), Dr. Francisco Antonio de Oliveira Praxedes, Dr. Antonio Reinaldo Alves de Souza, Dr. Antonio Garrido da Silva, Dr. Joaquim Florêncio de Alencar, Dr. Joaquim Olímpio da Rocha, e por fim Dr. Antonio Olímpio da Rocha; em cuja judicatura, ocorreu um fato curioso envolvendo este magistrado e o Cel. Santana, então ex-Intendente de Missão Velha (1903 até 1913 e de 1914 a 1917).

Houve um homicídio em que foi vítima o cangaceiro Cobra Preta, esse, afilhado de batismo e cabra do Cel. Santana. Na época não existia cercas divisórias entre as propriedades e o gado era pastoreado solto em cima da Serra do Araripe, dessa forma começa a haver roubo de gado em cima da serra e o Cel. Santana desconfiava que o autor dos roubos tratava-se de um desafeto seu, Delegado de Porteiras, Horácio Cavalcante, mais conhecido por Horácio Novais, então, o Cel. Santana, já tendo perdido o poderio político, esperava que um dia Horácio Novais passasse pela Serra do Mato. Esse dia chegou e o mandatário da Gameleira mandou que um de seus homens, o dito Cobra Preta, se infiltrasse no Grupo de Novais, com a intenção matá-lo.

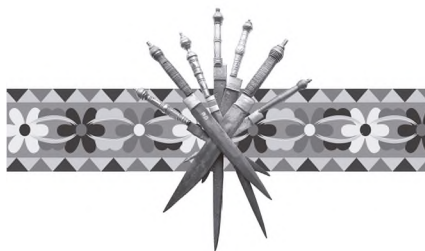
Entretanto o destino viria a pregar uma peça. Cobra Preta acabou ficando e fazendo parte do bando de Horácio; sob o novo comando, foi mais bem aquinhoado talvez, e recebendo melhor tratamento decidiu lá ficar. Novais, como desafio ao Cel. Santana, começou a visitar a feira da Gameleira (o pé de Gameleira ainda hoje é exis-

tente e a feira se realiza debaixo da grande árvore, onde os feirantes comercializam os seus produtos, inclusive improvisando os caixões para acondicionamento das suas mercadorias nas raízes expostas da árvore) e o Cel. Santana, comentava em rodas de sua convivência: “Nestes dias Horácio Novais vem bater aqui na Serra do Mato!” (local da sua morada). Decorridos alguns meses, o Cel. Santana mandou seduzir Cobra Preta para que voltasse para o seu grupo, feito isso, poucos dias depois, Cobra Preta foi morto no sítio Talhado, altas horas da noite, quando na ocasião foi invadida sua própria casa.

Instalado o Inquérito Policial ao chegar a Justiça, foi intimado o Cel. Santana a depor perante a autoridade Judiciária. Tendo a incumbência de ouvi-lo o Dr. Antonio Olímpio da Rocha, então Juiz de Direito do Crato, que ao chegar ao Cartório do Tabelião José Jácome, ali já se encontrava o Cel. Santana, em atendimento a intimação daquele magistrado. Em Termo de Assentada para tomada do depoimento de Santana, o Juiz, após as advertências do estilo, perguntou ao Cel. Santana, *se a sua pessoa tratava-se de Antonio Joaquim de Santana*, tendo o Cel. Santana, respondido tratar-se do Cel. Antonio Joaquim de Santana, ao que Juiz o interpelou por três ou quatro vezes se a pessoa ali presente tratava-se de Antonio Joaquim de Santana, tendo o Cel. Santana, repetido, que sim, era o Cel. Antonio Joaquim de Santana. Tendo o Juiz dito em tom de ameaça, que podia mandar prendê-lo, ao que o Cel. Santana respondeu saber que sim, mais se assim procedesse, *“iria cavar o chão com as costas”*.

Neste momento o Juiz retirou-se da Sala das Audiências e imediatamente ausentou-se da Vila. Neste mesmo processo veio outro Juiz para ouvir o Cel. Santana e este, matreiro, sagaz e conhecedor da sanha dos coronéis de então, tratou o Cel. Santana com todo cuidado e delicadeza. Após o interrogatório do Cel. Santana e de ter deixado Horácio Novais todo enrolado, o Juiz veio até a porta do Cartório, de modo cortês com o Cel. Santana, agradeceu-lhe, dizendo que o mesmo tinha vindo até ali colaborar com a Justiça, ao que o Cel. Santana respondeu-lhe: “Doutor juiz, o Senhor nada tem a me agradecer, pois o Senhor é formado nas letras e “eu” sou formado nas treitas”. E assim as coisas aconteceram e Horácio Novaes acabou sendo conde-

nado pelo assassinato em questão com o termino do processo no ano de 1926, além de Horácio Novais foram condenados dois dos seus cangaceiros: Pedro Dedão e Zé Sanção. Funcionaram como componentes do Corpo de Sentença deste Julgamento, dentre outros, os Srs. José Gonçalves de Lucena, Crispim de Oliveira Rocha e José André Gomes (Zeca André - pai do autor destas notas).



## O CANGAÇO QUE TROUXE TANTA DOR NO PASSADO, HOJE, TRAZ INTEGRAÇÃO COM O CARIRI CANGAÇO



**Archimedes**

**Marques**

(advogado e  
pesquisador)

O cangaço, mais de perto, o cangaço de Lampião, fruto de um tempo bárbaro e desmedido ocorrido nos sertões do nosso querido Nordeste Brasileiro, é um dos fenômenos mais controversos e intrigantes da História Universal. Buscar razões para ações tão violentas e banais contra um povo já tão sofrido pela “mãe natureza” é tarefa das mais difíceis. Como difícil também é entender como esse mesmo povo tão sofrido pela “mãe natureza”, ao aumentar as suas dores de maneira imensurável com a perda prematura dos seus entes queridos sem motivos justificá-

veis ou ameaçado, mitificou o seu próprio “Carrasco”.

Os cangaceiros espalhavam fama, distribuíam terror, causavam desespero, constituíam medo, aplicavam um estranho conceito de justiça por onde passavam e enquanto isso, o pobre do sertanejo sofria não apenas nas suas ações nefastas, mas também com a seca, com a fome, com a falta de trabalho, com a humilhação dos governantes e com uma sociedade totalmente desigual e injusta.

O cangaço, apesar de brutal, foi um fenômeno social, político e cultural ocorrido nos sertões de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe e Bahia. Nesses sete Estados deixou rios de sangue e lágrimas, sofrimentos atrozes por toda parte, dores irreparáveis. Qual o número exato das suas vítimas? Quantas foram mortas, trucidadas inexplicavelmente? Quantas mutiladas? Desses sete estados as suas polícias caçaram Lampião por cerca de vinte anos, em especial os incansáveis Nazarenos, da Força Pernambucana, o exemplo maior de perseverança. Meninos se fizeram homens em meio a terra tórrida, nessa caçada sem fim.

Na época os sertões nordestinos constituíam, dentro do Brasil em ascensão, uma sociedade à parte, com seus “códigos e leis próprias”, onde o Estado era uma figura distante, abstrata, inexistente, presente apenas na legitimidade do autoritarismo e na repressão contra aqueles menos privilegiados.

Estávamos em uma sociedade majoritariamente agrária, comandada pelos chamados “Coronéis” que faziam do povo o seu “gado”, que em tudo mandavam e desmandavam, na qual não enxergavam mais uma possibilidade de se viver na legalidade. Era cada um por si em um local onde o Estado protetor não se fazia presente. Assim o povo humilde, apesar de vítima maior, revestiu o banditismo dos cangaceiros de um “escudo ético” com ar de vingança por toda a situação que lhes impunha, tornando-lhes heróis. Já outra parcela da população os enxergava como bandidos cruéis, assassinos vorazes e impiedosos, torturadores que também estupravam as suas filhas, destruíam suas casas, incendiavam suas lavouras, matavam seus animais, enfim, não respeitavam as leis em hipótese alguma. Por outro lado, as polícias volantes eram conhecidas por também agir com violência contra a população, por muitas vezes praticando crimes idênticos ou até piores contra aqueles que tinham obrigação de defender. Nesse item, os pequenos coiteiros, os humildes protetores de cangaceiros, sofriam duplamente, pois se traíssem os bandidos sofreriam graves consequências e se não os entregassem aos policiais sofreriam consequências parecidas, por vezes piores, o estalo do chicote era seu menor castigo. O povo, mesmo ferido impiedosamente, ao preferir

Lampião, suposto revoltoso contra o sistema, estava certo, ou seria melhor continuar sendo massacrado pelo poder constituído?

Ainda referente aos coiteiros, aos protetores de cangaceiros, sem dúvida somente havia duas opções para essa escolha: aqueles que entravam por opção e aqueles que aceitavam por falta de opção. Os grandes entravam por opção e os pequenos por absoluta falta de opção. Nesse sentido, existia uma vasta rede de coiteiros em toda área de atuação dos cangaceiros. O pequeno ou médio protetor buscava apenas não ser molestado nos seus bens humanos e materiais, no outro lado, **um Líder Político, um “Coronel”, uma Autoridade** que apoiasse um bando de cangaceiros, além da proteção dos seus valores, familiares e amigos, poderia em troca, pedir que matassem, mutilassem, saqueassem ou incendiassem os bens de um inimigo seu, sem contar que muitos influentes ganhavam muito dinheiro com a venda de armas e munição a preço superfaturados. A proteção de poderosos foi um dos fatores que permitiram o fenômeno do cangaço se estender por décadas, por isso, no seu tempo, Lampião fazia questão de mantê-los em absoluto segredo. Nem os seus comandados mais achegados sabiam dos detalhes desses **“super-coiteiros”**.

Embora o cangaço tenha se delineado sobretudo a partir da década de 1870, os principais grupos e ataques existiram na época da Primeira República (1889-1930). O Brasil havia deixado de ser um Império Monárquico e se tornado uma República Federativa. O novo ordenamento político distribuía mais poder para os Estados e Municípios, diferentemente da figura centralizadora de um Imperador. Isso significou um acirramento das disputas locais pelo poder. Assim sendo, a figura do “Coronel” se fortaleceu ainda mais e passou a ser a principal característica desse período.

O cangaço ganhou maior projeção durante os anos 1920 e 1930. O fenômeno aparecia nos jornais, nas revistas, nos cordéis, nos cantadores de feiras e era um dos assuntos mais falados nas cidades ou vilas por onde havia passado e arredores. Eram comuns lendas, invencionices e mentiras sobre o paradeiro, os feitos ou a morte de pessoas ou cangaceiros. Lampião já virara um Mito, o seu nome fazia tremer o mais valente dos valentões.

Desse modo, o Mito Lampião, mesmo depois da morte, atravessou gerações e continua a intrigar a população geralmente categorizado na seguinte dualidade: atroz criminoso ou herói popular. Alguns dizem se tratar de um justiceiro, outros de um herói bandido ou bandido herói.

No Brasil hodierno os cangaceiros ainda são associados à figura da valentia, como homens e mulheres destemidos que lutavam contra o poder político e a elite agrária dominante, embora na maioria dos casos eles não estivessem em conflito de fato com o poder, sendo até apoiados por personalidades influentes, como aconteceu em todas as suas andanças, principalmente em Sergipe que tinha apoio da família do próprio governador do Estado, Eronildes Ferreira de Carvalho.

Os cangaceiros continuam sendo uma inspiração no cinema, na televisão, no teatro, na literatura, na música, na dança, na moda, nas artes plásticas, no artesanato, no turismo entre outras expressões artísticas ou culturais. Essa diversidade de informações criou um manancial de pesquisa para historiadores, principalmente para os apreciadores do Movimento Cariri Cangaço. Novos estudos, livros e biografias sobre o cangaço continuam sendo feitos e muito bem aceitos pelo público, mesmo após oito décadas do seu término. A cada ano são lançados pelo menos cinco novos livros, muitos deles com novidades. E por que isso? Porque o assunto é enigmático, instigante e, ao que parece inesgotável.

Heróis ou bandidos, não há como negar, porém, que os cangaceiros não foram marginais comuns. Enquanto a miséria descoloria os sertões, eles andavam orgulhosos, adornados com cores vibrantes e símbolos de proteção, cheios de brilhos de ouro e prata, joias por toda parte, lenços de seda nos pescoços, bornais adornados com flores bordadas, bandoleiras, cartucheiras e armas cuidadosamente cobertas com moedas e metais preciosos, perfumados ao extremo. Na secura da vida sertaneja nordestina, o cangaceiro era uma figura grandiosa, esplendorosa, rica, exótica, exuberante, sendo uma das motivações de jovens sertanejos abandonarem os seus pais para segui-los.

Como se pode notar, não é possível reduzir o cangaço a um simples fenômeno de banditismo social. Cangaço foi e continua sendo expressão, cultura, descoberta, violência, luta, revolta, aprendizado e uma lição sobre um povo rico e valoroso, o povo sertanejo desse enigmático e mágico Nordeste brasileiro.

Lampião foi o mais bem-acabado exemplo do cangaço, fruto de um tempo e de um lugar, e deve ser sempre estudado à luz desse tempo e desse lugar. Assim, diante de toda essa gama de informações certas e incertas, surgiu uma semente que fora plantada e fez com que o Cariri Cangaço nascesse, florescesse e fornecesse excelentes frutos em verdadeira integração entre os seus pares, arrastando multidões por onde passa.

O Movimento Cariri Cangaço, idealizado pelo cearense Manoel Severo Gurgel Barbosa, nasceu para resgatar e preservar as histórias dos nossos sertões, não somente a grande história de Lampião e o Cangaço, mas também todos os pontos afins que tanto enobrecem os bravos sertanejos. Busca cultura e história real, jamais enaltece a violência.

Desse modo, em tempos magros de boas ideias, essencialmente voltadas para a preservação da memória histórica dos nossos sofridos personagens dos sertões, o Cariri Cangaço vem ao longo dos anos dando verdadeiros exemplos de como pode haver esse resgate com a somação e integração de todos. E com isso lá se vão 10 anos de tantas conquistas sertões adentro e até em grandes centros, um movimento glorioso entendido por muitos como o MAIOR DO MUNDO DENTRO DESSE CONTEXTO.

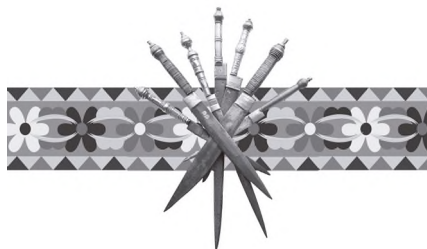
Eventos inesquecíveis que todos nós guardamos na nossa memória, valendo o sacrifício de percorrermos centenas de quilômetros em estradas perigosas somente para estarmos juntos, para visitas aos locais históricos, casas, sítios, povoados e fazendas, para palestras fervorosas, para discussões eloquentes, para alegres confraternizações, para sentirmos o prazer de sermos bem atendidos pelos nossos anfitriões, para nos alegrarmos com as festas em nossa homenagem... Tudo isso é Cariri Cangaço, tudo isso é integração de cidades diferentes, de culturas diferentes, de pessoas diferentes em um tempo

presente glorioso que nasceu da dor de um tempo passado inglório para o nosso sofrido sertanejo.

Assim sendo, por tudo isso e muito mais, é que na qualidade de Escritor e Conselheiro do Cariri Cangaço, eterno pesquisador e estudante apaixonado do tema, sinto orgulho de fazer parte dessa Grande Família totalmente integralizada com componentes de todo o Brasil, escritores, pesquisadores, curiosos, seguidores, uma integração de amizade real, de respeito mútuo, de desejos recíprocos para que todos prosperem na vida e sempre voltem com boas novidades. De quando em vez, choramos as nossas perdas como se irmãos de sangue fôssemos.

Finalizo dedicando esse texto a dois eternos amigos do Cariri Cangaço que se foram e deixaram saudades sem fim: Alcino Alves Costa (o Caipira de Poço Redondo), e Paulo Medeiros Gastão (o Pesquisador dos Pesquisadores), eméritos estudiosos do tema Cangaço, Sertões e afins que nos presentearam com os seus legados de sabedoria, retidão e honradez.

Aracaju, 17 de abril de 2019.



# A CUTELARIA TRADICIONAL CARIRIENSE NAS FACAS JARDINEIRAS

*“A tradição das facas de ferreiro no Cariri cearense parece vir de muito longe. E é bem factível ter nascido ou prosperado, estrumada pela enfieira de desavenças do passado daqueles mundos, pendengas que vêm desde os tempos do imperador velho.”*  
(LAMARTINE, 1988, p. 24).



**Manoel Deisson  
Xenofonte Araujo**

(mestre em design/  
UFPE e professor da  
UFCA)

## Introdução

A citação acima foi feita por Oswaldo Lamar-tine de Faria, um dos grandes sertanistas do Bra-sil, em seu excelente livro “Apontamentos sobre a faca de ponta”. Em vários outros momentos o autor enaltece a riqueza da produção de facas no Cariri, ao seu ver, uma arte capaz de sintetizar o objeto que seria uma “herança histórica do homem sertanejo... a arma nobre, dos poucos so-bejos da romântica cavalaria, arma de ataque ou defesa no peito a peito, olho a olho, no corpo a corpo enquanto”. É de se estranhar, portanto, a atual escassez da arte da cutelaria tradicional artesanal caririense, víti-ma provavelmente da massificação das facas industriais que começam a adentrar o mercado durante as décadas de 50 e 60, difundindo as

chamadas “peixeiras” (facas estas oriundas das regiões litorâneas e que passaram a substituir as afamadas “facas-de-ponta” da região).

As facas industriais possuíam a vantagem de serem inoxidáveis, além é claro de serem vendidas a preços bem menores do que as facas “de ferro”. As facas artesanais, por sua vez, eram feitas com muito suor a partir do malho do aço bruto, este oriundo de materiais diversos, como trilho de trem, feixe de molas, enxadas “jacaré”, ou mesmo sabres antigos. Dessa maneira, a cutelaria regional, em especial a de Juazeiro do Norte-CE, na tentativa de concorrer com a indústria, inicia um processo de “barateamento” da produção, substituindo por exemplo os materiais utilizados nos cabos a fim de aumentar a rapidez no processo de produção ou de dispendir menos dinheiro em sua aquisição. Assim, se antes se utilizavam de latão, alpaca, chifre, ou mesmo até ouro e marfim (este último obtido a partir do reaproveitamento de bolas de bilhar) passaram a utilizar materiais plásticos, como o galalite, baquelite e posteriormente acrílico e demais polímeros que iam adentrando o mercado local. Saliento aqui que ao meu ver a utilização do plástico em si não se configura como o declínio da arte cutelaria, mas sim a maneira gradativa como o esmero de produção e requinte de acabamento deu lugar a uma execução mais desleixada da faca, removendo inclusive elementos que comprovavam a expertise do mestre, como os detalhes feitos em buril no “ricasso” ou na “carapuça”, além é claro da qualidade da têmpera da lâmina. Tais facas “mal-acabadas” eram chamadas popularmente de “peças de carregaço”, das quais ainda hoje se é possível encontrar nas mediações do mercado central de Juazeiro do Norte.



Punhais de “carregaço” vendidos em Juazeiro do norte na atualidade

Houve grandes mestres ferreiros no Cariri que gostaria de mencionar aqui, no entanto, voltarei a minha atenção à família Pereira de

Jardim, justamente pelo fato de sua produção manter o requinte de qualidade de lâmina e acabamento, desde o início do século XX até o início dos anos 2000.

### Os Pereiras de Jardim

Foi provavelmente em meados da década de 10, na cidade de Jardim-CE, que o mestre José Pereira iniciou uma tradição familiar na arte da cutelaria que se estenderia por nove décadas de produção. Localizada na “Rua da baixa”, tradicional rua de ferreiros, a tenda de “Zé Pereira” foi disseminadora de um verdadeiro ícone das facas nordestinas, o qual a qualidade estética e prática promoveria ao título de legítima faca *jardineira*, ou, como também era conhecida; *Faca barra-do-Jardim*. Tais facas eram feitas em sua grande maioria com cabos de *embuá*, que simulam esteticamente o artrópode de mesmo nome (conhecido em determinadas regiões como *piolho de cobra*). O efeito era conseguido a partir da intercalação de anéis de metais amarelos e de lascas de chifre.

Suas peças eram geralmente marcadas com o monograma JP, garantindo assim a procedência de produção.

Fato memorável a cerca das *facas jardineiras* feitas por José Pereira foi a encomenda de uma peça solicitada pessoalmente por lampião no ano de 1926, quando de sua passagem em Jardim para Juazeiro do Norte, onde iria receber a patente de capitão do “Batalhão Patriótico”. Tal episódio nos foi narrado por Simião Pereira, filho de JP. Segundo ele, apesar das várias versões e proporções narrativas que tal evento alcançou, a história contada pelo seu pai era uma só:



“Ebuá”, ou “piolho de cobra”

Eu me lembro como se fosse agora, eu tinha uns 13 anos já. Pai disse que ele veio com 25 a 30 cangaceiro. Quando ele chegou aqui aí o povo via e trancava as portas, era mais ou menos umas 10:00 da manhã. Quando pai deu fé Lampião chegou na porta

com um chapéu de couro e com um cangaceiro só por nome de Bom de vera. Agora ele não vinha com arma nenhuma, ele vinha com chapéu de couro, olhos. O bom de vera com chapéu de couro e a a cartucheira, só a cartucheira sem bala. Revolver, punhal, nada! A cabaça do lado de carregar água e um borná, só o que ele trazia;. Aí pai se assustou e pensou” pronto, ele vai me matar agora”:

LAMPIÃO: O senhor é que é o mestre zé pereira, que tanto já falaram pelo pernambuco e paraíba? eu queria que o sr. fizesse um punhal pra mim.

Aí pai disse com medo: Faço

LAMPIÃO: Mas eu quero pra hoje

aí pai com medo... ele tava commais medo do outro cangaceiro que era mal encarado.

LAMPIÃO: ó eu venho pegar de três e meia pra quatro hora

J.P: Sim senhor eu faço, como é o punhal?

LAMPIÃO: Eu quero um punhal grande assim oh.

J.P: Tabom, eu faço...

aí pai cortou a folha ligeiro e nesse tempo tinha muito cangaceiro pelo sertão... caba ruim... ai e pai já tinha os bichão feito (n.a: lâminas forjadas)

ai caçou logo um grandão assim, ai ajeitou aqui, ajeitou, colocou um cabo bonito danado, carapuça de metal amarelo, chega ficou brilhando, aí quando lampião chegou, pegou pai de surpresa de novo:

LAMPIÃO: Pronto seu mestre?

J.P: Pronto, sim senhor

pai trabalhando suado, foi mesmo no tempo quente, um calor danado...Ele pegou o punhalzão grande, pai disse que era tão grande que não sabe como deu tempo dar o tempero, aí disse que ele pegou na lâmina e fez assim, entortou, aí pai viu a hora ele torar, aí quando soltou que a lâmina continuou apumada, aí fez de novo.

LAMPIÃO: Seu mestre eu vou lhe dizer, o sr. pode dizer que é mestre mesmo. Tá bem feita viu.

Conta-nos Simião Pereira que houve ainda mais dois momentos tensos para José Pereira neste episódio: O primeiro é que, logo após testar a lâmina, o cangaceiro *Bom de Vera* teria passado a lâmina próximo às costas do mestre, brandindo jocosamente: “*punhal bom*

*capitão, pro caba tirar suor do lombo de caba ruim*". Tal atitude foi então veemente repreendida por Lampião que ameaçara o cangaceiro colocando a faca em seu pescoço e respondendo: *"oh Bom de Vera, presta atenção, respeitar pra poder ser respeitado, pra depois não acontecer o que aconteceu com fulano de tal..."*. O segundo momento foi quando lampião indagou o preço da faca, ao que foi recusada a cobrança pelo mestre, afirmando que seria um presente para Lampião lembrar-se do ferreiro de Jardim. Em retribuição ao presente, Lampião então teria perguntado se José Pereira teria alguma "intriga" com alguém naquela região que o cangaceiro pudesse resolver, ao que foi negado pelo velho mestre.

O relato de Simião Pereira sobre o pai tem grande plausibilidade histórica. Apesar de a data correta em que Lampião esteve em Jardim de passagem a Juazeiro ser 1926, todos os outros eventos são factíveis. Curiosamente, em contradição à afirmação de José Pereira de só ter recebido uma única encomenda de Lampião, há relatos de pessoas que foram presenteadas pelo



Lampião em Juazeiro do Norte, portando uma legítima Jardineira

cangaceiro com facas jardineiras nos arredores do Cariri. O Sr. Elias de Menezes, residente na cidade de Aurora-CE, por exemplo, possui uma faca jardineira que teria sido dada ao seu pai por Lampião, quando de passagem por esta cidade, ao sair do Cariri<sup>1</sup>:

---

<sup>1</sup> Informação dada pelo pesquisador José Cícero da cidade de Aurora-CE. Disponível em: <<http://blogdaaurorajc.blogspot.com.br/2013/08/tipi-e-ipueiras-receberam-visitas-de.html>> Acesso em 03/02/2017



Punhal que teria sido doado por Lampião, hoje em posse do sr. Elias de Menezes em Aurora-CE



Punhal Pertencente ao Sr. Lourinaldo Teles, de Calumbi - PE

Uma explicação provável para a existência dessas facas em posse de Lampião seria a de que, apesar de pessoalmente o cangaceiro só ter encomendado um único exemplar ao seu José Pereira, poderia o ter feito por intermédio de “coiteiros”, prática comum, em especial no Cariri, região onde o rei do cangaço se provia convenientemente de munições (NEVES, 2009).

Existem ainda outras facas *jardineiras* com procedência de posse de Lampião, dentre as quais um exemplar pertencente a uma coleção particular que teria sido doada por sua neta:



Faca Jardineira doada pela neta de Lampião a uma coleção particular

Apesar de as facas supracitadas não conterem a marca da punção com as iniciais JP, é perceptível sua proveniência a partir de uma série de características estéticas que serão descritas posteriormente. Por ora apresentaremos os dois filhos que continuaram a produção

do pai; Geraldo e Paulo Pereira:

Geraldo Pereira era o filho mais velho de José Pereira e o primeiro a trabalhar com o pai, adentrando o universo laborioso da tenda de ferreiro ainda na infância. Chegou a firmar oficina na cidade de Crato-CE na década de 50, no entanto se dedicou mais a outras tarefas de ferreiro, tais quais a manufatura de portas, portões e grades. Em meados da década de 70 ou 80 mudou-se para São Paulo, onde faleceu nos anos 2000<sup>2</sup>. Suas facas eram assinadas com a sigla GP.



**Sigla GP, nas facas de Geraldo Pereira**

As facas GP são as mais raras, uma vez que dedicou menos tempo enquanto artífice. Segundo Simião Pereira, a perfeição e o esmero no acabamento dos cabos chegavam a superar o ofício do seu pai.

Foi no entanto o seu irmão Paulo Pereira quem perpetuou a tradição familiar, começando na oficina do seu pai em Jardim e se estabelecendo na cidade de Crato nos anos 50, onde firmou tenda que funcionou até próximo de seu falecimento, na primeira metade dos anos 2000. As facas de sua produção eram timbradas com a sigla PP.



**Sigla PP nas facas de Paulo Pereira**

O mestre Paulo foi o único da família a presenciar sua produção

---

2 Informações cedidas por Simião Pereira em entrevista

entrar em outro contexto mercantil. Durante o fim dos anos 90, ao invés de agricultores e vaqueiros, suas facas passaram a serem procuradas também por colecionadores e pesquisadores, seguindo assim o mesmo desvio de rota das demais facas nordestinas.

Em 1996, por exemplo, recebeu uma proposta de encomenda do pesquisador Frederico Pernambucano de Mello para a confecção de 60 facas com 50cm de comprimento, as quais seriam utilizadas no figurino do filme *Baile Perfumado*, lançado em 1997. Tal proposta foi recusada pelo mestre Paulo, o qual já não possuía condições para trabalhar tal demanda (VICELMO, 1999; NEVES, 1997).

Nos anos 2000 foi matéria do quadro *Me leva Brasil*, exibido no programa televisivo Fantástico, no qual além de contar um pouco da tradição familiar, demonstra o passo-a-passo na confecção de uma legítima faca *jardineira*, desde a forja de uma barra de aço ao acabamento e polimento<sup>3</sup>. Em junho do mesmo ano, o ferreiro fechou as portas de sua oficina em detrimento das condições de saúde, retornando no entanto no mês seguinte, por motivos emocionais e pela grande demanda:

O refúgio do velho ferreiro ao seu tugúrio foi marcado por outro acontecimento que mexeu com o seu coração: a morte da esposa amada. Mestre Paulo não suportou a dor da saudade. O retorno ao trabalho foi a maneira encontrada de superar a solidão. Estimulado por uma série de reportagens publicadas na imprensa nacional, o ferreiro reabriu a oficina. (Diário do Nordeste ed. 10 de julho de 2000: *Ferreiro Paulo reabre oficina de punhais no Crato*)

Em outubro de 2005 faleceu o mestre Paulo Pereira, e junto com ele findava a tradição produtiva familiar, uma vez que nenhum filho continuou a atividade, como ele próprio lamentava:

Infelizmente, nenhum dos meus filhos quis seguir a profissão. E nem podia, a profissão de ferreiro está em extinção. Ficaram

---

3 Vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0S0KP7uEKZ8>> Acesso em 03/02/2015

somente os fabricantes de foice e roçadeira que, aos poucos, estão sendo consumidos pelas grandes fábricas que despejam seus produtos no mercado. (Diário do Nordeste ed. 08 de junho de 2000: *Ferreiro Paulo reabre oficina de punhais no Crato*).

Apesar de ter sido encerrada a produção, as facas *jardineiras* sobreviveram na memória coletiva caririense, sendo também hoje itens de grande valia no mercado de artigos colecionáveis. Vez por outra ainda é possível encontrar no site *Mercado Livre* algumas facas de procedência dos Pereiras, oriundas de regiões de todo o País e vendidas a preços nunca praticados pelos mestres em vida.

### **Reconhecendo uma faca jardineira**

Em uma clara demonstração de maestria da arte, os Pereiras tratavam de embutir características funcionais e estéticas em suas peças que as tornavam facilmente reconhecíveis ao comprador experiente. Para além das marcas em monograma ou sigla puncionadas na lâmina, é possível reconhecer uma legítima *barra do Jardim* a partir especialmente de detalhes realizados nos cabos, sendo possível distinguir qual dos mestres fabricou aquela peça.

As facas do mestre José Pereira, por exemplo, possuíam em geral um formato arredondado, o que obviamente exigia maior tempo de dedicação ao desbaste e lixamento. Já o mestre Paulo Pereira, compunha em geral seus cabos em formatos mais quadrangulares (apesar de também termos encontrado peças com formatos mais arredondados, estas em geral datadas das suas primeiras produções), no que pode indicar uma economia de tempo e esforço para o suprimento da demanda.

O mestre Geraldo Pereira por sua vez fazia cabos arredondados em uma incrível perfeição cilíndrica, o que lhe renderia a alcunha de melhor “encabador” da família: “Geraldo era um artista... Logo ele começou a trabalhar desde pequeno... Geraldo fazia uma faca que a gente jurava que havia sido feito em uma máquina. Ele trabalhava devagar, mas quando terminava o trabalho era perfeito.” (FIGUEI-

REDO, 2015).

Como já citado, outro elemento identitário de cada um dos Pereiras trata-se da “carapuça” dos cabos. O mestre Paulo Pereira por exemplo, ocasionalmente entalhava “frisos” em direções horizontais e verticais, enquanto que José e Geraldo geralmente entalhavam em um só sentido.



Detalhes da “carapuça” de facas Jardineiras

| J.P                                                                               |                                                                                   | G.P                                                                               | P.P                                                                               |                                                                                   |                                                                                   |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|
|  |  |  |  |  |  |
| Linhas verticais curtas                                                           | Recarilhado                                                                       | Linhas verticais extensas                                                         | Linhas verticais e horizontais alinhadas                                          | Linhas verticais espaçadas                                                        | Linhas verticais de média extensão                                                |

Padronagens utilizadas por cada mestre Pereira no entalhe da “carapuça”

Padronagens utilizadas por cada mestre Pereira no entalhe da “carapuça”

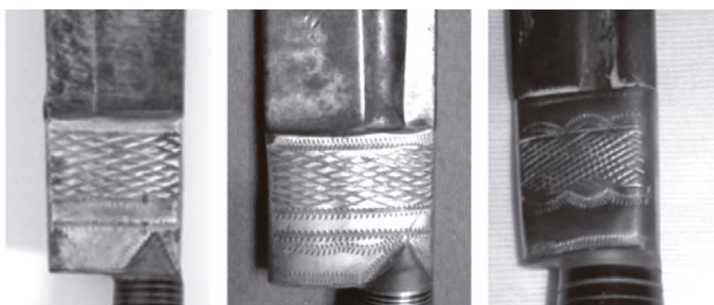
As padronagens feitas nos ricassos também conferem identidade à peça, tendo cada mestre um “desenho” próprio:



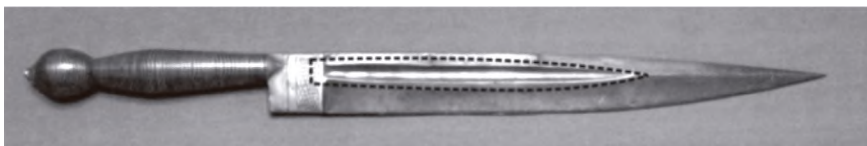
Detalhes no ricasso de facas PP



Detalhes no ricasso de facas JP



Detalhes no ricasso de facas GP



Detalhe da “cava” na lâmina de uma faca Jardineira

Com relação à lâmina, um interessante elemento presente nas facas “jardineiras” é a “cava de sangria”, ou simplesmente “cava”, elemento conhecido também no universo da cutelaria contemporânea como “fuller” ou “mosca” (CAMPELLO, 2010) e que corresponde a um sulco presente na extensão do comprimento da lâmina.

A “cava” constitui uma maneira de deixar a lâmina mais leve, auxiliando também a retirada da faca no caso de uma penetração total através da redução de geração de vácuo. Além disso se configura

também como uma solução estética que compõe visualmente a linha divisória entre planos da folha, separando as costas e o fio da lâmina (CAMPELLO, 2010). A “cava” simulava ainda as lâminas provenientes de sabres, as quais geralmente eram chamadas de *faca de ponta de espada*, conferindo assim um maior valor no mercado.

### **Considerações finais**

Tais características demonstram o quanto as facas *jardineiras* eram constituídas a partir de signos identitários que eram enaltecidos e mantidos hereditariamente pela família, em uma execução quase que canônica. Aliados à funcionalidade prática e estética, estes signos compõem a ressonância desse artefato, o qual sobrevive em memória e valor. Urge, dessa maneira, a necessidade de difundir o significado cultural desses artefatos enquanto itens identitários do Cariri cearense, em especial a partir da criação de acervos públicos. Durante minha pesquisa encontrei nos museus caririenses apenas dois itens de facas *jardineiras*, sendo um no museu de arte Vicente Leite em Crato e outro no museu Benedito José Teles, no distrito de Santa Fé. Algumas das imagens aqui exibidas provêm do meu limitado acervo de facas, o qual também me disponho a torná-lo público a quem tiver interesse de pesquisa ou exposição.

Por fim, gostaria de agradecer a atenção a qual a família Pereira me dedicou, em especial a Sra. Francilene Pereira, a Sra. Raimunda Pereira e o Sr. Simião Pereira, os quais me concederam entrevistas e imagens que foram fundamentais para a pesquisa. Para quem tiver curiosidade, o presente artigo se baseia em minha dissertação de mestrado, intitulada: “Sobrevivências da faca Jardineira”, a qual se encontra publicizada no repositório digital da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. Aproveito ainda para solicitar a quem eventualmente possua uma faca *jardineira*, que nos envie fotografias da peça, contribuindo assim com um acervo de imagens e mapeamento destes artefatos com vias a enaltecer sua sobrevivência cultural.

## Referencias

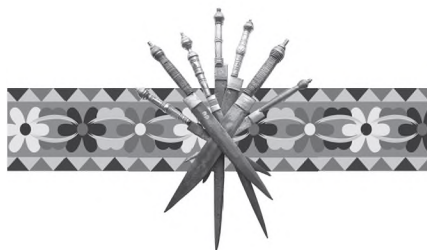
CAMPELLO Antônio José de Sá. **Facas Brasileiras**. 2ª Ed. 2010. Disponível em: < <http://www.cutelariaartesanal.com.br> >. Acesso em: 01 Fev. 2013.

FIGUEIREDO, Simião Pereira. Entrevista concedida ao autor Manoel Deisson Xenofonte Araujo. Jardim, 15 ago. 2015. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice “A” da dissertação “Sobrevivências da Faca de Ponta”, deste autor].

LAMARTINE, Oswaldo. **Apontamentos Sobre a Faca de Ponta**. Rio de Janeiro. Fundação Ozelita Cascudo Rodrigues, 1988. 66p.

NEVES, Napoleão Tavares. **Cariri, cangaço, coiteiros e adjacências**. Brasília: Thesaurus, 2009.





## O FOGO DO RASO DA CATARINA OU O DIA EM QUE O BRIGADEIRO MACEDO BRIGOU COM LAMPIÃO



**Cícero Magerbio  
Rodrigues de  
Lucena e Monte**  
(médico e pesquisador)

O então tenente José Sampaio de Macedo era provavelmente o melhor piloto de aviação do Exército brasileiro – nesse tempo não existia ainda a Aeronáutica.

De tanto ouvir falar das proezas de Lampião no Nordeste da Bahia - pediu licença ao Ministro da Guerra para vir para o nordeste perseguir o célebre cangaceiro, tinha então 25 anos de idade.

Em Salvador entrou em contato com o tenente Juraci Magalhães também cearense um dos heróis da Revolução de Trinta e que tinha sido nomeado por Getúlio Vargas interventor daquela unidade da Federação.

Juraci Magalhães fez uma carreira política notável: General do Exército, Governador da Bahia, Deputado Federal, Senador da República, presidente da Cia. Vale do Rio Doce, presidente da Petrobrás, embaixador do Brasil nos Estados Unidos e Ministro da Justiça e das Relações Exteriores. Ainda hoje sua família é uma das mais importan-

tes na política baiana.

Mais ainda estávamos em novembro de 1931 e o tenente Macedo queria era brigar com Lampião e haviam fortes evidências que o Rei do Cangaço se encontrava nas imediações no Raso da Catarina na região de Jeremoabo no nordeste baiano.

O Raso da Catarina é a região mais desértica do nordeste brasileiro que por si só já é quase que um deserto. Centenas de léguas de areia escaldante, pedregulhos, de longe em longe paredões de pedra, aonde o raríssimo urubu-rei e as mais raras ainda araras azuis de Learh fazem seus ninhos inacessíveis.



Brigadeiro José Macêdo

Magalhães entregou-lhe um forte contingente policial, reforçado já nas proximidades do Raso, por trinta homens armados, mercenários pernambucanos do Pajeú de Flores, mandados a zona de operação pelo deputado pernambucano Manoel Novaes, o parlamentar que mais mandatos de deputado federal exerceu no nosso país.

Os cabras do Pajeú celebrados por sua valentia eram comandados pelo Sargento Luiz Mariano da Cruz natural de São José do Belmonte-PE valente entre os valentes e guiados pelo famoso rastejador Antonio Cassiano de Floresta do Navio.

No percurso para o Raso a volante aprisionou um catingueiro suspeito de manter contato com os cangaceiros. Quando os pernambucanos se preparavam para arrancar-lhe as unhas com punhal para obter a confissão sob tortura do local do coito dos bandidos o Tenente Macedo ordenou de forma ríspida que ninguém tocaria no prisioneiro. O pobre tabareu, mais aliviado, foi obrigado, no entanto a acompanhar a volante na sua longa marcha em direção ao deserto dos desertos.

No dia seguinte, percebendo que não sairia vivo daquela situação, o coiteiro aproximou-se do Tenente Macedo e confessou em voz baixa: “ Seu tenente o Sr. salvou a minha vida e eu não posso ser falso com o Sr. eu sei aonde tá Lampião e vou botar o Sr. em cima dele!”

No dia 07 de dezembro de 1931 mais ou menos às dez horas da manhã a volante aproximou-se pé ante pé do coito do Rei do Cangaço; o bote seria fatal. Mas, eis que o inesperado acontece, o fuzil de um dos atacantes dispara um tiro acidental e a volante foi alvejada quase a queima roupa pelas sentinelas de Lampião. Os que iam na frente foram os primeiros a serem atingidos; o Ten. Macedo com um tiro no tornozelo esquerdo, Antônio Cassiano com um tiro na coxa, o Sgto. Luiz Mariano com um tiro na virilha, que lhe custou quase um ano de tratamento.



Brigadeiro José Macêdo

Os combatentes gostavam de brigar dando o nome dos comandantes e o Ten. Macedo, caído no chão sem poder andar, nunca esqueceu a voz sinistra e trovejante de Lampião que detrás de um rochedo bradava: “Tenente Macedo eu vô lhe sangrar!”

O combate não durou mais do que 15 minutos, tempo suficiente para Lampião fazer primeiro a retirada apressada das mulheres e depois de algum tempo a evacuação do bando em pequenos grupos de cangaceiros que seguiam por trilhas distintas para posterior reencontro em local previamente combinado.

Naqueles tempos da Revolução de Trinta a munição era escassa e não lhe interessava ficar queimando cartuchos à toa numa luta desnecessária sob seu ponto de vista. Para a volante, com os comandantes feridos seria temerário persegui-los arriscando-se a cair em emboscadas fatais. O melhor mesmo era retornar para a localidade mais próxima em busca de socorro para os seus comandantes que foram carregados em redes. Essa, em resumo, a estória de celebre Fogo do Raso de Catarina.

No dia seguinte o bando foi avistado viajando em bons cavalos com destino ao Estado de Sergipe, 35 cangaceiros e 10 cangaceiras.

Muitos e muitos anos depois, já aposentado como Brigadeiro José Sampaio de Macêdo, veio viver a segunda parte de sua vida na sua terra natal, terra que tanto amava o Crato.

Antes tinham sido os sonhos do ar.

Agora seriam os sonhos da terra: plantar cana, criar gado, produzir aguardente.

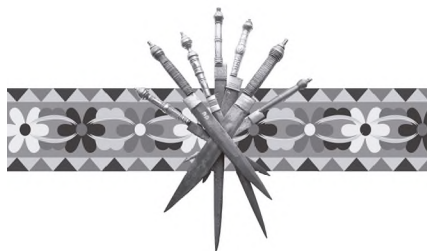
Já em idade avançada permaneceu lúcido, consciente e, acima de tudo, trabalhando muito e sem nunca perder o bom humor.

Conversando sobre o combate com Lampião lhe perguntei certa vez:

Mas Brigadeiro como tanta praia paradisíaca, com tanta moça bonita no Rio de Janeiro, de onde o Sr. tirou essa ideia de se oferecer para vir a um inferno daquele perseguir o mais perigoso bandido do continente americano?

De Besta!

Me respondeu o velho guerreiro.



## CANGAÇOLOGIA NO CARIRI: HILÁRIO LUCETTI (\*1927 - + 2007)



**Andréa Lucetti**  
(advogada)

Hilário Lucetti nasceu no dia 19 de setembro de 1927, na cidade de Orós, naquela época, distrito de Icó-CE, filho de Maria Auxiliadora e George Stavlos Lucetti.

O pai de Hilário, Sr. George, nasceu na cidade de Ierapetra, localizada na Ilha de Creta, na Grécia. Sua mãe, Maria Auxiliadora, era natural de Jaguaribe-Ce. Em agosto de 1934, a família fixou residência em Fortaleza, onde o Sr. George, grande negociante, já tinha negócios.

Tendo ouvido falar no Cariri, o pai de Hilário, então, resolveu conhecer a cidade do Crato. Lá chegando, foi paixão à primeira vista, o que traduziu na expressão: “Αυτό είναι όπου ζω”! (É aqui que vou morar!)

Após retornar a Fortaleza para pegar a família, transferiu-se para o Crato, onde já alugara uma casa, na Rua Dr. Miguel Lima Verde. Lá chegando, a mãe de Hilário procurou logo uma escola para os meninos estudarem, tendo-lhe sido indicada uma escolinha particular, situada no Bairro Vermelho, hoje bairro São Francisco. Pouco tempo depois Hilário preparou-se e fez sua Primeira Comunhão, na igreja Nossa Senhora

ra da Penha, hoje, Sé Catedral.

No Ano de 1939, foi estudar em Fortaleza, interno no Colégio Cearense. Em 1942, foi para o Colégio São João, onde concluiu seu curso ginasial. À época, era diretor o Dr. Braveza, sobre quem Hilário sempre tecia elogios, como pessoa e como educador. Nesse período, juntamente com o colega e amigo Fernando Barros, de Fortaleza, entrou para o Aeroclube, sua paixão. Em 1943, voltou ao Crato, cidade por ele tão querida, onde continuou e concluiu seus estudos no Colégio Diocesano do Crato.

Amante do esporte e apaixonado por aviação, reuniu-se com amigos e, juntos, fundaram o Clube de Aeromodelismo. Nos fins de semana, iam todos para o velho aeroporto da cidade fazer decolar seus aviões, na pista.

A bola era outra paixão, jogava com a turma e tinha os seus times preferidos. Em 1948, a Liga Cratense de Desportos, no cinquentenário de sua fundação, viria a condecorá-lo com o Diploma de Sócio Benemérito, num tributo de reconhecimento aos relevantes serviços por ele prestados.

Dirigindo o automóvel que ganhara do pai, ia com os amigos visitar as cidades vizinhas de Juazeiro, Barbalha, Jardim, Missão Velha e outras mais. A turma era bem selecionada, Humberto Barreto — Antônio Teles — Francisco Bezerra — Sérvulo Esmeraldo e Alberto, seu irmão.

Também gostavam de caçadas e, em grupo, subiam a serra do Araripe, onde permaneciam de 2 a 3 dias, juntando-se a eles o amigo Cícero Beija-Flor. Gostavam de aventuras, e Hilário sentia-se feliz com as pessoas amigas.

Em 1946, em passagem pelo Icó, Hilário conheceu uma jovem e disse a si mesmo: esta será minha esposa. Tratava-se de Mary de Castro Gondim, filha de Antônio Garcia Gondim e Julieta de Castro Gondim. Ficaram noivos no dia 1º de novembro de 1949 e o casamento realizou-se no dia 5 de julho de 1950, na igreja Matriz de Nossa Senhora da Expectação, no Icó, com as bênçãos do jovem Padre Newton, que mais tarde veio a ser bispo do Crato.

Hilário e Mary fixaram residência no Crato. Dessa união nasceram seus cinco filhos: Ana Benvinda, George Antônio, Marcos Francisco,

Jeanne Maria e Andréa Maria, motivo de muita alegria e felicidade, com as bênçãos de Deus.

O pai de Hilário, George Lucetti, era sócio fundador do Rotary Clube do Crato, ao qual queria ver Hilário também filiado. A convite de Dr. Aníbal Figueiredo, Hilário passou, então, a frequentar o clube.

Após três anos, o Cel. Ariovaldo Carvalho, com entusiasmo e com a ajuda de amigos, fundou o Lions Clube Siqueira Campos e convidou Hilário para dele fazer parte. Tratava-se de um pessoal mais jovem, Wilson Machado e outros.

Hilário gostava muito de ler sobre o Crato, terra que ele adotou como sua terra natal, pois amava tudo naquele lugar, de coração. **Não aceitava nenhuma crítica sobre o Crato**, lia tudo sobre a cidade, suas revoluções, fundadores, personalidades importantes — Bárbara Alencar, Padre Ibiapina, Padre Cícero, Dom Francisco (1º Bispo do Crato) e outros. Era amigo do Professor Pedro Felício Cavalcante, a quem admirava pela sua humildade, simplicidade, grande inteligência política e por seu zelo para com a cidade que ambos amavam.

Hilário apaixonou-se de tal forma pelas histórias do Nordeste, **principalmente pela saga do Cangaço**, que suas viagens, seus estudos e sua pesquisa o levaram a escrever sobre o tema. Nessa época, trabalhava na Cerâmica Norguaçu, como representante comercial, e viajava por todo o Nordeste, viagens durante as quais aproveitava para fazer pesquisas, tirar fotografias e gravar entrevistas com pessoas que conviveram com Virgulino Lampião — parentes, amigos e inimigos —, em Pernambuco, Alagoas, Bahia e Sergipe.

Essas entrevistas, registros e fotos, atualmente, estão de posse de Ângelo Osmiro Barreto, amigo querido, grande pesquisador e escritor, enquanto seu acervo fotográfico encontra-se no Museu da Cultura do Crato, para o qual foi doado.

Hilário era convidado a palestrar nas universidades, escolas e rádios da região. Sua casa, onde existia uma sala que ele chamava de *Memória do Cangaço*, recebia muitos estudantes e professores para escutá-lo e trocar informações sobre o tema. Também recebia a imprensa, televisão e jornais, escritores e amantes do assunto, da própria região e de outros estados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Bahia.

O pesquisador e escritor Amaury, juntamente com a neta de Lampião, foram alguns dos ilustres que visitaram o Memorial do Cangaço, em sua residência, no Grangeiro, acontecimento que o encheu de orgulho e alegria.

*“Lampião e o Estado Maior do Cangaço”* foi o primeiro livro de Hilário, hoje, em sua 2ª edição. Alguns anos depois, veio o segundo, *“Histórias do Cangaço”*, ambos com edição esgotada.

Hilário falava assim:

“Diz um velho adágio que para um homem realizar-se na vida são preciso três coisas:

- Plantar uma árvore;
- Ter um filho; e
- Escrever um livro.

Plantar uma árvore e fazer um filho são tarefas fáceis e podem ser realizadas em questão de minutos. Agora, para escrever um livro... muito estudo, pesquisas e uma longa jornada”.

Após uma cirurgia no coração, Hilário começou a ter uma vida mais equilibrada. Todos os dias saía de casa, pela manhã, e ficava na Praça Siqueira Campos, onde reunia-se com os amigos para trocar ideias e contar as últimas novidades. Quando sabiam que uma pessoa amiga estava doente ou tinha falecido, iam todos prestar solidariedade. Em frente à praça existia uma lanchonete que também frequentavam e a qual denominavam “Senadinho”. Quando se tratava de assuntos mais sérios e de planejamentos, era o Senadinho o local da reunião. Às 12:00 horas, pontualmente, voltava para casa, era a rotina de todos os dias. Esses foram os amigos com os quais conviveu nos últimos anos de sua vida e pelos quais tinha imenso apreço.

Falar de seu amor pelo Crato era desnecessário, o Crato era sua vida, sua alegria, seu orgulho. Como bom contador de histórias que era, passava boas horas falando do lugar, de sua beleza, sua cultura e sua gente, da Serra do Araripe, sua água e seu clima. Nenhuma cidade era melhor, nem mais bonita e hospitaleira que aquele lugar, que conquistou o seu coração.

Esse amor era tamanho, que extrapolava os limites da personalidade e contagiava a todos que dele se acercavam. O texto escrito por seu

neto Igor, para homenageá-lo, a quando de seu falecimento, é a pura expressão da transcendência desse amor: *"...Amante do Crato, terra que sempre idolatrou. Nunca a deixaste, nem mesmo com a dor... E foi nela, ao pé da chapada, que ele descansou..."* – 13/01/2007 (dia de São Hilário)

Assim é o Crato, essa terra que um dia acolheu Hilário e que acolhe, sempre de braços abertos, todos os que dela se "aprochegam" para morar. Juntamente com a doçura de seu povo, naturalmente receptivo, honra a expressão que a identifica: *"Cratinho de açúcar coração do Cariri."*



## **Informativo do ICC**

### **ADMINISTRAÇÃO: ANDAMENTO DAS ETAPAS PROPOSTAS PELO PLANO DE METAS NA GESTÃO 2018/2019 E OUTRAS ATIVIDADES**

#### **Infraestrutura**

a) rebocar as paredes externas do prédio (laterais e dos fundos), para evitar infiltração

Respostas: Falta cumprir

Obs: Diretoria aprovou uma lista de prioridades que estão sendo executadas.

b) fazer o rejunte do revestimento cerâmico do frontispício do prédio para conter a infiltração das águas da chuva;

Respostas: Falta cumprir

c) encontrar uma solução para as janelas e portas externas que, em sua maioria, estão enferrujadas e emperradas;

Respostas: Cumprido. Obs: A sócia do ICC Maria das Graças Albuquerque Costa de Aquino patrocinou tais serviços.

d) rebocar as paredes internas do prédio, pois, presentemente, esta alvenaria é feita de chapisco e, assim, não é adequada à conservação e acondicionamento do seu acervo: livros, documentos manuscritos, etc;

Respostas: Falta cumprir

e) reforçar as pilastras por baixo do palco do auditório, as quais estão em falso;

Respostas: Cumprido

f) adquirir 200 cadeiras acolchoadas para o auditório.

Respostas: Falta cumprir. Obs1: foram adquiridas 10 cadeiras de plástico, por meio de doação do dr. Vanderlei Landim. Obs2: um projeto de revitalização do auditório foi entregue ao deputado federal Raimundo Gomes de Matos, em julho de 2018, porém, a emenda parlamentar não foi destinada.

#### **Biblioteca**

a) revitalizar a biblioteca que se encontra num estado de caos. Obs: mais de uma vez, antes de 2018, esta biblioteca foi organizada através de convênio com a Universidade Regional do Cariri (URCA) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), no entanto, por razões alheias à diretoria, os livros e outros materiais foram realocados de maneira caótica, comprometendo a conservação dos mesmos.

Respostas: Cumprido parcialmente. Obs: várias estantes foram adquiridas, bem como um acervo precioso (do padre Antônio Teodósio Nunes), no entanto, é necessário melhorar o espaço, quantitativa e qualitativamente.

b) restringir o acesso à biblioteca. Ex: as chaves das portas de entrada ficarão

com alguns diretores e/ou com um(a) bibliotecário(a).

Respostas: Falta cumprir. Obs: a diretoria tomou conhecimento do fato, deliberou favoravelmente, mas, ainda, não implementou.

c) definir e destinar um espaço à biblioteca de maneira que seja exclusivo;

Respostas: Cumprido parcialmente. Obs: apesar de ter sido retomado o espaço originário da biblioteca, este, ainda, encontra-se reduzido, posto que 1/4 ou 1/5 de sua área abriga temas alheios a sua finalidade.

d) triagem dos livros da biblioteca da seguinte forma: separar os livros raros e frágeis em uma estante especial; doar ou vender os livros repetidos (em mais de dois números) e que não interessem ao tema Cariri-Nordeste; etc. Obs: para realizar esta triagem, será montada uma comissão composta por indivíduos versados em literatura, história e em outros campos do conhecimento, a fim de que a biblioteca não sofra prejuízo.

Respostas: Cumprido parcialmente. Obs: a biblioteca está sendo reorganizada, porém, necessita que seja feita a aquisição de estantes especiais para abrigar os documentos manuscritos, antigos jornais, fotos bem como obras raras e frágeis.

e) preservar livros, incluindo alguns em forma manuscrita, em redomas, possibilitando a criação de um “Museu da Escrita-Cariri” (mera proposta);

Resposta: Não cumprido. Obs: o assunto foi posto em pauta, mas a Diretoria não aprovou.

f) aquisição de estantes de ferro;

Resposta: Cumprido. Obs: foram adquiridas, aproximadamente, 10 estantes de ferro.

g) preparar o espaço para receber doações de bibliotecas particulares;

Resposta: Cumprido parcialmente. Obs: como o espaço originário da Biblioteca do ICC foi reduzido, não há como receber outros acervos que lhe sejam doados. Alguns acervos valiosos já foram oferecidos ao instituto, porém, o aceite foi inviabilizado por conta da falta de espaço para a devida acomodação.

h) aquisição de 6 estantes especiais para acondicionar os manuscritos em pastas;

Resposta: Falta cumprir. Obs: no projeto que foi entregue ao deputado federal Raimundo Gomes de Matos, há uma seção dedicada à compra de tais estantes, a fim de revitalizar a dita biblioteca.

i) aquisição de 10 computadores, 10 mesas para tais objetos, 8 mesas circulares (com 32 cadeiras) para a utilização dos pesquisadores e mais 15 estantes de ferro para acomodar os livros.

Resposta: Cumprido parcialmente. Obs1: a Diretoria deliberou favoravelmente para que fossem comprados dois computadores e uma impressora, para tanto, fora realizada uma “Feijoada Cultural”, no Ponto do Cupim, a fim de angariar verba. Contudo, a compra ainda não veio a ser realizada pelo setor responsável

do Instituto. Obs2: O Presidente da OAB, Crato/CE, Aderson Feitosa Ferro III doou um computador para o ICC, o qual foi entregue pelo atual presidente desta subseccional, Reno Feitosa Gondim.

### **Arquivo**

a) Manuscritos: a atual situação dos manuscritos é crítica, tendo em vista a antiguidade do material, sendo que necessitam de uma urgente digitalização. Obs: boa parte desses documentos foram paleografados em 2014, contudo, em 09/2017, outros documentos manuscritos foram encontrados nos gaveteiros do ICC.

Resposta: Cumprido parcialmente. Obs: parte dos manuscritos, quase a metade, foi digitalizada por Heitor Feitosa Macêdo. Todavia, é necessário que o restante deste material também seja digitalizado.

b) Jornais: os jornais (antigos e extremamente frágeis) estavam armazenados de forma inadequada, comprimidos pelo peso de livros, os quais foram realocados caoticamente à revelia da diretoria. Obs: apesar de estes jornais terem sido fotografados pelo sócio José Flavio Pinheiro Vieira, é necessário que se proceda a uma digitalização com equipamento apropriado.

Resposta: Cumprido parcialmente. Obs: parte destes jornais foi digitalizada e se encontra disponível para visualização e download no site do ICC: <institutoculturaldocariri.com.br>.

c) Fotos: existem pastas com fotos organizadas por Lindenberg de Aquino, armazenadas no espaço da biblioteca. Tais fotos também devem ser digitalizadas.

Resposta: Cumprido parcialmente. Obs: uma pequena parte desse material já vinha sendo digitalizada e publicada em redes sociais. Ocorre que, em maio de 2019, foi criada uma sala de digitalização.

d) Preservação da mídia sonora. Entrevista com Huberto Esmeraldo Cabral: leva-lo ao Museu Municipal do Crato/CE a fim de identificar a procedência de algumas peças;

Resposta: Não Cumprido.

e) Conteúdo audiovisual do ICC para compartilhar na internet;

Resposta: Cumprido. Obs: desde 2018, o ICC passou a ter página no facebook (<https://www.facebook.com/ICCCrato/>), um site ([institutoculturaldocariri.com.br](http://institutoculturaldocariri.com.br)), bem como foram criados dois grupos de whatsapp (um para todos os sócios e, outro, para os diretores).

f) aquisição de um scanner planetário, para fazer a digitalização dos manuscritos e obras raras, estas, principalmente, do século XIX.

Resposta: Cumprido.

### **Revista Itaytera**

a) fazer o ISSN da revista Itaytera;

Resposta: Falta cumprir. Obs: isto não foi feito na derradeira publicação, de 2018, devido ao prazo exíguo das comemorações dos 65 anos do ICC.

b) triagem dos textos: padronizar formato e caracteres a fim de facilitar a diagramação;

Resposta: Cumprido. Obs: esta decisão fora discutida recentemente pela Diretoria, ficando decidido que, na publicação do próximo número da revista, em 2019, haverá regras para o recebimento dos textos.

c) oferecer espaço (20 páginas) para o professorado e alunos da URCA ou outras instituições, para a publicação de textos cujo tema se relacione ao Cariri (mesorregião, conforme o critério espacial adotado pelo novo estatuto);

Resposta: Cumprido. Obs: alguns professores e alunos da dita instituição foram contatados.

d) digitalização dos 46 tomos da revista;

Resposta: Cumprido.

e) produzir revistas Itaytera em separata, com assuntos específicos;

Resposta: Cumprido. Obs: no dia 13 de abril de 2019, no auditório da URCA, foi publicada uma edição especial da Revista Itaytera sobre o centenário do professor José do Vale Arraes Feitosa.

### **Finanças**

a) arrecadação da anualidade por parte dos sócios: R\$ 150,00. Obs: proceder ao cadastramento de todos os sócios para realizar as cobranças;

Resposta: Cumprido. Obs: em 2018, a lista com os dados dos sócios foi elaborada e já se encontra em nosso arquivo. A partir disso, foram feitas as cobranças, sendo que uma parte dos associados efetuou o pagamento, havendo um superávit na arrecadação do ICC, quando comparado aos anos anteriores.

b) Isenção tributária perante o município do Crato/CE:

Resposta: Cumprido. Obs: As isenções quanto ao IPTU e alvará de funcionamento estão sendo peticionados ano a ano, desde 2017.

c) Elaborar projetos para captar verba;

Resposta: Cumprido. Obs: neste ano de 2018, dois projetos foram elaborados e entregues a dois deputados federais. O primeiro tratou da criação do Museu do Engenho, tendo sido entregue ao deputado Antônio Balhmann. O segundo projeto tratou da revitalização do auditório e da biblioteca, o qual foi entregue ao deputado Raimundo Gomes de Matos.

d) Celebrar convênios com a prefeitura municipal do Crato: secretaria de cultura e secretaria de educação.

Resposta: Em cumprimento. Obs: As minutas do Termo de Cooperação entre o ICC e a Secretaria de Cultura do município do Crato estão sendo analisadas pelo nosso advogado Jorge Emicles e pelo procurador do município, a fim de que sejam feitos os ajustes legais.

e) Venda da Revista Itaytera (para os sócios e pelos sócios) e das cópias do acervo a ser digitalizado, em Cd's ou através de download.

Resposta: Cumprido e em cumprimento. Obs: as cópias digitais da Revista Itaytera já estão sendo vendidas e parte do acervo está, aos poucos, sendo digitalizada e disponibilizada no site do ICC, gratuitamente.

### **Criação do Museu**

- a) Peças Arqueológicas;
- b) Peças Paleontológicas;
- c) Peças Históricas.

Resposta: Em cumprimento. Obs1: Conforme já foi dito, neste ano de 2018, foi elaborado e entregue um projeto ao deputado Antônio Balhmann, a fim de criar o museu do engenho. A referida emenda parlamentar já foi, oficialmente, destinada para implantação do museu, porém, está havendo um impasse no cadastramento da mesma por parte da SECULT/CE (órgão incumbido da execução), a qual alega que o projeto do museu não possui informações suficientes. Obs2: No site do ICC existe a proposta de se criar um museu virtual.

### **Criação do “Café com Livro”**

Esse quesito serviria para aumentar a interação entre sócios e entre um público específico, além de servir para fomentar as finanças.

Resposta: Não foi cumprido. Obs1: o assunto foi discutido pela Diretoria, sendo decidido pela não instalação. Obs2: em breve, o assunto voltará a ser discutido pela Diretoria do ICC.

### **Parcerias, convênios e acordo de cooperação**

Resposta: Em cumprimento. Obs: Além do termo de cooperação, que está sendo negociado com a Secretaria de Cultura do município do Crato, o ICC também está em fase de tratativas para celebrar outro termo de cooperação com o Geopark-Araripe.

## **PUBLICAÇÕES E MÍDIAS VIRTUAIS, DE JANEIRO DE 2018 A MAIO DE 2019**

- Publicação da Coleção Digital da Revista Itaytera, de 1955 a 2017 (do nº 1 ao nº 46).
- Publicação da Revista Itaytera nº 47.
- Publicação da Revista Itaytera nº 48.
- Publicação da Revista Itaytera Edição Especial.
- Criação do site do Instituto Cultural do Cariri: <institutoculturaldocariricom.br>.
- Criação de dois grupos de whatsapp: um para todos os sócios e outro para a diretoria.

**EVENTOS, PALESTRAS E ATIVIDADES DIVERSAS,  
DE JANEIRO DE 2018 A MAIO DE 2019**

- Apresentação do Projeto Museu do Engenho ao deputado federal Antônio Balhmann, o qual, na mesma ocasião, recebeu do ICC a comenda Irineu Pinheiro, 15/03/2018.
- Palestra ministrada por Heitor Feitosa Macêdo (presidente do ICC) na UFCA, sobre gestão cultural no ICC, 24/04/2018.
- Doação de livros ao Centro Acadêmico de História da Universidade Regional do Cariri (URCA), 03/04/2018.
- Visita da Turma de Turismo do Senac ao ICC, 03/05/2018.
- Exposição "Crato, ontem e hoje", juntamente com o Clube da Foto Cariri, 14/07/2018.
- Inauguração da "Ladeira Geraldo Urano", 14/07/2018.
- Entrega do projeto de revitalização da biblioteca e auditório do ICC ao deputado federal Raimundo Gomes de Matos, 17/07/2018.
- Palestra ministrada pelo vice-presidente do ICC José Flavio Vieira: "O Voo Triunfal de um Paquiderme com Asas", 19/07/2018.
- Feijoada Cultural, Restaurante Ponto do Cupim (Parque Grangeiro, Crato/CE), 19/07/2018.
- Palestra, apresentações de autores e livros do ICC e da "Cultive Art Littérature Solidarité", com cantoria e recitações de alguns dos integrantes da Academia dos Cordelistas do Crato, 03/09/2018.
- Comemoração dos 65 anos do ICC e lançamento da coleção digital da Revista Itaytera (46 volumes), 04/10/2018.
- Tertúlia do ICC, no Crato Tênis Clube, 09/11/2018, às 21h.
- Palestra do ex-secretário do ICC José Roberto dos Santos Júnior sobre o ICC no IFCE do Iguatu/CE, 23/11/2018.
- Confraternização de natal dos sócios do ICC no Crato Tênis Clube, em Crato/CE, 19/12/2019.
- Entrega de Medalha Irineu Pinheiro a Huberto Cabral Esmeraldo, no auditório da URCA (Bairro Pimenta, Crato/CE), na mesma ocasião em que tal universidade concedeu a ele o título de *doctor honoris causa*, 08/03/2019.
- Comemoração do Centenário de nascimento do professor José do Vale Arraes Feitosa, 13 de abril de 2019.

**LANÇAMENTO DE LIVROS E REVISTAS,  
DE JANEIRO DE 2018 A MAIO DE 2019**

- 17/07/2018 – Lançamento do livro de Cristina Couto: "A Tragédia de Princesa: O Caso Ildefonso Augusto Lacerda Leite"

- 18/07/2018 - Lançamento do livro de Heitor Bezerra de Brito: “Tão Longe, Tão Perto”.
- 06/09/2018 - Lançamento do livro de Manoel Patrício de Aquino (*post mortem*): “Alguma Coisa”.
- 12/11/2018 – Lançamento do livro do Maércio: “O Rio Imóvel”.
- 23/11/2018 – Lançamento do livro do dr. José Vanderlei Landim: “O Voo do Zabelê”.
- 06/12/2018 – Lançamento do livro de João Pierre: “Crato, Europa, França e Bahia”.

#### **POSSES DE CADEIRAS NO ICC, DE JANEIRO DE 2018 A MAIO DE 2019**

- Pablo Diego Solari Mañe, 23/01/2018
- Jorge Emicles Pinheiro Paes Barreto, 22/02/2018
- Virgílio Caixeta Arraes, 07/03/2018
- Marcos Eliano Tavares Ribeiro, 19/04/2018
- Carlos Allan Neves Bastos, 31/05/2018
- Tiago Figueiredo de Alencar Araripe, 11/07/2018
- Heitor Bezerra de Brito, dia 18/07/2018
- Antônio Idilvan Alencar, 20/07/2018
- Yarley de Brito Gonçalves, 25/04/2019
- Alemberg Quindins, 03/05/2019

#### **AQUISIÇÕES PATRIMONIAIS, DE JANEIRO DE 2018 A MAIO DE 2019**

- Freezer doado pelo sócio Heitor Bezerra de Brito.
- 10 cadeiras de plástico doadas pelo dr. José Vanderlei Landim.
- Doação para o ICC do Arquivo do Padre Antônio Teodósio Nunes, feita pelos seus herdeiros.
  - 2 estantes com vidraça doadas pelo vice-presidente do ICC José Flávio Vieira.
  - 10 estantes de ferro compradas para a biblioteca.
  - 12 lâmpadas de lede e um ventilador de teto, doados pela Casa do Eletricista de Juazeiro do Norte/CE.
  - 1 ventilador de parede doado por Maria das Graças Albuquerque Costa de Aquino.
  - 1 mesa de escritório, com gavetas, doada por Roberto Jamacarú de Aquino.
  - 1 mesa de escritório, 2 cadeiras acolchoadas e 1 cadeira acolchoada com rodinhas doadas pelo presidente do ICC Heitor Feitosa Macêdo.
  - 1 scanner planetário, com a contribuição do Major Lobo
  - Coleção de livros doada pelo IPHAN.
  - R\$ 1.150 (um mil, cento e cinquenta reais) doados pelo sócio Francisco José de Brito para comprar estantes.



# CENTRO MÉDICO CORY

03-10-19

INSTITUTO CULTURAL DO CARIRI - ICC

Itayera 2019 - Nº 48

## Exames:

- » Radiografia
- » Mamografia
- » Ultrassonografia
- » Tomografia
- » Densitometria Óssea



☎ (88) 3521.2411 | 98868.4222

📍 R. Rodolfo Teófilo - 91 Centro - Crato/CE

🌐 [www.centromedicocory.com.br](http://www.centromedicocory.com.br)

📷 [corycentromedico](https://www.instagram.com/corycentromedico)

## NOSSAS ESPECIALIDADES:

- Cirurgia Buco-Maxilo
- Cirurgia Geral
- Clínico Geral
- Colonoscopia
- Dermatologia
- Endocrinologia
- Endoscopia
- Proctologia
- Radiologia
- Ginecologia
- Mastologista
- Neurocirurgia
- Neuropediatria
- Nutricionista
- Obstetrícia
- Oftalmologia
- Odontologia
- Reumatologia
- Urologia
- Pediatria
- Ortopedia e Traumatologia

